ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 15 | número 29 | 2024



"Os problemas ambientais com que nos defrontamos não são novos, mas só recentemente sua complexidade começou a ser entendida. "

Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, ONU, 1987.

BIBLIOTECA Coordenadoria de Bibliotecas Portal de Periódicos

ISSN 2177-7829

ENTRE-LUGAR

v. 15, n. 29



Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 15, n.29, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Reitor: Jones Dari Göettert
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia: Claudia Marques Roma

Coordenadoria de Bibliotecas
Coordenador do Portal de Periódicos: Givaldo Ramos da Silva Filho
E-mail: bibliotecaperiodicos@ufgd.edu.br

Faculdade de Ciências Humanas
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas, Veronica Aparecida Pereira

REVISTA ENTRE-LUGAR
Editores: Charlei Aparecido da Silva e Lisandra Pereira Lamoso

CAPA
Rafael Brugnolli Medeiros e Charlei Aparecido da Silva, criada a partir das figuras presentes nesta edição. Frase, trecho do Relatório Brundtland, o documento intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), publicado em outubro de 1987 pela ONU.

EDITORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA-CIENTÍFICA
Charlei Aparecido da Silva e Amanda Trindade Amorim

COMISSÃO CIENTÍFICA
Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), Adáuto de Oliveira Souza (UFGD), Ana Fani Alessandri Carlos (USP/CNPq), Antonio Thomaz Junior (Unesp – Presidente Prudente), Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG), Carlos Espíndola (UFSC), Celene Cunha Monteiro A. Barreira (UFG – Goiânia), Charlei Aparecido da Silva(UFGD), Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS), Douglas Santos (PUC), Edvaldo César Moretti (UFGD), Flaviana Gasparotti Nunes (UFGD), Francisco de Assis Mendonça (UFPR/ANPEGE), Francisco Sergio Ladeira (Unicamp), João Edmilson Fabrini (Unioeste – Rondon), Lia Osório Machado (UFRJ), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD), Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS), Márcio Cataia (Unicamp), Márcio Piñon de Oliveira (UFF), Márcia Yukari Mizusaki (UFGD), Márcio Rogério Silveira (Unesp – Ourinhos), Marcos Aurélio Saquet (Unioeste – Beltrão), Margareth Cristiane Trindade da Costa Amorim (UNESP), Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD), Rogério Haesbaert da Costa (UFF/CNPq), Silvana de Abreu (UFGD), Silvio Carlos Rodrigues (UFU/CNPq (CA)), Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT), Wenceslao Machado de Oliveira Junior (Unicamp).

COMISSÃO INTERNACIONAL
Adriano Rovira (Instituto de Geociências da Universidad Austral de Chile), Fabrício Vázquez (Universidad Nacional de Asunción – Paraguai), José Omar Moncada Maya (Universidad Nacional Autónoma do México (UNAN), Maria Laura Silveira (Conicet- Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires), Massimo Quaini (Università di Genova - Unige/Itália), Xosé Manuel Santos Solla (Universidad de Santiago de Compostela - USC/Espanha)

Entre-Lugar [recurso eletrônico]/Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Ano 1, n.1 ([jan./jun.], 2010)-. – Dados eletrônicos. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2010-
Semestral.
Modo de acesso: Word Wide Web:
< http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar >
ISSN 2176-9559 (online).

1. Geografia. 2. Geopolítica. 3. Universidade Federal da Grande Dourados – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alisson Antonio de Souza – CRB1 2722

ENTRE-LUGAR

v. 15, n. 29

Universidade Federal da Grande Dourados

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 15, n.29 - 2024.

ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 15 | número 29 | 2024



"Os problemas ambientais com que nos defrontamos não são novos, mas só recentemente sua complexidade começou a ser entendida. "

Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, ONU, 1987.

BIBLIOTECA
Coordenadoria de Bibliotecas
Portal de Periódicos

ISSN 2177-7829

SUMÁRIO

P.

EDITORIAL

Em tempos de cavalos no telhado o rei está nu.....08-15
Charlei Aparecido da Silva e Amanda Trindade Amorim

ARTIGOS

A luta por terra, por território e pela Terra: breve ensaio sobre (des)caminhos e esperanças..... 17-42
Marcelo Lopes de Souza

A ideologização da natureza e seus reflexos 43-73
Valter Casseti

Planejamento participativo, o estatuto das cidades e a gestão urbana: algumas notas.....74-89
José Borzacchiello da Silva

Cidade neoliberal e gestão da pobreza urbana.....90-114
Silvana Cristina da Silva e Márcio Cataia

Barreiras topográficas no filme Journey of Hope: dramas na fronteira.....115-140
João Carlos Nunes Ibanhez e Jean Flávio da Silva Santos

Lugar da identidade e as identidades do lugar: aproximações teóricas entre os conceitos de lugar e identidade.....141-166
Jean Lucas da Silva Brum

Análise da capacidade de uso da terra na bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, Mato Grosso do Sul 167-193

Cleiton Messias Rodrigues Abrão e Adelsom Soares Filho

Mapeamento de áreas de risco de inundação do município de Ubá, Minas Gerais 194-215

Larissa Carla Souza Paiva, Cássia de Castro Martins Ferreira e Yan Carlos Gomes Vianna

Festa do Vermelhense Ausente: aspectos identitários de uma festa popular mineira.....216-242

Lusvanio Carlos Teixeira, Wescley Silva Xavier e José Roberto Abreu de Carvalho Junior

Erosão costeira: um estudo bibliométrico acerca do processo erosivo em falésias.....243-267

Luana Ramos de Oliveira, Saulo Roberto de Oliveira Vital e Christianne Maria da Silva Moura

Análise dos locais com registros das ocorrências de alagamentos no Jardim Pantanal, Dourados, Mato Grosso do Sul.....268-292

Antonio Idêrlian Pereira de Sousa, Adeir Archanjo da Mota e Yani Scatolin MendesJean

NOTA DE PESQUISA

Missão técnica Brasil-China 2024.....294-307

Lisandra Pereira Lamoso

RESENHA

BABEL: entre a incerteza e a esperança..... 309-312

Mazinho Valdemar Viana

EDITORIAL

V. 15, n.29, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

EDITORIAL

Em tempos de cavalos no telhado o rei está nu

A Revista Entre-Lugar apresenta a todos/as o primeiro número de 2024, sua vigésima nona edição, publicada no final do outono, no início do inverno de 2024, dias de veranico, dias secos e de temperaturas elevadas para o período. A publicação é resultado do empenho dos/das autores/as, dos/das pareceristas e do apoio técnico recebido da Coordenadoria de Bibliotecas da UFGD, representada por Givaldo Ramos da Silva Filho, o qual, como sempre, tem desempenhado papel importante na gestão da plataforma OJS no âmbito da UFGD. O momento da publicação deste número coincidiu com a necessidade de atualização e manutenção do sistema OJS, condição que tornou a rotina editorial mais trabalhosa, exigindo dos envolvidos, leitores, autores, pareceristas e editores, um esforço ainda maior. Não por menos, esse empenho coletivo, e, mesmo a compreensão dos limites existentes para que a REL possa ser publicada, se faz importante para manter a existência e a qualidade da revista. Acreditamos que registrar esses agradecimentos logo no início do editorial é por demais importante e necessário.

O primeiro número de 2024 conta com o trabalho cuidadoso de Amanda Trindade Amorim, pesquisadora, pós-doutoranda, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a qual assina essa edição como editora convidada. Seu trabalho está presente na revisão técnica-cientifica dos textos, na editoração e na escrita desse editorial. Rafael Brugnolli Medeiros, pesquisador e professor do curso de Geografia da UFGD, auxiliou na construção da capa, elaborada tendo como base figuras presentes nos textos desta edição, uma opção que tem sido adotada a fim de valorizar o layout da REL e a ideia do entrelugar.

A frase escolhida para capa foi retirada do documento que ficou conhecido como relatório Brundtland[1], em alusão a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a qual coordenou sua publicação. O relatório, oriundo de trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é tido como o primeiro documento a disseminar no âmbito político-econômico as ideias de desenvolvimento sustentável, conceito preconizado e concebido desde a década de 1970 em diversos fóruns.

[1] Our common future. Oxforf-New York, Oxford University Press, 1987. A primeira edição no Brasil foi publicada em 1988, uma segunda edição em 1991, às vésperas da ECO92 (Nosso Futuro Comum / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ªEdição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.)

O relatório indicou naquele momento que a pobreza e o consumismo elevado, essencialmente por parte dos países desenvolvidos, eram, e ainda são, as causas fundamentais que impediam e impedem um desenvolvimento igualitário no mundo, por sua vez, também produziam graves crises ambientais, na ocasião foram citadas com ênfase o desiquilíbrio climático e a perda da biodiversidade.

Próximo de completar quatro décadas o relatório Brundtland nos parece ainda uma carta de intensões a ser compreendia e seus princípios e ideais com grandes dificuldades de serem implementadas. Olhar o relatório na segunda década do século XXI nos parece até *démodé*, fora de moda. Não podemos negar que alguns dos termos e conceitos passaram a ser pronunciados e inseridos na sociedade, ações básicas e mesmo simplistas foram incorporadas no âmbito da educação, da política e da economia, mas longe de dar conta dos problemas mais complexos que envolvem a sociedade e sua forma de viver e mesmo de se relacionar com o meio ambiente. De fato, o que se observa é até mesmo um movimento contrário, seja no Brasil e/ou em outras partes do mundo. A inércia verificada se iguala e é compatível com ao aumento das desigualdades sociais, a ampliação do consumismo, a ocorrência de impactos ambientais de grande escala cada vez com mais frequência e o avanço da perda da biodiversidade, essa decorrente da destruição de biomas e ecossistemas em diversas partes do mundo, no Brasil é um fato visível, estudado e denunciado cotidianamente. O "Nosso Futuro Comum", visto como algo universal e para todos/as, é ainda algo no campo das ideias e das intenções, no qual o termo ***desenvolvimento sustentável*** tornou-se um símbolo e objeto de consumo do modelo de sociedade consumista predominante por assim dizer, condição que nos faz lembrar de Zygmunt Bauman[2]:

> "Todo mundo pode ser lançado na moda do consumo; todo mundo pode desejar ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo pode ser um consumidor. Desejar não basta; para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado. Essa esperança, racionalmente alimentada por alguns, é fútil para muitos outros. Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes.
>
> Como todas as outras sociedades, a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada. Mas é possível distinguir um tipo de sociedade de outro pela extensão ao longo da qual ela estratifica seus membros. A extensão

[2] Bauman, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999. 145p.

> ao longo da qual os de "classe alta" e os de "classe baixa" se situam numa sociedade de consumo é o seu grau de mobilidade – sua liberdade de escolher onde estar." Bauman (1999, 94p.)

Se "Nosso Futuro Comum" tornou-se *démodé*, Bauman, mais do que nunca, nos parece atual e pertinente; assim como a expressão popular "a vaca subiu no telhado", atualizada no Brasil, em 2024, para "o cavalo subiu no telhado". Essa última nos serve para explicar, de forma metafórica, a incapacidade social, econômica e política de lidarmos com questões necessárias e urgentes, no caso as mudanças climáticas e as vulnerabilidades socioambientais que estão no seu entorno. Se "o cavalo subiu no telhado" é apropriado e oportuno dizermos então que o "rei está nu"; o desenvolvimento sustentável preconizado está sem vestimentas.



Equino preso no telhado em decorrência das enchentes no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Imagem da Internet, autoria desconhecida.



A Roupa Nova do Rei, de Hans Cristian Andersen, é um conto de fadas dinamarquês publicado em 1837. Imagem adquirida na Internet, autoria desconhecida.

Neste sentido, naquilo que se refere as questões ambientais no Brasil e as mudanças climáticas, o ano de 2024, será reconhecidamente lembrado pela maior tragédia ambiental já registrada no território nacional, por sua extensão e magnitude, pelo número de pessoas atingidas e o montante de recursos necessários para recuperar as áreas atingidas pelas enchentes em todo o Rio Grande do Sul. Para além disso há valores materiais e imateriais que não são passíveis de serem recuperados ou mesmo reparados, essas perdas são cicatrizes que se farão e ficarão presentes nas pessoas e nas paisagens. É sabido, não há medida compensatória e/ou mitigadora que seja capaz de dar conta de lembranças,

emoções, sensações e sentimentos que ligam as pessoas a seus lugares. O entrelugar do território do Rio Grande do Sul terá que ser reconstruído e isso leva tempo.

Seria irresponsabilidade não lembrarmos que a magnitude e a extensão da tragédia registrada em imagens e números se devem a uma tríade muito bem concebida: a inoperância política, a inexistência de uma governança climática e o predomínio de um modelo econômico-social que tem em sua base tão apenas a ideia primária da produção e o consumo. Essa tríade fomenta a sociedade de consumo descrita por Bauman e se faz presente no relatório Brundtland. A forma de pensarmos a produção do espaço e o modelo de nossa sociedade potencializou a tragédia em si, portanto não há o acaso na tragédia.

Lembremos, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas ocorrida no ano de 2021 demonstrou o árduo caminho percorrido na construção de um consenso e concordância de opiniões e pensamentos sobre os desafios que envolvem as mudanças climáticas. Da mesma maneira o Sexto Relatório de Avaliação (AR6[3], em inglês) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado no mês de agosto de 2021 em Genebra, na Suíça, é claro e muito objetivo acerca do papel exercido pelas ações antrópicas em diversas escalas e magnitudes. Assim reconhecer a materialidade de como o contexto de mudanças climáticas se dá no entrelugar torna-se urgente.

Talvez seja o momento, a oportunidade, o tempo histórico, de reconhecermos a impossibilidade de um modelo único de desenvolvimento; mas para isso é necessário ter clareza que há limites para o crescimento econômico, que justiça social e ambiental não devem ser justapostos a face do desenvolvimento, e que o processo de concentração de riquezas, seja por países e/ou indivíduos, se configura como barreiras, essas muitas vezes intransponíveis, um fato obsceno em si. Que a ideia de uma sociedade baseada em um modelo de consumo e produção, a qual gera desigualdades de inúmeras ordens, deve ser questionada sempre. Em um tempo presente marcado por diversos retrocessos no âmbito ambiental e social, no Brasil e no mundo, revisitar o relatório Brundtland[4] em certa medida foi um exercício que exigiu esforço e mesmo certa perseverança de como pensar o futuro,

[3] IPCC, 2021: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfi eld, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press

[4] Aqueles(as) que se interessarem, o relatório "Nosso Futuro Comum" está disponível para download na Internet, deixamos aqui um link de acesso a uma cópia: https://www.academia.edu/39001224/Nosso_Futuro_Comum_relat%C3%B3rio_brundlandt

algo que não pode ser desprezado e nem mesmo ignorado; quando tratamos de questões socioambientais o futuro é pensado no presente. Há necessidade de assumirmos que o sistema capitalista e a forma de produção do espaço que ele propicia, incentiva e gera não é homeostático[5] e nem mesmo sustentável, que ele não se autorregulará por si só.

As contribuições e geografias de tantos entrelugares

Sobre a edição em si, aos leitores e leitoras são apresentados textos inéditos, oriundos de pesquisa realizadas em diversas partes do Brasil; nessa edição estão registradas contribuições oriundas das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste. Os **Artigos** tratam de temas diversos, que demonstram a diversidade dos estudos geográficos e suas áreas correlatas. Na condição de editores desse número agradecemos aos autores e as autoras por escolherem a REL para publicarem os resultados de suas pesquisas, por compartilharem suas impressões e ideias sobre a Geografia e seus temas.

O primeiro texto **"A luta por terra, por território e pela Terra: breve ensaio sobre (des)caminhos e esperanças"** é composto por cinco seções que alcançam um panorama político-ideológico e teórico sobre a crise ambiental contemporânea, criticas o "ambientalismo pró-capital", ao "neofascismo antiecológico", ao "ecofascismo" e às "falácias pós-modernas" e finaliza com contrapontos emancipatórios aos discursos e práticas descritas. Um texto atual e provocador, que converge para o editorial proposto.

O segundo texto **"A ideologização da natureza e seus reflexos"** busca mostrar a externalização do conceito de Natureza a partir do iluminismo. Como resultado, é observado o aumento dos impactos ambientais decorrentes da apropriação da Natureza, em que se produz sucessivas anomalias, como as atribuídas às mudanças climáticas, cujos efeitos acabam sendo sentidos principalmente na escala local, o que pode ser explicado pela intensidade das intervenções humanas nos espaços urbanos. O texto, da mesma maneira que o anterior, se apresenta como oportuno para o momento histórico.

O terceiro texto **"Planejamento participativo, o estatuto das cidades e a gestão urbana: algumas notas"** discute a cidade e os problemas urbanos num contexto de crescimento demográfico marcado por sucessivos deslocamentos da população do campo para a cidade. Expõe a dimensão dos conflitos e a constante luta dos movimentos sociais por uma gestão urbana democrática. O texto dialoga com o quarto texto.

[5] Marques, Luiz. Capitalismo c colapso ambiental. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

O quarto texto **"Cidade neoliberal e gestão da pobreza urbana"** tem como objetivo a compreensão das tramas entre a teologia da prosperidade, o neoliberalismo, o espaço geográfico e a manutenção da pobreza. Aborda ainda as lutas por usos democráticos das cidades, por justiça e igualdade, que devem considerar e desvendar os nexos, as coesões entre o poder pastoral e o neoliberalismo.

O quinto texto **"Barreiras topográficas no filme *Journey of Hope*: dramas na fronteira"** aborda um drama que não retrata apenas sobre a tragédia particular de família turca rompendo as fronteiras nacionais para tentar (re)territorializar-se em outra nação, mas também oferece uma visão mais ampla sobre a dinâmica de poder relacionada aos fluxos populacionais nos territórios fronteiriços, trazendo um universo de diálogo entre o cinema e a geografia.

O sexto texto **"Lugar da identidade e as identidades do lugar: aproximações teóricas entre os conceitos de lugar e identidade"** faz uma reflexão teórica acerca da relação entre os conceitos de lugar e identidade a partir do olhar da Geografia Cultural-Humanista. Defende a necessidade de estudos que busquem compreender as dinâmicas atuais de identificação geográfica sob um olhar teórico para contribuir com leituras sobre os processos que demarcam o mundo contemporâneo.

O sétimo texto **"Análise da capacidade de uso da terra na bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, Mato Grosso do Sul"** utiliza técnicas de Geoprocessamento para mapear a capacidade de uso da terra de uma bacia hidrográfica que envolve os municípios Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã de Mato Grosso do Sul. A metodologia aplicada mostrou-se satisfatória, pois permitiu integrar os dados de declividade, solos e uso da terra, com critérios reconhecidos na literatura, podendo subsidiar com medidas de planejamento das atividades agropecuárias.

O oitavo texto **"Mapeamento de áreas de risco de inundação do município de Ubá, Minas Gerais"** emprega o Geoprocessamento para mapear as áreas de risco de inundação no perímetro urbano de Ubá-MG, utilizando dados de altitude, declividade e uso da terra como entradas em um modelo multicriterial. Apesar de encontrar limitações, o estudo mostrou-se com potencial para contribuir com o poder público na gestão do risco de inundação.

O nono texto **"Festa do Vermelhense Ausente: aspectos identitários de uma festa popular mineira"** trata de uma festa realizada desde a década de 1950, em Vermelho Novo – MG, que possui características históricas, culturais e identitários da região.

Concerne de uma pesquisa qualitativa, em que foram coletados dados históricos, a partir de entrevistas com os nativos do município, e observadas as mudanças ao longo do tempo.

O décimo texto **"Erosão costeira: um estudo bibliométrico acerca do processo erosivo em falésias"** analisou o crescimento das discussões na comunidade científica e acadêmica internacional, sobre os processos erosivos em áreas de falésias. Observou-se o número crescente de trabalhos publicados entre 1993 e 2023, no entanto, reforça a necessidade de estudos acerca do ambiente costeiro, tendo em vista o avanço da urbanização nessas áreas, as mudanças climáticas, aumento do nível do mar e alterações causadas pela ação antrópica.

O décimo primeiro texto **"Análise dos locais com registros das ocorrências de alagamentos no Jardim Pantanal, Dourados, Mato Grosso do Sul"** buscou compreender as ocorrências de alagamento em um bairro do município de Dourados-MS, visando fornecer subsídios para a formulação de estratégias que possam mitigar seus impactos. A pesquisa mostra um dos reflexos intrínsecos dos desafios ambientais urbanos, em um cenário de produção em que o mercado imobiliário exerce forte influência.

A **Nota de Pesquisa** dessa edição, **"Missão técnica Brasil-China 2024"**, é resultado de uma missão de estudos realizada por **Lisandra Pereira Lamoso**, pesquisadora do CNPq e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD à China. Como a autora escreve "a Missão inaugurou a primeira visita de geógrafos brasileiros à China na celebração dos 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China." A Nota de Pesquisa relata e retrata a visita realizada por dez pesquisadores de oito diferentes instituições de ensino superior do Brasil, retrata o processo de construção da Missão, seus desafios e resultados. O olhar da pesquisadora sobre o cotidiano e a produção do espaço do território chinês enriquece a narrativa e permite ao leitor compreender esse país cujas algumas nuances do entrelugar já se fazem no século XXII, como ela mesmo afirma: "Não há como não se impressionar com a densidade técnica acumulada nas cidades visitadas, principalmente quanto à mobilidade urbana e o dinamismo no consumo".

A edição é finalizada com a **Resenha** do livro "**BABEL: entre a incerteza e a esperança"** obra de Zygmunt Bauman publicada no Brasil em 2016. Não podemos negar, o livro é quase um complemento a esse editorial, afinal, nele, há um retrato do pensar o presente, o hoje, e seus desafios; com destaque "a grande competitividade, o individualismo e as incerteza e solidões" que permeiam este século XXI.

Aqueles e aquelas que chegaram até aqui, como sempre, registramos nossos agradecimentos. A mensagem final permanece inalterada; que o conhecimento científico seja sempre aquele a descortinar o achismo e a ignorância, aquele a eliminar os dogmas e o fanatismo – mais do que nunca ele é necessário. Que a poesia, a literatura, a arte e outras formas de expressão nos ajudem a ir além da lógica e da racionalidade formal, para com isso sermos mais humanos – inclusive para compreendermos com clareza a importância e o papel social da Ciência. Cada vez mais isso nos parece essencial e reforça os princípios editoriais da REL.

Que possamos incrementar, incentivar e fomentar o desejo por publicar, por se fazer ciência no Brasil, e não esqueçamos da poesia:

Veio o frio, chegou pelo Sul
Veio o calor, chegou pelo Norte
Veio a seca, chegou sem rumo
Veio o temporal, chegou do litoral
Veio o vento, chegou de todos os lados
Veio a névoa, chegou ao amanhecer [6]

Charlei Aparecido da Silva — Editor da Revista Entre-Lugar

Amanda Trindade Amorim — Editora Convidada

Dourados (MS), início do inverno, o Pantanal sul-mato-grossense agoniza e queima na velocidade do tempo presente. No entrelugar onde a vida tem intima ligação com os ciclos das águas predomina a seca e a tragédia, novamente.

[6] Trecho do poema **Veio Você** de Gigio Sartori, presente na coletânea **Só devaneios,** publicada pelo autor em 2022 pela PoloBooks.

Artigos

A LUTA POR TERRA, POR TERRITÓRIO E PELA TERRA: BREVE ENSAIO SOBRE (DES)CAMINHOS E ESPERANÇAS

THE STRUGGLE FOR LAND, FOR TERRITORY AND FOR THE EARTH: A BRIEF ESSAY ON (WRONG) PATHS AND HOPES

LA LUCHA POR LA TIERRA, POR EL TERRITORIO Y POR LA TIERRA: UN BREVE ENSAYO SOBRE (DES)CAMINOS Y ESPERANZAS

Marcelo Lopes de Souza[*]
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
mlopesdesouza@terra.com.br

À memória do amigo
Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023)

Destaques

- Temos assistido, nas últimas décadas, a uma adaptação discursiva do capitalismo, inclusive da própria agenda neoliberal, à conveniência de um certo greening ("esverdeamento"), ou de demonstrar sensibilidade perante os "destinos do planeta" e a "crise ambiental";
- "Ecofascismo", não custa esclarecer e recordar, é um termo que surgiu na década de 1970, proposto pelo sartriano Michel Bosquet (1978), pseudônimo então utilizado pelo austríaco André Gorz;
- Não há um único "ecologismo" ou "ambientalismo"; o que há é uma miríade de posicionamentos e leituras da "ecologia" e seu significado político-social, da "crise ambiental" e dos vínculos entre "natureza" e "sociedade";

RESUMO

Composto por cinco seções principais, o artigo almeja, de uma forma introdutória e concisa, oferecer um panorama do tabuleiro político-ideológico e teórico que caracteriza

[*] Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); bolsista de Produtividade em Pesquisa (nível 1A) do CNPq. Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política (GAEP) da UFRJ e cocoordenador do Observatório UFRJ-UERJ de Injustiça Ambiental. **ORCID**: https://orcid.org/0000-0002-7398-3170.

as posições mais significativas a propósito da "crise ambiental" contemporânea. As quatro seções iniciais se destinam a esboçar críticas ao "ambientalismo pró-capital", ao neofascismo antiecológico, ao ecofascismo e, por fim, às falácias de tipo "pós-moderno", exemplificadas por algumas das ideias de Bruno Latour. Na quinta seção, finalmente, são apresentados contrapontos emancipatórios aos discursos e práticas mencionados nas seções precedentes, tanto no que tange a contrapontos acadêmicos ou teóricos (oriundos, sobretudo, do marxismo e de correntes libertárias) quanto no que diz respeito a práticas espaciais de resistência (ou, melhor ainda, "r-existência") dos agentes e sujeitos coletivos, em suas lutas por *terra*, por *território* e, em última instância, pela *Terra*.

Palavras-chave: Ambientalismo. Ecologia. Lutas sociais. Terra. Território.

ABSTRACT

Consisting of five main sections, the paper aims, in an introductory and concise way, to offer an overview of the political-ideological and theoretical landscape that characterizes the set of the most significant positions regarding the contemporary 'environmental crisis.' The first four sections are intended to outline criticisms of 'pro-capitalist environmentalism,' anti-ecological neo-fascism, eco-fascism, and the fallacies of so-called 'postmodernism,' exemplified by some of Bruno Latour's ideas. In the fifth section, finally, emancipatory alternatives to the discourses and practices mentioned in the previous sections are discussed, both in terms of academic or theoretical counterpoints (originating above all from Marxism and left-libertarian streams) and with regard to spatial practices of resistance (or, better still, 'r-existence') of collective agents, in the context of their struggles for *land*, for *territory*, and ultimately for the *Earth*.

Keywords: Environmentalism. Ecology. Social struggles. Land. Territory.

RESUMEN

Compuesto por cinco secciones principales, el artículo pretende, de manera introductoria y concisa, ofrecer una visión general del marco político-ideológico y teórico que caracteriza las posiciones más significativas frente a la "crisis ambiental" contemporánea. Las cuatro secciones iniciales pretenden esbozar las críticas al "ambientalismo procapitalista", al neofascismo antiecológico, al ecofascismo y, finalmente, a las falacias "posmodernas", ejemplificadas por algunas de las ideas de Bruno Latour. En el quinto apartado, finalmente, se presentan contrapuntos emancipadores a los discursos y prácticas mencionados en los apartados anteriores, tanto en términos de contrapuntos académicos o teóricos (procedentes, sobre todo, del marxismo y de corrientes libertarias) como en lo que respecta a prácticas espaciales de resistencia. (o, mejor aún, "r-existencia") de agentes y sujetos colectivos, en sus luchas por la *tierra*, por el *territorio* y, en última instancia, por la *Tierra*.

Palabras clave: Ambientalismo. Ecología. Luchas sociales. Tierra. Territorio.

INTRODUÇÃO: ALGUNS "NÃOS" E UM MATIZADO "SIM"

O texto que o leitor tem diante de si não é um artigo acadêmico convencional, cujo formato siga as regras usuais de estrutura e estilo. É um ensaio, vocacionado, até mesmo em sua aparência, para ocasionar antes incômodo que conforto ou consenso. O autor assume a liberdade (e o risco daí derivado) de se expressar de maneira menos formal, ainda que sem abdicar da responsabilidade de sopesar razões e argumentos – mesmo quando esse sopesar está mais nas entrelinhas que nas linhas.

As páginas que se sucedem não são o resultado de uma pesquisa empírica específica, mas sim de muitos anos de observações e ponderações, sobre as bases de experiências de investigação, diálogos com colegas de vários países, aulas e palestras, polêmicas públicas e finalmente, da tentativa de viver de olhos bem abertos. As seções, como se verá, são, na sua maioria, curtas; e a bibliografia, relativamente enxuta perante a diversidade de assuntos, serve, em cada caso, apenas para ilustrar algum ponto ou, então, fornecer uma ancoragem inicial (não obstante, remeterei o leitor a fontes onde, aí sim, poderão ser encontradas abundantes referências, que abordam detalhes e variantes). Todavia, as formulações, mesmo quando contundentes, jamais são gratuitas, ou meramente destinadas a impressionar ou chocar. O propósito é provocar, atiçar o espírito crítico. Nada melhor, para isso, que um estilo que evita, a todo custo, ser maçante.

Cada uma das quatro seções iniciais se destina a esboçar uma crítica a um tipo básico de posicionamento ideológico, facilmente encontrável nos dias atuais (conquanto em lugares bastante diferentes). O grau de sofisticação intelectual de cada um desses posicionamentos varia enormemente, e seguramente um público acadêmico (e, mais ainda, progressista) considerará muito mais aceitável criticar de forma sucinta o neofascismo antiecológico que, por exemplo, Bruno Latour, ícone e modelo de uma parcela não inexpressiva do ambiente universitário contemporâneo. Sei dos perigos de proceder com tamanha brevidade diante de assuntos tão sérios – e na hora de fazer reparos a autores tão levados a sério.

A penúltima seção, a anteceder aquela de "arremate", é de um atrevimento ainda maior, no que se refere à concisão. Ali condenso, em alguns poucos parágrafos, uma mensagem acerca dos contrapontos emancipatórios aos discursos e práticas

mencionados nas seções precedentes. Quiçá, nesse parágrafo, pelo menos, não pese tanto a suspeita de ligeireza, uma vez que o esforço de síntese geralmente se admite com muito mais facilidade no momento de concordar que no de discordar de alguém. Apesar disso, o que me motivou a não tentar entrar em detalhes não foi um simples desejo de ser sintético: acima de tudo, foi a vontade de sublinhar a importância de cultivar a *tolerância*. Há várias formas de examinar os conflitos ecossociais e valorizar a dimensão "ecológica" da crise civilizatória em que estamos planetariamente metidos, não apenas uma; e há uma infinidade de experiências práticas/práxicas, para muito além do universo acadêmico (mas guardando relações variáveis com ele, da distância à cooperação genuína), que inspiram e alimentam. Muito mais relevante que defender a postura político-filosófica e a fundamentação teórico-conceitual com as quais mantenho maior afinidade parece-me ser a afirmação de que, assim como há muitos modos de oprimir, explorar, estigmatizar, destruir e degradar, também há muitos modos de lutar contra tudo isso.

CONTRA O "AMBIENTALISMO PRÓ-CAPITAL"

Temos assistido, nas últimas décadas, a uma adaptação discursiva do capitalismo, inclusive da própria agenda neoliberal, à conveniência de um certo *greening* ("esverdeamento"), ou de demonstrar sensibilidade perante os "destinos do planeta" e a "crise ambiental". Como seria de se esperar, o capitalismo, mobilizando formidáveis recursos intelectuais e institucionais, busca nos persuadir de que os próprios mecanismos de mercado (e, no caso de determinadas interpretações, também as intervenções do Estado capitalista) seriam capazes de superar as "imperfeições" que, de um jeito ou de outro, desembocam em poluição, emissão de gases de efeito estufa e, ao fim e ao cabo, aquecimento global. Muito embora existam duas vertentes principais de "capitalismo verde", com diferenças entre si, elas parecem ser, no frigir dos ovos, complementares.

Próximo da perspectiva microeconômica própria do raciocínio empresarial está o "neoliberalismo verde", que se esforça por demonstrar que mecanismos de mercado (como mercados de carbono, direitos de propriedade, "soberania do consumidor" e quejandos) são suficientes para lidar com problemas ambientais – muitas vezes reduzidos a problemas de alocação subótima de recursos e falta de racionalidade nos investimentos. Isso costuma ser chamado, no mundo anglófono, de *free-market environmentalism*.

Dentre os estímulos de mercado sobressai, aliás, desse ponto de vista, a capacidade de inovação tecnológica como resposta a desafios: tecnologias mais eficientes e racionais seriam, também, menos poluidoras e desperdiçadoras. Além do mais, haveria um imenso nicho a ser explorado no que concerne ao desenvolvimento de tecnologias de macrocontrole dos efeitos das mudanças climáticas globais (*geoengineering* ou *climate engineering*). A expressão da moda dessa tendência ideológico-discursiva é a "ESG" (sigla que significa *Environmental* + *Social* + *Governance*), com todo o seu jargão e suas táticas, desdobramentos das já bem conhecidas fórmulas do "selo verde" e da "responsabilidade ecológica das empresas".

A estabelecer algum contraste com a tendência mais afinada com o neoliberalismo, topamos, há décadas, com a chamada "modernização ecológica", sobretudo em suas versões mais reformistas. Aqui, já não se trata de uma confiança cega no "livre mercado"; aceita-se de muito bom grado a necessidade tanto de investimentos estatais quanto, além do mais, de regulação e controle por parte do Estado. Defendem-se, por isso, mudanças nas instituições (convenções e acordos internacionais para coibir abusos, capacidade de fiscalização em várias escalas etc.), assim como são defendidas a sociedade civil (ou melhor, *uma certa faceta* da sociedade civil, representada por ONGs mais ou menos bem comportadas) e uma dada ideia de "governança" – que, no fundo, equivale a descentralizar um pouco as responsabilidades para melhor administrar a instabilidade e as tensões sociais, uma vez que escasseiam recursos. Esse tipo de abordagem tem predominado desde os anos 1980 e 1990, quando se disseminou o discurso-padrão do "desenvolvimento sustentável".[1]

O olhar mais "(neo)liberal" e o olhar mais "reformista" parecem distintos. Até que ponto o são, de fato? Será possível salvar o capitalismo dele próprio? Pelo menos para alguns de nós, não é aceitável, por um minuto sequer, esquecer que existem limites claros para o alcance das "soluções" viáveis no interior do próprio modo de produção, a

[1] Uma das leituras intelectualmente mais refinadas da possibilidade de uma "modernização ecológica" pode ser encontrada em Mol (2001). Conforme se disse acima, todavia, trata-se de um olhar que pode ser encontrado já no famoso *Relatório Brundtland* (que é como ficou conhecido o documento *Our Common Future*, da World Commission on Environment and Development da ONU), de 1987. Quanto ao "(neo)liberalismo verde" e suas derivações, também denominado (sobretudo por não economistas) de "ambientalismo liberal" (*liberal environmentalism*), dispenso-me de oferecer referências bibliográficas; elas são fáceis de serem encontradas, mormente em língua inglesa, abrangendo incontáveis artigos e livros técnico-científicos, manifestos etc. – sem mencionar as peças de propaganda, no estilo "palestras e cursos sobre ESG", atualmente tão em voga.

começar pelo *imperativo de acumulação de capital* (a reprodução ampliada do capital). Em face desse imperativo econômico, inerente à essência do modo de produção capitalista, "reciclagens", "reduções", "reutilizações" e avanços tecnológicos terão o condão, no máximo, de adiar a catástrofe ecológico-social ou desacelerar um pouco a sua preparação. Sem contar que, além do mais, ecoestresse continuará a ser exportado de lá para cá, especialmente do Norte Global para o Sul Global (lixo tóxico, indústrias poluidoras, rapina ambiental etc.), para desonerar e aliviar os países centrais. É fácil verificar, portanto, que podemos até estar todos no "mesmo barco" planetário, só que isso não nos uniformiza. Não percamos de vista que no tristemente célebre *Titanic* havia passageiros de "primeira classe", de "segunda classe" e de "terceira classe" (o grupo mais numeroso, aliás) – e que, assim como as comodidades no navio eram totalmente distintas entre as classes, também as vítimas, no momento da tragédia, não se distribuíram igualmente entre as três, porque os botes salva-vidas e as atenções da tripulação não eram exatamente para todo mundo. Longe disso.

Os "neoliberais verdes" e os "reformistas" entusiastas da "modernização ecológica" parecem, assim, mesmo que de formas diferentes e com graus de sensibilidade social e ecológica variáveis, empenhados em colaborar para reproduzir o modo de produção capitalista, não em superá-lo. A título de analogia, pensemos nas diferenças entre os partidos estabelecidos nos mais diversos países (uns, mais liberais ou conservadores; outros, de conteúdo social-democrata, trabalhista etc.): quem duvida de que, em última análise, sejam visceralmente complementares, diante da necessidade de estabilização sistêmica (econômico-social e política)?...

Infelizmente, contudo, há, sim, quem se iluda. Há toda uma legião de ambientalistas (nas universidades, em ONGs, ocupando cargos públicos etc.) que, com maior ou menor ingenuidade (e de maneira tácita ou explícita), abraça a crença de que o capitalismo e as suas institucionalidades definem e esgotam o horizonte do possível. O "ambientalismo pró-capital", com todas as suas nuanças e toda a sua relativa variabilidade interna (de consultores e "especialistas em ESG" a técnicos de ONGs, passando por toda a sorte de funções e perfis gestoriais), compartilha um mesmo solo comum: a resignação (o desejo?...) diante do cenário possível de que o amanhã e o hoje virão a ser essencialmente a mesma coisa.

CONTRA O NEOFASCISMO ANTIECOLÓGICO

Para quem achava que o "neoliberalismo verde" era o fundo do poço em matéria de desfaçatez e justificação da degradação e da destruição ambientais em larga escala, os últimos anos trouxeram uma triste realidade: sempre dá para piorar, especialmente na (semi)periferia do capitalismo mundial. Talvez o principal exemplo internacional recente tenha sido o Brasil sob Jair Bolsonaro – uma era que ainda não terminou de todo, seja porque as faturas continuam a ser pagas, seja porque as forças políticas de (extrema-)direita e mesmo neofascistas permanecem influentes e causando estragos.

O capitalismo, enquanto modo de produção, nunca esteve distante de crimes de todos os tipos, desde as pilhagens e desterritorializações violentas e os genocídios da época da "acumulação primitiva de capital" até a corrupção corporativa atual. A história dos Estados Unidos, conforme já foi fartamente documentado, está embebida em relações promíscuas entre negócios legais e famílias e fortunas "respeitáveis", de um lado, e o crime organizado (em um sentido amplo), de outro.[2] Aliás, o fascismo europeu, a começar pelo nazismo hitleriano, tampouco esteve imune à bandidagem e ao banditismo mais solertes: dos saques de obras de arte na Europa ocupada pelos alemães à profanação de cadáveres de judeus trucidados em busca de dentes de ouro, passando pelo trabalho escravo e pela chantagem e pela corrupção sistemáticas, o Terceiro Reich foi pródigo em matéria de formação de quadrilhas, e não só de crimes contra a humanidade.[3] Diante disso tudo, o que o neofascismo "à brasileira" dos últimos anos teria de especial?

De especial, propriamente, talvez pouco. Mas ele teve e tem muito de exemplar – e de grotesco e terrível. Sublinhemos, para começo de conversa, a articulação entre empresários e políticos locais com (outros) criminosos. Na Amazônia (mas também em outros lugares), a presença crescente das "facções" do crime organizado exportado por Rio de Janeiro e São Paulo tem se tornado uma marca registrada de um dos "legados" da Era Bolsonaro, ainda que o problema venha de mais longe.

[2] Consulte-se, sobre isso, Woodiwiss (2003).
[3] Sobre o tema, acerca do qual já há farto material, veja-se, por exemplo, os dois últimos volumes da importante trilogia de Richard J. Evans, *O Terceiro Reich no poder* (Evans, 2012a) e *O Terceiro Reich em guerra* (Evans, 2012b).

Apontemos, nesse mesmo contexto, a leniência e até a simpatia por parte do Estado para com madeireiros ilegais, garimpeiros e outros agentes operando (ainda que não com exclusividade) em um circuito de "capitalismo criminal-informal". "Desenvolvimento" e "progresso", lembrados em falas e documentos governamentais, passaram a ser, sem quaisquer rebuços ou inibições, concebidos às custas do extermínio dos "selvagens" (povos originários) e do desrespeito para com terras indígenas e áreas ambientalmente protegidas (que são, no fundo, imensas reservas de "natureza barata" para o capitalismo global...). Tudo isso contou com o endosso implícito e até mesmo explícito, direta ou indiretamente, do aparelho de Estado: "passar a boiada" foi a expressão utilizada pelo então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles na famigerada reunião ministerial de 22 de abril de 2020, na qual ele sugeria ao presidente da República e ao restante do governo aproveitar a circunstância de que a população e a imprensa estavam distraídas e (pre)ocupadas com a temática da pandemia de COVID-19, o que forneceria a ocasião ideal para afrouxar normas ambientais e reestruturar instituições. Em outras palavras, a ocasião ideal para fazer tudo aquilo que, realmente, se fez ou tentou fazer: desmontar o sistema de licenciamento ambiental, enfraquecer instituições de regulação e fiscalização, esconder os maquiar dados de desmatamento, negligenciar o Censo demográfico, interferir em conselhos como o CONAMA para debilitar a presença da sociedade civil e fortalecer a capacidade de ingerência do governo, vender facilidades.

O bolsonarismo representa um gangsterismo tosco, primitivo, boçal, plasmado à imagem do estilo parlamentar e posteriormente presidencial de seu líder e modelo. Sua crueza e sua brutalidade, com seu *modus operandi* "vale tudo", sua vulgaridade e seu descuido até mesmo com as aparências e com a preocupação com algum verniz civilizatório, se explicam, em parte, pelas características de um país semiperiférico, e é precisamente essa circunstância – a condição não central, de ex-colônia de exploração – que faz com que seus efeitos se revelem especialmente nefastos, pois se dão em um país já assolado, há muito ou desde sempre, pelo patrimonialismo das elites, pelo clientelismo reproduzido pelo Estado e pela truculência contra as classes populares. Sem pretender negligenciar biomas como o Pantanal e o Cerrado, que também, juntamente com seus habitantes mais pobres, foram alvo de agressões horrendas, é válido salientar que a Amazônia foi e continua a ser o grande símbolo da devastação ecológica e social do período.

Convenhamos: o capitalismo, seja nos países centrais ou mesmo nos (semi)periféricos, "come com garfo e faca" sempre que possível – pois isso também rende bons negócios, no contexto da hipocrisia internacional em torno das certificações sociais e ambientais –, mas não se mostra tímido diante da necessidade de "comer com as mãos e se lambuzar todo", desde que seja preciso empregar métodos mais duros. Sempre foi assim, e precisamente a história do Brasil – e, recentemente, da Amazônia, em particular – está aí para ilustrar. À sombra do neofascismo antiecológico, todavia, vicejaram e se expandiram tremendamente práticas de conluio, intimidação, extorsão, mentira sistemática, reestruturação institucional e revisão legislativa casuístas e de ocasião, compra de lealdades e, no fim das contas – na ponta final, lá no campo, nas aldeias e nas periferias –, necropolítica e assassinatos. A relativa novidade da Era Bolsonaro, por assim dizer, foram, quiçá, basicamente a *escala temporal da destruição* (a velocidade, o ritmo acelerado), a *capilaridade da "econecropolítica"* (graças ao apoio ou à condescendência governamentais) e a relativa *despreocupação dos agentes públicos com máscaras ou a manutenção de aparências de "normalidade".*

Ao mesmo tempo, justamente no que se refere à proteção ambiental e à conservação e ao uso de recursos, o neofascismo bolsonarista representa algo diverso do fascismo clássico, e muito particularmente do nazismo. É interessante e instrutivo notar como o antiecologismo do neofascismo tropical difere desse caso paradigmático. Vejamos, na seção a seguir, como isso se dá – e como seria difícil que fosse de outra maneira, dada a distância no espaço e tempo entre o fascismo clássico europeu e o neofascismo de nossos dias, em particular na (semi)periferia do sistema mundial capitalista.

CONTRA O ECOFASCISMO

Quem, no Brasil, observasse a sanha depredadora da "boiada" anunciada e saudada pelo ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em abril de 2020, e quem, ainda por cima, desconhecesse a história dos vínculos entre fascismo (a começar pelo nazismo) e "proteção ambiental", seguramente teria dificuldade para imaginar o quanto um regime fascista poderia ser, exatamente ao contrário do neofascismo bolsonarista, profundamente

comprometido com valores "ecológicos". Porém, foi exatamente esse o caso do regime hitleriano.[4]

Em matéria de "ecologia", o regime nazista esteve, inclusive, na vanguarda discursiva e institucional em uma multiplicidade de setores e aspectos. É certo que o Terceiro Reich apresentou contradições e limites a esse respeito;[5] ainda assim, o regime mostrou-se paradigmático, pelo menos até 1939, quando novas prioridades vinculadas ao esforço de guerra capturaram todas as atenções e drenaram os melhores esforços. O governo alemão (ou agentes e órgãos específicos, pouco importa) patrocinou uma agenda e adotou medidas que iam desde a agricultura orgânica e a silvicultura ecológica até os direitos dos animais (com o banimento da vivissecção, por exemplo, e sem contar que vários próceres do regime eram vegetarianos, começando por Hitler, Himmler e Heß), passando pelo incentivo ao ecopaisagismo e à proteção ambiental em geral. O "amor pela natureza" (*Liebe zur Natur*), simbolizado acima de tudo pelo culto à floresta (*Wald*), aliás, é algo proverbialmente ligado à identidade tradicional alemã, mormente (conquanto não exclusivamente!) em suas versões mais conservadoras. O regime nazista recolheu essas influências e lhes deu enorme guarida institucional.

No Brasil da Era Bolsonaro, não havia espaço para uma contradição entre passadismo e modernização, nostalgia e "progresso", como foi possível observar no Terceiro Reich. Em nosso país, o "progresso" passou a ser buscado contra aquilo visto como "selvagem", "relíquia do passado" ou coisa que o valha: povos originários, florestas nativas e áreas não desmatadas. O contraste entre um Terceiro Reich "ecológico" e um neofascismo bolsonarista antiecológico, sem embargo, não deixa de ser, em parte, uma questão de escala geográfica e de contexto histórico. Os nazistas não se importavam em extrair recursos impiedosamente e arrasar paisagens – desde que fosse no país alheio, e não na *Heimat* (terra natal), no *Vaterland* (pátria). Para os neofascistas brasileiros da atualidade, os territórios a serem objeto de expansão e os povos e grupos a serem submetidos, desterritorializados e assimilados/reconvertidos (ou exterminados) não estão fora, mas sim dentro do próprio país. Para um país periférico ou semiperiférico, o Outro a ser espoliado, desprezado e sugado não vive além das fronteiras nacionais; ele vive em uma "periferia da periferia".

[4] Consultem-se, entre outros, Biehl e Staudenmaier, 1995; Brüggemeier *et al*., 2005.
[5] Cf. Brüggemeier *et al*. (2005).

O fascismo ecológico, mais ou menos segundo o figurino tão modelarmente representado pelo Terceiro Reich, não desapareceu em 1945; antes, atualizou-se e capilarizou-se. Pode ser facilmente encontrado no tecido social de países do Norte Global, misturado com preconceitos racistas, contra imigrantes etc.[6] Contudo, de modo algum está ausente da realidade de países do Sul Global, na qual valores ecofascistas não raro rivalizam com o pragmatismo do "ambientalismo de mercado" na disputa pelos corações e mentes das classes médias.

"Ecofascismo", não custa esclarecer e recordar, é um termo que surgiu na década de 1970, proposto pelo sartriano Michel Bosquet (1978), pseudônimo então utilizado pelo austríaco André Gorz. A mesma palavra foi, posteriormente, usada por Murray Bookchin e seus colaboradores (Biehl; Staudenmaier, 1995), independentemente da influência de Bosquet. Em ambos os casos, a finalidade foi uma só: apontar para os perigos e ciladas que residem em cogitar alcançar metas "ecológicas" mediante estratégias e medidas autoritárias (do neomalthusianismo às restrições de liberdade e até a uma "ecoditadura"). Alegando a necessidade de uma "mão forte" para a promoção da proteção ambiental, esse tipo de ambientalismo autoritário é, ao mesmo tempo, elitista, dado que quem é objeto de acusação, controle e repressão é, geralmente, o Outro (pobre, [i]migrante, habitante do Sul Global etc.), nunca as classes e grupos sociais aos quais pertencem os seus defensores e ativistas (classes médias e elites brancas, acima de tudo do Norte Global, conquanto não só).

Muito embora não tenha utilizado o termo "ecofascismo", o marxista heterodoxo João Bernardo vem, desde os anos 1970, grifando exatamente as relações entre o fascismo e o pensamento ecológico (Bernardo, 1979; 2003). O mote essencial tem sido, para ele, a denúncia de que, assim como o fascismo clássico substituía a luta de classes pelo confronto entre "nações" ou "povos", sempre em nome de uma solidariedade essencial de todos no seio de cada "comunidade nacional" (por conta dos laços culturais e, especialmente no caso alemão, também de "sangue e solo"), o ecologismo moderno passou a pôr no centro do palco uma suposta oposição fundamental entre os que são favor e os que são contra "salvar o planeta". Ou seja, a solidariedade essencial dar-se-ia, agora,

[6] Exemplar é, a esse respeito, a atuação pública de Dave Foreman, fundador da organização *Earth First!*, nos Estados Unidos (Foreman, 2015). Na própria Alemanha, aliás, não têm faltado revivescências e atualizações da aliança entre "marrons" (marrom era a cor-símbolo do nazismo) e "verdes" (vide, p.ex., o assustador documento da Fundação Heinrich Böll sobre os "ecologistas marrons" (Heinrich Böll Stiftung, 2012).

não sobre os alicerces de uma visão de "comunidade nacional", mas sim de uma "comunidade" de todos os "amigos da Terra e da vida" em contraposição aos "inimigos da Terra e da vida". O calcanhar de Aquiles da interpretação de João Bernardo tem sido, a meu ver, o exagero com que ele lida com a o ecologismo e sua história, reduzindo tudo a um único vetor – e deixando de lado o fato de que há contradições enormes ao longo dessa história, a qual é, de resto, a história de uma *acirrada disputa simbólico-discursiva e prática*. Sem embargo, mesmo não dando muita razão a João Bernardo, é impossível tirar-lhe toda a razão. Ele põe o dedo em uma ferida aberta.

CONTRA AS FALÁCIAS "PÓS-MODERNAS"

Enganar-se-ia redondamente quem achasse que o "ecofascismo" se confina a manifestações penumbrais de ativistas e (pseudo)intelectuais obscuros, saudosistas (enrustidos ou não) do nazi-fascismo e profetas de um Armagedom ecológico. Por mais que nos custe acreditar, elementos (quase sempre imersos em uma retórica ambivalente ou ambígua) típicos de uma ideologia fascista – cuja quintessência é a visão de uma "comunidade" dos bons e justos pairando acima das classes e divisões sociais –, devidamente atualizada "ecologicamente", podem ser encontrados em trabalhos de intelectuais que juraríamos estarem a anos-luz de toda a vulgaridade neomalthusiana e reacionária. O assim chamado "pós-modernismo", que tanto sucesso fez entre os anos 1980 e 1990 (e que permanece influente em alguns círculos ou por meio de manifestações tardias), nos oferece diversos exemplos assaz ilustrativos. Vou me concentrar em um único caso: as ideias de Bruno Latour – o qual, diga-se de passagem, não gostava do termo "pós-modernismo", o que não o impediu de ser um bom representante da tendência geral em alguns aspectos relevantes.

Gostaria de iniciar esclarecendo que *não* tenciono sugerir que a obra de Latour, em qualquer momento, tenha assumido uma coloração rigorosa ou nitidamente "ecofascista". A despeito disso, há, no meu entendimento, suficientes ambiguidades e incursões temerárias (ou confusas) que justificam, sim, a percepção da existência de terrenos pantanosos – que, aqui e ali, bem podem ser a antessala de leituras, se não propriamente fascistas, pelo menos filofascistas (isto é, simpáticas a aspectos de soluções e posturas fascistas). Se, como já disseram, do sublime ao ridículo é só um passo,

podemos acrescentar, por analogia, que, muitas vezes, entre certas formulações (ainda) não fascistas e uma visão de mundo propriamente fascista (não importa se "vulgar" ou não: houve vários intelectuais fascistas brilhantes, como o jurista alemão Carl Schmitt, do qual já voltarei a falar), igualmente se trata simplesmente de um passo. Passo em falso e descuidado, talvez, mas nada ou pouco mais que um passo.

Para os estudiosos de Sociologia da Ciência, o nome de Bruno Latour tornou-se familiar já com a publicação de *Vida de laboratório*, em 1979 (em coautoria com Steve Woolgar), *Ciência em ação*, em 1987, e *A pasteurização da França*, em 1988. Para todos aqueles que acompanham e participam de debates envolvendo problemas ambientais e as relações entre "sociedade" e "natureza", Latour passou a ser uma referência cada vez mais citada a partir de seu livro de 1991 (traduzido e publicado no Brasil em 1994), *Jamais fomos modernos* (Latour, 1994). Nesse livro, o autor faz uma afirmação marcante, central para o seu pensamento: vivemos, mais do que nunca, cada vez mais cercados por "híbridos" – objetos/entidades nem puramente "naturais" nem puramente "sociais" –, chegando mesmo a ser infrutífero tentar determinar onde termina o "natural" e começa o "social".

Os "híbridos" e o nome de Bruno Latour passaram, desde os anos 1990, a ser quase indissociáveis. Deve-se prestar a ele o devido tributo de ter ajudado a avivar necessárias discussões a propósito das crescentemente complexas relações entre aquilo que a Filosofia alemã do princípio do século XIX (Hegel, Schelling) denominava *erste Natur* ("primeira natureza") e aquilo que seria, a contrastar com ela, uma *zweite Natur* ("segunda natureza"), criada por mãos humanas.[7] Ocorre que tais vínculos podem ser rediscutidos, dialetizados e relativizados de numerosas formas, e a de Latour apresenta o seu próprio e inconfundível quinhão de controvérsia. Existem bons motivos para crermos que, sem prejuízo para o reconhecimento do valor das *questões* que ele levantou ou ajudou a levantar, suas *respostas* nem sempre foram as mais felizes.

Em Latour, os "híbridos" se caracterizam pela *indiferenciação*. Daí a sua convicção de que seria pouco razoável ou impossível pretender determinar onde termina o "natural" e começa o "social":

[7] Essa terminologia foi posteriormente recuperada nos marcos de análises socialmente críticas, com destaque para o geógrafo anarquista Élisée Reclus (nascido em 1830 e morto em 1905) e, na esteira da influência de Karl Marx, para o pensamento marxista dos séculos XX e XXI.

> Enquanto a natureza permaneceu longínqua e dominada, ainda se parecia vagamente com o polo constitucional da tradição. Parecia reservada, transcendental, inesgotável, longínqua. Mas como c1assificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar estes híbridos? Eles são humanos? Sim, humanos pois são nossa obra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós. (Latour, 1994, pág. 54).

A cena apelidada de "moderna" se apresentou permeada por dualismos de cunho cartesiano, dentre elas ressaltando, precisamente, a separação rígida entre "natureza" e "sociedade" – dicotomização que, não obstante, conforme salientou Latour, em última instância permaneceu enquanto projeto não inteiramente realizado. Seja lá como for, muitos observadores dessa cena histórica, declarando-se fartos de fronteiras artificiais, instintivamente simpatizaram com as provocações de Latour. Eu mesmo não nego o charme e o apelo − ao menos em parte − de tal questionamento. Ocorre que a solução apontada por Latour, o híbrido enquanto mistura que interdita a diferenciação, é, ela mesma, altamente problemática e, em última instância, insatisfatória.

Se aceitarmos que a indiferenciação é o caminho para a concepção dos híbridos e a superação do cartesianismo moderno, ficaremos à mercê de todas as consequências de não poder mais estabelecer *nenhum* nível de distinção entre dimensões diferentes da realidade. Tampouco poderemos distinguir entre fatores, entre responsabilidades. Tomemos o aquecimento global como exemplo: ele é naturogênico ou antropogênico? Deveria bastar isso para nos fazer refletir sobre o contrassenso de, em prol de uma renúncia à *separação rígida*, abrir mão de toda e qualquer *distinção*. Sem embargo, essa é só a primeira das armadilhas que a obra de Latour nos reserva.

Façamos uma pausa de um parágrafo para lembrar algo de alcance bastante geral. A cada "tese" advogada pelos "modernistas" mais empedernidos (universalismo ético, "grandes relatos", racionalidade, cientificismo e defesa intransigente da ciência, amor positivista pela "objetividade"...), os "pós-modernistas" comumente reagiram avançando "antíteses" no mínimo tão polêmicas e limitantes (particularismo ético, minimalismo teórico, flerte com o irracionalismo, denúncia estridente da ciência e suas pretensões, enaltecimento um tanto pedestre da "(inter)subjetividade"...) quanto aquilo a que se contrapunham. Bruno Latour, com seu relativismo e, ademais, com sua prosa tipicamente ambígua (e não raro hermética e verbosa), inscreve-se, de um jeito ou de outro, no universo dominado pelo *ethos* "pós-moderno". As facetas interessantes e

instigantes de seu pensamento são, à semelhança do que acontece com outros intelectuais da mesma cepa, prejudicados, em larga medida, pelos exageros decorrentes de uma mera inversão de sinais. Como diria Paracelso, pioneiro da Toxicologia no século XVI, a diferença entre o veneno e o não veneno (ou até mesmo o remédio) está na dose.

Desde *Jamais fomos modernos*, e até seu falecimento em 2022, Latour não cessou de nos brindar com reflexões sobre o que é costumeiramente chamado de "crise ambiental" ou "crise ecológica", ou ainda sobre o alcance e as implicações do "Antropoceno". Mesclando ideias potencialmente interessantes acerca da "agência" (no sentido anglo-saxônico de *agency*: a capacidade de ação, de fazer escolhas) e dos "actantes" (neologismo que, em francês, é *actants*: os que agem ou influenciam, sejam humanos ou não humanos) com o conceito de "rede", mas valendo-se de tons mais e mais metafísicos (com um sabor *New Age* em versão remasterizada) e noções escorregadias (como a de "Gaia", grandemente inspirada no não muito menos controvertido James Lovelock), ele incursionou por campos minados. Coragem ou, no fundo, temeridade? Qual a serventia e quais as implicações dessas incursões, sob um ângulo emancipatório (ampliação de consciência de direitos, elucidação e desnudamento de contradições sociais, e assim sucessivamente)?

Alguns poucos exemplos, todos bem característicos do Latour tardio, bastarão, talvez, para ilustrar os imensos problemas e dilemas em jogo. Um deles tem a ver com as contradições que o estilo verboso e hermético de Latour não consegue ocultar, ao navegar nas discussões científicas a respeito das mudanças climáticas globais. Atento à relação entre os ardis da forma e as inconsistências do conteúdo, Philippe Stamenkovic (2020) mostra com cristalino didatismo como a "retórica obscura" (em suas certeiras palavras) de Latour, a mesclar construtivismo e relativismo com um suposto domínio da literatura científica, desemboca em um "niilismo epistemológico" (expressão de Andreas Malm tomada de empréstimo pelo autor) inconsequente e que se contradiz a si mesmo (*self-contradictory*), pois pressupõe fatos cientificamente estabelecidos (como o aquecimento global antropogênico) para, concomitantemente, solapar seu núcleo de objetividade. Uma no prego, uma na ferradura, como diriam os antigos. A despeito disso, a tendência acadêmica contemporânea nas humanidades de se afastar de tudo o que cheire a positivismo – tendência, em si mesma, compreensível e defensável –, somada a um encantamento pelas prosas barrocas e sinuosas, tem transformado muitos em presas fáceis

de um brilho um tanto traiçoeiro. Pois, como também sabiam os antigos, nem tudo o que reluz é ouro.

O tipo de objeção que Stamenkovic levanta possui paralelos e conexões particularmente inquietantes e, pode-se mesmo dizer, alarmantes. Ele não tratou desses aspectos, ou meramente tangenciou alguns deles, e certamente extrapolaria as possibilidades deste ensaio tentar examiná-los em profundidade. Sem embargo, não posso me furtar a mencionar, ainda que muito brevemente, aquilo que me parece ser o "x" da questão. Os leitores interessados poderão, depois, prosseguir por conta própria.

Sem dar nenhuma justificativa sólida, Latour encetou um "diálogo" com Carl Schmitt, jurista unanimemente apontado como um dos grandes teóricos e legitimadores do Terceiro Reich e seu "estado de exceção permanente".[8] "Ato falho", arrojo ou inconsequência? Latour não foi o primeiro a (re)descobrir Schmitt (lembremos de Toni Negri, Giorgio Agamben e tantos outros), mas o fez de uma maneira nada convincente, ao menos de um ponto de vista que busca, contra a heteronomia,[9] explicitar as limitações e tirar as lições cabíveis da obra de um pensador ultraconservador e cúmplice do Estado

[8] Possivelmente não é mera coincidência a caracterização da geohistória em face de "Gaia", por Latour, como um "generalizado estado de guerra" (Latour, 2017, pág. 73).

[9] *Heteronomia* e *autonomia* são, neste como em outros trabalhos meus, categorias tomadas no sentido rigoroso e exigente que assumem na obra filosófica de Cornelius Castoriadis (vide, p.ex., Castoriadis, 1975, 1983 e 1990). Autonomia, como ele mostra, nos remete a "*autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo as suas leis. (…) A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. (...) Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa *é também a minha lei*. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia *como tal* (não somente porque ela é 'boa para mim'), o que, evidentemente, nenhuma 'demonstração' pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito (...). (Castoriadis, 1990, pág. 131-134). A autonomia, por conseguinte, se refere à capacidade e à possibilidade de autodeterminação e autogoverno, tanto no plano individual quanto no coletivo – planos esses, aliás, interdependentes, como Castoriadis nunca se cansou de grifar. A heteronomia, de sua parte, sendo o reverso da autonomia, se manifesta sob a forma de práticas e instituições de exploração, opressão e dominação, possuindo, não obstante, também uma dimensão psíquica e ideológica: a introjeção, pelos indivíduos, da crença de que eles não são (ou não podem ser) senhores de seu destino e plenamente responsáveis por suas ações, dado que o rumo das coisas seria determinado por alguma instância transcendente e extrassocial (Deus, os deuses, a "raça", a "natureza"...). Adequadamente compreendida, a Filosofia Política de Castoriadis, profundamente libertária (se bem que não propriamente anarquista), oferece um antídoto extremamente poderoso não apenas contra o autoritarismo do Estado capitalista (seja em sua versão liberal, seja em sua modalidade hiperautoritária, fascista) como, também, contra as ilusões abrigadas no pensamento político marxista ("ditadura do proletariado", "Estado socialista" e congêneres).

nazista.[10] Schmitt ficou conhecido, entre outras coisas, por assentar o terreno político em uma oposição incontornável entre "amigo" e "inimigo" – inclinação inconfundivelmente fascista. Latour, de sua parte, que nunca se posicionou claramente no campo antissistêmico (anticapitalista e radicalmente contestatário e anti-heterônomo), não teve dúvidas em afirmar que "a ecologia é a nova luta de classes".[11] Dividir-se-ia o mundo, assim, entre os "amigos" da Terra (em um sentido holístico e um tanto metafísico), aquilo que Latour chamou de "classe ecológica" (*classe écologique*), e os seus "inimigos"? Essa é, evidentemente, uma das ressonâncias possíveis de Schmitt. Nem é preciso ligar muitos pontinhos para chegar lá.

Latour não foi, até onde a vista alcança, nenhum fascista, nem simpatizou com ideias patentemente fascistas. O busílis está, contudo, nesse advérbio: *patentemente*. As ideologias e as posições ético-políticas não são discerníveis, em sua complexidade, como entidades discretas; são fluidas, movendo-se em um *continuum* e, mais que isso, entrecruzando-se de modos surpreendentes, quiçá paradoxais. Ao declarar a ecologia como "a nova luta de classes", Latour leva água para o moinho de João Bernardo, (re)criando um problema – a típica interpretação criptofascista ou filofascista – sem resolver o anterior – a necessidade imperiosa, que reconheço, de transcender os esquemas herdados para pensar, sem amarras de ortodoxias anacrônicas, as classes sociais e a luta de classes, a (in)justiça e, afinal, as relações (materiais, éticas e culturais) entre "natureza" e "sociedade". Felizmente, para nós e para o mundo, têm existido contribuições intelectuais mais promissoras que a de Latour (ou, pelo menos, não tão arriscadas e problemáticas). Acima de tudo, tem existido uma pletora de sujeitos que, por meio de suas lutas concretas e r-existências, nos inspiram e orientam. É isso que será abordado a seguir.

[10] Uma amostra da pouca consistência (ou da pouca prudência) com que Latour se ocupa de Schmitt pode ser vista em sua entrevista para *Millennium: Journal of International Studies* (cf. Salter e Walters, 2016).
[11] Esse é o título de uma das últimas entrevistas concedidas por Latour, publicada no jornal *Le Monde* (Latour, 2021). Um tratamento muito mais extenso e sofisticado do tema pode ser encontrado no livro *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (título original: *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*), no qual o autor, ao mesmo tempo em que revela uma louvável sensibilidade social e territorial para com as agendas e necessidades dos atores locais, o faz não somente de um modo caracteristicamente "pós-moderno", mas de um jeito que, dando a impressão de levar em conta as desigualdades sociais, reduz o problema a uma cisão entre os pró-Terra/pró-ecologia e os anti-Terra/antiecologia, em detrimento de "antigas fórmulas" como "direita" e "esquerda", "liberação", "emancipação"... (as palavras aspeadas são dele: cf. Latour, 2020).

A FAVOR DAS MÚLTIPLAS CONTRIBUIÇÕES EMANCIPATÓRIAS

Não há um único "ecologismo" ou "ambientalismo"; o que há é uma miríade de posicionamentos e leituras da "ecologia" e seu significado político-social, da "crise ambiental" e dos vínculos entre "natureza" e "sociedade". Esses posicionamentos e leituras são atravessados por visões de mundo, ideologias e correntes filosóficas e teóricas, tudo influenciado pelos condicionamentos impostos pelas circunstâncias biográficas e coletivas nas quais se acha embebida a vida concreta dos indivíduos e grupos (as necessidades e restrições materiais, os constrangimentos político-institucionais, as conjunturas, as mentalidades das diferentes épocas e as culturas dos diferentes lugares). Assim é que, entre atitudes antissistêmicas (anticapitalistas, anti-heterônomas) e pró-sistema, entre "biocentrismo" ou "ecocentrismo" e "antropocentrismo", entre concepções de sociedade e mundo religiosas e seculares (ou mesmo ateias) – e assim sucessivamente –, podemos encontrar inúmeras variantes e subvariantes, cada uma com seus próprios matizes (cf. Souza, 2019, cap. 5).

Simplificar demasiado esse cenário foi o equívoco de um observador de resto tão arguto e erudito quanto João Bernardo. Mais do que isso, simplificar o assunto ao ponto de imputar à "ecologia", genericamente, um conteúdo intrinsecamente conservador, não apenas faz vistas grossas à incontornabilidade das questões colocadas pelo *metabolismo ecológico-social* (uso de recursos e fontes de energia, efeitos ambientalmente contaminantes, perturbadores, degradadores ou destruidores de processos produtivos, padrões de distribuição sócio-espacial dos ônus da poluição e do desperdício etc.), mas negligencia ou despreza os conflitos e as lutas de quem, para viver e sobreviver, se confronta, cotidianamente, com desafios que envolvem aquele metabolismo.

No âmbito acadêmico ou no plano intelectual (o qual, nem é preciso dizer, nunca se circunscreve ao âmbito acadêmico/universitário), tem havido, no último meio século ou um pouco mais, toda uma série de tentativas de ler a "ecologia" a partir de uma perspectiva socialmente crítica. Apesar da herança um tanto polêmica de Marx a esse respeito (como vários autores importantes mostraram, a dimensão economicista e racionalista da obra de Marx, notadamente do Marx "maduro", atrita com os momentos

de genuína preocupação com a "ruptura metabólica" instaurada pelo capitalismo[12]), uma legião de pesquisadores e intelectuais – precedidos pelas contribuições seminais de pensadores de gerações anteriores, como alguns daqueles da Escola de Frankfurt – principiou, desde a década de 1970, a investir sistematicamente em uma (re)leitura "ecológica" do legado marxiano. Esse esforço intensificou-se muito nas décadas seguintes, de que dão testemunho Elmar Altvater (1991; 992; 2005), Enrique Leff (1994), John B. Foster (2000), Jason Moore (2015) e Kohei Saito (2017), entre muitos outros. Como era de se esperar, não há unanimidade absoluta entre esses analistas e comentadores. Suas divergências são, às vezes, mais de ênfase que substantivas, mas há, também, desacordos notáveis acerca da maneira como os conceitos e enfoques teóricos devem ser mobilizados, e até mesmo sobre o papel que certas questões efetivamente desempenharam no pensamento de Marx.

No que concerne ao pensamento e à práxis libertários, a produção teórica pode ser, à primeira vista, menos impressionante que a marxista (ao menos em matéria de volume), mas as contribuições começaram já muito cedo, com as obras dos anarquistas Piotr Kropotkin e, principalmente, Élisée Reclus.[13] Dando um salto de gerações, na segunda metade do século XX foi a vez de o neoanarquista Murray Bookchin oferecer o que é, provavelmente, a versão mais robusta do ecoanarquismo, mediante o seu enfoque de uma Ecologia Social (*social ecology*) (Bookchin, 2005; Souza, 2017). Por fim, Cornelius Castoriadis – que, não sendo exatamente um anarquista, foi o principal renovador da tradição libertária na segunda metade do século passado – nos deixou relevantes contribuições diretas e indiretas a respeito da dimensão ecológica da luta contra a heteronomia (Castoriadis, 1978a; 1986; 2005a; 2005b; Castoriadis; Cohn-Bendit, 1981).

As ideias teóricas, sejam elas produzidas nas universidades ou fora delas (como em certos espaços de militância e ativismo, desde os tempos do movimento operário clássico), se entrelaçam com as práticas e experiências de luta – refiro-me, por óbvio, às ideias teóricas que se deixam alimentar pela práxis e as retroalimentam, sendo por isso fecundas, e não às ideias politicamente mais ou menos estéreis emanadas de

[12] Ver, sobre o economicismo e o racionalismo marxianos e suas consequências, p.ex., Castoriadis (1975, 1978a, 1978b e 1983).

[13] Para não sobrecarregar o texto com as muitas referências importantes quanto às obras desses dois anarquistas e geógrafos, remeto o leitor aos capítulos sobre Reclus e Kropotkin de meu livro *Por uma Geografia libertária* (Souza, 2017).

bolhas universitárias completamente ensimesmadas. De toda sorte, também aqui, no que tange à produção de conhecimento teórico, constatamos que as relações entre espaços formais de ensino e pesquisa (universidades, para começar) e outros tipos de espaços (organizações de movimentos sociais, ONGs etc.) estão longe de ser simples. Há todo tipo de gradação e vínculo, configurando uma paisagem complexa, muitas vezes tensa e marcada mais por desencontros que por encontros, de acordo com o país e a época.

Múltiplos entroncamentos e colaborações (mais ou menos fortes) têm tido lugar, dando origem a algumas sinergias. Os debates ao redor do ecofeminismo, da agroecologia, da (in)justiça ambiental, do "bem viver" e outros mais têm se revelado indescoláveis de trocas menos ou mais diretas entre ativistas e pesquisadores/profissionais técnico-científicos/intelectuais. As pontes entre os ativistas na base social (o que os anglo-saxônicos batizaram de *grassroots*) e os representantes do saber (técnico-)científico são, amiúde, construídas por pessoas que corporificam, elas mesmas, uma certa fluidez: sejam os ativistas que, mesmo inseridos nas classes populares e seus territórios, são portadores de alguma graduação universitária (ou, seja lá como for, não muito distantes de um ambiente de classe média como uma típica ONG), sejam os pesquisadores universitários que são, em alguma medida, também ativistas. Há, ademais, colaborações com técnicos de ONGs e, eventualmente, com profissionais ligados a órgãos governamentais. Todas essas colaborações, aliás, possuem seus limites, mesmo que esses sejam variáveis. Os pesquisadores universitários, muitas vezes, buscam se envolver com lutas concretas na hora de *estudá-las*, ainda mais quando se trata de uma dissertação ou tese, para, depois, se afastar gradual ou abruptamente, caracterizando um verdadeiro extrativismo intelectual ou "vampirismo acadêmico"; raras são as situações de pesquisa-ação ou de duradoura interação colaborativa. Os técnicos e pesquisadores de ONGs costumam estar disponíveis e ativos como parceiros das classes populares quando há um financiamento das atividades da organização; caso contrário, se retraem. Por fim, os profissionais ligados a órgãos governamentais têm, muito frequentemente (a depender da conjuntura política e do órgão), de driblar a falta de liberdade de ação inerente a seu ambiente de trabalho. Como se vê, nada é simples.

Enquanto isso, as lutas pela *terra*, que são, de uma forma densa, lutas por *território* (por autonomia, por dignidade, por identidade e cultura, por modos de vida), proliferam mundo afora, mormente no Sul Global, como expressão da resistência (ou r-

existência) contra desigualdades e opressões. O Brasil ilustra isso perfeitamente: indígenas, camponeses, seringueiros, caiçaras e jangadeiros, vazanteiros, barrageiros, ribeirinhos, quilombolas, faxinalenses, lavradores de fundos e fechos de pasto, geraizeiros, populações atingidas pela mineração – todos eles constituindo, ao mesmo tempo, uma particularidade e um exemplo de indignações e resistências assaz gerais. Seja direta ou indiretamente, tais lutas e r-existências apontam, como horizonte, para um cuidado não somente com a *terra*, mas para com a *Terra*, independentemente de serem ou não estabelecidas ligações com temas planetários pautados pelo universo da pesquisa universitária, como o aquecimento global, a acidificação dos oceanos, a elevação do nível no mar e outros mais. Um dos desafios que permanecem cruciais é o de como edificar cooperações mais "orgânicas" e sistemáticas entre atores/sujeitos coletivos das classes populares – agentes de um ecologismo imerso nas práticas espaciais de r-existência cotidianas de quem luta para sobreviver – e os ativistas ligados a um ambientalismo animado por atores sociais de classe média, voltado para a defesa de vidas não humanas e paisagens, mas que não necessariamente contempla e aprecia as agendas postas por aqueles que combatem por direitos humanos, direito à moradia, reforma agrária, e por aí vai. Um eterno risco, na realidade, é o de que ativistas de classe média se isolem cada vez mais dos pobres, até mesmo discursivamente, aderindo a agendas com conteúdo ecofascista. Por outro lado, não seria intelectualmente promissor e nem politicamente sensato imaginar que valeria a pena, pura e simplesmente, ignorar aquilo que (pesquisadores-)ativistas de classe média aportam a diferentes tipos de debate – do combate pelos direitos dos animais e pela "justiça ecológica" à defesa de espécies ameaçadas, passando pela denúncia dos efeitos de agrotóxicos. O que importa, aqui, é que o horizonte da luta, parta de onde partir, não seja intrinsecamente conservador, muito menos ecofascista.

Por último, uma extraordinária lacuna precisa, urgentemente, ser preenchida, tanto por articulações práticas/práxicas quanto por teorias mais generosas e realistas. O campo interdisciplinar e, simultaneamente, ativista da Ecologia Política ainda trata as cidades e a urbanização alheias ao seu rol de preocupações e fontes de inspirações prioritárias. Não deveria ser assim; quando mais não fosse, no mínimo por vivermos em um mundo, em um continente (América "Latina"/Abya Yala) e em um país (o Brasil é, quanto a isso, um bom exemplo) já predominantemente urbanos, e que se urbanizam sem

parar. É bem verdade que, por diversas razões, dados sobre a urbanização e a população urbanos têm sido superestimados, ao passo que as populações rurais e a "ruralidade" têm sido subestimadas. A despeito disso, tudo indica que o avassalador processo de urbanização pertence ao domínio dos fatos dificilmente contestáveis, não sendo uma mera "narrativa" sujeita a colossais revisões. O que tem de ser feito, isso sim, é, além de pararmos de exagerar (muito eurocentricamente) a "urbanização da humanidade" e enxergar nisso algo basicamente positivo (idem), como a recente teoria da "urbanização planetária" (herdeira de concepções mais antigas, como a da "sociedade urbana"/"urbanização completa da sociedade", de Henri Lefebvre) vem fazendo, passar a ver mais claramente o significado real da urbanização para a maior parte da população do Sul Global: desterritorialização, periferização e sobrevivência hiperprecária em meio à violência material e simbólica de espaços segregados e "zonas de sacrifício" urbano-ambientais. Nada disso, grife-se, equivale a "romantizar" a vida no campo, nem tampouco a demonizar a cidade enquanto tal. Apenas equivale, a rigor, a enfatizar a imprescindibilidade de uma crítica político-ecológica da espacialidade contemporânea *em seu conjunto*, resultado histórico do capitalismo. Muito mais que um "direito à cidade" (Lefebvre), o que cabe, em última instância, é proclamar e clamar por um *direito ao planeta* (Souza, 2019, cap. 7).

ARREMATE: NEM "FRENTE AMPLA" NEM SECTARISMO

Para um ensaio como o presente, o melhor arremate seria, talvez, a própria seção anterior. Apesar disso, creio que faz sentido finalizar com um punhado de advertências adicionais, e, também, com uma sugestão prática.

Nem "frente ampla" nem sectarismo: eis como poderia ser também sintetizada a mensagem da seção precedente. Cumpre, entretanto, explicar devidamente. "Frente ampla" é uma expressão que, na história política, carrega o estigma dos ajuntamentos de ocasião, eventualmente úteis diante de um mal maior, mas profundamente contraditórios. Ora, não há "frente ampla" possível com o *free-market environmentalism*, por exemplo, por mais que o neofascismo antiecológico e o ecofascismo nos pareçam ainda mais abomináveis. Não obstante, as divergências teóricas e até mesmo prático-políticas que subsistem no interior do macrocampo antissistêmico (entre marxistas e libertários, para começar), mesmo não devendo ser escamoteadas, não

devem ser empecilho para trocas intelectuais e colaborações práticas, sempre que possível e necessário. Muitas vezes, as vaidades intelectuais e as zonas de conforto de organizações e grupelhos são responsáveis por manter distantes atores que poderiam compartilhar e somar esforços entre si, em prol dos interesses dos sujeitos coletivos com os quais nos solidarizamos.

Uma segunda advertência consiste em sublinhar que a "ecologia" não pode ser reduzida, *a priori*, a isso ou aquilo – notadamente, conservadora ou emancipatória. A "ecologia" *atravessa tudo*; ela é um território disputado, assim como o é, digamos, a educação. A educação pode estar corporificada em um colégio religioso tradicional ou em uma academia militar, mas também no método e nas experiências práticas de Paulo Freire, ou na abordagem de Maria Montessori. Não é diferente com a "ecologia". Esta será *aquilo que dela fizerem os sujeitos que dela se apropriarem*, atribuindo-lhe significados ou ressignificando-a. A disputa por esse "território político" não somente vale a pena: ela é *imprescindível*. Desertar significa abandonar uma frente de batalha fundamental. O grande geógrafo brasileiro Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro espantou-se, certa vez, ao ouvir de uma colega (geógrafa!) que a questão ambiental seria uma "falsa questão" (Monteiro, 2003, pág. 11). Com seu proverbial didatismo, Monteiro, insistentemente, buscou demonstrar o equívoco de uma tal posição. Transcorridas duas décadas, afirmar o óbvio continua a se fazer necessário.

Por fim: a quem pode interessar uma panorâmica como a contida neste ensaio? Pensei, ao escrevê-la, principalmente em dois públicos-alvo: *estudantes de graduação*, para os quais não é comum que sejam preparadas introduções simples (mas não simplistas) sobre os assuntos focalizados nestas páginas; e *ativistas*, que podem encontrar, aqui, um estímulo inicial para debates os mais variados, sob a forma de oficinas, seminários e minicursos. O escopo abrangente do texto, somado à estrutura de seções curtas e ao estilo bastante direto e sem rodeios, pode favorecer o uso deste ensaio por grupos interessados em um contato preliminar com várias questões, visões e correntes simultaneamente, visando a um posterior aprofundamento sistemático. Se o objetivo de suscitar um contato inicial com as discussões ao redor do caráter emancipatório ou não da "luta ecológica" for atingido, me dou inteiramente por satisfeito. E melhor ainda se, a partir daí, alguém se sentir incentivado a buscar pormenores e nuanças.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **Die Zukunft des Marktes:** Ein Essay über die Regulation von Geld und Natur nach dem Scheitern des "real existierenden" Sozialismus. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1991..

----------. **Der Preis des Wohlstands oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1992.

----------. **Das Ende des Kapitalismus, wie wir ihn kennen**: Eine radikale Kapitalismuskritik. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2005.

BERNARDO, João. **O inimigo oculto**: Ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

----------. **Labirintos do fascismo**: Na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Afrontamento, 2003.

BIEHL, Janet e STAUDENMAIER, Peter. **Ecofascism**: Lessons from the German Experience. Edimburgo e São Francisco: AK Press, 1995.

BOOKCHIN, Murray. **The Ecology of Freedom**: The Emergence and Dissolution of Hierarchy. Oakland e Edimburgo: AK Press, 2005 (1982).

BOSQUET, Michel [André Gorz]. **Écologie et politique**. Paris: Seuil, 1978.

BRÜGGEMEIER, Franz-Josef *et al*. (orgs.). **How Green Were the Nazis?** Nature, Environment, and Nation in the Third Reich. Athens (OH): Ohio University Press, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.

----------. Technique. *In:* **Les carrefours du labyrinthe**. Paris: Seuil, 1978a.

----------. Valeur, égalité, justice, politique: de Marx à Aristote et d'Aristote à nous. *In:* **Les carrefours du labyrinthe**. Paris: Seuil, 1978b.

----------. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. *In:* **Socialismo ou barbárie**. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1979).

----------. Réflexions sur le "développement" et la "rationalité". *In:* **Domaines de l'homme** – Les carrefours du labyrinthe II. Paris: Seuil, 1986 (1976).

----------. Pouvoir, politique, autonomie. *In:* **Le monde morcelé** – Les carrefours du labyrinthe III. Paris: Seuil, 1990 (1988).

----------. L'écologie contre les marchands. *In:* **Une société à la dérive**. Entretiens et débats 1974-1997. Paris: Seuil, 2005a (1992).

----------. La force révolutionnaire de l'écologie. *In:* **Une société à la dérive**. Entretiens et débats 1974-1997. Paris: Seuil, 2005b (1992).

CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Planeta, 2012a (2005).

----------. **O Terceiro Reich em guerra**. São Paulo: Planeta, 2012b (2008).

FOREMAN, Dave [com Laura Carroll]. **Man Swarm**: How Overpopulation is Killing the Wild World. Middletown/DE, Live True Books, 2ª ed., 2015 (2011).

FOSTER, John B. **Marx's Ecology**: Materialism and Nature. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2000.

HEINRICH BÖLL STIFTUNG. **Braune Ökologen**: Hintergründe und Strukturen am Beispiel Mecklenburg-Vorpommerns. Rostock: Heinrich Böll Stiftung (= *Schriften zur Demokratie*, Band 26), 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 (1991).

----------. **Facing Gaia**: Eight Lectures on the New Climatic Regime. Cambridge (UK) e Medford (MA): Polity, 2017 (2015).

----------. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 (2017).

----------. **Bruno Latour**: 'L'écologie, c'est la nouvelle lutte des classes'. Le Monde, 10/12/2021 (entrevista conduzida por Nicolas Truong), 2021.

LEFF, Enrique. **Ecología y capital**: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México (D.F.): Siglo XXI e UNAM, 1994.

MOL, Arthur P. J. **Globalization and Environmental Reform**: The Ecological Modernization of Global Economy. Cambridge (MA) e Londres: The MIT Press, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na Geografia do Brasil. **Cadernos Geográficos**, n. 5, 48p., 2003.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life**: Ecology and the Accumulation of Capital. Londres e Nova Iorque: Verso, 2015.

SAITO, Kohei. **Karl Marx's Ecosocialism**: Capital, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2017.

SALTER, Mark B.; WALTERS, William. Bruno Latour Encounters International Relations: An Interview. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 44, n. 3, p. 1-23, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

----------. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

STAMENKOVIC, Philippe. The contradictions and dangers of Bruno Latour's conception of climate science. **Disputatio: Philosophical Research Bulletin**, v. 9, n. 13, np., 2020.

WOODIWISS, Michael. **Organized Crime and American Power**: A History. Toronto e outros lugares: University of Toronto Press, 2003.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

A IDEOLOGIZAÇÃO DA NATUREZA E SEUS REFLEXOS

THE IDEOLOGIZATION OF NATURE AND ITS REFLEXES

LA IDEOLOGIZACIÓN DE LA NATURALEZA Y SUS REFLEJOS

Valter Casseti
Professor aposentado IESA-UFG
valcasseti@gmail.com

Destaques

- Só com as novas bases do pensamento, influenciadas por Hegel (dialética), Darwin (evolucionismo) e posteriormente Marx & Engels (materialismo dialético), é que o conceito de Natureza será repensado;
- A expressão Natureza é entendida apenas como o conjunto dos fenômenos que existem segundo regras necessárias ou leis do pensamento;
- A natureza tem sua própria dinâmica, razão pela qual tem como princípio a instabilidade de processos na escala de tempo;
- A percepção, que também pode ser definida como impressão ou intuição, nem sempre está associada a referências concretas;

RESUMO

A síntese da herança conceitual de Natureza, procura mostrar a sua externalização, sobretudo a partir do iluminismo. Mesmo com o evolucionismo e perspectiva marxiana, os avanços tecnocientífico intensificaram o processo de apropriação da Natureza (suporte e recursos), legitimando ideologicamente a importância desenvolvimentista, incorporada ao inconsciente coletivo. Como resultado, ampliaram-se os impactos ambientais decorrentes dessa apropriação, produzindo sucessivas anomalias, como as atribuídas na atualidade, às "mudanças climáticas". Não bastando, a propriedade como base do sistema de produção, fundado no espaço-mercadoria, reserva às classes mais pobres os compartimentos de risco, submetendo essa população aos "azares da natureza". Esse resultado expressa as relações de domínio e suas estratégias que partiram da externalização da natureza para a externalização do proletariado, em perspectiva neomalthusiana.

Palavras-chave: Conceito de Natureza. Natureza externalizada. Natureza ideologizada. Impactos ambientais. Impactos sociais.

ABSTRACT

The synthesis of the conceptual heritage of Nature seeks to show its externalization, especially since the Enlightenment. Even with evolutionism and the Marxian perspective, techno-scientific advances intensified the process of appropriating nature (support and resources), ideologically legitimizing the importance of development, incorporated into the collective unconscious. As a result, the environmental impacts resulting from this appropriation have increased, producing successive anomalies, such as those currently attributed to "climate change". Not only that, but property as the basis of the production system, based on commodity space, reserves the risk compartments for the poorest classes, subjecting this population to the "misfortunes of nature". This result expresses the relations of domination and their strategies, which started from the externalization of nature to the externalization of the proletariat, in a neo-Malthusian perspective.

Keywords: Concept of Nature. Externalized nature. Ideologized nature. Environmental impacts. Social impacts.

RESUMEN

La síntesis del patrimonio conceptual de la Naturaleza pretende mostrar su externalización, especialmente a partir de la Ilustración. Incluso con el evolucionismo y la perspectiva marxiana, los avances tecnocientíficos intensificaron el proceso de apropiación de la naturaleza (soporte y recursos), legitimando ideológicamente la importancia del desarrollo, incorporado al inconsciente colectivo. Como resultado, los impactos ambientales de esta apropiación se han incrementado, produciendo sucesivas anomalías, como las que actualmente se atribuyen al "cambio climático". No sólo eso, sino que la propiedad como base del sistema productivo, basado en el espacio mercantil, reserva los compartimentos de riesgo para las clases más pobres, sometiendo a esta población a las "desgracias de la naturaleza". Este resultado expresa las relaciones de dominación y sus estrategias, que parten de la externalización de la naturaleza para llegar a la externalización del proletariado, en una perspectiva neomalthusiana.

Palabras clave: Concepto de naturaleza. Naturaleza externalizada. Naturaleza ideologizada. Impactos ambientales. Impactos sociales.

INTRODUÇÃO

O tema apresentado busca fazer uma abordagem resumida sobre a herança conceitual da Natureza e seu conteúdo ideológico. No princípio sai uma Natureza virtuosa, que mesmo restrita ao acesso do homem primitivo, passa a ser vista em uma perspectiva hostil a partir de sua domesticação[1]. Assim, se iniciam as relações de

[1] Para Michelet (1831, p.89), o homem rompe com a natureza para sair da inércia do fatalismo: “a ordem natural e fatal” das coisas.

dominação. Primeiro, como valor de uso, para atender aos próprios instintos de sobrevivência, e depois, como valor de troca, quando então, assume efetivamente a condição de mercadoria. É a partir daí que, sendo dominada e submetida como suporte e recurso, indispensáveis à produção humana, vai sendo ideologizada para atender aos interesses de um sistema de produção em desenvolvimento. Assim nasce a sua "externalização", deixando de constituir a natureza do homem, para se converter em algo alheio à natureza humana. Essa ideologização atravessa séculos e vai produzir as bases da ciência moderna, tendo Descartes e depois Kant, como precursores, dominando a vida intelectual do Século XX.

Só com as novas bases do pensamento, influenciadas por Hegel (dialética), Darwin (evolucionismo) e posteriormente Marx & Engels (materialismo dialético), é que o conceito de Natureza será repensado, embora de forma incipiente, uma vez que a sua externalização estava ideologicamente consolidada há mais de três séculos e incorporada ao inconsciente coletivo.

Os escritos de Marx & Engels, em A ideologia Alemã, prenunciavam um futuro de preocupação para as forças produtivas, onde se insere a Natureza, representada pela propriedade privada, advertindo para a possibilidade de se converterem, para a maioria, em "forças destrutivas". Jonas (2004), além de outros, passaram a atribuir ao desenvolvimento tecnocientífico a razão dos perigos. "... não é mais a natureza amiga e o homem também não é mais seu amigo" (Santos, 1992, p.6).

O futuro bate às portas, não só em função das sucessivas crises do capitalismo, com profundas implicações nas desigualdades socioeconômicas produzidas, como também nos impactos decorrentes da apropriação e exploração espontaneista associados ao grande capital, a exemplo das mudanças climáticas. Ao comentar esse assunto, procura-se evidenciar o cuidado com as novas estratégias ideológicas, que buscam manter não só a subjugação da Natureza aos interesses do sistema mundializado, como também convertê-la em vilã ao atribuir aos impactos ambientais um caráter hostil, isentando-os das responsabilidades humanas.

A HERANÇA DA EXTERNALIZAÇÃO DA NATUREZA

O conceito filosófico de natureza sempre se pautou como algo externo ao homem, o que acaba justificando o dualismo na Geografia por representar suas bases existenciais como objeto de estudo.

Inicialmente a Natureza era vista como amiga, mesmo com seu domínio limitado pela baixa capacidade primitiva do homem; contudo, ao ser domesticada, passa a ser percebida como objeto externo, compondo as Forças Produtivas na estrutura em desenvolvimento. Torna-se algo mensurável, quantificável, um sistema de forças que atuam entre corpos materiais, influenciando o pensamento que dominou as idades média e contemporânea, praticamente até o aparecimento do evolucionismo.

Retomam-se aqui alguns pontos concernentes à evolução do conceito de Natureza, com o intuito de demonstrar a sua externalização, base para o desenvolvimento da estratégia ideológica e formação do inconsciente coletivo.

Como marco histórico, parte do pensamento pré-socrático, tendo como referência o conceito de Natureza compreendido como "*Phýsis*' pelos gregos (Thales de Mileto: 624-558 aC): "princípio de movimento e substância; ordem necessária ou conexão causal; exterioridade contraposta à interioridade da consciência: o macro e o microcosmo formando uma unidade" (Gorresio, 2017 p.61), como também aquilo que singulariza algo existente, "essência ou princípio diretivo".

O conceito de *Phýsis* tem um sentido muito abrangente, pois abarca tudo o que é em qualquer nível de ser: o céu, a terra, um animal, uma pedra, uma planta, o ser humano, mas também um sentimento, um deus, tudo que é, é uma expressão de *Phýsis*. Assim, a Natureza não é só causal, mas causa final; ela é teleológica e tende a um fim (finalismo da Natureza).

Na Idade Média, período que se estende entre os Séculos V e XV, a presença de filósofos árabes, judeus e cristãos, até então ausentes na história da filosofia, a Natureza não recebeu uma concepção específica, embora mantida a ordem macrocósmica e microcósmica: "o homem como parte de um macrocosmo divino", com suas raízes vinculadas à Natureza deificada, "mesmo quando compreendida como 'exterioridade' de espírito, e por isso, imperfeita e descaracterizada", fundada na teosofia medieval de Plotino (205-270 aC).

Em Copérnico, Kepler e Galileu, o conceito de Natureza é entendido ainda como ordem necessária, mas de caráter matemático, embora perdendo a noção finalista. Esse sentido dado à Natureza atravessou todo o naturalismo renascentista, até o Século XVII, quando começa a contraposição entre o homem e a Natureza, dando início à filosofia moderna com René Descartes (1596-1650). Embora esse processo tenha começado com Bacon (1561-1626), empirista inglês, Descartes foi quem rompeu com a tradição, com o desenraizamento do homem da Natureza. "De sorte que, esse eu, isto é a alma, pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e de fato é mais fácil de conhecer do que o corpo, e, ainda que nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que o eu é" (Descartes, 1637:2000[2], p.47). Para ele, a Natureza é um sistema ordenado e coordenado de leis que regulamentam a matéria no mundo, cuja organização é concebida pela força de Deus.

O processo de desenraizamento do homem da Natureza é corroborado por Kant (1724-1804), idealista transcendental, com sua filosofia da Natureza e da Natureza humana, que dominou a vida intelectual do Século XX. Tanto para Descartes como para Kant, a imaginação é concebida pelo monocentrismo, embora com funções distintas, já que nega a existência da realidade exterior. Kant reduziu o ser à razão (razão teórica: conhecimento; razão prática: moral), negando totalmente a existência da realidade exterior, quando coloca a Natureza na condição de dependente em relação ao sujeito conhecedor; estava instalado assim, o paradigma moderno, leitura do ser, do conhecer e do homem. Dentro desse paradigma o homem agora centrado na razão soberana (ética), apartou-se da Natureza. A expressão Natureza é entendida apenas como o conjunto dos fenômenos que existem segundo regras necessárias ou leis do pensamento. Nesse sentido, a Natureza só pode ser concebida como objeto morto. Considera três grandes críticas sobre a natureza: (i) a natureza como conjunto do conhecimento que nos é possibilitado pelo entendimento (natureza mecânico-causal); (ii) natureza que transcende nossa sensibilidade (fruto da razão que cria suas próprias leis); (iii) natureza orgânica, relação de causa e efeito de si mesma (entendimento intuitivo). Implode o paradigma da causalidade mecânica, fundada na física newtoniana.

[2] Ano da primeira publicação e ano da publicação do texto consultado (válido para as demais citações com exceção daqueles referentes aos anos de vida e morte do autor, nesse caso separados por hífen).

O movimento romântico (Século XVIII e início do Século XIX) foi decisivo na filosofia europeia, contrapondo-se ao movimento iluminista. O romantismo alemão teve importante papel ao questionar o paradigma da modernidade, momento em que o ser, o conhecer e o homem, foram pensados sob novas bases filosóficas, saindo do empirismo experimental e do idealismo crítico.

Mazzari (2015), faz considerações sobre as alegorias e símbolos em torno de Fausto, obra de Goethe (1749-1832) que apresenta um significado universal por "materializar o mito do homem moderno, o homem que busca dar significado à sua vida, que precisa tocar o eterno e compreender o misterioso". Se Kant, em sua definição iluminista mostra que o lema dessa corrente filosófica (*sapere aude*) é a de induzir o homem a servir-se de sua própria inteligência, Fausto (Goethe) tem a coragem de buscar o sentido da vida através da verdade, através da razão, transformando-se em 'preferido de Deus'".

> O paradigma de um projeto 'fáustico' é aquele que o próprio Goethe apresenta no último ato da tragédia, ou seja, o empenho do protagonista em conquistar terras ou mares, por meio de gigantescas obras hidráulicas, baseadas sobretudo em densa rede de pôlderes e diques (Mazzari, 2015, p.300),

Tendo como referência os países baixos (inspiração do poeta). Num sentido atualizado, Fausto teria se indignado com a passividade humana diante das potencialidades disponíveis na natureza: "Porque os homens têm que deixar as coisas serem como sempre tem sido? Não é já o momento de o homem afirmar-se contra a arrogante tirania da natureza? De enfrentar as forças naturais em nome do livre espírito que protege todos os direitos?". Mais adiante continua:

> É um absurdo que, despendendo toda esta energia, o mar apenas se mova, para frente e para trás, interminavelmente - sem nada realizar. Isso me leva à beira da angústia desesperada! Tanta energia propositalmente desatrelada! Isso desafia meu espírito para além de tudo o que já vi; Aqui, sim, eu lutaria, para a tudo isso subjugar (Goethe: 10.218-21, *apud* Bergman, 1982)[3].

[3] Bergman faz uso das versões de Walter Arndt (1962), e de Louis MacNeicede (1961). Nova Iorque, Oxford University: Fausto (edição Norton de Doctor Faustus, de Christhopher Marlower 1976, p. 346-55). Na edição brasileira de Fausto (Goethe, 2002), citação semelhante se dá nos versos 10.375-85: 10375: "O mar; cresce e se empola e o triste espaço/Da solitária costa cobre e inunda/Aí reinam as vagas poderosas/Retiram-se depois- nada criaram! /'te o desespero quase me angustia. 10.380: Sem resultado ver desperdiçar-se/A energia de infrenes elementos! /Eis, se excede a si mesmo o meu espírito/Quisera aí lutar,

O primeiro dos grandes idealistas alemães, Fichte (1762-1814), entende a necessidade de superar os óbices que o Espírito apresentava em relação à Natureza (a ausência de respostas por ultrapassarem as possibilidades humanas), propondo uma filosofia prática, superando obstáculos em que os limites são ampliados. O ponto de discórdia de Schelling (1775-1854) em relação a Fichte é o de condicionar o objeto ao sujeito, reproduzindo a concepção determinista da Natureza. Para Schelling, "existe uma organização na natureza, cujo princípio criador é o exterior ao Eu, mas que, no entanto, compartilha o mesmo Espírito" (Salatie, 2008). Sendo o espírito no interior da natureza semelhante ao espírito humano, há um poder produtivo ao ponto de afirmar que a natureza deve "não somente expressar necessária e originariamente as leis de nosso espírito, mas realiza-las" (Schelling, 2001, p.114). Continua, dessa forma, prevalecendo a concepção de divindade panteísta[4].

Em síntese, ao mesmo tempo em que resgata a unidade entre subjetivo e objetivo, mantém a superioridade humana (racionalidade) como a mais elevada criação da natureza: o homem como fim último da natureza, só reconhecida através do próprio ser. Ao retomar os velhos temas da filosofia cristã da "revelação" (um Deus único), "enaltece o homem 'caucásico' como protagonista, ideia essa que esteve aliada ao conceito de 'seleção natural" (Gorresio, 2017) apropriada por Malthus (1766-1834), posteriormente considerada como "darwinismo social".

A perspectiva de uma "ordem natural", distinta da "ordem divina" foi contemplada pelos economistas ingleses, como Smith (1723-1790), tendo como base a divisão social do trabalho, "consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana" (Smith, 1983, p.73). Smith enaltecia a especificidade do homem como capacidade de troca.

Em meados do Século XIX, "o modo de produção capitalista tinha se imposto de tal modo na Inglaterra e França, que Marx pode reconhecer o marco institucional das relações de produção, e, ao mesmo tempo, criticar o fundamento próprio da troca de equivalentes" (Habermans, 1968, p.67). Foi quando Mill (1806-1873) sistematizou a doutrina utilitarista em uma série de obras: a utilidade como valor supremo da ação moral,

domar tal força! /E conseguir-se pode! – Impetuosa. 10385: por mais que seja, amolda-se submissa/A um outeiro qualquer; a fúria toda/Basta a quebrar-lhe a mínima eminência, /Pequeno fosso a chama irresistível/Planos sobre planos, logo, ativa" (Goethe, 2002, p. 405).

[4] Deus se faz Natureza para existir (necessidade) e ascende do inconsciente na Natureza para o consciente no homem (liberdade) para que este possa se autoconhecer (Salatie, 2008).

admitindo como útil tudo que serve à vida e à sua conservação, mediante um acréscimo de felicidade e bem-estar. Se Mill imaginou uma economia com indivíduos mais livres e economicamente iguais, Hunt (1989) apresentou o paradoxo iluminista e seu caráter obscuro, referindo-se ao rebaixamento do trabalho humano à condição de mercadoria na sociedade capitalista.

Hegel (1770-1831) foi o primeiro a reconhecer que o mundo da natureza e da história, está representado por *process*o, ou seja, determinado por um movimento. Contudo, manteve a concepção basilar de que essas leis, as leis que regem o processo, são impostas *de cima* à natureza e à história, como leis do pensamento, ao invés de serem deduzidas a partir da natureza e da história[5]. As leis só podem ser estabelecidas a partir da análise científica do fenômeno natural que passa necessariamente pelo experimentalismo. Não é legítimo enunciá-las na base do mero raciocínio especulativo, que não é autossuficiente[6].

"O que em Hegel era apenas do pensamento, o materialismo pretende que seja agora *também* e *principalmente*, da natureza" (Branco, 1989, p.91), razão pela qual a dialética é da natureza (N>P>C), com suas três grandes leis: (i) passagem da quantidade à qualidade e inversamente; (ii) lei da interpenetração dos contrários; (iii) lei da negação da negação.

Darwin (1859:2009) considera "difícil evitar personificar a palavra natureza; mas por natureza entendo apenas a ação conjunta e o produto de leis naturais; e por leis, a sequência de eventos tal como asseverada por nós" (Darwin, 1875:2009, p. 63).

Nessa primeira definição, fica ressaltada uma concepção de natureza como sistema de leis, como o conjunto ordenado de fenômenos. Se não restringe natureza ao enfoque de algo desprovido de autonomia constitutiva, essa definição pelo menos permite colocá-la na condição de objeto que pode ser conhecida, investigada, externamente determinada, favorecendo uma visão que se pode dizer mecanicista, meramente sequencial do que nela tem lugar, sem a suposição de qualquer ação interna tendo em

[5] Aqui deve-se lembrar que o Idealismo parte do princípio de que o Pensamento é quem elabora o Conhecimento (P>C), enquanto no Materialismo Dialético a Prática é que condiciona o Pensamento e só então é que se elabora o Conhecimento (Pr>P>C).

[6] O conceito de "espírito do mundo" adotado por Hegel, assim como por Schelling, tem origem em Platão e nos neoplatônicos, sendo entendido como "pensamento", o que o levou a estabelecer três níveis da razão: (i) razão subjetiva, que poderia ser entendida como o estágio ôntico do ser; (ii) razão objetiva, assumindo um caráter ontológico, e (iii) razão absoluta, como forma do conhecimento mais elevado.

vista um fim. Essa primeira definição de natureza parece prover fundamento adequado à definição do princípio de seleção natural em seu caráter de mecanismo à preservação das variações, tendo como princípio a seleção natural ou sobrevivência do mais apto, meio pelo qual se opera, nesse sistema de leis, a produção de novas espécies (Regner, 2001).

Darwin constrói um parágrafo de considerações exemplares sobre situações empiricamente dadas acerca do curso provável da seleção natural. Esse curso pode ser entendido como aquelas etapas sequenciais asseveradas pelas leis que constituem o sistema. A operação do princípio em pauta como mecanismo ordenador dos eventos e articulador das leis fica bastante clara. Fornecendo um dado conjunto de ocorrências, "a seleção natural terá escopo livre para seu trabalho de aperfeiçoamento" (Darwin, 2009, p. 63-4). Em seguida retoma as considerações sobre o poder explicativo do princípio de seleção natural:

> Natureza, se me for permitido personificar a natural preservação ou sobrevivência do mais apto, não se importa nada com as aparências, a menos que sejam úteis a qualquer ser. Ela pode agir sobre cada órgão interno, sobre cada sombra de diferença constitucional, sobre a inteira maquinaria da vida. O homem seleciona apenas para seu próprio bem; a natureza, apenas para o bem do ser de que cuida (Darwin, 2009, p.65).

As definições e múltiplas conotações para ‘natureza’ mostram uma “necessária articulação entre natureza e seleção natural, visível na concepção darwiniana de luta pela existência e refletida na estrutura lógico-conceitual da obra” (Regner, 2001, p. 689). Assim, Darwin mostra um conflito entre a primeira definição (condição de sujeito autônomo da natureza, poder causal) e em seguida o poder da seleção natural, ou seja, distinção entre dois estados autônomos: parte do “estado de domesticação para, através de analogias, adentrar os processos do estado de natureza, notadamente no processo de seleção natural” (Regner, 2001, p. 694)

Engels confessa a Marx que Darwin é “simplesmente sensacional”: nunca se fez uma tentativa de uma tal envergadura para demonstrar que há um desenvolvimento histórico na natureza (Branco, 1989).

O Desencantamento do mundo

O desencantamento do mundo surge a partir da racionalização em que foi retirada do homem toda a crendice de aceitar a existência de deuses e demônios como

seres vivos no meio social, os quais geravam diferentes formas de entender a vida prática do ser humano. Muitas igrejas abrem um espaço para aquelas pessoas que não conseguiram aceitar esse novo modo de construir ou perceber a existência das coisas sem a presença de determinadas criaturas ideologizadas, e para isso criaram novas religiões, com a finalidade recompor o inconsciente a partir de crença a respeito da existência de forças superiores espirituais.

O desencantamento do mundo para Max Weber abre possibilidades de aprofundamento para novas investigações, pois a partir do momento em que o homem se liberta do mundo encantado, ele acaba sendo influenciado também por outros meios que o coloca em uma dimensão diferente, com a qual acaba sendo preso novamente, agora não mais pelas forças mágicas, mas pelas próprias formas de prisão que o mundo conduz, como: o avanço da tecnologia, a influência da informática, a aproximação das distâncias e o poder num sentido de autoritarismo que se pode perceber quando o ser humano ameaça o desejo de dominação do mundo e dele próprio (Weber, 1911:2010)[7].

A partir de então, a ciência passa a se caracterizar como instrumento de legitimação do sistema vigente, uma vez que se estrutura numa filosofia idealitizada, onde o positivismo e suas derivações respondem por uma lógica formal, incorporada ao inconsciente coletivo. Externalizada a natureza, a ciência passa a desenvolver dois campos de conhecimento distintos: as ciências naturais e as ciências sociais, onde a primeira responde exclusivamente pela natureza, e a segunda pela sociedade, dicotomizando a ideia de uma Natureza integral. O conceito dual torna-se exacerbado, em nome do desenvolvimento produtivista liberal, momento que se resgata as bases baconianas (Bacon:1561-1626): ideologizar a natureza como "hostil", instigando o conhecimento para a sua dominação, princípio contido em Gêneses, de que o homem nasceu para dominar.

Nesse contexto dual, composto pelo racionalismo ilustrado e o romantismo de Goethe, difundidos por Humboldt, além do formalismo neoplatônico de Ritter, incluindo o positivismo de Comte (1758-1857), consubstanciaram a concepção epistemológica da Geografia tradicional.

[7] Para Bornhein (1990), a vontade de dominação histórica justifica o seu conceito de que "o homem não é um ser natural"

Para Habermans (1968), a tecnificação da ciência passa a disseminar uma "ideologia de compensação", fundada na extinção das diferenças entre práxis e técnica, que redunda na cientificação da técnica como primeira força produtiva, enfraquecendo a teoria do valor-trabalho, e como compensação a pacificação dos conflitos das classes sociais. A tecnificação como fator de conversão das forças produtivas em destrutivas é hoje resgatada por Jonas (2004).

Novas perspectivas conceituais sobre a Natureza

Marx & Engels, em A ideologia alemã (1845-46:2001) observam que:

> Não podemos, evidentemente, fazer aqui um estudo da constituição física dos homens, nem das condições naturais já encontradas pelos homens – geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras. Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens...é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável, com o qual os homens se relacionam de maneira puramente animal e perante o qual se deixam impressionar como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural). Vê-se logo que essa religião natural, ou esta relação determinada com a natureza, é condicionada pela forma da sociedade e vice-versa. Aqui, como em toda parte, a identidade entre o homem e a natureza aparece de modo a indicar que a relação limitada dos homens com a natureza condiciona a relação limitada dos homens entre si, e a relação limitada dos homens entre si condiciona a relação limitada dos homens com a natureza, exatamente porque a natureza ainda está pouco modificada[8] pela história (Marx; Engels, 2001, p. 44).

Partem do princípio de que o mundo natural é anterior e causalmente independente de qualquer forma de espírito ou de consciência. É, portanto, a partir da consciência da natureza que o homem se apropria de seus processos para atender aos interesses fundados nas relações sociais de produção.

> Certamente, em tudo isto, a prioridade da natureza exterior subsiste, e tudo isto não pode ser aplicado aos homens primitivos produzidos por *generatio aequivoca* (geração espontânea), mas esta diferenciação só tem sentido na medida em que o homem é considerado como distinto da natureza. De resto, a natureza, a natureza que precede a história humana, não é de forma alguma a natureza na qual vive Feuerbach[9], é

[8] o "pouco modificada" refere-se ao período em que escreveram a Ideologia alemã: 1845-46.
[9] A crítica a Feuerbach refere-se ao "ateismo antropológico".

> natureza que hoje já não existe em parte alguma (Marx; Engels, 2001, p. 69).

Tem-se assim o processo de externalização da natureza como estratégia ideológica para a legitimação da apropriação privada dos meios de produção.

E continuam:

> Destruiu onde foi possível, a ideologia, a religião, a moral etc., e onde não pode fazê-lo converteu-as em mentiras palpáveis. Foi ela que engendrou a história mundial, na medida em que tornou cada nação civilizada e cada indivíduo membro dela, independentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e que destruiu o anterior caráter exclusivista e natural das diferentes nações. Subsumiu a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho sua última aparência de naturalidade (*Naturwüchsigkeit*). Destruiu em geral a naturalidade, tanto quanto isto é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias (Marx; Engels, 2001, p. 94).

Mais adiante fazem um profundo diagnóstico dessas transformações, engendrando uma massa de forças produtivas onde a propriedade privada se tornou um entrave, como havia sido a corporação para a manufatura e o pequeno empreendimento agrícola para o progresso do artesanato. Assim concluem que

> "Essas **forças produtivas** (grifo nosso), sob o regime da propriedade privada, experimentam apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em **forças destrutivas** e grande quantidade delas não encontram a menor utilização sob este regime" (Marx; Engels, 2001, p. 95).

No capítuo sobre as "formas de propriedade e instrumentos de produção naturais e civilizados", (A ideologia alemã), Marx; Engels (2001, p. 102), sobre o início da civilização escrevem:

> No primeiro caso, a troca é essencialmentetroca entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho dos primeiros é trocado pelos produtos da natureza; no segundo caso, é predominantemente uma troca dos homens entre si...No primeiro caso, a dominação do prioprietário sobre os não-proprietários pode descansar nas relações pessoais, numa espécie de comunidade; no segundo caso, deve ter tomado uma forma reificada em uma terceira coisa, o dinheiro (Marx; Engels, 2001, p. 102).

Marx (1857-58:2011), nos manuscritos econômicos (Grundrisse) retoma a questão da natureza: “A natureza é para a humanidade, uma questão de utilidade, e não uma força em si mesma. A finalidade de procurar conhecer as leis autônomas da natureza é sujeitá-la às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou meio de produção”. Essa questão se insere nas relações entre valor de uso e valor de troca.

Em “O Capital”, Marx (1867:1988, p.142), aborda a questão tida como segunda natureza no ‘processo de trabalho’:

> Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o Homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida... (Marx, 1867:1988, p.142).

No “Dicionário do Pensamento Marxista”, editado por Bottomore (1983), existem pelo menos duas vertentes que tratam da mediação da história humana e das finalidades humanas na ideia da natureza: (i) Materialismo dialético, que tem Engels (1833:1979), na “A dialética da natureza”, onde a natureza “não é considerada primordialmente em termos das mediações sociais humanas”, ou seja, a natureza não é fruto de uma produção humana; (ii) Realismo, também fundada no Materialismo dialético, difere por apresentar uma formulação mais positiva.

> O grupo do materialismo dialético funde conceitos da natureza e as ciências num conjunto único de leis dialéticas. Os realistas tendem a ver conceitos de natureza através dos métodos e pressupostos das ciências físicas e fundamental as ciências humanas nas descobertas da biologia (Young, 1983, p.277).

No mesmo dicionário, Mihailo Markovic apresenta o conceito de “Natureza Humana”, o que equivaleria ao da Segunda Natureza para muitos autores. É um conceito descritivo que envolve a questão do valor (as concepções normativas tendem a ter função ideológica).

> Marx refere-se a sua posição a respeito como uma unidade de naturalismo e humanismo. Naturalismo é a visão de que o homem é parte da natureza. Ele não foi criado por uma entidade espiritual transcendental, mas é o produto de uma longa evolução biológica que,

> em certo ponto, inicia uma nova forma específica de desenvolvimento, a história humana, caracterizada por uma maneira de agir autônoma, auto reflexiva e criativa: a Práxis. O homem é, portanto, essencialmente um ser da práxis. O humanismo é a concepção de que, como ser da práxis, o homem tanto transforma a natureza como cria a si mesmo; adquire um controle cada vez maior sobre as forças naturais cegas e produz um novo ambiente natural humanizado (Markovic, 1983, p. 279).

"Contrariamente à história da humanidade que se desenrola no tempo... à natureza só se atribuía um desenvolvimento no espaço" (Engels, *apud* Branco (1989, p. 83).

"A natureza tinha como asserção a sua história própria', aparentemente também não ultrapassando o tempo da vulgaridade. É a *introdução do tempo na natureza* e o concebimento dessa como processo que, em última instância, é dialético" (Branco, 1989, p. 83). Essa compreensão evolutiva da natureza tem uma argumentação filosófica, detectando-se uma ligação com o darwinismo.

Ainda segundo Engels (*apud* Branco, 1989, p. 85), "na natureza, em última instância, as coisas se processam dialética e não metafisicamente, que ela não se move na monotonia eterna de um ciclo permanentemente repetido, que passa, antes, por uma verdadeira história". A ideia central é a de que o mundo da natureza é essencialmente um processo. Para Engels, a velha filosofia da natureza tinha, sobretudo sob a sua forma hegeliana, o defeito de não reconhecer na natureza a evolução do tempo, a '*sucessão*', mas unicamente uma '*justaposição*'.

> O defeito reside em não percepcionar o mundo natural como *processo*, entendendo-o como conjunto contínuo de mudanças no tempo. É uma sucessão que ocorre no tempo e não apenas no espaço. Esta é a primeira característica fundamental, motivadora de uma revolução: dá-se a passagem da história natural à *história da natureza*, que se faz derivar da introdução do tempo na natureza (Branco, 1989, p. 86).

Para Engels, a Natureza é vista como realidade independente, um novo tipo de alteridade entre os fenômenos da natureza inorgânica e os fenômenos da evolução biológica, psíquica, social, e como consequência disso, a possibilidade de uma ciência *histórico-dialética* da natureza. Essa distinção evidencia ao homem que só é possível conhecer as coisas como aparecem à mente (provenientes da prática, da observação,

experimentação...), jamais em si mesmas, seja pelas ideias inatas cartesianas, seja pela ideia como cópia exata da sensação (Prestipino, 1977).

Essa postura foi por nós adotada (Casseti, 2009), ao utilizar o conceito de "externalização da natureza"[10]. Essa questão funda-se no conceito de Natureza de Marx & Engels (2001), onde consideram o regime unilateral da propriedade privada capaz de converter as forças produtivas (natureza, homem e técnica) em forças destrutivas, que na perspectiva de Jonas (2004) e Foltz (2000), esse perigo funda-se na própria tecnologia moderna. As intervenções humanas intensificadas na Natureza externalizada, já mostram sinais de clivagem, a exemplo das mudanças climáticas, utilizadas como argumento para justificar os impactos ambientais, o que acaba sendo apropriado como razão ideológica, em uma perspectiva malthusiana; os ditos "azares da natureza.

O pensamento de Descartes, que tem como ponto de partida a teoria da vida em uma perspectiva dualista, tornou-se incompreensível na medida em que torna o homem a substância pensante, "o homem e a substância extensa, uma posição superior do homem em relação aos demais seres que estariam à sua disposição como um meio"

Para Heidegger, o pensamento cartesiano, devido a essa dualidade, representa sérios desdobramentos para o pensamento contemporâneo e, sobretudo, quando se instaura a técnica.

Partindo desse princípio, propõe a necessária mudança dos hábitos e atitudes perante a Natureza, porque as relações entre os outros homens não são inalteráveis como as de uma espécie animal. Reporta-se ao pensamento de Aristóteles sobre a civilização, entendendo como conveniente alcançar um equilíbrio sustentável entre necessidades legítimas e meios para sua satisfação (Garção, 2012). Essa é a razão pela qual a atual civilização tem a responsabilidade de alcançar esse equilíbrio: compreender o conceito de Natureza, que se origina da palavra grega *physis* (Heidegger, 1959, p.125), que significa crescer, vir à luz, "o que é espontaneamente o que subsiste em si mesmo". Assim a Natureza se caracteriza não somente como lugar para o sustentáculo da vida, mas também palco de uma relação do homem com a terra, com suas bases, com a possibilidade de salvá-la e de nela morar, o que significa preservar e proteger, "deixar que seja e que

[10] O desencantamento da natureza como forma de legitimação da apropriação privada e espontaneista da natureza, responsável pelas desigualdades socioeconômicas e consequentes impactos ambientais.

permaneça aquilo que é". A intervenção humana sobre a Natureza destrói, prejudica o equilíbrio da vida, com sérias consequências futuras.

Nesse sentido, Heidegger considera premente uma ação desconstrutiva do conceito metafísico de Natureza, propondo a auto emergência, partindo do princípio de que "a terra está presente como aquilo que essencialmente se abriga em tudo o que emerge" (Heidegger, *apud* Garção, 2012, p.6).

Jonas (1979:2004), ao falar da questão existencial contida em Heidegger, ressalta a superioridade orgânica do homem em relação aos demais animais, o que aumenta a responsabilidade para com a vida, parte da mesma natureza. Foltz (2000, p.154) demonstra como Heidegger descontrói o conceito de natureza como simplesmente presente até a auto emergência partindo do conceito de natureza como simplesmente presente.

Essa existência, ao invés de colocar o homem em um patamar organicamente superior aos demais seres vivos, "possuidor de uma alma imortal e consequentemente fora de toda Natureza", deveria se atribuir uma maior responsabilidade com a vida por ser parte da mesma Natureza.

Jonas (2004) observa que "pensar sobre a essência do ser, é tentar descobrir o caminho do ser, questionar sobre qual deve ser o verdadeiro fim da humanidade, a *verdad*e ou a *utilidad*e".

Mais uma vez Foltz (2000, p.168) chama a atenção é para

> Aquilo de que a terra deve ser salva é da tecnologia moderna, para a qual a terra e a sua atmosfera se tornaram matéria-prima, isto é, matéria ou material, no sentido mais extremo e mais real. O conceito metafísico de matéria encontra a sua realização na tecnologia moderna, na qual a terra não é apreendida meramente como material, mas plena exclusivamente revelada e agida como material inteiramente disponível e inteiramente maleável. É através deste processo que ocorre aquilo a que Heidegger chama a devastação da terra.

Parte do princípio de que a Natureza devastada não consegue renascer, sobreviver, pois a tecnologia faz surgir em seu lugar extensas terras ocupadas por produtos de exportação ou grandes criações de animais. "A radical ofuscação do caráter auto isolante, sustentador e nutridor da terra, uma ocultação que faz com que a dita ameaça seja possível" (Foltz, 2000).

Em síntese, as ideias de Jonas (2004) e Foltz (2000) coincidem com as apresentadas por Marx e Engels (2001) na Ideologia Alemã, que parte do princípio de que o homem pertence à natureza e que por apresentar a condição pensante, deve tratá-la com habilidade. Afirmam que se pode evitar que o agir, a falta de consciência sobre o próprio agir, coloca em risco o futuro da espécie humana, o que Marx e Engels (2001) consideram como a transformação das forças produtivas em destrutivas. Portanto, a privatização dos meios de produção e o forte investimento em tecnologias, com o intuito de intensificar a exploração dos recursos proporcionados pela natureza, se constituem riscos para o próprio desenvolvimento humano. Ambos (Jonas e Foltz) destacam a tecnificação como fator de aceleração do processo de ocupação e exploração da Natureza, o que tem resultado em críticas para apresentarem uma postura "tecnofóbica".

A IDEOLOGIZAÇÃO DA NATUREZA E O INCONSCIENTE COLETIVO

Santos (1992), observa que a ruptura progressiva entre o homem e a natureza analítica se acelera quando o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, cujo estágio supremo é alcançado com a tecnociência. Assim, "a natureza tecnicizada acaba por ser uma **natureza abstrata**..." (Santos, 1989, p.99) por afastar em definitivo o homem de seu próprio território. "A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno" (Santos, 1989, p.100). Esse desenraizamento da natureza muda exponencialmente a tensão entre a cultura objetiva e a subjetiva, produzindo equívocos de percepção, momento em que a **natureza da mídia** assume o domínio da linguagem para ampliar seu crédito e falsificar o discurso em função de interesses das forças mundiais que insistem em manter o mesmo modelo.

Nos últimos anos, tem-se atribuído às mudanças climáticas a recorrência de anomalias meteorológicas, cujos efeitos acabam sendo sentidos principalmente na escala local, o que pode ser explicado pela intensidade das intervenções humanas nos espaços urbanos. Relacionados em grande parte à temperatura e pluviosidade, essas anomalias têm aumentado exponencialmente em intensidade e frequência às intervenções.

Os fenômenos registrados não deixam de ser mais impactantes aos mais infringidos por uma condição socioeconômica "vulnerável", levando em consideração a

apropriação do espaço como mercadoria. Assim, a ocupação permitida, consensual ou circunstancial à população desprovida de recursos, acaba sendo aquela de menor valor especulativo, áreas de reserva, ou dotadas de riscos iminentes que ao serem desencadeados, são atribuídos aos "azares da natureza", como se os resultados das "catástrofes" não dependessem da espacialização diferencial. Essa relação evidencia clara postura hereditária malthusiana, o que reforça o conceito de uma concessão proposital das áreas de risco, embora velada pelos responsáveis. Isso tudo, estrategicamente conduzido para a redução de eventuais pressões do crescente excedente de miseráveis, produzidas pelas desigualdades socioeconômicas.

Se Malthus, no início do Século XX, pregava a necessidade da redução da população em decorrência da limitação na produção de alimentos, hoje essa não mais se constitui, ou não deveria se constituir, problema; a grande "massa silenciosa" representa preocupação ao equilíbrio do sistema, o que leva, necessariamente, a adoção de medidas de compensação ou mesmo intervenções indiretas para conter o exército de reserva inflado.

Malthus (1798:1961, p.179-80) enfatizava que

> [...] se quisermos agir corretamente, devemos facilitar a ação da natureza que produz a mortalidade, ao invés de nos esforçarmos inútil e totalmente por impedi-la, em nossas cidades, deveríamos construir as ruas mais estreitas, apinhar mais gente no interior das casas e provocar o retorno das pragas. No campo deveríamos construir aldeias perto de poços de água estagnada, e sobretudo, encorajar o estabelecimento de colônias em terrenos pantanosos e insalubres..."

Tais "lições", mesmo que circunstanciais, estão presentes nas novas estratégias ideológicas, subliminarizadas pelo pensamento liberal.

Ao contrário das intervenções dos grandes grupos econômicos, incorporadoras e demais ramificações, por manterem estreitas vinculações como os poderes constituídos, obtém as benesses para a utilização espontaneista de espaços que deveriam ser preservados, como nas orlas litorâneas ou áreas topograficamente mais movimentadas, com a implantação de condomínios destinados a classes altas, com forte poder paisagístico-atrativo. As referidas áreas, embora dotadas de maior segurança de engenharia, ficam sujeitas a anomalias, o que pode redundar em impactos, cujos passivos serão socializados com os recursos públicos. A justificativa será mais uma vez, dos

"azares da natureza". Nesse caso, a Natureza volta a ser ideologicamente lembrada como hostil.

Natureza e o inconsciente coletivo

Sobre o inconsciente coletivo, Jung (1921:1991, p.739, *apud* Gorresio, 2017) recorre ao precursor da teoria do inconsciente coletivo, em uma relação com conceito de Natureza:

> "o inconsciente é o mesmo que Natureza, e o projeto da psicologia analítica é integrar a Natureza em nós, estabelecendo um profundo diálogo com ela, e não a extirpar ou fazê-la calar...Vivemos protegidos por nossas muralhas racionalistas contra a eternidade da Natureza".

Jung aprofunda sua compreensão do inconsciente coletivo em 1931 (*Die Entscheierung der Seele*) para mostrar ser "o inconsciente uma realidade em si mesma, uma realidade objetiva". Gorresio (2017) separa algumas reflexões de Jung sobre o inconsciente coletivo associado à Natureza externalizada:

> O inconsciente coletivo é tudo, salvo um sistema pessoal fechado, é uma objetividade vasta como o mundo e aberta ao mundo inteiro ... Lá no inconsciente coletivo, eu estou ligado ao mundo numa ligação tão mais imediata que eu esqueço muito facilmente quem eu sou na realidade (Jung, 1921:2000, p.46-47).

E continua,

> [...], mas depois entenderemos que o inconsciente coletivo é como um vasto oceano, com o ego flutuando sobre ele, como um pequeno barco. Então, quando vemos isto, surge a questão se estamos contidos no oceano... os peixes são contidos no oceano... os peixes são unidades vivas no oceano: eles não são absolutamente como ele, mas estão contidos nele; seus corpos, suas funções, estão maravilhosamente adaptados à Natureza da água, a água e o peixe formam um '*continuum*' vivente... Quando aceitamos este ponto de vista, temos que supor que a vida é realmente um '*continuum*' e destinado a ser como é, isto é, toda uma tessitura na qual as coisas vivem com ou por meio uma da outra. Assim, árvores não podem existir sem animais, ou animais sem plantas, e talvez animais não possam ser sem o homem, ou o homem sem animais e plantas, e assim por diante. E sendo a coisa inteira uma tessitura, não é de admirar que todas suas partes funcionem juntas... porque são partes de um '*continuum*' vivo (Jung, 1976, p.180).

Sabe-se que as ideias são construídas pelos homens e que são repassadas através da prática, sobretudo pela superestrutura, representada pela ideologia. É nesse processo que se acaba legitimando as informações, que são armazenados no inconsciente, que para alguns poderia ser chamado de "alma". Portanto, o corpo é conduzido por essa "alma" que acumulou informações práticas, muitas vezes impregnadas de deformações, que independem da própria vontade.

O fato de receber e reproduzir essas práticas, o conhecimento precedente vai sedimentando e se constituindo um modo de vida, ou seja, aquilo que chamam de princípios, e que muitos se envaidecem por terem os seus inabaláveis. São esses que muitas vezes, magoam sem querer magoar, ofendem sem querer ofender, odeiam sem querer odiar. São os que assumem o micro poder, subjugando seus próximos, mulher, filhos, pessoas do círculo imediato ou mesmo extensivo. Esse comportamento é que tem sido objeto de críticas no pensamento dialético, onde se condena o preconceito de raça, de gênero, de preferência sexual, e muitos outros.

Sabe-se que o preconceito de raça nada mais é do que herança escravagista, onde o negro, para servir ao branco, era considerado um ser sem "alma" e que para isso tinha que ser dominado, espancado, amordaçado, submetido aos mais terríveis martírios, em benefício de uma casta, de um mandante. O preconceito de gênero também se explica pela herança histórica que começa com a divisão sexual do trabalho, cabendo a mulher as responsabilidades domésticas e ao homem o "sustento" do lar, como se o trabalho da mulher não tivesse valor algum, tornando-a subjugada e submissa ao poder do patriarcado, prática essa reproduzida ao longo dos tempos. Assim também com relação às outras formas de preconceito, como as preferências sexuais, onde muitos se atem ao princípio de que deus teria criado o homem e a mulher para dar continuidade a reprodução da espécie, não havendo outra alternativa contrária à moral cristã.

É nessa leva de preconceitos que se legitimou no passado a externalização da Natureza, para dar sustentação ao sistema de exploração representado inicialmente pelo feudalismo, e depois dominado pelo capitalismo: formas de exploração do outro, com o intuito de atender aos interesses dos donos das terras, dos meios de produção, como se esses dotes fossem concedidos por um deus. E para manter esses direitos é que essa elite patrimonialista desenvolveu uma estrutura representada pelas instâncias jurídico-políticas e ideológico-culturais. As leis foram construídas para defender a propriedade e

estabelecer limites para conter os mais insurretos; a massificação ideológica foi repassada pelas religiões, pelo ensino, pela mídia..., para manter o estado de subordinação... Tudo isso foi sendo incorporado de forma natural pelo inconsciente, ou pela "alma" humana, admitidos como verdades e reproduzidos ao longo dos tempos. Legitima-se assim, o autoritarismo, essa forma de impor o domínio sobre os demais, desconsiderando os direitos dos excluídos, dos negros, das mulheres, dos homossexuais... sem que percebam, terem na "alma", a herança de práticas construídas a partir de interesses ideológicos.

A compreensão dinâmica da Natureza

A natureza tem sua própria dinâmica, razão pela qual tem como princípio a instabilidade de processos na escala de tempo. Fala-se em escala de tempo por se diferenciarem quanto ao comportamento dos processos. Enquanto certos processos são perceptíveis na escala de tempo histórico, ou seja, humana, outros só são possíveis de serem compreendidos através de simulações por ocorrerem na escala de tempo geológico (milhares ou milhões de anos). Por ser a Natureza instável e possuir uma capacidade de resiliência, pensa-se que as intervenções sofridas são assimiladas, desconsiderando as acumulações de novas alterações em suas relações processuais, gerando desequilíbrios e consequentes ajustamentos ecodinâmico, sentidos ao longo dos tempos. Em síntese, a natureza é dinâmica, instável e de temporalidade irreversível, como apregoa Prigogine (1996). As alterações que estamos assistindo podem estar associadas a seus ajustamentos, agora com um ingrediente a mais, representado pelas intervenções tectogeneticas. Parte-se do princípio de que quanto maiores as intervenções nos processos naturais, maiores as consequências aos seres humanos.

Independente da intervenção humana, a natureza tem seu próprio ritmo instável, nas diferentes escalas de tempo, o que implica autoajuste de processos e consequentes efeitos na paisagem, como aqueles associados às alternâncias climáticas no Pleistoceno. Ou ainda, as instabilidades nas zonas sísmicas do globo, com resultados na dinâmica dos processos morfogenéticos.

Mesmo considerando a possibilidade da ciclicidade dos fenômenos, necessário se faz saber que esses não se repetem nas mesmas condições têmporo-espaciais e nem mesmo com as mesmas intensidades e frequências.

Já considerando a contemporaneidade, o ritmo pluviométrico em nossa região tem apresentado anomalias em relação às séries históricas. Se até então se davam com uma maior espacialização temporal, nos últimos tempos têm sido registradas com uma maior frequência (Casseti, 2020). Mesmo admitindo tratarem-se de ajustamentos naturais, já que muitas alterações podem ser entendidas como ajustamentos de processos holocênicos, não se pode descartar as intervenções diretas produzidos pelo homem, com eventos anomálicos cada vez mais recorrentes, inclusive em suas intensidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conceito dos dois atores da mercadoria, valor de uso e valor de troca, e partindo do princípio de que a Natureza, ao ser externalizada, passa a ser caracterizada como uma mercadoria, conclui-se que, além de suprir as necessidades intrínsecas ao ser, torna-se objeto de troca contra valores de uso de outras espécies, "uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço... um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrensèque*), portanto uma *contradicto in adjecto*" (Marx, 1988, p.46). Duncan Foley, em seu verbete no Dicionário do Pensamento Marxista (p.402), observa que Marx não considerou relevante o conceito de valor de uso das mercadorias em geral, embora consciente do seu significado "na consciência humana em consequência do desenvolvimento da forma produção de mercadorias". Roldolsky (2001, p.81) completa:

> A troca privada de todos os produtos do trabalho, das riquezas e das atividades, entra em contradição tanto com a distribuição baseada nas relações de dominação e de sujeição dos indivíduos, sejam elas de caráter patriarcal, antigo ou feudal, quanto com a livre troca entre indivíduos associados, tendo como base a apropriação e o controle comum dos meios de produção.

Só com o aparecimento das relações de produção e troca de mercadorias, a oposição entre utilidade e trocabilidade e as resultantes contradições e enigmas da vida organizada com base na produção e troca de mercadorias, tornam-se objeto de especulação e investigação.

> Também é importante perceber que a utilidade específica dos produtos depende das relações sociais e do desenvolvimento das forças produtivas em qualquer sociedade...Assim, o valor de uso da força de trabalho vem do desenvolvimento das relações de produção e troca de mercadorias, de valor e de dinheiro... é a origem da mais importante contradição social da produção capitalista: a divisão de classes entre operários e capitalistas (Marx, 1988, p.54).

Se inicialmente a Natureza era vista como virtuosa, mesmo limitada às intervenções humanas pela técnica incipiente, aos poucos vai se transmutando, de uma apropriação de uso para o de troca, crescendo numa relação geométrica ao desenvolvimento científico-tecnológico, levando assim, à busca de maior conhecimento de seus recursos, tornando-se objeto de exploração intensiva com consequente consolidação do sistema de produção capitalista, momento em que o desenvolvimento da tecnociência passa a assumir expressão.

A romantização da virtuosidade atribuída à natureza com o intuito de permitir a "dominação" é convertida em hostilidade, não só como forma de instigar a ocupação de novos espaços, mas sobretudo, apropriar dos seus recursos. "A natureza é inimiga, pois ela é um empecilho à realização do espírito humano, que é o exercício da liberdade. Na natureza nada de novo ocorre, pois ela é pura fatalidade" (Michelet, 2013. p.90).

Independente dos diferentes conceitos atribuídos à Natureza ao longo do processo histórico, dos pós-socráticos até os filósofos da modernidade, a natureza sempre foi identificada como um corpo alheio ao homem, como algo externo, seja ao pensamento ou ao próprio ser.

Mesmo quando assume o caráter de Forças Produtivas, a Natureza continuou a se apresentar essencialmente como recurso. Foi essa a função que manteve ao longo da existência humana desde a sua "domesticação".

Além da sua exteriorização, a Natureza tem sido utilizada ideologicamente para justificar os eventos de interesse econômico, como aos relacionados à produção agrícola: nos anos de safras "normais", principalmente quando alguns parâmetros favorecem ainda mais o rendimento, a Natureza é vista momentaneamente como virtuosa; ao contrário, em períodos de anomalia pluviométricas (períodos secos ou tendendo a secos), com implicações na produção, é vista como hostil. Nesse caso, as quebras de

safras acabam sendo socorridas pelas instituições financeiras, via Estado, que não recebem compensações nas safras favoráveis.

Como se mencionou anteriormente, esse processo de ideologização da Natureza começa com Kant (1724-1804), quando atribui o lugar do juízo, "eu penso", no início da crítica que dirige à substancialidade do "eu pensante" e indica tal conceito como "presente em todo pensamento e independente de toda experiência", ou seja, uma mera condição lógica e não ontológica, leva a uma nova posição sobre o sujeito a ser considerado. Examinar tal virada a favor de uma não-ontologia operada pela letra do texto kantiano, é condição para entender como emerge uma subjetividade em sua filosofia. Porém, a liberação ontológica operada por Kant não é no mínimo ambígua, pois ele permanece preso inquestionavelmente à concepção de "subjetividade" tal como Descartes.

A ciência moderna, passa assim a se caracerizar como instrumento de legitimação do sistema vigente, uma vez que a filosofia idealista, onde o positivismo e suas derivações constituem as articulações de uma lógica formal, respondem pela elaboração de uma consciência social alienada. Isso ocorre com a própria ciência geográfica, que nasce de uma epistemologia dual, patrocinada pela desarticulação dos componentes naturais (relevo,clima, vegetação...) e sociais (população, circulação, economia...). Nesse contexto, a Geografia acadêmica assume a roupagem da “neutralidade” científica, desconsiderando os dois únicos caminhos da lógica: formal e dialética. Permanece portanto, uma contradição da natureza real, que incorpora a separação entre o humano e o não-humano. Tal subjugação acaba manifesta em todo conhecimento científico, que acaba diferenciando o trabalho inelectual, que discute ‘como fazer’, do trabalho manual, responsável pela materialização da produção. Mais uma vez tem-se a pesquisa subjugada aos interesses do capital, muitas vezes financiada pelas próprias relações de produção ou até mesmo pela superestrutura, que mantém estreita relação de interdependência com o sistema.

Ideologização da Natureza, o inconsciente coletivo e a percepção

Retomando Santos (1992, p.7), “num mundo em que o papel das tecnociências se torna avassalador”, a natureza midiatizada assume relevância na criação do domínio mental. É nesse contexto de falsificação ou ocultação do significado da

história que levam a duvidar do próprio fundamento de certos discursos, como as questões relacionadas às mudanças climáticas.

Mesmo considerando as mudanças como perigo iminente, o que não deixa de ser um "terrorismo da linguagem" (Lefebvre, 1991), considerando o efeito da Natureza midiatizada (Santos, 1992), sua extensão deve ser considerada no tempo e no espaço, encontrando-se numa relação direta à intensidade e frequência das intervenções do homem. Assim, é natural que esses efeitos são mais sentidos em uma escala local, sobretudo nas grandes metrópoles, onde as intervenções são mais expressivas. Nem sempre as anomalias constatadas, geralmente catastróficas, como as assistidas nos últimos tempos, devam ser atribuídas às mudanças climáticas. Trata-se, em parte, de informações massificadas, sem um critério científico, que acabam contribuindo para a formação do inconsciente coletivo, dando guarida a especulações do mercado ou resultando em denúncia a eventual "inépcia" dos poderes constituídos[11].

A percepção, que também pode ser definida como impressão ou intuição, nem sempre está associada a referências concretas. Isso em função da intensidade das notícias que vão sendo impregnadas no inconsciente, nublando comparações com a sucessão de tempos pretéritos. Por exemplo, a questão das mudanças climáticas, para explicar os eventos catastróficos da atualidade, ao mesmo tempo em que reforçou o conceito de Natureza hostil, agora parcialmente atenuada por lembrar o homem sujeito causal, passa a desconsiderar os fenômenos do passado, que não deixam de ter relevância no conceito da compreensão das anomalias, abandonados em função dos interesses do novo projeto ideológico. É uma percepção de influência midiática e imediatica.

Cita-se aqui a especulação perceptional sobre a deficiência pluviométrica nos quadrimestres mais chuvosos em Goiânia-GO (novembro/fevereiro). Casseti (2020) realizou levantamentos pluviométricos no período de 1949-2014 e constatou que não houve redução no volume de chuvas tanto nos anos considerados quanto nos respectivos quadrimestres[12]. Praticamente não foram constatadas correlações entre os eventos associados às variações na TSM, Pacífico Equatorial (El Niño, La Niña), nos registros

[11] No liberalismo prevalece a forte crítica à ineficiência do Estado para a concessão de privilégios ao mercado "virtuoso", que ideologicamente manipula a sociedade para a obtenção das benesses da privatização forçada do patrimônio público, ou ainda, culpabilizá-lo pelo "passivo ambiental.

[12] O que se percebe é um certo deslocamento do calendário quadrimestral mais chuvoso, com tendência de prevalecerem nos meses de dezembro a março.

das anomalias pluviométricas quadrimestrais. O que se constatou foi uma certa redução no número de dias de chuva, praticamente sem alteração no volume total quadrimestral, levando a inferir aumento na intensidade pluviométrica, embora mantida a condição de normalidade em 60% dos registros.

Com a tendência das mudanças climáticas no globo, grande parte das anomalias registradas são atribuídas a uma Natureza hostil, desconsiderando as condições impostas pelos atributos socioeconômicos. Como exemplo, o solapamento de falésias pela ação marinha, com impactos sobre edificações condominiais acaba sendo atribuído aos "azares da natureza", desconsiderando a ação espontaneista das incorporadoras e seus conglomerados, que em função das condições econômicas, exercem forte pressão sobre as instituições políticas para a utilização de espaços nobres que deveriam ser destinados à preservação[13]. O passivo e respectivos transtornos econômicos acabam sendo custeados em grande parte pelo poder constituído.

Em uma situação contrária, as ocupações de áreas de risco pela população pobre, permitidas ou consentidas pela estrutura vigente, diante das anomalias pluviométricas acabam sendo alvos de verdadeiras tragédias. Nesse caso, atribui-se ao uso inadequado das áreas afetadas como "azares da natureza", tudo em uma perspectiva neomalthusiana, que tem por fim, favorecer o equilíbrio do excedente do exército de reserva, mencionado anteriormente.

Resultados sistematizados por Casseti (2024) em Goiânia, permitiram concluir, através de imagens termais para o município (2002-2011), que enquanto a região central, nobre, apresentava temperaturas médias das máximas entre 32° e 36°C, na seção periférica, ocupada por uma população de menor poder aquisitivo, ficou entre 36° e acima dos 38°C, permitindo-se inferir sobre a utilização dos materiais de construção, com destaque para os tipos de cobertura. Enquanto na região nobre, mesmo mais adensada, são utilizadas coberturas com telhas cerâmicas ou dotadas de isolantes térmicos, na periferia, via de regra, são de fibrocimento e aço galvanizado, demonstrando claramente o elevado índice de absortância do ultravioleta e a elevada refletância do infravermelho. Isso significa que em eventual mudança climática efetiva, com aumento das temperaturas,

[13] Exemplo foi o depoimento do ex-presidente do Sinduscon-JP: "todas as obras executadas na orla de João Pessoa estão irregulares" (Espaço ecológico: 11/03/2024)

os pobres é que sofrerão as maiores consequências, não só pelas condições de moradia, como também pela impossibilidade de atenuar tais efeitos.

No levantamento foram identificados ainda os pontos de alagamento ou inundações no período de 2002-2007, estabelecendo relação direta com os fundos de vales da capital, ocupados pela população pobre. São essas áreas de risco destinadas a população desprovida de recursos que sofrem as consequências.

Outra questão associada às anomalias pluviométricas e que são entendidas como "azares da natureza", refere-se aos deslizamentos de massa, que assumem relevância nas áreas de relevo mais acidentado, a exemplo dos "mares de morros" do litoral sudestino, ou desmoronamento de barreiras (falésias) no litoral nordestino, onde tais "fenômenos" recorrentes, implicam destruição e morte da população, sempre pobre, pretos ou quase pretos. São espaços de risco, que alterados pelo processo de ocupação, como cortes de talude, acabam gerando desequilíbrio de vertentes pela ruptura do limiar de sustentação, com consequentes escorregamentos de massa ou desmoronamentos. Mesmo não existindo problemas recorrentes de deslizamentos de massa no município de Goiânia, dada a moderada movimentação topográfica, alguns fenômenos ocorrem em remanescentes estruturais, decorrentes de intervenções tecnogênicas, como cortes de talude ou ressaltos topográficos em formações superficiais vulneráveis à erosão remontante do fluxo pluvial, geralmente associado ao "*piping*". Tais ocorrências, com raras exceções, geralmente se dão em setores periféricos, ocupados pela população pobre, conforme foi constatado.

Lembrando Marx e Engels (2001), em A ideologia alemã, as forças produtivas, fundadas no homem, natureza e técnica, tem como precursor o homem, que sob a pressão do capital, promove a tecnificação da ciência para a apropriação e domínio pleno dos recursos da natureza. Em tais circunstâncias, essas forças produtivas, se não superadas por meios de produção humanizados, podem se converter em forças destrutivas.

As intervenções crescentes no equilíbrio da natureza, colocam em risco a própria existência humana, sobretudo dos "descartáveis", em uma perspectiva malthusiana.

FINALIZANDO

Como adverte Santos (1992, p.10), o papel das tecnociências se torna avassalador e isso pode ser sentido nas próprias instituições de ensino, o que vale também para a Geografia, onde as disciplinas que apresentam soluções técnicas, "as reclamadas soluções práticas, recebem prestígios de empresários, políticos e administradores e desse modo obtém recursos abundante para exercer seu trabalho". Essas diferenças acabam sendo percebidas pelas disparidades dos meios, como as próprias estruturas laboratoriais, além de promover o encastelamento pessoal com forte tendência de ocuparem os postos de comando. Essa racionalidade perversa leva ao risco de "uma ação sem pensamento sobre um pensamento desarmado". Santos (1992, p.9-10) continua:

> "Ontem, a técnica era submetia. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a natureza servil? Na verdade, é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não se querem dar conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não tem sentido".

Para Michelet (1831, p.11): a natureza continua a mesma, enquanto todos os dias o homem leva alguma vantagem sobre ela".

Como lembra Heisenberg (1980, p.28):

> [...] O objetivo dessa ciência é, antes, das relações entre homens e natureza, a rede das relações pelas quais nós, como seres vivos dotados de corpo, somos parte dependente da natureza, e, ao mesmo tempo, como homens, a tornarmos objeto do nosso pensamento e da nossa acção.

Isso é válido também para a Geografia, que carece de superar essa submissão intelectual, assumindo uma tarefa a ser fundada em uma ideologia crítica. Hoje, se não enfrentar a ideologia da nova ordem mundial, que mascara a realidade com um discurso midiático de "sustentabilidade"[14], cada vez mais estará o homem suscetível desse processo ameaçador de sua própria integridade. Perdendo a Natureza sua substância, o

[14] Investimentos emblemáticos no Fundo Amazônia, redução do CO_2, incentivo a tecnologias "limpas"... nada mais são que justificativas para mostrar a preocupação do sistema de produção para com o meio ambiente, sem, contudo, deixar de produzir de forma desordenada, gerando grande excedente de resíduos e seres humanos descartáveis, sem deixar de promover guerras para manter seus respectivos domínios econômicos territoriais, sem deixar de intensificar as ações na natureza, em nome de um sistema ilimitado.

homem perderá a sua natureza, o que exige, urgentemente, uma reflexão mais profunda e atitudes mais objetivas.

Para Michelet (1856), a harmonia do mundo apenas se torna completa quando o homem realiza a sua função na cadeia dos seres: “A pacificação e o comício harmônico da natureza viva”.

REFERÊNCIAS

BACON, F. **Novum organum**. Philosophie des sciences, 1857.

Bergman, M. Tudo que é sólido desmancha no ar.Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L.Ioriatti. S.Paulo:Cia das Letras, 1982.

BORNHEIN, G. O homem não é um ser Natural. **Ambiente**, v. 4, n. 1, p. 7-12, 1990.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1983.

BRANCO, J. M. de F. **Dialéctica, ciência e natureza**. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.

CASSETI, V. **Anomalias meteorológicas e ocupação humana**: Geomorfologando, 2024. Disponível em: https://sites.google.com/view/geomorfologando/in%C3%ADcio.

CASSETI, V. **Contra a correnteza**. 2009. Disponível em: https://sites.google.com/view/geomorfologando/in%C3%ADcio.

CASSETI, V. **Variações pluviométricas em Goiânia-GO**: 1949-2014: Geomorfologando, 2020. Disponível em: https://sites.google.com/view/geomorfologando/in%C3%ADcio.

DARWIN, C. **A origem das espécies por meio da seleção natural**. Trad André Camos Mesquita. São Paulo: Ed. Escala, 2009.

DESCARTES, R. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000, 335p.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOLTZ, B. V. **Habitar a terra**: Heidegger, ética ambiental e a metafísica da natureza. Lisboa: Piaget, 2000.

GARÇÃO, E. S. B. A relação homem-natureza segundo Hans Jonas. *In:* VI Colóquio Internacional de Educação Contemporânea. São Cristóvão - SE, 2012. **Anais** [...]. São Cristóvão - SE, 2012. p. 1-11.

GOETHE, J. W. von. **Fausto**. Trad. Agostinho D´Ornellas. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

GORRESIO, Z. Da natureza e do inconsciente coletivo. **Revista da Soc. Bras. Psicologia Analítica**, v. 35, n. 2, p. 59-68, 2017.

HABERMANS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa:70, 1968.

HEIDEGGER, M. **An introduction to metaphysics**. Yale: Yale University Press, 1959.

HEISENBERG, W. **A imagem da natureza na física moderna**. Trad. J. I. Mexia de Brito. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 1980.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 503p.

JONAS, H. **O Princípio vida**: Fundamentos para uma biologia filosófica. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, RJ. Ed.: Vozes, 2004.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Obras completas de C. G. Jung, v. 9/1).

JUNG, C. G. **A dinâmica do inconsciente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. (Obras completas de C. G. Jung, v. 8).

JUNG, C. G. **The visions seminars**. Zürich: Spring, 1976.

Kaufmann, W. Nova Iorque, Anchor Books, 1962

LEFEBVRE, H. **Lógica formal lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

MacNeicede, L. Nova Iorque, Oxford University Press, 1961

MALTHUS, T. M. **Essay on the Principie of population**. New York: Dutton, 1961.

MARKOVIC, M. Verbete: Natureza humana. *In:* **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1983.

Marlowe, C. The tragical history of the life and death of Doctor Faustus. The Norton Anthology. New York/London: W.W.Norton & Company

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. Trad de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAZZARI, M. V. Alegoria e símbolo em torno do Fausto de Goethe. **Literatura, Estudos Avançados**, v. 29, n. 84, p. 227-304, 2015.

MICHELET, Jules. **Introduction à l'histoire universelle**. Paris: Hachette, 1831

MICHELET, Jules. **L'oiseau**. Paris: Hachette, 1856.

Michelet, J. *Histoire de France*. Paris: Des Equateurs, 2013.

PRESTIPINO, G. **El pensamento filosófico de Engels**. México: Siglo Veintiuno Ed, 1977.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Edit. UNESP, 1996.

REGNER, A. C. K. P. O conceito de natureza em A origem das espécies. **Dossiê Darwinismo, História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 8, n. 3, p. 689-712, 2001.

ROLDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Ed. Uerj: Contraponto, 2001.

SALATIE, J. R. **Pós-kantianos** – Fichte, Schelling e o idealismo alemão. São Paulo: UOL-Educação, 2008.

SANTOS, M. **1992: a redescoberta da natureza**. Aula inaugural da FFLCH-USP, FFLCH-USP, 1992.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SCHELLING, F. W. J. von. **Ideias para uma filosofia da natureza**. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

WEBER, M. **Interpretação racional e causalidade histórica**. Tradução Artur Morão. Covilhã: Lusosofia, 2010. (Textos clássicos de filosofia).

YOUNG, R. M. Verbete: Natureza. *In:* **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1983.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, O ESTATUTO DAS CIDADES E A GESTÃO URBANA: ALGUMAS NOTAS

PARTICIPATORY PLANNING, THE STATUTE OF CITIES AND URBAN MANAGEMENT: SOME NOTES

PLANIFICACIÓN PARTICIPATIVA, ESTATUTO DE LAS CIUDADES Y GESTIÓN URBANA: ALGUNAS NOTAS

José Borzacchiello da Silva
Professor Titular e Emérito da UFC
Professor dos PPG Geografia da UFC e da PUC-Rio
borzajose@gmail.com

Destaques

- A cidade enquanto objeto socialmente produzido, animada pela dinâmica do urbano, impõe uma gama de desafios aos citadinos e exige um forte compromisso de seus cidadãos e dos gestores responsáveis por sua manutenção;
- Os movimentos sociais se fundamentam na noção de direito que sustenta a luta e mantém uma organização dinâmica e intensa com frequentes mobilizações;
- Embora continue negligenciado pela sociedade brasileira, o Estatuto da Cidade é a Lei que estabelece diretrizes gerais para a política urbana;

RESUMO

O texto discute a cidade e os problemas urbanos num contexto de crescimento demográfico marcado por sucessivos deslocamentos da população do campo para a cidade. Objetiva expor a dimensão dos conflitos e a incessante luta dos movimentos sociais por uma gestão urbana democrática. Reforma Urbana, Planejamento Participativo, Estatuto da Cidade remetem às lutas contidas na pauta política dos movimentos sociais que emergiram dentre os vários modos de perspectivas de gestão democrática da cidade e vinculam-se às relações antagônicas e contraditórias das classes sociais no contexto das relações capitalistas de produção. A participação popular na história recente da sociedade brasileira deu-se de forma compulsória. Era a sociedade reclamando direitos num

contexto autoritário imposto pelo golpe de 1964. O forte caráter reivindicatório dos movimentos pautados no quadro de extrema carência, alcançou formas mais avançadas com greves e outras formas de pressão pela abertura de canais de interlocução para registro e negociação de seus anseios.

Palavras-chave: Cidade. Gestão Urbana. Conflitos Urbanos, Movimentos Sociais, Participação Popular.

ABSTRACT

The text discusses the city and urban problems in a context of demographic growth marked by successive displacements of the population from the countryside to the city. It aims to expose the dimension of conflicts and the incessant struggle of social movements for democratic urban management. Urban Reform, Participatory Planning, City Statute refer to the struggles contained in the political agenda of social movements that emerged among the various modes of democratic city management perspectives and are linked to the antagonistic and contradictory relations of social classes in the context of capitalist relations of production. Popular participation in the recent history of Brazilian society was compulsory. It was society demanding rights in an authoritarian context imposed by the 1964 coup. The strong demanding character of the movements based on extreme poverty reached more advanced forms with strikes and other forms of pressure for the opening of dialogue channels for recording and negotiating their rights. desires.

Keywords: City. Urban Management. Urban Conflicts. Social Movements. Popular Participation.

RESUMEN

El texto analiza la ciudad y los problemas urbanos en un contexto de crecimiento demográfico marcado por sucesivos desplazamientos de la población del campo a la ciudad. Su objetivo es exponer la dimensión de los conflictos y la lucha incesante de los movimientos sociales por una gestión urbana democrática. Reforma Urbana**,** Planificación Participativa, Estatuto de la Ciudad se refieren a las luchas contenidas en la agenda política de los movimientos sociales que surgieron entre los diversos modos de perspectivas democráticas de gestión de la ciudad y están vinculadas a las relaciones antagónicas y contradictorias de las clases sociales en el contexto de las relaciones de capitalismo. producción. La participación popular en la historia reciente de la sociedad brasileña fue obligatoria. Era una sociedad que reclamaba derechos en un contexto autoritario impuesto por el golpe de 1964. El fuerte carácter reivindicativo de los movimientos basados en la pobreza extrema alcanzó formas más avanzadas con huelgas y otras formas de presión para la apertura de canales de diálogo para el registro y negociación de sus derechos. deseos.

Palabras clave: Ciudad. Gestión Urbanística. Conflictos Urbanos. Movimientos Sociales. Participación Popular.

A CIDADE

O texto discute a cidade e os problemas urbanos num contexto de crescimento demográfico marcado por sucessivos deslocamentos da população do campo para a cidade. Objetiva expor a dimensão dos conflitos e a incessante luta dos movimentos sociais por uma gestão urbana democrática, pautada nos pressupostos da Reforma Urbana[1], do Estatuto da Cidade[2] e do Planejamento Participativo[3]. A paisagem brasileira altera, de forma significativa, o seu perfil, mesmo nas novas áreas de expansão agrícola das regiões Centro-Oeste e Norte, onde o dominante é o campo mecanizado e cidades modernas, dinâmicas e excludentes. Essas cidades exercem a função de centros coletores da produção e prestadores de serviços. Segundo Elias (2022, n.p.),

> Considerando que a ideologia do agronegócio é muito poderosa e mascara a realidade criando um imaginário social favorável a ele, não é demais repetir que sua difusão é espacialmente seletiva, economicamente concentradora, socialmente excludente, ambiental e culturalmente devastadoras. Assim sendo, a crescente expansão do agronegócio tem gerado cada vez mais concentração de riquezas, pobreza estrutural, além de muitas desigualdades socioespaciais, e tudo isso está explícito nas cidades do agronegócio.

As metrópoles, entretanto, já não crescem com os mesmos índices, como os verificados nos censos de 1950 a 1970. Os resultados do censo de 2022, acusaram o maior

[1] O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas. Disponível em: https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/, acesso em 20.05.2024

[2] O Estatuto da Cidade, é a Lei que estabelece diretrizes gerais para a política urbana, regulamenta o capítulo de política urbana da Constituição Federal e institui instrumentos para a gestão das cidades pelos Municípios. O Congresso Nacional aprovou a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, autodenominado Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e envolve, entre outros assuntos, instrumentos jurídicos de controle da especulação imobiliária, capazes, ao menos, de atenuar o caos generalizado que tem sido morar nas cidades brasileiras. *In:* SILVA, J. B. da, O estatuto da cidade e a reforma urbana no Brasil, Revista GEOUSP, N° 10, p.10, 2001.

[3] Para SANTOS, A. A. de O; MIRANDA, L de A, o Planejamento Participativo 2024 É o direito à cidade, quando embasados em uma sociedade civil que tenha reais oportunidades de participação nas decisões políticas, pautadas em mecanismos de discursos racionais e de meios de contestação, de tal forma que esta mesma sociedade possa ser capaz de governar a si própria, buscando soluções viáveis para os problemas de âmbito local, para, em seguida, discutir democraticamente a solução dos problemas urbanísticos de âmbito geral. Planejamento urbano participativo e a efetividade do direito à cidade sustentável: a contribuição de Philip Pettit e Jürgen Habermas, p. 1356. Disponível em http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/anderson_avelino_de_oliveira_santos.pdf. Acesso em 20.05.2024.

crescimento das cidades de porte médio. Independentemente do tamanho, a cidade continua exercendo atração no processo migratório. A facilidade de deslocamento justifica a intensa mobilidade da população brasileira. Uma complexa trama de redes técnicas e virtuais cobre o território nacional, rompendo, mesmo que de modo relativo, a ideia de isolamento.

A cidade é vista como lugar de oportunidades e prossegue mesclando vidas, movendo paixões e fermentando a luta cotidiana por melhores condições de vida. A busca incessante do lugar, mesmo que por caminhos diferentes está presente em múltiplas trajetórias de atores sociais que insistem e persistem, cada um a seu modo, com suas crenças e idiossincrasias, na esperança de conquistar um lugar na cidade e lutar por um mundo melhor. Homens e mulheres, mais mulheres que homens, todos fazem, a partir de suas lutas, a história de suas comunidades, de seus bairros, de seus lugares na cidade. O que os une, o que transpõe a diferença é o sentido de nós, que reúne e valoriza as semelhanças. A cidade capitalista é seletiva, não acolhe a todos. Nela, são muitas as carências presentes no cotidiano dos sem-teto e sem perspectivas de melhoria das condições de vida. A transferência maciça da população do campo para a cidade, remete a um antigo debate que contrapõe esses dois territórios. Para Claval (1968, p. 23),

> A maior parte das teorias sociológicas da cidade resultaram, assim, no destaque de tipos ideais, o da cidade, o do campo. O hábito de definir conceitos ou categorias gerais destacando oposições alternadas vem de longa data.

As ciências sociais contemporâneas não mais separam campo e cidade. Entendem que esses dois arranjos se interpenetram e coexistem. Múltiplos problemas afetam a vida nas cidades sendo os de natureza ambiental, os mais prementes. Inundações frequentes, deslizamentos de camadas, desmoronamentos, entre outros, têm sido frequentes na vida urbana. As vítimas preferenciais são sempre os mais pobres, os que vivem em situação de vulnerabilidade social considerando a informalidade das relações de trabalho, a insalubridade das condições de moradia e as dificuldades de mobilidade e de circulação através da complexidade de seus diferentes territórios (Roncayolo, 1990).

A cidade enquanto objeto socialmente produzido, animada pela dinâmica interativa do urbano, impõe uma gama de desafios aos citadinos e exige um forte compromisso de seus cidadãos e dos gestores responsáveis por sua manutenção em níveis

satisfatórios. A gestão da cidade em conformidade com os preceitos das conquistas sociais contemporâneas e dos avanços técnico-científicos nas áreas de infraestrutura, equipamentos e serviços deveria garantir os mínimos requisitos de conforto e bem estar aos seus habitantes. As cidades não atendem a esses preceitos e apresentam uma gama de problemas que dificultam a sua gestão. O crescimento acentuado, os problemas sanitários, a poluição industrial, a impermeabilização do solo com frequentes inundações despertaram a luta ecológica por uma cidade mais equipada e que garanta melhores condições de vida. Em busca de uma cidade ambientalmente mais equilibrada, constata-se a busca incessante do verde e a valorização e ampliação de áreas públicas, principalmente parques e jardins. Evidencia-se também a afirmação da consciência ecológica que continua mais forte e depurada nas sociedades onde a Revolução Industrial teve berço e irradiou-se pelo mundo a fora.

Em Londres, Bruxelas, Paris ou Berlim, enormes extensões de áreas verdes foram incorporadas e mantidas, garantindo a essas cidades melhora na qualidade de vida, tornando-as capazes de melhor suportar o enorme peso metropolitano que elas expressam e possuem. A carência de verde e a luta por sua preservação são tão intensas que comummente ocorre nessas cidades a incorporação de antigos cemitérios, pátios de fábricas desativados e outros espaços que são encampados como área de lazer. Londres é detentora de enormes parques, o que garante um percentual expressivo de áreas verdes por habitante. A cidade tem nos antigos campos de caça de sua tradicional monarquia, a exuberância de um Hyde Park. Em Paris, franceses e turistas atravessam diariamente o Jardim de Luxembourg e o das Tuileries que são áreas ligadas aos Palácios de Luxembourg e do Louvre, que foram abertas e incorporadas ao uso público. No Brasil, ao contrário, extensas áreas ocupadas por população de trabalhadores apresentam uma paisagem árida, com poucos espaços verdes e ausência quase completa de parques e jardins.

EXPECTATIVAS

Longe dessas conquistas, constata-se que o Brasil atravessa tempos difíceis em vários setores. Na condição de pais com alto nível de urbanização, cerca de 80%, segundo os dados do IBGE, de 2022, é na cidade que essas dificuldades ficam mais evidenciadas. Reforma Urbana, Planejamento Participativo, Estatuto da Cidade remetem

às lutas contidas na pauta política dos movimentos sociais que se organizaram e se mobilizam para que dentre os vários modos de perspectivas de gestão democrática da cidade anulem ou reduzam às relações antagônicas e contraditórias das classes sociais no contexto das relações capitalistas de produção.

A participação popular na história recente do Brasil deu-se de forma compulsória. A sociedade insatisfeita, intensifica a sua organização e reclama seus direitos num contexto autoritário imposto pelo golpe de 1964 [4] . O forte caráter reivindicatório dos movimentos pautados no quadro de extrema carência**,** alcançou práticas mais avançadas e manifestações com greves e outras formas de pressão pela abertura de canais de interlocução para registro das reivindicações e possíveis negociações. Eram muitas as demandas reprimidas daí os anseios de uma sociedade que até então apresentava-se como amorfa e amordaçada. A pauta era imensa. Esse expressivo rol de pedidos e questões alimentavam as diferentes mobilizações, que durante muito tempo, conduziram o povo às ruas e forçou as autoridades a se pronunciarem ou reagir de forma repressiva e violenta.

Os movimentos sociais se fundamentam na noção de direito que sustenta a luta e mantém uma organização dinâmica e intensa com frequentes mobilizações forjadas na luta pela conquista e acesso à cidade. O tempo passou, a luta continua e os conflitos permanecem e tornam-se frequentes entre os movimentos sociais e os embates com os responsáveis pelo provimento de equipamentos e de serviços públicos. Esse permanente estado de alerta expõe as contradições do sistema social do país regido porpolítica econômica concentradora e excludente. A intensificação por esta busca, dá-se, exatamente, num contexto econômico ditado pela égide do neoliberalismo que tem entre os seus preceitos a necessidade de redução do tamanho do Estado, pautado no pressuposto da privatização de vários setores de infraestrutura, equipamentos e serviços, com prevalência da financeirização da economia. Essa mudança acentuou o colapso de algumas das principais funções urbanas, presentes em diversas escalas no contexto das cidades brasileiras. O início dos anos oitenta foi marcante para os movimentos sociais e a participação popular no Brasil. As lutas e os diferentes modos de organização e

[4] "O Golpe Civil-Militar de 1964 é o nome que se dá à articulação golpista que, entre 31 de março e 9 de abril de 1964, realizou a tomada de poder, subvertendo a ordem existente no país e dando início à Ditadura Militar, regime ditatorial que se estendeu no Brasil de 1964 até 1985. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm. Acesso em 17.05.2024

mobilização emergiram de uma verdadeira revolução molecular no seio dos movimentos populares experimentados no país, em especial, a luta por direitos e eleições livres. Os movimentos sociais e a participação popular foram e são fundamentais no processo de redemocratização do país pela busca de justiça social.

Os profissionais voltados à compreensão da cidade e do urbano despertaram interesse pelo estudo dos movimentos sociais instigados pela conjuntura política e econômica dos pós Segundos Guerra, que fomentou manifestações pautadas na busca de autonomia e de direitos. A constatação de semelhanças do processo de produção do espaço urbano entre os países latino-americanos intensificou o interesse intelectual e contato entre os povos. Essa relação entre contexto histórico e a tomada de consciência convergem em organizações e mobilizações, que na cidade receberam o nome de movimentos sociais urbanos, com denominações e características próprias de cada país. De acordo com Laclau (1986),

> O fato particularmente novo e marcante nos movimentos sociais que emergiram na América Latina durante os últimos vinte anos é que ─ talvez pela primeira vez ─ este momento totalizante se encontre ausente ou, pelo menos, seriamente questionado. As mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de equivalência de um único conflito que dívida a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos.

Enquanto reflexão teórica os estudos recorriam à literatura produzida por diferentes campos científicos como Sociologia, Filosofia, Geografia, História e Antropologia.

Nos últimos quarenta anos os movimentos sociais assumiram visibilidade na sociedade brasileira, ocuparam a mídia especializada e abriram vários canais de comunicação. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST ficou conhecido por sua capacidade de organização e mobilização. Nas cidades**,** dos vários movimentos sociais, o Movimento Dos Trabalhadores Sem-teto - MTST, adquiriu expressão e visibilidade.

Sob a domínio dos gestores e de grandes grupos econômicos algumas áreas urbanas são escolhidas para serem dotadas de política de modernização além do aformoseamento de seus logradouros, como praças, parques e grandes avenidas. Isso se

dá em detrimento de imensas porções dos territórios das cidades, aqueles que são realmente prioritários no que tange às necessidades de implantação de infraestrutura, equipamentos, serviços e de melhorias demandadas pela maioria dos brasileiros. Essa cidade incompleta que abriga a maioria da população urbana aparece nos dados do Painel do Saneamento Brasil de 2023, que indica a precariedade quando mostra que 15,80% da população do país não tem acesso à água. No Nordeste a situação se agrava e esse percentual chega a 24,40%. Quanto à coleta de esgoto, 44,50% da população não conta com esse serviço[5].

Esse contexto incita a discussão em torno de temas relevantes como os da Reforma Urbana, do Planejamento Participativo e do Estatuto da Cidade. Eles remetem às lutas contidas na pauta política dos movimentos sociais que emergiram dentre os vários modos de perspectivas de gestão democrática da cidade e vinculam-se às relações antagônicas e contraditórias das classes sociais no contexto das relações capitalistas de produção.

O POVO ENTRA EM CENA, DE NOVO

A participação popular na história recente do Brasil deu-se quando a sociedade amplifica a reclamação de seus direitos contra um contexto autoritário imposto pelo golpe de 1964. O forte caráter reivindicatório dos movimentos pautados num quadro de extrema carência**,** alcançou formas mais avançadas de resistência com greves, passeatas, ocupações e outras modalidades de pressão pela abertura de canais de interlocução para registro e negociação de seus anseios e demandas. A pauta era imensa. O povo que esteve amordaçado durante muito tempo reagiu, tomando as ruas, suportando agressões e forçando as autoridades a se pronunciarem. Era um tempo duro sem apoio da imprensa e de outros meios de comunicação que permaneciam reprimidos pela lei da mordaça.

O início dos anos oitenta foi marcante para os movimentos sociais. Trata-se do período em que a participação popular no Brasil conquista maior visibilidade. As lutas e os diferentes modos de organização e mobilização emergiram de uma verdadeira revolução molecular que segundo afirma Guattari (1981, p. 17-18):

[5] Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/. Acesso em 07.04.2024.

> é de pouca utilidade traçar planos sobre o que deveria ser a sociedade de amanhã, a produção, o Estado ou não, o Partido ou não, a família ou não, quando na verdade não há ninguém para servir de suporte à enunciação de alguma coisa a respeito. Os enunciados continuarão a flutuar no vazio, indecisos, enquanto agentes coletivos de enunciação não forem capazes de explorar as coisas na realidade, enquanto não dispusermos de nenhum meio de recuo em relação a ideologia dominante que nos gruda na pele, que fala de si mesma em nós mesmos, que, apesar da gente, nos leva para as piores besteiras, as piores repetições e tende a fazer com que sejamos sempre derrotados nos mesmos caminhos já trilhados.

Foi no seio dos movimentos populares experimentados no país, em especial, nas pequenas revoluções permanentes que germinaram o estímulo à luta por direitos e por eleições democráticas capazes de representar efetivamente o poder dos eleitores. Os movimentos sociais e a participação popular foram e são fundamentais no processo de redemocratização do país pela busca de justiça social.

Nos últimos cinquenta anos os movimentos sociais movidos pela vontade de mudar o real, assumiram visibilidade na sociedade brasileira, ocuparam aos poucos a mídia especializada e abriram vários canais de comunicação. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, ficaram conhecidos e reconhecidos pela extrema capacidade de organização e mobilização. Nas cidades**,** dos vários movimentos sociais, firmava-se o Movimento Dos Trabalhadores Sem-teto - MTST, que logo adquiriu expressão e liderança. Nesse período, a compressão tempo-espacial registra um processo sucessivo de marchas, ocupações e greves de diferentes categorias profissionais.

Hoje, ao contrário dos movimentos populares tradicionais advindos da constatação de problemas comuns e construção de vínculos identitários a partir da proximidade física e territorial e das carências de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, os eventos são convocados pela mídia digital, ampliada de suas funções com o uso frequente das redes sociais.

Apesar do cenário de crise econômica e da intolerância em relação ao outro no plano da política que a sociedade brasileira vive, cabe investigar a busca do sentido da cidade, neste contexto de desglobalização e da gestão social urbana, onde a pobreza e a miséria aparecem como protagonistas. Os problemas são gerais, mas se manifestam com maior expressão nas cidades. O quadro é instigador posto permitir verificar os níveis de

complementaridade existentes entre a cidade e os modos inovadores de gestão. Sob esta perspectiva, o Planejamento Participativo surge como construção coletiva com forte poder de interferir na realidade, considerando que ele permite coordenar ideias e ações, traçar diretrizes e objetivos tendo em vista as perspectivas e o compartilhamento. A dimensão política do planejamento participativo está apoiada no pressuposto do controlepolítico do cidadão sobre o Estado. Quando o Planejamento Participativo ultrapassa o nível tecnocrático e adquire a forma e o conteúdo de planejamento democrático, torna-seum instrumento efetivo de participação e de mudança. Nesse novo formato a organização interna do grupo expressa a representação dos diferentes segmentos sociais.

Munidos das informações e cientes da vontade política dos gestores em agilizar e facilitar o processo participativo em todos os níveis e instâncias, os participantes de forma organizada e democrática, evidenciam a metodologia e as estratégias utilizadas para atingir seus objetivos. O planejamento participativo democrático tem a oportunidade de corrigir as graves distorções geradas pelo urbanismo capitalista que em sua trajetória produziu um modelo de desenvolvimento injusto e desigual com sérios impactos nas políticas urbanas e nas lutas dos trabalhadores. Foram anos e anos de mobilização para que, alguns resultados, produzissem uma cidade mesmo que ainda desigual, apresentando, porém, mais oportunidades de inclusão social.

A MULHER NA LUTA POR UMA CIDADE MELHOR

O mundo da casa e da vizinhança favoreceu a emergência da mulher como liderança e militante. Das tarefas domésticas e cuidados com os filhos a mulher alcança a rua, registra seus anseios, compartilha suas angústias e suas utopias. Logo ela compreende que é na associação com os vizinhos que emerge a organização e a mobilização fundados no esboço de um planejamento a partir de suas reivindicações. Essa pauta, mesmo que incipiente, mostra-se um instrumento onde a organização evidencia a sua razão de ser, onde ela quer chegar, quais os seus valores e estratégias para atingir os seus objetivos que, no caso das instituições públicas, são aqueles referenciados pela sociedade.

A lógica tradicional do planejamento tecnocrático está fundada na segregação socioespacial, na apartação. A dimensão dos direitos sociais e políticos conquistados com o processo de redemocratização do país aguçou a luta urbana e elegeu a moradia como

fulcro das demandas sociais básicas. Entende-se moradia como o somatório da habitação inserida em área servida de infraestrutura, equipamentos e serviços básicos, um lugar digno para se viver com direito à mobilidade e à acessibilidade.

A nova perspectiva se distancia daquele período de implantação de políticas públicas de micro urbanização como as realizadas em forma de "mutirão", que pretendiam integrar à cidade assentamentos humanos irregulares como as favelas e áreas de habitação subequipadas, socialmente marcadas pela precariedade, das demais políticas de transferência de renda como o bolsa família ou programas amplos de habitação de forte impacto social e econômico como o Minha Casa Minha Vida - MCMV.

No quadro administrativo por sua vez, a progressiva mistura de gestões públicas e privadas na prestação de serviços urbanos que foram municipalizados ou comprados por multinacionais, conduzem à necessidade de pressão popular para se estabelecer políticas de proteção às populações marginalizadas dos bairros informais da metrópole.

Munidos das informações e cientes da vontade política dos gestores em agilizar e facilitar o processo participativo em todos os níveis e instâncias, os participantes, de forma organizada e democrática, se apropriam da metodologia e das estratégias utilizadas para atingir seus objetivos.

O planejamento participativo democrático tem a oportunidade de corrigir as graves distorções geradas pelo urbanismo capitalista que em sua trajetória produziu um modelo de desenvolvimento injusto e desigual com sérios impactos nas políticas urbanas e nas lutas dos trabalhadores. Foram anos e anos de mobilização para que, alguns resultados, produzissem uma cidade mesmo que ainda desigual, com maiores oportunidades de inclusão social.

Os conflitos de classe se evidenciavam na relação contraditória entre o capital e o trabalho. As primeiras conquistas ocorreram primeiramente no mundo da fábrica com a organização e mobilização dos trabalhadores e as conquistas por direitos, fruto da luta sindical em prol de melhoria das condições de trabalho e de salários. A intensificação das mobilizações continuou no mundo da fábrica, mas também migrou para o local de moradia dos trabalhadores. A consciência adquirida em relação ao papel da moradia, no processo de reprodução da vida, intensificou também a busca pelo direito à cidade, aprofundando a politização da luta e a reflexão sobre as diferentes formas de denunciar a

violação dos direitos humanos nos processos de mercantilização dos diferentes territórios das cidades. O mundo da casa e da vizinhança favoreceu a emergência da mulher como liderança e militante. É um instrumento onde a organização evidencia a sua razão de ser, onde ele quer chegar, quais os seus valores e estratégias para atingir os seus objetivos que, no caso das instituições públicas, são aqueles referenciados pela sociedade.

No Brasil o processo de redemocratização foi lento e gradual. A política habitacional do BNH afastava cada vez mais a classe trabalhadora para bairros distantes e não equipados e produziu uma cidade dispersa e fragmentada. Os grandes conjuntos habitacionais, construídos fora da malha contínua das cidades, confinava enorme contingente de trabalhadores.

Cabe salientar os desequilíbrios sociais na configuração espacial, especialmente no que tange à distribuição da renda e a oferta de equipamentos e serviços essenciais à vida digna. Além das carências, resultado de um processo de urbanização incompleto, esse rápido crescimento urbano elimina, cada vez mais, a natureza da paisagem das cidades. Rios poluídos, lagoas aterradas e dunas ocupadas indistintamente revelam a degradação ambiental urbana e escancaram as múltiplas possibilidades de riscos.

Sob essa lógica, a cidade desigual e incompleta prossegue sua marcha, engolindo terras, desfigurando-se rapidamente. A ocupação de encostas e de áreas vazias aumentou sua densidade e incorporou em sua paisagem urbana um considerável número de favelas.

O Planejamento Participativo é destacado quando o Plano Diretor é elaborado a partir dos pressupostos da participação popular e configura-se como um instrumento de planejamento democrático e de socialização da cidade. Segundo o texto constitucional, o Plano Diretor é o principal instrumento para os municípios promoverempolíticas urbanas com pleno respeito aos princípios das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e da garantia de bem-estar dos habitantes. Os princípiosconstitucionais, fundamentais norteadores do Plano Diretor são função social da propriedade do desenvolvimento sustentável das funções sociais da cidade, da igualdadee da justiça social, da participação popular.

A Constituição, em seu artigo 174, considera que o Poder Público, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá, na forma da lei, as

funções de fiscalização. Incentivo e planejamento; em seu Capítulo II, Da Política Urbana, concede ao Município a competência de estabelecer o Plano Diretor. Apesar de ter características de um plano geral, o Plano Diretor – em razão do disposto no artigo 182, parágrafos 2° e 4° da Constituição – transformou-se no instrumento obrigatório para o Município intervir, visando a executar a política urbana, como meio de garantir que a propriedade urbana tenha uma função social.

O município contará, para fins do Plano Diretor, de instrumento como o IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) progressivo no tempo, que é uma sanção igualmente prevista no artigo 182, § 4º, da Constituição, vinculada ao não cumprimento do parcelamento, da edificação ou da utilização compulsórios. Não sendo cumpridas as condições legais para o aproveitamento da área, o Município passará a aumentar, durante 5 anos consecutivos, a alíquota do IPTU, até o limite máximo de 15%. O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na mesma lei que define os prazos e as condições para o parcelamento, a edificação ou utilização compulsória. O Município manterá a cobrança progressiva do IPTU pela alíquota máxima, até que o proprietário proceda o aproveitamento do terreno. Essa medida aumentará as densidades urbanas e reduzirá as despesas com instalação de infraestrutura, equipamentos e serviços tornando a cidade mais homogênea e justa. O plano Diretor é um dos principais instrumentos de controle social sobre a cidade contido no Estatuto da Cidade **-** Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.

ENCERRANDO O TEXTO

Embora continue negligenciado pela sociedade brasileira, o Estatuto da Cidade, é a Lei que estabelece diretrizes gerais para a política urbana, regulamenta o capítulo de política urbana da Constituição Federal e institui instrumentos para a gestã**o** das cidades pelos Municípios, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e envolve, entre outros assuntos, instrumentos jurídicos de controle da especulação imobiliária, capazes, ao menos, de atenuar o caos generalizado que tem sido morar nas cidades brasileiras. A aprovação da Lei amplia a discussão em torno da Reforma Urbana, trazendo à tona itens que compõem a pauta de demandas sociais reprimidas, e evidenciam a necessidade de se realizar uma releitura da cidade na perspectiva de sua redefinição, concebendo-a enquanto ambiente e, buscando nela, um

novo sentido para a vida gregária, considerando que um dos pressupostos da gestão da cidade consiste na melhoria da qualidade urbana na perspectiva de torná-la mais humana e agradável, garantindo uma relação mais harmônica com a natureza, o que constitui, em última instância, a maior atividade do planejamento urbano.

Infelizmente, a administração pública no Brasil ainda não ultrapassou os limites da política de intenções e não obteve, portanto, repercussões práticas sobre o processo injusto e desigual que caracteriza a urbanização no Brasil, contribuindo para a permanência de determinados critérios de intervenção sobre a vida urbana que redundam em recorrentes fracassos e na execução das estruturas administrativas responsáveis pelo planejamento. Cabe à administração pública municipal atender, de forma razoável, às novas demandas sociais que incluem a gestão urbana participativa como essencial. Construir cidades bonitas, limpas, funcionais e justas é uma tarefa difícil. Sua execução depende ainda da ação da sociedade na defesa de Planos Diretores corretos e adequados às necessidades da comunidade e para obtenção de investimentos nas áreas mais carentes detectadas pela comunidade.

É neste contexto que os movimentos sociais adquirem visibilidade. A capacidade de identificação de problemas comuns conduz à organização e a mobilização. O confronto, o conflito, a negociação, a repressão e o controle dependem da ambiência dominante.

De existência fenomênica, os movimentos sociais tornam-se fugidios, dificultando as diferentes tentativas de análise. No plano do método, sua recuperação pode ser obtida através de relatos, narrativas, entrevistas, questionários, imagens fixas e móveis, discursos oficiais, atas, resumos, anais, relatórios de associações, de organizações não governamentais, de órgãos oficiais ou de outras instituições, consultas a jornais e revistas, mapas e cartogramas, dentre outros meios.

A construção de uma geografia social crítica passa pela abordagem dos movimentos sociais. Qualquer retrospectiva desses movimentos recairá em questões identitárias, manifestações raciais, de gênero, de classe, de lugar. A luta pelo espaço perpassa todas as manifestações.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, P. La théorie des villes. **Revue Geographique de L'Est**, v. 1, n. 2, p. 3-56, 1968. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rgest_0035-3213_1968_num_8_1_2008. Acesso em 20/05/2024;

ELIAS, Denise. Uma radiografia das "cidades do agronegócio. **Outras Palavras**, 2022, Disponível em: https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/uma-radiografia-das-cidades-do-agronegocio/. Acesso em 20/05/2024.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, 1986.

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paria : Editions Gallimard, 1990, 280p.

SANTOS, A. A. de O; MIRANDA, L de A. **Planejamento urbano participativo e a efetividade do direito à cidade sustentável: a contribuição de Philip Pettit e Jürgen Habermas**, p. 1356. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/anderson_avelino_de_oliveira_santos.pdf. Acesso em 20/05/2024.

SILVA, J. B. da. O estatuto da cidade e a reforma urbana no Brasil. **Revista GEOUSP**, n. 10, p. 9-26, 2001.

Recebido em maio de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

CIDADE NEOLIBERAL E GESTÃO DA POBREZA URBANA

NEOLIBERAL CITY AND URBAN POVERTY MANAGEMENT

VILLE NÉOLIBÉRALE ET GESTION DE LA PAUVRETÉ URBAINE

Silvana Cristina da Silva[1]
Universidade Federal Fluminense – UFF
silvanasilva@id.uff.br

Márcio Cataia[2]
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
cataia@unicamp.br

"Tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território" (Santos, 1996, p. 256).

Destaques

- O antidemocratismo se refere às práticas autoritárias que refutam os princípios da democracia, exacerbando o ódio à política, e ele tem uma longa história na América Latina;
- Outra face da ação das igrejas no território, que tem vasos comunicantes com o neoliberalismo e a pobreza urbana, é o crescimento de Comunidades Terapêuticas (CTs) administradas por igrejas;
- Decerto, não é possível a existência de cidades que privilegiem a justiça social, sem uma psicoesfera que dê sentido, que signifique a justiça como um fato social;

[1] Professora Associada do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – UFF (Campos dos Goytacazes). Bolsista Jovem Cientista FAPERJ, a quem agradeço o financiamento à esta pesquisa conjunta.
[2] Professor Livre Docente do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, a quem agradeço o financiamento à esta pesquisa conjunta.

RESUMO

A compreensão das tramas entre teologia da prosperidade, neoliberalismo, espaço geográfico e manutenção da pobreza, objetivo deste artigo, coloca-se como fundamental neste momento político o qual o Brasil atravessa, especialmente em um contexto global de forte presença de movimentos políticos de extrema direita. Para isso, a reflexão proposta neste artigo é guiada pela teoria que se refere ao espaço das cidades, cujo entendimento se dá por meio das conexões existentes entre tecnoesfera e psicoesfera, conceitos redutíveis, que incorporam as dimensões materiais e sociais da vida de relações. As definições mobilizadas para tal empreitada são usadas consoante uma economia política da urbanização em uma cidade específica, ou seja, alia-se a economia política da urbanização à economia política da cidade. A empiria é relativa à expansão das igrejas pentecostais, principalmente as de terceira onda, marcadas pela adoção da teologia da prosperidade, e suas ações na administração de políticas públicas, que conferem a elas um papel relevante na concepção e na gestão da pobreza sob condições neoliberais.

Palavras-chave: Cidade. Neoliberalismo. Pobreza. Teologia da prosperidade. Psicoesfera.

ABSTRACT

Understanding the links between prosperity theology, neoliberalism, geographical space and the maintenance of poverty, which is the aim of this article, is crucial at this political moment in time in Brazil, especially in a global context with a strong presence of extreme right-wing political movements. To this end, the reflection proposed in this article is guided by the theory that refers to the space of cities, which is understood through the existing connections between the technosphere and the psychosphere, reducible concepts that incorporate the material and social dimensions of the life of relationships. The definitions mobilized for this task are used according to the political economy of urbanization in a specific city, in other words, the political economy of urbanization is combined with the political economy of the city. The empirical evidence relates to the expansion of Pentecostal churches, especially those of the third wave, marked by the adoption of prosperity theology, and their actions in the administration of public policies, which give them an important role in the conception and management of poverty under neoliberal conditions.

Keywords: City. Neoliberalism. Poverty. Prosperity theology. Psychoesphere.

RÉSUMÉ

La compréhension des liens entre théologie de la prospérité, néolibéralisme, espace géographique et maintien de la pauvreté, objectif de cet article, se révèle fondamentalement dans le contexte politique actuel que traverse le Brésil, notamment dans un contexte global marqué par une forte présence de mouvements politiques d'extrême droite. Pour ce faire, la réflexion proposée dans cet article est guidée par la théorie relative à l'espace des villes, dont la compréhension passe par les connexions existantes entre la technosphère et la psychosphère, concepts réductibles qui intègrent les

dimensions matérielles et sociales de la vie relationnelle. Les définitions mobilisées pour ce travail sont utilisées conformément à une économie politique de l'urbanisation dans une ville spécifique, c'est-à-dire qu'elles allient l'économie politique de l'urbanisation à l'économie politique de la ville. L'empirie concerne l'expansion des églises pentecôtistes, principalement celles de la troisième vague, marquées par l'adoption de la théologie de la prospérité, et leurs actions dans l'administration des politiques publiques, leur conférant un rôle important dans la conception et la gestion de la pauvreté sous des conditions néolibérales.

Mots-clés: Ville. Néolibéralisme. Pauvreté. Théologie de la prospérité. Psychoesphère.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca aproximar, como outras bibliografias já o fizeram, a cidade e o neoliberalismo, entendido como a razão capitalista do período atual. Nossa abordagem evidencia um ângulo das interações sociais que, estando em atrito, aprofundam a crise societária (Ribeiro, 2006) ao impulsionar processos e formas que são produtores da cidade corporativa (Santos, 1990). Nosso compromisso analítico destaca um aspecto da psicoesfera dominante desse período, referido ao eterno retorno, ou ressurgimento[3], da utopia perversa, a qual se refere ao ódio contra toda e qualquer política pública que busque amenizar os sofrimentos humanos. Atualizada, ela afirma a soberania do indivíduo para consumir, empreender e ser criativo. Essa promessa utópica perversa aporta sob o signo de movimentos antidemocráticos, porém contraditoriamente gestada por dentro dos regimes democráticos, ao incorporar princípios do mercado na gestão (neoliberal) da cidade. A perversidade reside no fato de que essa utopia não se coloca como preocupação a emancipação dos povos, mas sua sujeição à repressão.

Essa utopia perversa é um aspecto da psicoesfera, definida como um postulado de crenças, de desejos, de vontades e hábitos que inspiram comportamentos, condutas filosóficas e ações práticas, tanto nas relações interpessoais quanto na comunhão dos grupos com o Universo (Santos, 1992). Essa esfera social tem sua materialidade correspondente, redutível, na crescente artificialização do meio geográfico, na tecnoesfera, cada vez mais impregnada de técnica, ciência e informação.

[3] Os termos retorno ou ressurgimento indicam a renovação ou presentificação de elementos, de variáveis que nunca estiveram ausentes, mas lhes faltavam um agente aglutinador para juntos, coagulados, constituir um novo *status*. Encontrando este ambiente propício, voltam a fluir, voltam a capilarizar tramas sociais, ganhando nova dimensão e volume. Essa força de coalescência é o neoliberalismo.

Considerando essa problematização, buscamos compreender como a expansão das igrejas pentecostais, que se apoiam na teologia da prosperidade, vem implicando na construção de um espaço urbano neoliberal nas cidades brasileiras. Ou seja, há uma complementaridade e interdependência no Brasil entre o crescimento dos evangélicos pentecostais e o neoliberalismo. Esse processo contrapõe-se à defesa de uma cidade que preza pela justiça social e as solidariedades coletivas. Como problema, temos a exacerbação do espaço e serviços privatizados, a difusão no modelo de habitação pautado na segregação socioespacial, a mobilidade urbana pautada no transporte individual e a concretização de uma cidade que prioriza o consumo e a competitividade, resultando em cidades menos cidadãs e cada vez menos afeitas às sociabilidades laicas e secularizadas. Em uma sociedade tendencialmente laica e secularizada, constrói-se uma tecnoesfera urbana compatível com a perpetuação de práticas normativas que negam a coexistência da diversidade, da diferença. Dessa forma, as religiões seriam uma das fontes da construção dos valores do neoliberalismo, fontes da fabricação de uma conduta de vida entre os mais pobres.

Para esta reflexão, o artigo foi dividido em duas partes, mais as conclusões. Na primeira parte, a reflexão é endereçada ao neoliberalismo, uma força que conduz não apenas o pragmatismo econômico, mas adentra à sociedade e chega ao nível dos indivíduos em suas decisões políticas, para as quais exigem-se critérios de eficiência e utilidade, guiados no sentido de que todos os meios sejam exitosos. Na segunda parte, retoma-se o conceito de pobreza para discutir seus nexos com o neoliberalismo (que parecem óbvios) e com fundamentos religiosos, de forma que esse entendimento possa orientar as políticas de condução da vida de relações nas cidades. Essa parte apresenta, ainda, resultados de pesquisa com evidências empíricas das conexões entre os três termos referidos e suas implicações para a gestão neoliberal da cidade. Por fim, nas conclusões, a necessária articulação entre as três partes é realizada ao afirmar a importância da compreensão desses elementos para desvendar uma psicoesfera dominante desse período.

NEOLIBERALISMO E O PODER DA FÉ

> *"Neopentecostalismo e neoliberalismo conectam-se em uma mesma gramática na qual nenhum sacrifício deve ser feito sem uma perspectiva tangível de retorno.* (DUNKER et al., 2021, s/p).

Colocado no centro da globalização, o neoliberalismo corresponde a um período do modo de produção capitalista cujas formas de operar societariamente renovam as contradições do sistema, porque tem como uma de suas bases ideológicas e normativas a competitividade a todo custo, que chega ao nível individual. O neoliberalismo não se restringe à esfera econômica ou de disputa política entre classes sociais conscientes de suas posições, a saber, de um lado os capitalistas, reunidos em torno de um projeto de poder contra a ascensão das conquistas obtidas pelos trabalhadores, no centro do sistema durante os Trinta Anos Gloriosos – 1945/1973 –, e de outro lado trabalhadoras e trabalhadores cônscios da defesa de sua posição de classe. Esse é um conflito (de classes) fundamental, mas as classes subalternizadas foram sendo convertidas ao neoliberalismo pela criação de uma psicoesfera sedutora, envolvendo apelo ao consumo e assimilação da competição como princípio das relações sociais, em qualquer esfera da vida, inclusive a cotidiana.

Como afirmam Dardot e Laval (2016a, p. 17), o

> neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.

Tornando-se uma força normativa prática avassaladora (Cataia, 2020), o neoliberalismo uniu as oligarquias burocráticas e políticas, empresariais multinacionais, atores financeiros e organismos econômicos mundiais com capacidade de ação política em escala mundial e não enseja depender das democracias para continuar sua trajetória. Neste sentido, o neoliberalismo é produtor do antidemocratismo[4], que fragiliza as lutas

[4] Como afirma Ianni (1988, p. 18-19), com muita atualidade, "a cultura política predominante nos países latino-americanos está impregnada de ideais e práticas autoritárias. /.../ As muitas constituições e os inúmeros golpes de Estado dizem bastante, quando queremos compreender o que é uma cultura política autoritária. A antidemocracia, como prática, muitas vezes está acompanhada de declarações de intenções 'democráticas'. Não há golpe de Estado que não esteja acompanhado de um discurso sobre a necessidade de restaurar a democracia, criar partidos livres, promover eleições, convocar uma constituinte, promover a

coletivas, pondo em concorrência os indivíduos em todos os níveis, minando a solidariedade e a cidadania. O antidemocratismo se refere às práticas autoritárias que refutam os princípios da democracia, exacerbando o ódio à política.

Dessa forma, princípios democráticos sofreram reveses no período recente, mesmo em países onde os regimes democráticos foram considerados exemplares, como nos Estados Unidos – os regimes democráticos foram se distanciando dos princípios democráticos. Como afirma Brown (2021), os neoconservadores norte-americanos usam o regime democrático contra a política do Estado, argumentando que o Estado é autoritário quando implanta políticas de justiça social. A "verdadeira" liberdade para eles reside na liberdade individual, aquela preconizada pelo mercado, porque ela garantiria a liberdade de escolha.

O antidemocratismo tem uma longa história na América Latina. Nessa região, as ditaduras foram o berço do pensamento neoliberal (caso exemplar do Chile), ainda que em muitas delas o neoliberalismo não tenha sido adotado em sua plenitude quando dos golpes de Estado, caso do Brasil, já que o neoliberalismo aqui é tardio. Hoje, a via neofascista retoma seu instrumento autoritário argumentando a defesa da sociedade livre. O que dá tintas democráticas aos governos autoritários incubados com a razão neoliberal, que odeiam a política do Estado para fazer a política das empresas. Para London (2021), o:

> [...] antidemocratismo neoliberal repousa sobre a crença na incapacidade política e intelectual das massas. Muito cedo, os restauradores do liberalismo consideraram que para agir contra as massas, teriam de fazer com que elas se voltassem contra si mesmas. Por isso, eles vão teorizar a necessidade de um 'Estado forte' para proteger o mercado das reivindicações democráticas, desmantelando o Estado social, não cedendo diante da pressão dos interesses sociais, reprimindo, se necessário pela violência, e selando assim a ligação entre o neoliberalismo e o autoritarismo.

O sentido original da palavra democracia, como lembram Dardot e Laval (2016b), diz respeito ao poder conquistado por uma parte da cidade em uma guerra contra o inimigo oligárquico. A democracia é o regime no qual o poder é exercido pela massa dos pobres, após um confronto contra a minoria dos ricos. Mais que número, o critério

reforma agrária, retomar o desenvolvimento econômico, acabar com o desemprego, reduzir a inflação, rolar a dívida externa, restaurar a soberania nacional e estabelecer a felicidade geral."

essencial é o conteúdo social. A democracia é o poder dos pobres, o governo dos pobres para os pobres, assim como a oligarquia é o governo dos ricos para os ricos. E, de fato, a democracia é uma forma de vínculo entre pessoas iguais que, politicamente, pensam, definem e se responsabilizam pelo destino comum, quer seja em uma cidade, quer seja em um país. O exercício dos direitos é colocado no centro da ação coletiva, contra todas as formas de antidemocratismo. A criativa destruição (Mbembe, 2018) dos direitos sociais é uma forma de demofobia, tanto quanto a destruição ou abuso do território, pois o território usado (Santos, 1994), é um meio de vida.

Quando resultados eleitorais colocam em perigo as regras do mercado e/ou a política das empresas, o neoliberalismo se apresenta para a guerra, contra qualquer tipo de política que atenue as desigualdades. Com uma racionalidade estratégica intrinsecamente violenta, o neoliberalismo não é um conjunto de doutrinas puramente ideológicas, mas uma prática política, empregada diversamente segundo os lugares onde a luta política e social é travada. A pregação da liberdade em detrimento da igualdade social objetiva impor um modo de dominação, que não se realiza sem o Estado. Como afirma Harvey (2008), a descrição dos elementos que constituem o Estado neoliberal é, de certa forma, uma tarefa fácil, contudo, haveria um desafio, que é a compreensão de como ele efetivamente opera em cada lugar.

Nesse sentido, o território brasileiro tornou-se um convite à análise e à reflexão, especialmente após o movimento de extrema-direita ter ascendido ao poder e, mesmo depois de perder uma eleição presidencial, se mantém como uma força política incontornável. Esse movimento possui muitas faces que estão enraizadas na sociedade e se constituem em importantes bases eleitorais.

Não temos espaço neste artigo para abarcar toda essa base que sustenta política e eleitoralmente as forças da extrema-direita, tampouco é nossa intenção. Nosso intuito é circunscrever uma delas. E, para anunciá-la, valemo-nos de uma longa citação (uma interpretação, mas que merece ser apresentada em sua inteireza) sobre os processos políticos na América Latina, e que permanece extremamente atual, evidentemente com as devidas atualizações das correlações de forças entre as variáveis presentes na análise:

> Visto em perspectiva ampla, o processo político, em cada país, está influenciado ou dominado por três grandes "partidos políticos" nacionais: o exército, a Igreja Católica e a burocracia federal. É claro que os partidos políticos propriamente ditos sempre estão presentes; e também os sindicatos. Não há dúvida de que os partidos e sindicatos

> exercem atividades regulares, necessárias, frequentemente fundamentais. Mas, por sobre essas instituições, e também por dentro delas, muitas vezes se mostram preponderantes e decisivas as atividades daqueles três "partidos". Eles se articulam em âmbito nacional, em escala mais ampla e efetiva que os partidos e sindicatos propriamente ditos. E conjugam-se sempre que as conjunturas críticas desafiam os interesses dos grupos e classes dominantes que monopolizam o aparelho estatal. 'A capacidade dos militares, enquanto instituição complexa, de desenvolver um consenso para intervenção é auxiliada, em grande parte, pela disposição da sociedade civil em bater à porta das casernas. No Brasil, em 1964, e no Chile, em 1973, muitos representantes de peso da sociedade civil - a Igreja, inclusive - bateram à porta e criaram o "momento brumário" (Ianni, 1988, p. 20).

Destes três partidos políticos dominantes, analisamos um deles, a Igreja. Contudo, não se trata da Igreja Católica, mas da Igreja Evangélica, principalmente a Pentecostal. Sem dúvida, Octavio Ianni não poderia, em 1988, quando escreveu as linhas acima, antever o crescimento e a força que tomaram essas igrejas, hoje objeto de nossa análise. Entretanto, permanece atual a constatação da existência de um poder de formação de valores morais na sociedade.

As igrejas evangélicas[5], presentes em todo território nacional, representam uma força de mobilização política e eleitoral crescente, especialmente nas cidades. Sua presença é patente na paisagem urbana e se faz presente desde reuniões religiosas em pequenas garagens nas periferias, até imensos templos nas grandes metrópoles. E, de fato, são as cidades, historicamente desiguais pela concentração espacial e social de recursos, que se constituem em epicentros da crise societária (Ribeiro, 2006). As igrejas evangélicas pentecostais, com destaques para aquelas apoiadas na teologia da prosperidade (chamadas de neopentecostais ou pentecostais de terceira onda[6]), e com forte adesão popular, têm papel influente na construção de cidades neoliberais, pois há uma sintonia entre neoliberalismo, individualismo e os preceitos dessa teologia.

[5] Parte das igrejas católicas, das igrejas protestantes históricas, pentecostais e das religiões espíritas convergiram na orientação política nas últimas eleições (especialmente em 2018), ao formarem e mobilizarem as bases conservadoras da sociedade brasileira com discursos contra o aborto, casamento homoafetivo, entre outras pautas.

[6] Freston (1993) divide em três grandes ondas o crescimento pentecostal no Brasil. De maneira simplificada, a primeira onda refere-se às primeiras igrejas, como a Assembleia de Deus, em Belém (1910), e a Congregação Cristão (1911). A segunda onda expande-se nas décadas de 1950 e 1960, caracterizada pela busca da "cura" e movimentos de instalação de tendas para evangelização. A terceira onda define-se destacadamente pela teologia da prosperidade, cuja Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), é a principal fundadora e uma das mais conhecidas.

Conforme Mariano (1996), a teologia da prosperidade diz respeito à fé e às doações (dízimos e campanhas empreendidas pela igreja para algum objetivo), realizadas pelos fiéis à igreja, e são traduzidas em recompensas materiais a serem recebidas em vida, como a saúde, a constituição de uma família feliz e o sucesso profissional. Podemos relacionar a teologia da prosperidade a uma atualização da proposição de Weber (2004) sobre o espírito do capitalismo, definido como uma nova conduta de vida, na qual a vocação profissional está no centro, e não serve apenas para garantir a sobrevivência nos ritmos hedonistas. Essa racionalidade rompe a cadência da vida e impõe o aumento do controle, do ritmo do trabalho, da concorrência e do lucro para a massa da sociedade. Por isso, para Weber (2004), trata-se da constituição de um *ethos* peculiar, uma moralidade característica.

O neoliberalismo impõe uma nova condução da vida. Em sua feição brasileira, a singularidade reside na relação orgânica entre formas de condução neoliberal e a pré-existente natureza das religiões que se expandem, sobretudo no espaço urbano, historicamente produzido por políticas públicas que privilegiam as classes abastadas e empurram os pobres para as periferias sempre precárias. Esse processo é conveniente ao neoliberalismo, que pode impor a moralidade, segundo a qual esses grupos precarizados são responsabilizados e aceitam a responsabilidade pela sua condição. O fenômeno social do neoliberalismo no Brasil – que vai além dos enfoques economicistas das privatizações – passa, atravessa, incorpora, se apropria de condições pastorais pré-existentes, especialmente quando centra o discurso da "salvação divina" no indivíduo. É o momento em que a governamentalidade neoliberal de Margareth Thatcher ("não existe sociedade, só indivíduos"), agrupa-se com o poder pastoral da afirmação da salvação individual pelos esforços de cada indivíduo, negando as lutas sociais.

A frase "do cidadão imperfeito ao consumidor mais que perfeito" (Santos, 1987), pronunciada hoje, trinta e sete anos depois de formulada, possui atualidade ímpar, porque nem chegamos a construir um sistema de cidadania nas cidades e menos ainda no campo, quando então as bases de um fundamentalismo de mercado já apontavam a sociedade de consumo como a saída para a crise permanente. Ou seja, antes mesmo da adesão explícita ao neoliberalismo, como nos governos de Fernando Henrique Cardoso, colocava-se o mercado e o consumo como os lugares da liberdade dos indivíduos, em detrimento dos direitos sociais como o lugar da cidadania, sobretudo em um país onde o

racismo e as desigualdades de gênero são presentificados sem nenhuma vergonha pela extrema-direita. E avançamos em um ativismo alienado e alienante consumista. O consumo é, ele próprio, a expressão da financeirização e monetarização da vida urbana.

No entanto, a conjuntura em que Milton Santos escreveu sobre a cidadania era outra, um país recém divorciado formalmente da ditadura e que festejava a democratização, cujas lutas eram claramente progressistas – originadas especialmente dos movimentos grevistas do final dos anos 1970 e percurso dos anos 1980 –, apesar das duras batalhas travadas com os campos políticos conservadores e com o pensamento social conservador. A Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, apresentava uma síntese dos avanços possíveis naquele momento e que hoje vem se tornando letra morta, pura formalidade, já que instrumentos públicos de defesa dos direitos sociais, como, por exemplo, um Ministério do Trabalho ativo – vão se escasseando e os direitos sociais sendo ofuscados por reformas mercantis (como a reforma trabalhista do Presidente Michel Temer) pós golpe de 2016.

Na década de 1980, sob o paradigma da secularização, Milton Santos analisava as particularidades do capitalismo no Brasil, com bases clientelistas e em uma subordinação cega às doutrinas econômicas gestadas nos países do centro do sistema. No entanto, a cidadania mutilada a que ele se referia foi hoje acentuada a partir de um mundo em que os princípios da religião[7] retornaram com força e com outra complexidade, e contribuíram para a difusão das doutrinas neoliberais, que se tornaram práticas normativas em todas as classes sociais e instituições democráticas, inclusive em certas correntes da esquerda. Parece-nos plausível que, se há a constituição de um sujeito neoliberal, o espaço urbano desse sujeito neoliberal possua as características dessa nova sociabilidade. Ou seja, há a negação do espaço público, a exacerbação do espaço privado e, sobretudo, a exacerbação das justificativas meritocráticas (por meio do individualismo) utilizadas para defender aqueles que ocupam lugares privilegiados na sociedade e no espaço urbano. Afinal, "aos vencedores" é concedido o privilégio de "morar bem" e aos perdedores, o "privilégio da servidão" e de habitar as periferias precárias. Para a sustentação desse modelo, a construção de uma psicoesfera compatível é central, e nada

[7] A relação entre a modernidade e a religião é tema das teorizações de Peter Berger, em que ele mostra como houve uma mudança entre a sociedade e a religião com o advento da sociedade industrial. O fenômeno da secularização e o pluralismo religioso marcam essas transformações, que, por sua vez, geram movimentos de reações, como o fundamentalismo. Sobre o tema, ver Faustino Teixeira (2017).

mais conveniente ao neoliberalismo que um "agente da fé" expressar ideias contra avanços sociais, quer sejam trabalhistas, quer sejam sociais e culturais.

Nesse individualismo do consumidor mais que perfeito, para o qual as classes sociais inexistem, os exercícios de distinção de classe são colocados como preferências pessoais e estilos de vida (das classes médias e ricos), traços inatos de personalidade, normalizando privações (dos pobres), colocadas como um problema de capacidade individual, e não produto e condição de lutas políticas.

A PERIFERIAS PRECÁRIAS E A GESTÃO NEOLIBERAL DA POBREZA

> *"Há muitas maneiras de esquivar-se ao problema da pobreza, seja tratando o assunto como uma questão isolada, seja ignorando que a sociedade é dividida em classes" (Santos, 2009, p. 20).*

Para compreender a expansão das igrejas baseadas na teologia da prosperidade e como esse processo vem implicando na construção de cidades neoliberais, com espaços urbanos pouco afeitos à cidadania, utilizou-se uma estrutura teórica com base em dois conceitos-chave, redutíveis um ao outro, complementares: tecnoesfera e psicoesfera (Santos, 2007). Foi preciso também um diálogo entre a geografia e outros campos disciplinares, como a sociologia, cujas teorizações sobre a pobreza, neoliberalismo e religião são fundamentais, especialmente porque esses conceitos não são internos à geografia. Além disso, a pobreza apresenta numerosas definições segundo as áreas do conhecimento científico, e seu uso social guarda a marca de cada formação socioespacial. Cada sociedade porta uma noção sobre o que é a pobreza e o que é ser pobre, inclusive essa construção passa pela elaboração da representação sobre a pobreza. Contudo, há uma chancela em comum entre as mais diversas sociedades, que é a estigmatização dos pobres.

A compreensão atual do conceito de pobreza pede o entendimento de sua gênese, sem a qual certas permanências, atualizadas pelo neoliberalismo, podem parecer incoerentes com as sociedades ditas modernas. Mas neoliberalismo rima com fundamentalismo (neoliberal rima com fundamental): a pobreza conceituada hoje pelos neoliberais, que é modernamente elaborada, resgata fundamentos religiosos e busca os colocar em coerência dinâmica com o aprofundamento de precariedades modernas, mas historicamente herdadas.

Assim, uma periodização sobre a pobreza passa obrigatoriamente pela fase em que a religião ocupava um papel central na construção da visão de mundo, na qual o cristianismo da Idade Média foi capaz de criar um imaginário social em que a pobreza é dignificada. Por um lado, os pobres seriam seres ricos em espírito e o desapego ao mundo material seria um exercício desejado e buscado. A prática da mendicância era interpretada como uma resignação. Por outro lado, os ricos, no sentido material, teriam o peso de uma vida indigna e um espírito vazio, daí a necessidade de doarem à igreja e aos pobres, ou seja, a caridade seria uma maneira de alcançar a riqueza espiritual pelos economicamente afortunados.

Os pobres portariam o contentamento, enquanto os ricos a tristeza e o remorso (Duvergier de Hauranne, 1670). A luta contra a pobreza estaria restrita à esmola (Lautier; Salama, 1995), fazendo da caridade uma obrigação moral capaz de criar laços de solidariedade entre o doador (ativo socialmente) e o receptor da doação (um agente social passivo, à espera dos favores de Deus)[8]. Dessa forma, constrói-se uma visão de mundo que sustentará as desigualdades entre as classes sociais e dará coesão à sociedade, que se propagará hegemonicamente pelo mundo ocidental.

O nascimento do Estado moderno, a secularização da sociedade e a laicização das instituições indicam a transição para um novo pensamento sobre a pobreza e a injunção de um conceito científico do termo, bem como novas práticas de agir sobre a pobreza e os pobres. As primeiras ações começaram ainda no século XVI, com leis contra a pobreza. A Lei dos Pobres, de 1525, decretada pelo Conselho Municipal de Ipres (uma das principais cidades industriais da época na Bélgica), marca uma nova maneira de ver os pobres no regime "moderno", na qual a pobreza torna-se uma questão de Estado (Lautier; Salama, 1995).

O "problema" do combate à pobreza colocado ao Estado tem suas raízes na Revolução Francesa, mas, sobretudo, decorreu das grandes aglomerações trazidas pela urbanização. O Estado assume a função de assistir os pobres. Dessa forma, a assistência social ganha relevo e passa-se da caridade para a filantropia em termos da sociedade que vai se ocupar dos pobres. A preocupação então é contar e classificar os "bons" pobres,

[8] "Até o século XIV, os pobres mendigos errantes eram a expressão viva [das] pessoas 'em demasia'. Eles eram associados a figuras crísticas. Nessa condição, recebiam esmolas e recebiam cuidados caritativos. A partir do século XVI, começou uma fase de estigmatização" (Mbembe, 2022, p. 149).

que se calcula os subsídios e distribuem empregos públicos, e os "maus" pobres, normalmente imigrantes que devem ser expulsos. Assim, foram surgindo legislações na França, em 1531, e na Inglaterra, em 1597, estabelecendo ao mesmo tempo punições aos mendicantes e fundos para suporte dos "bons" pobres.

A concepção de pobreza é central para a reflexão sobre a sociedade e o território. Houve historicamente a construção da ideia de pobreza. Isso mudou ao longo do tempo. No entanto, tais concepções se materializaram no território e as cidades revelam o tecido material das relações sociais e dos laços sociais estabelecidos, nos quais as sociedades se comportam com relação aos pobres e à pobreza. No momento em que há a ascensão do Estado laico e uma certa secularização da sociedade, ensaia-se a materialização de instituições e equipamentos urbanos de atenção aos pobres laicos e secularizados. Todavia, o espaço urbano brasileiro revela a fragilidade nessa transição e os novos processos. De fato, a materialização de uma cidade com preocupações e estruturas de assistências sociais capazes de produzir uma sociedade, em que as sociabilidades são seculares e laicas, é bem restrita.

Segundo dados do IBGE (2010)[9], os evangélicos compõem cerca de 42 milhões dos brasileiros (22,2%). De acordo com a pesquisa DataFolha de 2020, cerca de 31% da população brasileira se autodeclara evangélica. Destes, 58% são mulheres e 42% homens. A região Norte do país é a que mais tem evangélicos em termos percentuais, com 39% da população. É importante destacar que, em termos do número de igrejas revelado na paisagem urbana, os dados demonstram uma preponderância de igrejas evangélicas em relação às católicas. A nota técnica de Araújo (2023) evidencia o fenômeno: em 1970 já ganha expressividade; entre as décadas de 1980 e 1990 teve uma relativa manutenção no crescimento. No entanto, é nos anos 2000 que há uma verdadeira explosão do número de igrejas. Em 1970, eram 1.049 e em 2019, existiam 109.560 igrejas. Araújo (2023) destaca, ainda, que o aumento ocorre principalmente em relação aos templos pentecostais, pois em 2019 eram 48.781, contra 22.400 das igrejas evangélicas missionárias e 12.825 das igrejas neopentecostais (pentecostais de terceira onda) em todo território nacional. Os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro lideram o processo de transição religiosa, com mais de 80 igrejas por 100 mil habitantes.

[9] Os dados do Censo Demográfico de 2022 referente a essa temática ainda não foram divulgados.

Analisamos o processo a partir dos dados quantitativos, apoiados na literatura sobre o crescimento evangélico no país, especialmente Machado (1994), Mariano (1996), Almeida (2004), Freston (1993), Carranza (2020) e Py (2020), considerando algumas situações geográficas específicas, com destaque para o fenômeno qualitativo, visto que as igrejas pentecostais são extremamente ativas e ativistas nos lugares onde estão inseridas, ou seja, elas estão organicamente inseridas no território (Silva, 2019; 2022; 2023).

Tomamos a cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) para nossa análise. Como toda cidade, ela possui suas particularidades, e nos dedicamos a evidenciar como seu tecido urbano revela a intensidade das ações das igrejas enquanto presença material e formadora de uma dada psicoesfera. Nessa cidade, são aproximadamente 482 igrejas (dados de 2019), das quais, 336 são evangélicas (69,71%), sendo a maior parte pentecostal 198 (41,08%), conforme Tabela 01.

Tabela 01. Número de igrejas em Campos dos Goytacazes com subgrupos – 2019

Igrejas	Quantidade Município (Total)	%
Católicas	103	21,37
Evangélicas históricas	138	28,63
Evangélicas pentecostais	198	41,08
Evangélicas: denominação não identificada	8	1,66
Outras igrejas/religiões	35	7,26
Total	482	100,00

Fonte: Silva (2019).

A forte presença das igrejas católicas, pentecostais históricas e pentecostais – mais recentemente as neopentecostais (pentecostais de terceira onda) – indicam que novas sociabilidades estão sendo tecidas nesses espaços. Mas não se restringem a eles, pois há a formação de redes de trabalho social e de ajuda mútua[10]. Junto dessas igrejas há uma

[10] Igreja Universal expande ações sociais e ocupa espaços ignorados pelo poder público - 10/08/2019 - Poder - Folha. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/igreja-universal-expande-acoes-sociais-e-ocupa-espacos-ignorados-pelo-poder-publico.shtml. Acesso em: 19/08/2019.

densa rede de serviços de assistência, em que cada uma apresenta características próprias. No entanto, tais redes são mais amplas, incluem redes de empregos, de casamentos, atividades esportivas e de lazer, como já vem sendo apontado (Mariano, 1996) em estudo sobre a periferia da metrópole de São Paulo.

A sociabilidade urbana é construída tendo a religião como um elemento significativo. O espaço urbano, com suas materialidades, revela as práticas sociais, cujo papel das igrejas e as sociabilidades vinculadas a elas deixam inscrições espaciais. Os lugares de culto, os centros de assistências vinculados à trabalho social, os lugares das práticas da assistência (como os lugares de distribuição da alimentação e doações), as atividades festivas vinculadas aos calendários religiosos (ou não religiosos) evidenciam a centralidade das igrejas na vida social urbana na atualidade. Elas tornam-se cada vez mais gestoras do espaço urbano e do território brasileiro, contribuem para a gestão da pobreza urbana neoliberal quando corroboram para políticas de gestão privada das cidades e também na construção dos valores sociais afeitos ao princípio do neoliberalismo.

Por exemplo, a Associação dos Evangélicos de Campos (AEC) recebeu a concessão do Parque Alberto Sampaio para a transformação do espaço em Praça da Bíblia[11]. Trata-se de uma parceria público-privada com interesses mútuos (Prefeitura Municipal de Campos e AEC). O lugar, atualmente usado pela população em situação de rua e estacionamento de automóveis, está situado próximo à área central da cidade, com alto fluxo de pessoas. Esta concessão tem gerado vários debates e conflitos com o Conselho Municipal de Cultura:

> O Conselho Municipal de Cultura alega que, após reuniões com o vereador autor do projeto de lei que transferiu a praça para dentro do Complexo Parque Alberto Sampaio, foi acordado que o anfiteatro localizado no local continuaria a se chamar Arena Kapi, e o espaço ao redor seria cedido à AEC, no entanto, em uma reunião do conselho em agosto de 2023, foi apontado que essa decisão não foi formalizada por escrito. Um membro do conselho destacou a ausência de documentos oficiais que garantam a manutenção do nome em homenagem ao artista campista, bem como a falta de um documento que estabeleça claramente os limites entre a Praça da Bíblia e a Arena Kapi (SOARES; SILVA, 2024, p. 6)

[11] Em 21 de dezembro de 2022, foi publicada no Diário Oficial do Município a Lei nº 9.252, de autoria do vereador e pastor Marcos Elias (Partido Social Cristão – PSC), oficializando a transferência da Praça da Bíblia, que desde 1980 estava localizada em frente à antiga Estação Ferroviária da cidade, para uma parte dentro do Complexo Parque Alberto Sampaio.

Igualmente, a cidade também tem feito parcerias com pastores e igrejas para a realização de eventos. Um deles é o Café com a AEC, que tem ocorrido em igrejas, universidades e também na Câmara Municipal. Alguns shows têm o apoio da Prefeitura Municipal, como o Adora Campos, com a contratação de cantores gospel conhecidos. O movimento Aviva Campos, idealizado e ministrado pelo mesmo vereador autor do projeto sobre a concessão do Parque Alberto Sampaio para a Praça da Bíblia, Marcos Elias, é um evento que reúne congregações para realizarem adoração e louvor em diferentes localidades da cidade. Tal movimento acontece quinzenalmente, sempre aos sábados, e aos primeiros sábados de cada mês. Os eventos Aviva Campos ocorrem nas escadarias da Câmara, com show de luzes, diversos amplificadores de som e instrumentos musicais (Freire; Silva, 2023). Nesse sentido, observamos a cena urbana cultural da cidade sendo fortemente influenciada pelas igrejas em uma simbiose com o poder executivo e legislativo municipal.

Outra face da ação das igrejas no território, que tem vasos comunicantes com o neoliberalismo e a pobreza urbana, é o crescimento de Comunidades Terapêuticas (CTs) administradas por igrejas, com vagas contratadas pelo Estado para o tratamento de pessoas com dependência de álcool e drogas[12]. Definidas como "entidades que realizam o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas (SPA)" (Santos, 2014), as CTs associam-se ao crescimento da abordagem religiosa no tratamento da população com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e também à racionalidade privatizante das políticas públicas de saúde, que deixa de investir no Sistema Único de Saúde (SUS) para contratar serviços oferecidos por entidades privadas, com destaque, no caso das CTs, para o fato de grande parte delas estarem vinculadas a igrejas.

Em 2017, eram quase 1.900 CTs, sendo 41% na região Sudeste e somavam cerca de 83 mil vagas (IPEA, 2017). O financiamento público da esfera federal ganha relevância quando a Secretaria Nacional de Drogas (SENAD), vinculada ao Ministério da Justiça, começa a contratar vagas destas instituições no âmbito do programa "Crack: é possível vencer" (Santos, 2014). O crescimento do número de vagas contratadas é intensificado no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), juntamente com o aumento do

[12] Projeto de Pesquisa "Neoliberalismo, igrejas evangélicas e cidadania territorial: uma cartografia das comunidades terapêuticas (2018-2022)" em andamento, financiado pelo CNPq processo nº 405239/2023-8, Edital Universal CNPq/MCTI Nº 10/2023.

financiamento. Estas entidades receberam entre 2017 e 2020 cerca de 560 milhões de verbas públicas, sendo pelo menos 300 milhões do governo federal (CEBRAP-CONECTAS, 2022)[13]. As vagas eram contratadas por meio de editais pela SENAD e as instituições deveriam cumprir uma série de normas (Resende, 2021). As CTs, em sua maioria, atuam em associação com denominações religiosas, com predomínio de igrejas pentecostais (CEBRAP-CONECTAS, 2022). Em razão desta relevância no cenário das políticas públicas, a gestão delas foi transferida para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no qual foi criado o Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas, pelo Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, o que gerou indignação em algumas entidades ligadas à luta Antimanicomial[14]. Posteriormente, foi modificada para Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas, em agosto de 2023.

A pobreza é conceituada de forma múltipla, considerando a dimensão econômica, cultural, política e sociológica e espacial e deve ser contextualizada temporalmente. No entanto, a pobreza é uma categoria externa, ou seja, o pobre, em geral, não se vê e não assume essa condição em razão do processo de estigmatização, sobretudo na atualidade, quando evidenciam-se processos agudos de rejeição à condição de pobreza e dos pobres, processo nomeado de aporofobia (Cortina Orts, 2018). A introdução desta palavra no dicionário da língua espanhola recentemente trouxe evidências de um processo que vem tornando-se profundo, pois, segundo Cortina Orts (2018), o ódio e o preconceito estão vinculados em grande parte à condição de pobreza. O termo *áporos* vem do grego e significa pobre e *fobéo*, espantar-se. Face ao crescimento do que a autora denomina delitos de ódio, como xenofobia, racismos, misoginia e fascismo, há em comum nestes delitos o ódio ao pobre. Assim, a aporofobia (que não pode ser descolada da demofobia) é definida como rechaço, aversão, temor e desprezo aos pobres, sendo criada sob ideologias direcionadas a determinados grupos sociais, como por exemplo, as visões de que os ciganos são ladrões e os imigrantes seriam criminosos. Outrossim, a aporofobia desdobra-se em delitos de ódio, em fatos concretos desse ódio direcionados a determinados grupos sociais, normalmente os pobres. Esta interpretação de Cortina Orts

[13] Conforme documento publicado pela CEBRAP-CONECTAS (2022), não houve a contabilização dos investimentos públicos decorrentes de emendas parlamentares.

[14] Como a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), que publicou uma nota de repúdio contra a criação do departamento, disponível em< https://www.abrasme.org.br/blog-detail/post/179604/nota-de-repdio-criao-do-departamento-de-apoio-s-comunidades-teraputicas>, acesso em 25/07/2023.

(2018) marca a pobreza como um conceito que atravessa as outras categorias de discriminações sociais, mas também espaciais, pois também há a estigmatização de espaços urbanos considerados "perigosos". Bairros de menor renda ou áreas inteiras de algumas cidades geram medo das populações empobrecidas, identificadas como criminosas pelos aporofóbicos, como vadias, e mesmo como aproveitadores das políticas públicas.

Dessa forma, os indivíduos evitam assumir a condição de pobreza. Nesse sentido, o neoliberalismo opera com um papel singular, pois a racionalidade neoliberal defende a ideia de que o sucesso pode ser alcançado segundo os esforços individuais. A riqueza seria o símbolo do sucesso e o coroamento do mérito, sempre individual. As classes sociais abastadas são aquelas capazes de controlar meios de comunicação hegemônicos utilizados para produzir certa psicoesfera. A ideia da rejeição à pobreza é operada objetivamente pelas frações de classes dominantes e amplamente assimiladas pelas frações de classes trabalhadoras. Já a síntese social do fracasso materializa-se na pobreza, nos pobres e nos espaços pobres, concentrados nas periferias urbanas.

A precariedade das periferias urbanas já foi enormemente abordada na literatura científica brasileira e avançou muito no aprofundamento explicativo desse processo. Todavia, novas dinâmicas surgem e antigos processos são acentuados sem que as explicações sejam exatamente as mesmas. As periferias urbanas seguem sendo os lugares de concentração da população pobre – sejam as suas frações mais vulneráveis (miseráveis) e ou suas frações de classe trabalhadoras pobres – e problemáticas em relação aos meios de transportes, ao acesso à vida cultural, aos serviços públicos e é onde a população está mais sujeita à violência urbana.

No entanto, é onde também as visões de mundo baseadas no mérito, na competição e no sucesso individual ganham intensidade e vêm implicando na construção de cidades cada vez mais voltadas para o consumo e que privilegiam menos a vida coletiva e a cidadania. As periferias urbanas são lugares também nos quais a difusão do pensamento social conservador tem se revelado profícuo.

A reação negativa de parte das periferias às políticas de inclusão social como Bolsa Família, políticas de cotas nas universidades públicas e mesmo de acesso às universidades privadas, via programas de financiamento, é reveladora das visões de mundo sobre o espaço urbano desejado por parte das populações pobres das periferias.

As lutas pela melhoria dos serviços públicos parecem terem sido, em parte, direcionadas à luta pelo consumo e pela vida urbana que privilegia as sociabilidades com base nos preceitos neoliberais, em que as práticas religiosas promovidas pela igreja têm organicidade e, ao mesmo tempo, promovem e ampliam o pensamento neoliberal e conservador em relação às pautas morais. A extrema-direita no Brasil encontrou sua base popular entre os evangélicos[15].

Ao afirmar que a religião seria o ópio do povo, Marx (2000), de certa maneira, evocou a separação entre os âmbitos privado e público, segundo a concepção de que as práticas religiosas são reservadas ao mundo privado, como preconizava a secularização. Decerto, o efeito ópio da religião, que seria a alienação da condição da classe trabalhadora, também constrói as sociabilidades da sociedade capitalista, e hoje as sociabilidades neoliberais. Talvez mais evidentes hoje, quando há a recolocação do papel das religiões no mundo, especialmente aquelas cujas teologias impulsionam o capital e, indiretamente, fazem apologia a esse modo de vida e negam outras possibilidades. Decerto, não é possível a existência de cidades que privilegiem a justiça social, sem uma psicoesfera que dê sentido, que signifique a justiça como um fato social. Não tendo uma psicoesfera cidadã, não se constrói uma tecnoesfera correspondente, um espaço urbano construído para a realização de solidariedades amplas e irrestritas e para a participação política cidadã em busca do comum.

Apesar dos avanços das políticas sociais, especialmente do período de 2003 a 2014, elas foram constituídas sob condições globais neoliberais, ancoradas em espaços urbanos historicamente pouco afeitos às sociabilidades cidadãs. As periferias continuam padecendo, continuam sendo o lugar de todo tipo de carência. Sem dúvida, a pobreza é estrutural (Peet, 1975), mas sua atenuação e a busca por alternativas são obliteradas pela expansão de uma psicoesfera promotora da sensação e da crença de que todos "chegarão lá", ou seja, podem se tornar casos de sucesso, bastando trabalhar para isso. As igrejas integram a formação do sistema de crenças, desejos e aspirações.

Como afirmam Boltanski e Chiapello (2009), desde as análises de Max Weber, o capitalismo é um sistema que afirma arquitetar um sistema mais eficaz e justo

[15] A pesquisa de Christina Vidal Cunha (UFF) e Joanildo Burity (UFRJ) é reveladora da contribuição dos evangélicos nas redes de mídias sociais em apoio aos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 e de ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF). Informações disponíveis em < https://iclnoticias.com.br/evangelicos-extrema-direita-brasil-estudo/>, Acesso em 24/04/2024.

que as organizações não lucrativas, por isso ele está construído sobre um edifício de justificação moral. Essa exigência está associada à possibilidade da crítica, quer seja para respaldar a crítica, quer seja para responder à crítica quando ela denunciar as injustiças das situações. Esse espírito do capitalismo (que metodologicamente, neste artigo, refere-se à psicoesfera do período atual) terá como alvo tornar sedutoras e estimulantes as formas de acumulação, ao mesmo tempo em que é preciso dar conta da demanda que as pessoas têm de auto justificar-se e construir para isso defesas contra dispositivos que elas percebem, ou são feitas perceber, como ameaçadores contra a sobrevivência de sua identidade social.

Esse espírito do capitalismo é feito, basicamente, de três matérias. A primeira delas é a concepção de que o interesse individual serve aos interesses gerais, de modo que importa o crescimento econômico (único critério para o bem comum), com desprezo pela má distribuição da renda e seus benefícios. A segunda defende que a empresa privada (competitiva) é mais justa e eficaz que o princípio do Estado na defesa da igualdade social, porque ela empreende com a propriedade privada, sendo os clientes, os consumidores, os beneficiários do melhor serviço ou produto pelo menor custo. A cidadania é preterida em favor da mercantilização da vida social. E, em terceiro, e como corolário destes dois prismas reflexivos, defende-se que esta liberdade econômica justifica a liberdade política orientada para a competição, refutando qualquer forma de igualdade.

Os autores precursores do debate da pobreza como um problema na sociedade moderna já destacavam a questão do acesso ao trabalho e suas más condições como a origem do problema. Hoje, a situação persiste e só se agrava. Ao mesmo tempo, o sistema de justificação tem nas religiões uma importante sustentação e novos contornos, pois são capazes de engajar individualmente as pessoas aos três preceitos gerais citados ao misturar estes preceitos gerais às situações concretas, sensibilizando as pessoas às quais a palavra é dirigida, indo ao encontro de suas experiências morais e de vida cotidiana[16], e propondo modelos de ação.

[16] Sobre a influência do neoliberalismo na vida cotidiana das cidades, pode-se consultar o artigo paradigmático de Zanotelli, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisita às relações socioespaciais evidencia como o neoliberalismo foi encarnado na sociedade, produzindo um sistema de pensamento, relações sociais e territoriais carentes em solidariedades que privilegiem a coletividade, o comum. As cidades são lugares privilegiados, mas não exclusivos, para a análise das relações mútuas entre tecnoesfera e psicoesfera. E, de fato, se a crença predominante é aquela em que a cidade deve ser segregada, ela será fisicamente concebida para negar as coexistências. Essa negação leva a processos de insegurança e medo dos indivíduos em caírem na condição de desqualificação e, ao mesmo tempo, de não alcançarem *status* mais elevado de reconhecimento social. A todo momento, a sociedade é bombardeada com a pregação de que o uso das habilidades e criatividade – que evidenciaram a força da individualidade –, evitam a pobreza e tudo que ela simboliza, reafirmando um descompromisso com a coletividade. Dessa forma, temos aqui um conceito central para refletirmos: o conceito de pobreza, que está em disputa.

As periferias urbanas tornaram-se lugares propícios à ação das igrejas sustentadas pela teologia da prosperidade e pelo pensamento neoconservador, cuja concepção de pobreza ancora-se no fracasso e na incapacidade individual de alcançar uma vida material plena. Após um período de avanços em termos de políticas sociais estatais, verifica-se que nas periferias urbanas essas políticas foram insuficientemente territorializadas com base na cidadania e em princípios da coletividade da vida urbana e, ao mesmo tempo, as igrejas evangélicas, principalmente pentecostais, ocuparam o espaço com uma visão de mundo, produtora de uma psicoesfera que insiste na predominância do consumo em lugar dos direitos sociais.

Atribui-se má qualidade aos serviços públicos e a tudo que se relaciona ao Estado, especialmente os serviços a serem usados apenas pelos pobres. Dessa forma, o espaço que visa a vida comunitária no sentido amplo, um espaço do cidadão, um espaço de coexistências, é negado. A recusa é confirmada pela proposição do uso de espaços públicos consoantes uma lógica privatista, de acordo com orientações provenientes de um poder pastoral, nada republicano, no sentido do interesse público, que deveria ser laico. Essa lógica preconiza não a melhoraria democrática e expansão dos serviços públicos, e sim evocam a capacidade de cada um em consumir (perfeitamente) os serviços privados

e acessar espaços de consumo nas cidades, como símbolos do "vencer na vida". De fato, trata-se, em nossa concepção, das normativas práticas do neoliberalismo denominadas como a nova razão do mundo por Dardot e Laval (2016a), constituindo também uma nova razão urbana, que aprofunda problemas urbanos nos países periféricos. Razão esta que possui vasos comunicantes e orgânicos com as religiões, com a reconfiguração do papel das religiões do mundo.

Dessa forma, encontramos um *mariage de raison* entre a teologia da prosperidade e o neoliberalismo. Referimo-nos aos espaços urbanos que são pensados e construídos para negar o comum, negar a troca, negar as diversas existências, mas, sobretudo, referimo-nos a uma psicoesfera produzida para normalizar uma vida material consumista, à imagem e semelhança das elites. O capital (em suas diversas frações) já não depende das democracias liberais para sua eficácia, mas quando o Estado se coloca em favor de políticas compensatórias para os pobres, o autoritarismo é acionado por meio de golpes em nome da ordem, liberdade e democracia.

Sem dúvida, as frustrações e as instabilidades do mundo do trabalho e a espoliação podem ser transformadas em lutas por direitos sociais e cidadania. Contudo, elas podem também criar grupos sociais, fragmentos das classes trabalhadoras, ações aderentes a um conservadorismo pautado em princípios neoliberais. Dito de outro modo, está em curso uma forte adesão de uma parte das classes sociais populares aos princípios da competição e da meritocracia. A expansão das igrejas, cuja teologia adequa-se e é fruto dessa racionalidade, revela a organicidade das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais na era do neoliberalismo. Este, por sua vez, produz sua própria matéria-prima para se expandir: periferias precárias, superexploração do trabalho e um sistema de humilhação dos pobres, que transformam o acesso ao trabalho e a vida urbana digna em privilégios e, sobretudo, promovem, paradoxalmente, a justificação para as apropriações privadas da riqueza, com o consequente alargamento das desigualdades. É neste sentido, que as lutas por usos democráticos da cidade, por justiça e igualdade, precisam considerar e desvendar os nexos, as coesões entre o poder pastoral presentificado e o neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. A religião na metrópole paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 56, p. 15–28, 2004.

ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Centro de Estudos da Metrópole**. NT 20, 2023.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009 (1a Ed. 1999).

BROWN, Wendy. Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas "democracias" do século XXI. In: Albino, Chiara, Oliveira, Jainara e Melo, Mariana (orgs.) **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios.** Editora Seriguela: Recife, 2021. p. 91-153.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. *In*: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 171-192.

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 232-245, 2020.

CEBRAP-CONECTAS, **Financiamento público de comunidades terapêuticas brasileiras entre 2017 e 2020**. 33p. 2022. Disponível em: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2022/04/Levantamento-sobre-o-investimento-em-CTs-w5101135-ALT5-1.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2023.

CORTINA ORTS, Adela. **Aporofobia**. El rechazo al pobre un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016a (1a Ed. 2009).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Ce cauchemar qui n'en finit pas.** Comment le néoliberalisme dáfait la démocratie. Paris: La Découverte, 2016b.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; GONSALVES, Rodrigo; ESTÊVÃO, Ivan Ramos. **Neopentecostalismo como gramática neoliberal de sofrimento**. LavraPalavra, [S.l.], v. 19 fe 2021. p. 1-19, 2021.

DUVERGIER de HAUTANNE, Jean. **Pensées chrétiennes sur la pauvreté**. Paris: J.-B. Coignard et P. Promé, 1670.

FREIRE, Gabriel Rosaes; SILVA, Silvana Cristina da. Cidades em mutação: uma análise da ocupação do espaço urbano pelas igrejas evangélicas. **Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica**, **FAPERJ 2022-2023**, Nº DO PROCESSO E-26/204.283/2022, 2023.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil:** da constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, Octávio. Questões políticas. Raízes da anti-democracia na América Latina. **Revista Lua Nova,** v. 14, p. 17-22, jun 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YxMz4QqfsxsqrJrNDWVTHxp/>. Acesso em 24 de jun. 2023.

IPEA. **Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Diest Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia – IPEA, n.21, mar. De 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8025>. Acesso em 24 de jun. 2023.

LAUTIER, Bruno; SALAMA, Pierre. De l'histoire de la pauvreté en Europe à la pauvreté dans le Tiers Monde. **Revue Tiers Monde**, v. 36, n. 142, p. 245–55, 1995.

LONDON, Ernest. **Le choix de la guerre civile**. Une autre histoire du néolibéralisme. Note de Lecture, paru dans Lundimatin, le 19 avril 2021. Disponível em: <https://lundi.am/Le-choix-de-la-guerre-civile>. Acesso em 24 de jun. 2023.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Territorialidade Pentecostal: um estudo de caso em Niterói. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 56 1/4, n.n.1/4, p. 135-164, 1994.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**, nº 44, p. 24–44, março de 1996.

MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo: Centauro, 2000.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2022 (1ª Ed. 2020).

MBEMBE, Achille. **Politiques de l'inimitié**. Paris: La Découverte, 2018 (1ª Ed. 2016).

PEET, Richard. Inequality and Poverty: a marxist-geographic theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 65, n. 4, p. 564–71, 1975,

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

RESENDE, Noelle Coelho. Marco normativo das comunidades terapêuticas no Brasil: disputas de sentido e nós jurídicos. *In*: RUI, Taniele; FIORE, Mauricio (editores). **Working Paper Series: comunidades terapêuticas no Brasil**. Brooklyn: Social Science Research Council, junho de 2021.p. 8-28.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **OSAL**, ano VII, n. 21, p. 23-32, 2006. Disponível em https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/13766/1/3TorresRibeiro.pdf

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Comunidades Terapêuticas no Brasil: contornos, funções e objetivos. **Boletim de Análise Político-Institucional**- IPEA, n. 6, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. **Conferência por ocasião do Encontro Internacional "O novo mapa do mundo"**. São Paulo: 1992.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2002 (1a Ed. 1987).

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. *In:* SANTOS, Milton *et al*. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009 (1a Ed. 1978).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Silvana C. da. "**Espaço e pobreza**: A difusão do neoliberalismo nas periferias urbanas brasileiras". Relatório de Pesquisa de Estágio Pós-doutoral desenvolvido no Centre Maurice Halbwachs – École Normale Supérieure – Paris. CAPES/Programa de Professor Visitante no Exterior (2018-2019), Proc. no 88881.171700/2018-01, mimeo, 2019.

SILVA, Silvana. C. Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas: um debate necessário. **Boletim Campineiro De Geografia**, v. 13, n. 2, p. 369–388, 2023. https://doi.org/10.54446/bcg.v13i2.3284.

SILVA, Silvana. C. Neoliberalismo e território: a expansão das igrejas evangélicas no Brasil. *In:* Rodrigues, G. B., Ramos, T., Silva, S. C. **Espaço urbano, Pobreza e Neoliberalismo**. Rio de Janeiro, ed. Consequência, 2022. p. 44-58.

SOARES, Uenderson da Silva; SILVA, Silvana Cristina da. **Igrejas evangélicas**: Novos agentes modeladores do espaço urbano das cidades brasileiras? Relatório Parcial de Iniciação Científica, Bolsa Pibic-2023-2024, fev de 2024, *mimeo*.

TEIXEIRA, Faustino. **Peter Berger e a religião**. Portal Instituto Humanitas Unisinos, 25 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569380-peter-berger-e-a-religiao>. Acesso em 29/04/2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZANOTELLI, Claudio Luiz. A cidade neoliberal. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 25, n. 3, p. 65–82, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/172194>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

BARREIRAS TOPOGRÁFICAS NO FILME *JOURNEY OF HOPE*: DRAMAS NA FRONTEIRA

TOPOGRAPHICAL BARRIERS IN THE FILM *JOURNEY OF HOPE*: DRAMAS ON THE BORDER

BARRIÈRES TOPOGRAPHIQUES DANS LE FILM *JOURNEY OF HOPE*: DRAMES À LA FRONTIÈRE

João Carlos Nunes Ibanhez
UFGD
zamoms@hotmail.com

Jean Flávio da Silva Santos
UFMG
jeanfssantos86@gmail.com

Destaques

- Tanto quem produz como quem assiste a filmes são informados sobre o espaço, e isso faz com que o cinema seja uma fonte valiosa para estudos geográficos, assim como outras vertentes das artes.
- Na perspectiva da motivação de migrar, o regime biopolítico das fronteiras permite a transformação dos corpos em mera mercadoria para que possam adentrar outros territórios, armazenados dentro de um contêiner.
- O território é caracterizado como um espaço político que revela limites, tanto no sentido das fronteiras físicas e simbólicas que definem e separam grupos sociais e culturais (...).
- A representação cinematográfica desse drama fílmico, não apenas retrata a tragédia particular da família, mas também oferece uma visão mais ampla sobre a dinâmica de poder relacionada aos fluxos populacionais, nos territórios fronteiriços.

RESUMO

Quando o ideal de uma vida melhor surge, há de se buscar outro lugar para ancorar a existência. É exatamente sobre isso que trata o filme *Journey of Hope*, do diretor Xavier Koller – um drama de uma família turca rompendo as fronteiras nacionais para tentar (re)territorializar-se em outra nação. Só lá, talvez, é possível construir um *lugar* com

esperança. Para atingir o objetivo de um novo recomeço, é preciso transpor a fronteira entre a Itália e a Suíça. No entanto, o pequeno grupo humano enfrenta barreiras topográficas (Alpes Suíços). A pergunta que impulsiona o diálogo geográfico com a cinematografia é a seguinte: como a transposição das *fronteiras*, apresentada no filme em questão, pode levar a se pensar em geografias mais humanizadas e mais sensíveis? Para tanto, utilizamos a influência da narratologia a fim chegarmos a percepções que abrem um universo de diálogo entre cinema e geografia.

Palavras-chave: Geografia e cinema. *Jouney of Hope*. Narratologia. Espaço Schengen.

ABSTRACT

When the ideal of a better life arises, you have to look for another place to anchor your existence. This is exactly what director Xavier Koller's film Journey of Hope is about - a drama about a Turkish family breaking national borders to try to (re)territorialize themselves in another nation. Only there, perhaps, can they build a place of hope. To achieve their goal of a fresh start, they have to cross the border between Italy and Switzerland. However, the small human group faces topographical barriers (the Swiss Alps). The question that drives the geographical dialogue (essay) with cinematography is the following: how can the crossing of borders, presented in the film in question, lead to thinking about more humanized and sensitive geographies? To this end, we use the influence of narratology to arrive at perceptions that open up a universe of dialog between cinema and geography.

Keywords: Geography and cinema. *Jouney of Hope*. Narratology. Schengen Area.

RESUMEN

Cuando surge el ideal de una vida mejor, hay que buscar otro lugar donde anclar su existencia. De esto es exactamente de lo que trata la película Journey of Hope, del director Xavier Koller: un drama sobre una familia turca que rompe las fronteras nacionales para intentar (re)territorializarse en otra nación. Sólo allí, quizás, sea posible construir un lugar con esperanza. Para lograr el objetivo de un nuevo comienzo, es necesario cruzar la frontera entre Italia y Suiza. Sin embargo, el pequeño grupo humano se enfrenta a barreras topográficas (Alpes suizos). La pregunta que impulsa el diálogo geográfico con la cinematografía es la siguiente: ¿cómo puede la transposición de fronteras, presentada en la película en cuestión, llevar a pensar en geografías más humanizadas y más sensibles? Para ello, utilizamos la influencia de la narratología para llegar a ideas que abran un universo de diálogo entre cine y geografía.

Palabras clave: Geografía y cine. *Viaje a la esperanza*. Narratología. Área de Schengen.

INTRODUÇÃO

> A escritura cinematográfica se exprime como um pedaço do mundo que nos olha e nos representa. Construindo ficções visíveis, o cinema se apropria de modo particular do espaço e do tempo através das texturas de cenário, montagem, luz, som e edição. Nesse sentido, representações são construídas através da escrita cinematográfica como arquivos e narrativas da diversidade do espaço social.
> Jorge Luiz Barbosa
> (*A arte de representar como reconhecimento do mundo*: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social, 2000, p. 81).

Ligo a tevê e, com o copo de café na mão, começo a presenciar um drama cinematográfico que, rapidamente, leva-me a *insights* sobre a reflexão em torno do *espaço* como categoria geográfica[1]. Dou-me conta de que o encontro entre cinematografia e geografia vem ocorrendo há algum tempo e tem contribuído para o conhecimento científico, a exemplo disso, encontram-se estudos de Barbosa (2000); Oliveira Jr. (2005); Staszak, (2014); Levy (2013). Nesse ínterim, cada vez mais "[...] a Geografia, como as outras ciências sociais, passa a exigir de seus praticantes um lastro cultural crescente" (Geiger, 2004, p. 15).

Para não reprimir o desejo de concretizar uma análise geográfica solitária, convido um estudante de geografia para alinharmos nossas ideias e refletirmos sobre as *construções imagéticas* que são convocadas em um filme, desse modo, dialogarmos com as espacialidades[2] apresentadas. Portanto, se há possibilidades dialógicas entre a cinematografia e a ciência, o que pode oportunizar ampliação do conhecimento, desejamos dialogar com o filme *Journey of Hope* (1990), do diretor suíço Xavier Koller.

[1] Há um retorno criativo*, (re)virada,* em jogo na geografia internacional (Wylie, 2010; Eshun e Madge, 2016; Hawkins, 2019). No Brasil, mesmo que haja uma certa produção de poesia publicada por geógrafos em periódicos científicos (Xavier, 2021; Ibanhez, 2022), a exploração da escrita criativa ainda é tímida, quase nula. Souza Júnior e Almeida (2022), mesmo não botando em prática a escrita criativa, realizam um estudo bibliográfico, refletindo sobre as potências do retorno criativo na geografia, chegando à seguinte conclusão: "É importante alcançar uma maneira de expressar as tramas afetivas e experiência. Uma linguagem mais conectada à narrativa da existência que perpassa pelas condições de vida e da realidade geográfica pode expor as vísceras dos sujeitos-lugares" (Souza Júnior; Almeida, 2022, p. 491-492). O nosso texto, na Introdução, tenta descrever, partindo dos pressupostos da escrita criativa, como surgiu a ideia para o artigo no momento do "evento espacial" (Hones, 2008), e, ao longo do texto, mantém a rigidez científica da pesquisa e escrita acadêmica, "um modo criativo de expor os resultados dos estudos" (Souza Júnior; Almeida, 2022, p. 485).

[2] Quando dizemos espacialidades, queremos convocar uma experiência humana do espaço.

Reunidos, assim, tomamos conta de que essa cinematografia nos vislumbra situações que podem ser um grande laboratório para as ciências humanas.

Não escolhemos deliberadamente o filme, ele brotou em nossas vidas, inesperadamente. Depois de um breve processo investigativo, pudemos compreender que ele "(...) é baseado em um evento real em outubro de 1988 com a trágica morte fria de um menino turco na Suíça, no Passo Splügen" (Albayrak; Öztürk, 2019, p. 118, tradução nossa). Nesse sentido, a trama do filme é envolta em uma movimentação espacial que se passa no deslocamento entre países, mas que tem seu *clímax* operado detidamente num drama familiar vivido na *fronteira* entre a Itália e a Suíça. Tal premissa nos fez refletir que "A experiência cinematográfica é, portanto, a de um deslocamento e, nesse sentido, é uma experiência geográfica" (Staszak, 2014, p. 599, tradução nossa).

Pensando nessa experiência, arrastamos para perto de nós a problemática levantada, por de Jean-François Staszak: "Como pode ou deve o filme de ficção constituir objeto de um questionamento geográfico?" (Staszak, 2014, p. 597, tradução nossa). A partir disso, a obra nos incitou o seguinte questionamento: como as *construções imagéticas* nos levam a pensar sobre os dramas humanos em uma *fronteira* que tem uma *barreira topográfica* para adentrar a Suíça? Vale ressaltar que, apesar de ser um país pequeno, limitado a uma área estrita de, aproximadamente, 42.000 m2, o que supõe alguma facilidade de acesso, a Suíça é cercada por altas montanhas (Albayrak; Öztürk, 2019), o que denota uma fortaleza de difícil transposição, não obstante ser essa fronteira "(...) um sonho e não impede fluxos" (De Wenden, 2017, p. 16, tradução nossa).

Para abordar essas questões, nosso texto será concebido como um ensaio. O objetivo é deslocarmos a cinematografia para uma visão geral sobre outras percepções de conceitos geográficos, tais como território, espaço, fronteira e migração. Para apresentação das ideias, de forma clara e sistemática, faremos quatro movimentos de escrita. Abriremos o texto com uma seção de pensamentos que justifiquem a aproximação entre a geografia e a cinematografia. Depois, como se trata de uma proposta científica arriscada, apresentaremos uma abordagem metodológica fundamentada na *narratologia*. Em seguida, apresentaremos o *script* do filme com informações espaciais que nos auxiliem em nossa programação. No último movimento,

colocaremos em prática o exercício de diálogo sobre a agência espacial na cinematografia em voga.

GEOGRAFIA E CINEMATOGRAFIA

> Com a capacidade de produzir as representações fotográficas do espaço real, o cinema pode abranger tanto o quadro natural, como o espaço construído, assim como cobrir as experiências vividas da população, inclusive as suas práticas do imaginário e do simbólico. Ele o faz, quer na forma de documentário, quer na forma de ficção.
> Pedro P. Geiger
> (*Ciência, Arte e a Geografia no Cinema de David Lynch*, 2004, p. 12).

A convergência entre geografia e cinematografia vem sendo processada há um bom tempo e, embora de difícil delimitação, são mais de 70 anos fazendo parte de projetos científicos diversos. Dessa maneira, foi dificultoso o encontro de alguma tradição de pesquisa entre essas duas áreas científicas, como confirma a pesquisadora Karina Eugenia Fioravante.

> Os trabalhos publicados na década de 1950, marco da primeira aproximação entre esses dois campos, expandiram-se em problemáticas tão variadas que, por vezes, dificultam tentativas de categorizações que buscam tradições de pesquisa e caminhos de análise (Fioravante, 2018, p. 273).

No Brasil, tais projetos são mais recentes, isto é, os "espaços fílmicos começaram a intrigar os geógrafos a partir da última década, quando observamos um crescente número de trabalhos de mestrado e doutorado relacionados ao cinema" (Fioravante, 2013, p. 104).

Destarte, quais seriam as justificativas para que o produto artístico cinematográfico seja cooptado pela geografia? O pesquisador Staszak tem uma resposta.

> [...] a geografia, como ciência social, não lida (apenas) com o mundo como ele é, mas também com o mundo como ele é apreendido, vivido e praticado. Para entender isso, devemos nos engajar em uma análise geográfica dos sistemas de representações, conforme evidenciado pelos discursos produzidos por uma determinada sociedade (Staszak, 2014, p. 597, tradução nossa)

A geografia acadêmica vai além das obviedades da realidade, debruçando-se sobre como o mundo é apreendido e sentido, e, nessa lógica, no "discurso científico, a articulação dos eventos cronológicos pela causalidade permanece sob a influência do contexto em que os enunciados são produzidos" (Marti, 2017, p. 201, tradução nossa). O grande lance da convergência entre ciência e arte é a percepção espacial dos sistemas de representações. Desse modo, o "cinema, ao narrar os acontecimentos enquanto imagem do mundo estabelece essa possibilidade de falar ao homem no seu presente espacial e temporal, sendo nestas condições que se dá a construção da existência humana" (Neves, 2010, p. 145). Posto isso, devemos entender a cinematografia como um arquivamento do mundo e, mais exatamente, do espaço social, nas palavras de Barbosa:

> O cinema é uma fábrica de arquivos onde as representações do espaço social ganham abrigo, revelando-nos o imaginário social de um período e os usos sociais que engendram as topografias urbanas. O papel do espaço arquivo não é tornar-se um registro de coisas que caíram em desuso ou sobras da erosão do tempo. O arquivo é uma presença na ausência que nos permite reportar o vivido através de um conjunto de imagens audiovisuais (Barbosa, 2000, p. 81-82).

Compreende-se que o cinema, como uma vertente das artes, é arquivo do mundo, em um determinado tempo e espaço, e, nesse caso, como será visto mais adiante, não só arquivo de topografias urbanas, ainda que em grande escala, mas de outras topografias fora da cidade. Dessa forma, o arquivo audiovisual guarda informações sobre o vivido: "Há nas imagens e sons fílmicos, permanências históricas, culturais, arquetípicas... que não sabia o produtor delas. Ali estão como vibrações de uma memória coletiva dispersa em nossos corpos" (Oliveira Jr, 2005, p. 29). E mais ainda...

> Os filmes são um tipo de fonte entre outras, que informam sobre as representações geográficas de quem os produz e possivelmente de quem os vê – desde que os espectadores de um filme sejam influenciados de uma forma ou de outra por ele. Nesse plano, o cinema é um objeto geográfico do mesmo tipo e da mesma forma que a literatura, a música ou a pintura, e merece o mesmo tipo de análise (Staszak, 2014, p. 597, tradução nossa).

Tanto quem produz como quem assiste a filmes são informados sobre o espaço, e isso faz com que o cinema seja uma fonte valiosa para estudos geográficos, assim como outras vertentes das artes. As categorias subjacentes ao *espaço* estão sendo mostradas nas telas do cinema ou nas televisões das casas, mundo afora. No filme em questão, trataremos do tema da imigração ilegal e o sofrimento na divisa entre dois países.

> As paisagens cinematográficas da Fortaleza Europa que esses filmes usam como pano de fundo para suas viagens no tempo e no espaço são tipicamente saturadas de traumas, em vez de curativas. *Journey of Hope*, por exemplo, um dos primeiros grandes filmes sobre a migração para a Europa, vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1991, se passa nos Alpes Suíços, que neste filme se tornam a metáfora geográfica e simbólica da Fortaleza Europa (...) (Loshitzky, 2006, p. 750, tradução nossa).

Assim sendo, será visto, a seguir, que *Journey of Hope* trata-se de um filme que exibe um trauma de migração, retratando a paisagem da Europa como uma fortaleza impenetrável. Nesse processo, os Alpes Suíços ganham importância para a ação das personagens que estão num movimento de transição liminar.

Na sequência, faremos uma formulação da teoria da narratologia que se apega às imagens narrativas do cinema como uma possibilidade de ferramenta para o geógrafo e, justamente por isso, temos de ficar atentos a essa proposição: "[...] o espaço diegético é o lugar, existente ou fictício, genérico ou específico, onde a história se passa. Acima de tudo, presta-se a uma análise em termos de imaginários geográficos" (Staszak, 2014, p. 600, tradução nossa).

A NARRATOLOGIA COMO METODOLOGIA GEOGRÁFICA

> [...] toda a narratologia do cinema parte desse postulado de que não há história sem narrador. Postulado que foi colocado antes da virada semiológica de Albert Laffay (1964), que se preocupa em formular o que não chama de "ruptura semiótica", mas que tem sua característica, entre o mundo e o filme. Daí a afirmação de que o filme é um discurso e que esse discurso é ordenado por um showman de imagens, um "grande imaginador".
> François Jost
> (*À quelles conditions est-il possible de faire une narratologie comparée?*, p. 268, tradução nossa).

Para direcionarmos uma convergência entre a geografia e a cinematografia, devemos conectar questões metodológicas para atendermos aos parâmetros científicos. Em nosso programa, arrastamos, ousadamente, a *narratologia* para nossas aproximações, a fim de dar suporte ao diálogo.

A narratologia surge levando consigo críticas quanto à sua complexidade. Sobre esse aspecto, "O postulado que fica é o de uma maior complexidade da narratividade no campo literário, o que seria "transferível" para outros campos onde observamos os fenômenos narrativos" (Marti, 2017, p. 202, tradução nossa). Dessa forma, essa complexidade também pode ser vista no campo do cinema.

Para Toti (2012), os filmes são entendidos como um recurso cognitivo. Tal apontamento supõe um aprendizado da realidade espacial a partir da narratividade cinematográfica, tratando-se de um meio metodológico das ciências sociais, desde a metade do século XX.

> Com efeito, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, a sociologia e outras ciências sociais, como a antropologia e a etnografia, recorreram ao cinema, considerando-o como um meio cognitivo da realidade e como um auxiliar fundamental para a pesquisa de campo (Toti, 2012, p. 327, tradução nossa).

Mas, afinal de contas, o que é a narratologia e qual a sua relação com os filmes? Cutting nos responde com clareza.

> Filmes populares são histórias, narrativas. Narratologia é o estudo de histórias e estrutura de histórias e as formas como elas afetam nossa percepção, cognição e emoção. As histórias cotidianas que contamos uns aos outros são a reconstrução de nossa experiência em forma de narrativa, e essas se tornam as unidades da vida lembrada. Além disso, histórias bem ajustadas são o conteúdo da maioria das obras em muitas de nossas artes – teatro, literatura e cinema; muitas vezes poesia, arte e dança; e ocasionalmente música (Cutting, 2016, p. 1713, tradução nossa).

À vista disso, textos narrativos são formados pela união de um significante (palavras, frases, trilha sonora, formas de imagens) a um significado (conteúdo da história), apresentando-se aos nossos sentidos; sendo o filme um objeto, um signo, composto desses dois elementos (Fonseca, 2023). Dessa forma, a narratologia afeta nossa cognição, porque se trata da restauração, em forma narrativa, de nossa

experiência. Os dramas narrados em um filme podem gerar conhecimento sobre uma dada realidade social que é fruto das vivências humanas.

Portanto se a narratologia pode ser entendida como a forma que nos sensibilizamos com uma determinada arte, cabe a nós, pesquisadores da geografia, "humildade interpretativa" para compreender as experiências vividas. Nas palavras de Toti:

> O pesquisador deve ter uma humildade interpretativa no que diz respeito ao aprendizado dos padrões sociais e culturais que construíram cada experiência. As imagens constroem fatos sociais e os tornam compreensíveis por meio da produção de formas icônicas que variam da comunicação visual à linguagem verbal ou mesmo formas simbólicas que definem a relação de sentido entre imagem e realidade, entre imagem e formas sociais e culturais que a produziram. Na sociedade contemporânea, as imagens ocupam um papel fundamental devido à sua capacidade de se fixarem e oferecerem uma reprodução mecânica de si mesmas e ao seu desenvolvimento histórico que tiveram que passar da fotografia ao cinema. (Toti, 2012, p. 326, tradução nossa).

As representações visuais instauram fenômenos socioculturais e os tornam acessíveis por meio da criação de formas emblemáticas que estão na comunicação visual, na linguagem verbal, ou nos símbolos que estabelecem a conexão de significado entre a imagem e a realidade, entre a imagem e as formas da sociedade que as originaram. Essas representações visuais desempenham um papel crucial devido à sua capacidade de se fixar e proporcionar uma reprodução automática de si mesmas. As cenas exibidas nos mais diversos lugares relativizam dicotomias que se expressam em imagem e realidade. Por isso, o geógrafo deve abordar, com humildade, a interpretação do conhecimento das normas sociais e culturais que moldaram cada vivência.

Em se tratando de metodologia científica, cabe ao pesquisador geógrafo uma observação bastante apurada da cinematografia almejada, como nos ensina Geiger: "O geógrafo observa o espaço geográfico, a geografia, de 'g' minúsculo, e elabora a partir de sua observação geográfica, uma Geografia, a de 'G' maiúsculo" (Geiger, 2004, p. 14). Isso é muito pertinente no momento em que o filme, alvo de nossas atenções, trata de um retrato real da existência: "A unidade geográfica da Suíça na realidade corresponde à localização da Suíça no mundo ficcional, como também é mostrado no filme *Journey of Hope* (1990)" (Albayrak; Öztürk, 2019, p. 115, tradução nossa).

Os filmes europeus sobre migração, geralmente, retratam paisagens fora do cânone, como aponta Loshitzky: “Muitos desses filmes são ambientados nas principais capitais europeias cuja paisagem urbana, particularmente em suas periferias e margens geográficas, foi transformada pela migração e pela diáspora” (Loshitzky, 2006, p. 746, tradução nossa). A filmografia europeia, que retrata a migração em seu território, vai colher os seus conteúdos – paisagens de alienação pós-moderna – na própria realidade. Esses produtos artísticos criam um tipo de desvio da paisagem clássica da Europa e sua arquitetura romantizada para se prender a outros movimentos que estão flutuando nas margens. Por isso, as *periferias* serão o *centro* das filmagens (*contradição espacial*), uma vez que foram transformadas pelos movimentos de massas humanas. É disso que trata o *script* de *Journey of Hope*.

A seguir, daremos ao leitor uma descrição geral do filme, ilustrando as imagens (em movimento) captadas da cinematografia. Nesse sentido, as figuras são prints de tela realizados no envolvimento da análise fílmica, evidenciando momentos cronológicos da imagem representada.

SCRIPT DO FILME

> De Maras Yaşar [Kahramanmaraş], (...) primeiro dirigem-se para Istambul. Normalmente, eles teriam viajado de trem, mas como Mehmet Ali não tem passaporte e tem pouco dinheiro, eles são forçados a viajar para a Itália em um navio porta-contêineres. Eles chegam a Nápoles e são levados a Milão por um caminhoneiro de Nápoles. De lá, são levados por contrabandistas de humanos com outros refugiados até a **fronteira** entre a Itália e a Suíça, onde começam os Alpes suíços. Como está nevando, Mehmet Ali morre congelado.
> Kadir Albayrak, Ali Osman Öztürk
> *(Werteorientierung bei Herta Müller am Beispiel des Filmes Reise der Hoffnung von Xavier Koller,* 2019, p. 108, tradução nossa) (ênfase nossa).

> [...] os novos filmes transnacionais europeus – muitos deles coproduções multinacionais – que tratam da migração e diáspora fazem parte de um cinema independente, híbrido e transnacional que, como observa Laura Marks, expressa os efeitos físicos e psicológicos do exílio, da imigração e do deslocamento, limites culturais, cinematográficos e metacinemáticos.
> Yosefa Loshitzky
> (*Journeys of hope to fortress Europe*, 2006, p. 746, tradução nossa).

Journey of Hope foi lançado em 1990 e teve direção do cineasta e roteirista suíço Xavier Koller. A coprodução é uma parceria entre agentes suíços, turcos e ingleses. A história gira em torno de uma família rural curda[3], que habita um vilarejo remoto e árido, no sudeste da Turquia (As figuras centrais do enredo giram em torno de Haydar Sener (Necmettin Çobanoglu) – o pai de família, sua esposa Meryem (Nur Sürer) e o filho pequeno Mehmet Ali (Emin Sivas). Haydar, sua esposa Meryem, seus sete filhos e seus pais tomam conta de sua fazenda, uma propriedade de criação de ovelhas, que é um dos principais alimentos para a comunidade local. Acontece que, enquanto estão trabalhando no campo, recebem um cartão-postal de um parente que se encontra na Suíça, nele há notícias de emprego e de uma vida próspera. Loshitzky aponta essa capacidade de sedução que a representação de um cartão cartão-postal pode emitir.

> A fantasia de migração da família Haydar, da Suíça, como o "Paraíso além das montanhas" foi construída em torno de um cartão postal enviado a eles por um tio que imigrou para a Suíça. Esse cartão-postal de uma vista arrebatadora dos Alpes Suíços, parcialmente comido por sua cabra na Turquia, preenche todo o frame de um dos planos da cena de abertura do filme, evidenciando o poder de sedução da representação (Loshitzky, 2006, p. 750, tradução nossa).

Este cartão-postal é decisivo para o desenrolar da história. Isso pelo fato de a observação da paisagem dos Alpes suíços, por meio dessa representação, trazer algum tipo de expectativa para o pai de família que decide vender todos os seus bens e escolher um dos filhos para acompanhá-lo na jornada à Suíça, junto à sua esposa.

Eles estão enraizados em Kaharamanmaras, sudeste da Turquia, depois viajam pelo interior turco, de ônibus, até chegarem a Istambul. Ali, no litoral, um navio (porta-contêineres) os leva até a Itália como clandestinos. A família entra em um dos contêineres, por meio de esquemas e câmbios. Chegando à Itália, em Nápoles, depois de outro intercâmbio, um motorista suíço, Ramser (Mathias Gnädiger), atravessa, de caminhão, o interior da Itália levando a família até Milão. À essa altura, o caminhoneiro, já amigo da família, diverte-se com a criança. Dali seguem para tentarem entrar pela “porta da frente” da Suíça, no posto fronteiriço de Chiasso. Mas, na aduana,

[3] Os curdos são a maior nação sem Estado regulamentado no mundo, compostos por várias etnias, e religiões, em maior caso o islamismo, falam várias línguas e estão misturados entre diferentes tradições e culturas.

são interceptados por um guarda suíço que, não aceitando as declarações do caminhoneiro, ordena que os imigrantes deem meia-volta e retornem a Milão. É, então, renegada a entrada das *mercadorias humanas* – já que não há documentos formais, diga-se, *"notas fiscais"* (autorizações – visto aduaneiro, passaporte) para que as *mercadorias humanas* possam adentrar a fronteira.

O regresso a partir da aduana é feito de trem. Retornam para sua condição de imigrantes ilegais na Itália, e passam a noite na vazia e fria estação de Milão, onde um conterrâneo imigrante, da mesma região da Turquia, une-se a eles. No dia seguinte, através de contatos ilegais, reúnem-se com contrabandistas de humanos, dormem em um quarto rude, numa localidade escondida, dividindo uma pequena área com outros imigrantes ilegais turcos – ambiente onde a transitoriedade muçulmana, relativa ao rezar ou ao não rezar, naquele local, denota um impacto de multiculturalidades.

No outro dia, realizando negociações com os contrabandistas de pessoas, antes de iniciarem a jornada para o lado suíço, o pai é forçado a assinar um papel, admitindo que metade de seu salário fique com eles, quando arranjasse emprego na Suíça. Na sequência fílmica, iniciam outra viagem, junto ao grupo de turcos, numa van, com o mesmo intuito de adentrar a Suíça, de forma ilegal. Nesse ínterim, eles ainda não sabem que a jornada da esperança, através da fronteira física dos Alpes suíços, seria a principal barreira que vilipendiaria seus corpos, para sempre.

No pé dos Alpes, há um guia esperando o grupo para levá-los até a entrada da Suíça. Entretanto, o mau tempo faz com que o guia desista da missão. Diante disso, ele é assassinado pelos contrabandistas. O grupo humano, ligado pela irmandade da pátria, começa a subir os Alpes sem saber o caminho, "[...] a família de Haydar e outros refugiados têm que cruzar os Alpes ilegalmente e a pé para chegar à Suíça" (Albayrak; Öztürk, 2019, p. 114, tradução nossa).

Na comuna[4] de Chiavenna, na Itália, os Alpes aparecem pela primeira vez quando os imigrantes ilegais estão na van sendo levados para transpor a barreira topográfica a fim de ancorar no novo país. Desamparados de qualquer guiamento, o

[4] Comuna é a fração territorial de organização na Itália e Suíça e equivale a município no Brasil. As comunas estão ligadas a uma província, mas tem independência jurídica nas relações com suas regiões e o Estado.

grupo humano escala o acidente geográfico de Passo Splügen[5], localizado na fronteira entre a Itália e a Suíça. Trata-se de um setor espacial de passagem, entre a comuna de Chiavenna, na Itália, e a comuna de Splügen, na Suíça, o que pode ser visualizado a seguir (figura 1).

Figura 1: Escalada do acidente geográfico de Passo Splügen.



Fonte: Filme *Jorney of Hope* (1990).

Largados à própria sorte, na última fronteira – aquela que realmente importa e que mudaria suas vidas – a linha divisória é uma barreira física, mas também política e cultural, ultrapassam os picos e estão do lado suíço da fronteira onde a língua alemã opera. Após transporem a topografia, os refugiados vão de encontro com um posto de fiscalização situado nas montanhas. Um cão farejador desse posto identifica o grupo e empreende caça aos refugiados, o que acaba dispersando e separando-os, numa confusão fugidia com os policias fronteiriços. O pai fica perdido com seu filho a altas horas da noite, em meio à nevasca.

A jornada da esperança do pai, infelizmente, faz com que o filho tropece e não consiga mais andar naquele clima inóspito e derradeiro; o pai o agasalha, mas, agora, tem de carregá-lo no colo – abandona as malas para carregar, tão somente, a peça

[5] Passo Splügen é um *passo de montanha*, que é um local de passagem, uma transposição de uma cadeia de montanha ou uma montanha. O Passo Splügen é parte da cadeia de montanhas famosamente conhecido como Alpes suíços.

mais valiosa de que se esquecera diante do ideal de transposição da fronteira: o filho. Na sequência, a figura 2, demonstra a cena.

Figura 2: Pai abandona as malas para carregar o filho.



Fonte: Filme *Jorney of Hope* (1990).

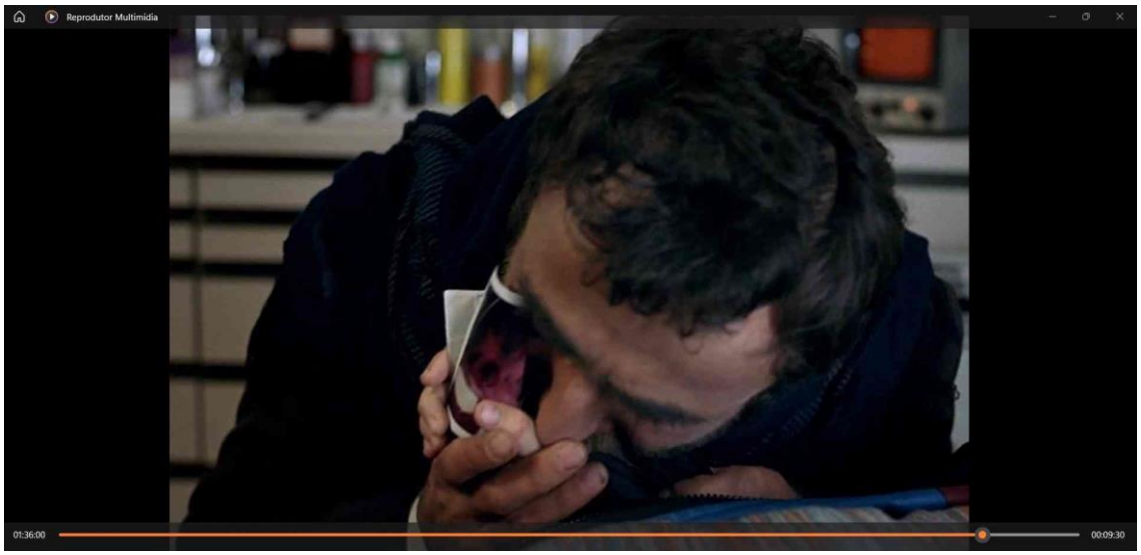
Do outro lado do enredo fílmico, os demais imigrantes ilegais do grupo pedem ajuda a um suíço, num estabelecimento semelhante a um spa. Esse renega o auxílio e sente-se ameaçado diante da disparidade da situação; isso se deve pelo fato de haver, um contraponto ambiental e cultural entre eles. Enquanto os imigrantes se localizam do lado de fora, na imensidão do externo, gelado e sombrio, o europeu encontra-se num ambiente interno, aquecido e iluminado. Enquanto, os imigrantes estão desamparados, feridos e maltrapilhos – corpos fora da disciplina da norma – o europeu encontra-se protegido e bem-aventurado: "Na verdade, se a Europa é percebida por muitos migrantes como terra de acolhimento, essa visão está longe de ser partilhada entre os próprios europeus" (Didelon; Blanchard, 2011, p. 89). Logo depois, quando da captura da mãe e de outros imigrantes ilegais, já, então, sendo tratados e aquecidos pelas autoridades suíças, pai e filho têm de passar a noite na natureza gélida dos Alpes, desamparados e sem proteção.

A película vai terminando com uma cena em que se visualizam o amanhecer e o pai carregando o filho, buscando algum "Norte" para sobreviver. Por conseguinte, naquele espaço desconhecido e irregular, no declive da topografia, acontece o trágico: o

menino desfalece em decorrência das baixas temperaturas. A alma do menino se desapega do corpo num ambiente totalmente antagônico ao seu habitat natural, mas seu pai ainda não se dá conta do ocorrido, “Na traição da noite gelada, Mehmet Ali perde a vida nos Alpes, na fronteira fortemente protegida entre a Suíça e a Itália, os quais a família tenta cruzar ilegalmente” (Grønbæk, 2018, p. 8, tradução nossa).

Finalmente, por intermédio de uma carona, chegam a uma clínica médica; em seguida, as autoridades suíças aparecem para levar Haydar. Contudo, ele diz que não sairia sem seu filho, o que leva a uma discussão explosiva, entre pai e autoridades, essas anunciam, repentinamente, que o menino morrera. A dor toma conta do pai (figura 3)

Figura 3: O cadáver do menino segurando a fotografia do motorista do caminhão.



Fonte: Filme *Jorney of Hope* (1990).

Importante assinalarmos que, na maca da clínica médica, o menino, mesmo morto, segura a esperança da Suíça, na figura do caminhoneiro amigo, já que o cartão-postal acabou perdendo-se na neve.

> O motivo do cartão-postal percorre todo o filme, desconstruindo e subvertendo essa imagem da Suíça e ressaltando o importante papel das representações produzidas em massa na geração de fantasias que se tornam forças motrizes na mobilidade geográfica global (Loshitzky, 2006, p. 750-751, tradução nossa).

Haydar (o pai) é levado até sua esposa para noticiá-la, e, através de um olhar, Meryem compreende o que houve: seu filho morreu. Cenas de muito sofrimento

emergem denotando como “É muito difícil para as pessoas que fogem para a Suíça chegar ao país cercado pelos Alpes” (Albayrak; Öztürk, 2019, p. 115, tradução nossa).

MIGRAÇÕES E DRAMAS NA FRONTEIRA

> A parte mais dramática do filme ocorre no cenário espetacular dos Alpes, uma paisagem que sempre teve uma aura de mistério. Abrangendo 700 quilômetros, através de sete países diferentes, os Alpes ficam no meio da Europa (Loshitzky, 2006, p. 750, tradução nossa).

Ao receber um cartão-postal, trazendo mensagens positivas sobre a Suíça, o pai passa a contemplar a imensidão do espaço árido de sua terra natal, a Turquia (**figura 4**), contrapondo-a com alguma autossugestão de uma imagem paradisíaca dos Alpes suíços.

Figura 4: O protagonista observa a paisagem árida do sudeste da Turquia.



Fonte: Filme *Jorney of Hope* (1990).

Aqui, a fronteira se faz presente na imaginação do espaço almejado pelo protagonista, como demonstra De Wenden:

> A fronteira também é virtual, porque muitas forças a transgridem: os meios de comunicação que mostram sonhos do outro lado da fronteira e muitas vezes alimentam o imaginário migratório de quem considera que não há esperança de ver a vida mudar no seu país (De Wenden, 2017, p. 20, tradução nossa).

A menção à fronteira como elemento central das cenas, nesse ponto do enredo, sugere que a questão, tanto das fronteiras físicas como simbólicas, pode ser fundamental para a compreensão da história e dos desafios enfrentados pela família curda, o que consequentemente dá uma visão geral do espaço.

Análises cinematográficas em torno da geografia pontuam que a cidade é o espaço geográfico mais evocado pelo cinema, como alega Barbosa (2000):

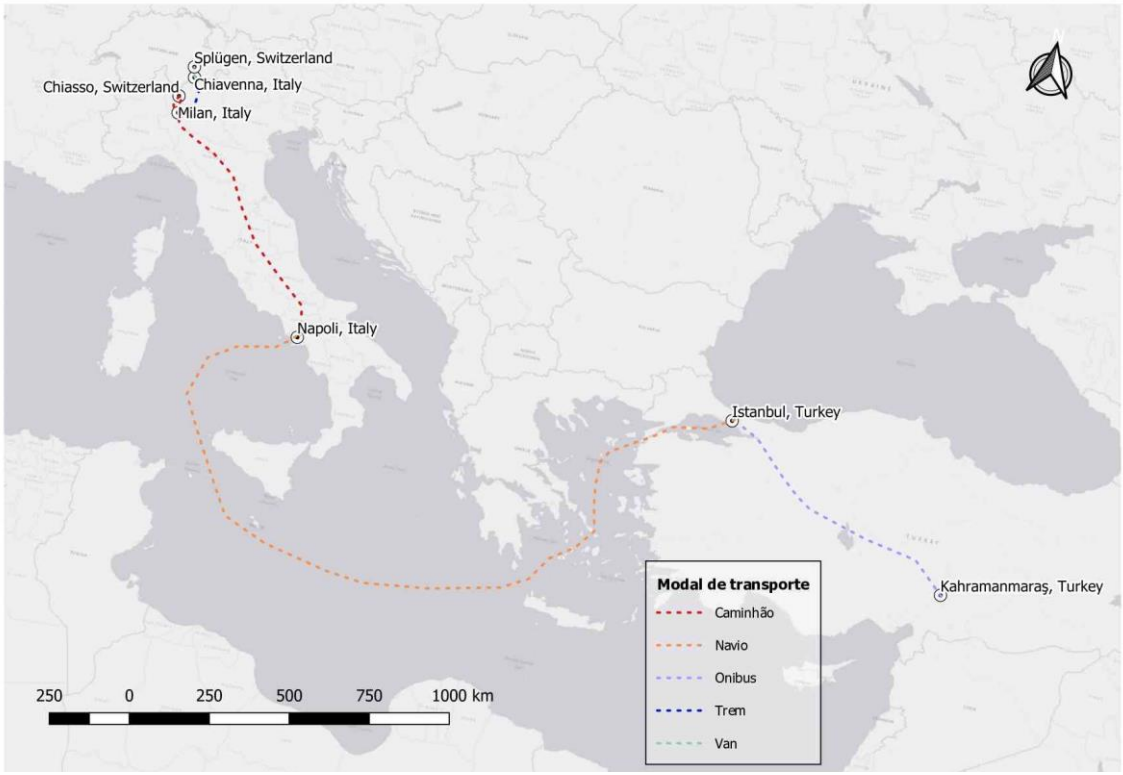
> Podemos afirmar que o cinema é uma arte urbana por excelência, assim como constatar que a cidade é o espaço geográfico que o cinema mais registrou ao representar o mundo. A história do cinema se cruza com a geografia das cidades (Barbosa, 2000, p. 81-82).

Todavia, a narrativa fílmica, desde seu início, assim como da metade para o fim, não retrata a geografia das cidades, apesar de ser o alvo da família migrante, já que as cidades geram, no fluxo imigratório, expectativas de uma vida melhor, como aponta Loshitzky:

> Como a maior parte da migração contemporânea para a Europa é economicamente motivada, é natural que a cidade, com as oportunidades econômicas que oferece e com suas diásporas crescentes, seja o principal ímã para atrair migrantes em busca de uma vida melhor (Loshitzky, 2006, p. 749, tradução nossa).

A maior motivação da migração dos grupos humanos para Europa é o fator econômico, e a cidade com seus atrativos e ofertas de oportunidades será o espaço preposto, no entanto, mesmo sendo o objetivo principal da família, isso não ocorre devido a adversidades. As cidades vão aparecer em pontuados momentos, uma vez que o filme enfoca um trânsito migratório entre os extremos da Turquia (Kaharamanmaras e Istambul), Itália (Nápoles, Milão e Chiavenna) e a Suíça (Chiasso e Splügen), como visto no mapa a seguir (figura 5).

Figura 5: Rota do itinerário imigratório da família e os seus meios de transportes.



Fonte: Org. autores (2023).

Da Turquia até a Suíça, muitas fronteiras foram transpostas pelos migrantes, embora tenha sido aos cinquenta e um minutos e dezoito segundos do enredo que a fronteira entre a Itália e Suíça ocupa o plano central das cenas do filme. Daí a se visualizar os conceitos de *migração* e *fronteira*, que se entrelaçam.

> A relação entre fronteiras e migração é indissociável, porque não há migração sem fronteiras transpostas, nem fronteiras sem transgressões ligadas à migração, uma vez que um migrante internacional é alguém que nasceu num país e vive noutro, de acordo com a definição da ONU (De Wenden, 2017, p. 16, tradução nossa).

Dessa forma, ressaltamos que há uma relação íntima entre movimento humano e delimitações territoriais. A interligação entre fronteiras e migração é intrínseca, pois a migração envolve necessariamente a transposição de fronteiras, enquanto as fronteiras em si são desafiadas pelas transgressões associadas a esse movimento humano.

Nesse processo, somos levados à pergunta sobre como se dá a fronteira entre esses dois países (Suíça e Itália) e a Europa? Como resposta, podemos dizer que o filme é um marco, visto que ele arquiva um evento espacial do final da década de 1980, onde há o início nas mudanças gerais nas condições de fronteira, em boa parte da Europa – que por si só "é um objeto geográfico impreciso", diante de seu mapa político (Didelon; Blanchard, 2011, p. 77).

Em 1985, há a assinatura do *Acordo de Schengen*, firmado por cinco países europeus (Alemanha, França, Luxemburgo, Países Baixos e Bélgica), acordo que, em 1990, foi complementado pela *Convenção Adicional*, a qual inaugura o *Espaço Schengen*, implementado, a passos lentos, a partir de 1995. A Itália de fato implantou as regras em 1997, a Suíça, em 2008 (Barbas, 1997).

O *Acordo de Schengen* se trata de uma ação intergovernamental de alguns países europeus para suprimir o controle de fronteiras internas, criando uma zona de livre circulação entre os países componentes. Nesse sentido, a população interna europeia, que pertence a esses países, pode atravessar a fronteira para viver, trabalhar ou viajar no *Espaço Schengen*. Consequentemente, tendo em vista as fronteiras externas, houve um reforço no controle, com a criação de artifícios para manter a segurança por meio da cooperação policial e pelo Sistema de Informação Schengen (SIS). Em 2016, há a regulamentação das regras instituídas, desde 1985 para entrada no *Espaço Schengen*, no chamado "Código das Fronteiras Schengen". Para entrada de pessoas pertencentes a países externos, é necessário: (i) possuir passaporte emitido a menos de 10 anos, com validade de três meses após a data de retorno, (ii) possuir visto válido, (iii) justificar a motivação do ingresso ao país pertencente ao *Espaço Schengen*, (iv) comprovar condições de estadia e retorno ao país de origem, (v) não estar indicado no SIS, (vi) não ser suscetível a perturbações de ordem pública, segurança interna, saúde pública e relações internacionais (Kiefer, 2015; Sardagna, 2022).

Reflete-se: qual seria o efeito desses acordos para a geografia dos referidos países? Simplesmente, abolir as fronteiras internas e reforçar as externas. Antes disso, cada Estado/nação tinha sua própria legislação sobre a *faixa de fronteira*. A linha divisória entre Itália e Suíça, dos dois lados, era cercada por uma pequena faixa de fronteira e não havia uma largura regulamentada, a exemplo do Brasil que dista 150 km de faixa fronteiriça. Tudo dependia de conjunturas políticas, geográficas e históricas de

cada região onde havia postos de controle de segurança e fiscalizações. Atualmente, as fronteiras nacionais na Europa adquiriram outras condições.

> [...] Walters (2002), utilizando o método de genealogia de Foucault, introduz as fronteiras Schengen como biopolíticas, uma vez que visam populações, e não nações como no caso das fronteiras nacionais. Os Estados Membros de Schengen compensam a abolição das fronteiras internas por outras formas de controle. Em particular, os controles externos são reforçados e são um complexo de controles difusos, que não são mais de base territorial, é desenvolvido (por exemplo, bancos de dados, vistos, sanções de transportadora). Portanto, embora as fronteiras no Espaço Schengen não sejam sistemáticas e fisicamente vinculadas ao território do Estado, mas, sim, legais, elas são muito complexas e muitas vezes levam à criminalização da migração (Guild e Bigo 2010) (Votoupalová, 2020, 408, tradução nossa).

Tomando conhecimento do *Espaço Schengen*, as fronteiras, de alguma forma, sempre foram biopolíticas, pois impõem o controle dos corpos humanos pelos governos, instituições e normas. O filme retrata isso de maneira bastante clara, é o tema central – a saga de uma família turca tentando adentrar no território europeu. Na perspectiva da motivação de migrar, o regime biopolítico das fronteiras permite a transformação dos corpos em mera mercadoria para que possam adentrar outros territórios, armazenados dentro de um contêiner. Seus corpos, rejeitados, não podem adentrar, de modo civilizado e humano, pela porta da frente da Suíça.

No entanto, os sujeitos migrantes vão atravessar essa fronteira e o trágico vai acontecer numa barreira topográfica, modificando todo o imaginário da esperança de um paraíso espacial.

> Após a morte de Mehmet Ali, a Suíça se transforma em um inferno para Haydar e sua família. Todos os atributos paradisíacos que representavam a Suíça acabam simbolizando a tragédia pessoal dessa outrora esperançosa família no final do filme. Pode-se concluir que, para as personagens, os valores mudam por meio de experiências espaciais (Albayrak; Öztürk, 2019, p. 108, tradução nossa).

De paraíso e esperança, a Suíça muda de valor espacial, que, imediatamente, torna-se um inferno gelado para o personagem principal. Agora, ultrapassada a barreira topográfica e transposta a fronteira, não há mais como voltar atrás, o resultado

desastroso da decisão de imigrar para uma vida melhor transmutara para toda a vida o ideal fantasioso representado pelo cartão-postal.

A relação entre fronteiras e migração pode ser entendida à luz da conceituação de espaço/espacialidade, em que o reconhecimento da coexistência de diferenças e a multiplicidade de trajetórias são aspectos cruciais. É o claro reconhecimento do choque das multiplicidades, sendo o espaço produto das dificuldades e complexidades, como afirmam Massey e Keynes.

> O argumento é que, para a conceitualização de espaço/espacialidade, é crucial o reconhecimento de sua relação essencial com e de sua constituição através da coexistência da(s) diferença(s) - a multiplicidade, sua habilidade em incorporar a coexistência de trajetórias relativamente independentes. Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias - onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações (Massey; Keynes, 2004, p. 17).

Como dito anteriormente, as fronteiras representam uma delimitação física e simbólica que define espaços distintos, enquanto a migração envolve a transgressão dessas fronteiras, resultando na interseção de trajetórias relativamente independentes. Nesse contexto, o espaço é concebido como a esfera do encontro ou não dessas trajetórias, onde coexistem, afetam-se mutuamente e, por vezes, lutam entre si. A jornada da família curda em *Journey of Hope,* particularmente, sua travessia por múltiplas fronteiras até chegar à Suíça, exemplifica essa dinâmica de inter-relações espaciais.

Essas particularizações do espaço fronteiriço ainda vão evidenciar a condição de território que são variações de escala na construção das relações de poder. Relações essas que podem ser entendidas no filme num contexto social, espaço político de conflitos e limites. O território é caracterizado como um espaço político que revela limites, tanto no sentido das fronteiras físicas e simbólicas que definem e separam grupos sociais e culturais, como no sentido das lutas e conflitos por poder e desigualdade na sociedade humana, como apontado por Haesbaert.

> Território, então, pode ser definido como o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social (político-econômico e simbólico-afetivo) quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza. Nem apenas um espaço material e simbólico socialmente dominado e/ou apropriado, nem apenas um espaço moldado na imbricação com a natureza, o território seria, sobretudo, um espaço político revelador de limites – tanto de limites como fronts/fronteiras das lutas por des-ordenamento da complexa e desigual sociedade dos humanos quanto dos limites impostos a todo o conjunto da vida terrestre cuja existência, profundamente articulada, está em risco (Haesbaert, 2023, p. 6).

Isso reflete as relações de poder que operam nos territórios, onde certos grupos são excluídos e marginalizados com base em sua origem étnica, cultural ou social. A representação cinematográfica desse drama fílmico, não apenas retrata a tragédia particular da família, mas também oferece uma visão mais ampla sobre a dinâmica de poder relacionada aos fluxos populacionais, nos territórios fronteiriços.

A morte do menino representa a fraqueza diante do poder, e, consequentemente, diante do território, onde corpos são marginalizados, estigmatizados e sujeitos a violência e discriminação. A morte de um corpo estranho em um ambiente estranho destaca a interseção entre poder, identidade e espaço. A tragédia pessoal da família curda e a dinâmica de poder nos territórios fronteiriços evidenciam como essas relações moldam e são moldadas pelo espaço territorial, refletindo tanto as lutas sociais quanto os desafios enfrentados pela vida terrestre em um mundo cada vez mais fragmentado e desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FRONTEIRA CINEMATOGRÁFICA

O filme *Journey of Hope*, do diretor Xavier Koller, lançado em 1990, é um marco sobre a fronteira, pois ele retrata e é produzido, no final da década de oitenta, período divisor de águas das políticas territoriais da Europa, “O filme mostra o quão pouco espaço é deixado para os ‘outros’ na tentativa de realizarem a promessa da Europa” (Grønbæk, 2018, p. 12, tradução nossa).

A retratação do drama é uma situação bastante pertinente para as ciências humanas, porque leva a refletir que "[...] a circulação é 'um êxodo global, ou realmente nomadismo'" (Loshitzky, 2006, p. 746-747, tradução nossa).

As personagens do filme passam por experiências espaciais de grande escala, uma vez que desterritorializam-se da Turquia tentando uma (re)territorialização na Suíça. Assim sendo, não medem esforços para percorrer um itinerário que envolve múltiplos meios de mobilidade (ônibus, navio, caminhão, trem, van). Mesmo com os corpos exaustos, ainda enfrentam a topografia dos Alpes suíços (Passo Splügen) para ancorarem no novo país. Essa topografia é a fronteira entre a Itália e a Suíça e sua transposição revela uma fortaleza bastante difícil de penetrar para chegar a um paraíso sonhado na árida terra natal, sudeste da Turquia.

Em *lócus*, as personagens vão descobrir que o espaço idealizado como paraíso leva a inúmeras barreiras de lastros biopolíticos que vilipendiam seus corpos. A principal barreira se situa na topografia acidentada dos Alpes suíços, que emerge como um marco na paisagem: a maior força que restringe a transposição de seus corpos para ancorarem no destino almejado.

A morte de Mehmet Ali simboliza a demonização marcada nas jornadas imigratórias de corpos renegados, nas vinculações de poder de um território. Trata-se de um drama verídico, representado por uma cinematografia que espraia no interlocutor uma representação de um universo fronteiriço. Nesse sentido, o filme é repleto de possibilidades de análises passíveis de compreender geografias diversas: culturais, econômicas, políticas, humanas, físicas, em suma, espaciais. A narratologia demonstrou-se pertinente em sua vinculação à arte cinematográfica, revelando histórias, narrativas, que impactam imagens romantizadas de territórios ascendentes.

Desse modo, convidamos o leitor a transpor as fronteiras cinematográficas, a fim de elas serem uma possibilidade para analisar geografias concretas a partir de espaços imagéticos construídos pelos textos fílmicos.

Fim do ensaio. Desligamos a tevê, terminamos o café: o filme acaba, mas arquiva uma realidade espacial dos territórios de fronteira. Juntos, consideramos assim, que essa colaboração entre dois amigos enraizados nas ciências humanas resultou em uma tentativa de exploração da (*re*)*virada* do retorno criativo em geografia. Ao unir nossas perspectivas e experiências, tentamos, dessa forma, elaborar uma abordagem

talvez inovadora que combinou teoria espacial e escrita criativa. Abordagem essa que além de permitir análise, proporcionou uma maneira envolvente e acessível de compartilhar esses resultados com o público. Ao desafiar as construções imagéticas tradicionais, demonstrou o poder da interdisciplinaridade e da criatividade na pesquisa geográfica.

REFERÊNCIAS

ALBAYRAK, Kadir; ÖZTÜRK, Ali Osman. Werteorientierung bei Herta Müller am Beispiel des Filmes Reise der Hoffnung von Xavier Koller. **Studien zur deutschen Sprache und Literatur**, v. 1, n. 41, p. 107-121, 2019.

BARBAS, Stela. A Livre Circulação de Pessoas e os Refugiados no Espaço Schengen, 1997. **Janusonline.** Disponível em: http://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997_3_11.html. Acesso em 28 jul. 2023.

BARBOSA, Jorge Luiz. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. **Geographia**, v. 2, n. 3, p. 69-88, 2000.

CUTTING, James E. Narrative theory and the dynamics of popular movies. **Psychonomic bulletin & review**, v. 23, p. 1713-1743, 2016.

DE WENDEN, Catherine Wihtol. Frontières et migrations. **Revue d'ethique et de theologie morale**, v. h, no. HS, p. 15-28, 2017.

DIDELON, Clarisse; BLANCHARD, Delphine. A Europa e suas fronteiras, uma questão problemática. **Para Onde!?**, v. 5, n. 2, p. 76-100, 2011.

ESHUN, Gabriel; MADGE, Clare. Poetic world-writing in a pluriversal world: a provocation to the creative (re) turn in geography. **Social & Cultural Geography**, v. 17, n. 6, p. 778-785, 2016.

FIOVARANTE, Karina Eugenia. Geografia e Cinema: As Espacialidades do Filme Adeus Lenin! **Geografia em Questão**, v. 06, n. 01, p. 102-115, 2013.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. Geografia e Cinema: a releitura dos conceitos de espaço, paisagem e lugar a partir das imagens em movimento. **Ateliê Geográfico, Goiânia**, v. 12, n. 1, p. 272-297, 2018.

FONSECA, Keven Fongaro. **Uma introdução aos fundamentos da narratologia**. Editora Viseu, 2023, 210 p.

GEIGER, Pedro. P. Ciência, Arte e a Geografia no Cinema de David Lynch. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 11-18, 2004.

GRØNBÆK, Kristoffer. The search for Europe: A mythical reading of Reise der Hoffnung and La Haine. **Tidsskrift for Medier, Erkendelse og Formidling**, v. 6, n. 2, p. 5-22, 2018.

HAESBAERT, Rogério. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA: TERRITÓRIO. **GEOgraphia**, v.25, n.55, p. 1-7, 2023.

HAWKINS, Harriet. Geography's creative (re) turn: Toward a critical framework. **Progress in Human Geography**, v. 43, n. 6, p. 963-984, 2019.

HONES, Sheila. Text as it happens: literary geography. **Geography Compass**, v.2, n.5, p.1301-1317, 2008.

IBANHEZ, João Carlos Nunes. PORQUE EU NÃO POSSO SER DOREEN MASSEY? **Ensaios de Geografia**, v. 8, n. 16, 2022.

JORNEY OF HOPE. Direção : Xavier Koller. Países de produção : Reino Unido, França, Suíça e Turquia, agosto de 1990. Produzido por Beyond Films Premium, distribuído por Columbus Films. DVD (110 min).

JOST, François. À quelles conditions est-il possible de faire une narratologie comparée? **Questions de communication**, n. 31, p. 265-278, 2017.

KIEFER, Anna. The Thirtieth Anniversary of the Schengen Agreement: Retrospective and Perspective in Light of the Migrant Crisis. **Cornell International Law Journal online,** v. 3, p. 22-30, 2015.

LÉVY, Jacques. De l'espace au cinéma. In: **Annales de géographie**. n. 694, v. 6, p. 689-711. 2013.

LOSHITZKY, Yosefa. Journeys of hope to fortress Europe. **Third Text**, v. 20, n. 6, p. 745-754, 2006.

MARTI, Marc. De la narratologie littéraire à la narratologie générale: l'empire et ses limes. **Questions de communication**, n. 31, p. 199-214, 2017.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

NEVES, Alexandre Aldo. Geografias de cinema: do espaço geográfico ao espaço fílmico. **Entre-Lugar**, v. 1, n. 1, p. 133-156, 2010.

OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. O que seriam as geografias de cinema? Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos, v.1, n.2, p. 27-33, 2005.

SARDAGNA, Laurence Tedeski Costa Petters. Estudo sobre as regras de ingresso de cidadãos brasileiros ao espaço Schengen. **RJLB**, n. 5, p. 703-721, 2022.

SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografias criativas: afinidades experienciais na relação arte-geografia. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 462-471, 2022.

STASZAK, Jean-François. Géographie et cinéma: modes d'emploi. *In:* **Annales de géographie**, v. 1-2, n. 695-696, p. 595-604, 2014.

TOTI, Anna Maria Paola. Analyse visuelle e representation de la réalité. **Internacional Review of Sociology: Revue Internationale de Sociologie**, v.22, n.2, p. 323-339, 2012.

VOTOUPALOVÁ, Markéta. Schengen cooperation: What scholars make of it. **Journal of Borderlands Studies**, v. 35, n. 3, p. 403-423, 2020.

WYLIE, J. Cultural geographies of the future, or looking rosy and feeling blue. **Cultural Geographies**. v.17, n.2, p. 211-217, 2010.

XAVIER, León Denis Fereira. Tire seus óculos. **Revista Geografia Literatura e Arte**, v. 3, n. 2, p. 196-197, 2021.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

LUGAR DA IDENTIDADE E AS IDENTIDADES DO LUGAR: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE OS CONCEITOS DE LUGAR E IDENTIDADE

THE PLACE OF IDENTITY AND THE IDENTITIES OF PLACE: THEORETICAL APPROACHES BETWEEN THE CONCEPTS OF PLACE AND IDENTITY

LUGAR DE IDENTIDAD Y LAS IDENTIDADES DE LUGAR: APROXIMACIONES TEÓRICAS ENTRE LOS CONCEPTOS DE LUGAR E IDENTIDAD

Jean Lucas da Silva Brum
Doutorando em Geografia/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
jeanbrum91@gmail.com

Destaques

- Lugar e identidade são noções centrais para Geografia Cultural-Humanista, definidos como construtos culturais, criados, expressos e reivindicados em meio a sistemas simbólicos de representação e da experiência humana de mundo;
- O lugar desempenha um papel fundamental na construção das identidades pessoais e culturais, tornando-se referência nos processos de identificação;
- Transformações vivenciadas através da intensificação do processo de compressão tempo-espaço, levaram a necessidade de se repensar as articulações entre identidade e lugar, desafiando noções tradicionais de enraizamento e pertencimento;
- A construção de identidades cada vez mais híbridas, fragmentadas e fluídas, evidencia as complexas relações entre a produção e experiência de lugar e sua articulação com os processos de identificação;

RESUMO

Este artigo tem por objetivo realizar uma reflexão teórica acerca da relação entre os conceitos de lugar e identidade a partir do olhar da Geografia Cultural-Humanista. O termo “lugar” se destaca como um dos conceitos centrais da Geografia, sendo compreendido como um centro de significados espacialmente estruturado. Os sentidos de lugar desempenham um importante papel nos processos de identificação, sendo elemento chave para compreender a produção das identidades culturais. Entretanto, os novos arranjos espaciais impostos pela intensificação do processo de compressão tempo-espaço, característica chave da globalização neste milênio, tem acarretado reconfigurações das experiências de lugar, construindo, consequentemente, identidades culturais mais fluídas, fragmentadas e deslocadas. Neste contexto, defendemos a necessidade de estudos que procurem compreender as atuais dinâmicas de identificação geográfica a luz de um olhar teórico, a fim de fornecer ferramentas conceituais que permitam a leitura dos processos que demarcam o mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Lugar. Identidade. Globalização. Geografia Cultural-Humanista. Compressão Tempo-Espaço.

ABSTRACT

This article aims to undertake a theoretical reflection on the relationship between the concepts of place and identity from the perspective of Cultural-Humanist Geography. The term "place" emerges as one of the central concepts of Geography, understood as a spatially structured center of meanings. The senses of place play a crucial role in processes of identification, serving as a fundamental element for understanding the formation of cultural identities. However, the new spatial arrangements brought about by the intensification of the time-space compression process, a key characteristic of globalization in this millennium, have led to reconfigurations of place experiences, consequently shaping more fluid, fragmented, and displaced cultural identities. In this context, we advocate for the necessity of studies that aim to comprehend the current dynamics of geographic identification through a theoretical lens, in order to furnish conceptual tools that enable the interpretation of the processes defining the contemporary world.

Keywords: Place. Identity. Globalization. Cultural-Humanist Geography. Time-space compression.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar una reflexión teórica sobre la relación entre los conceptos de lugar e identidad desde la perspectiva de la Geografía Cultural-Humanista. El término "lugar" destaca como uno de los conceptos centrales de la Geografía, entendido como un centro de significados estructurado espacialmente. Los sentidos del lugar desempeñan un papel importante en los procesos de identificación, siendo un elemento clave para comprender la producción de las identidades culturales. Sin embargo,

los nuevos arreglos espaciales impuestos por la intensificación del proceso de compresión tiempo-espacio, una característica clave de la globalización en este milenio, han llevado a reconfiguraciones de las experiencias de los lugares, construyendo en consecuencia identidades culturales más fluidas, fragmentadas y desplazadas. En este contexto, defendemos la necesidad de estudios que busquen comprender las dinámicas actuales de la identificación geográfica desde una perspectiva teórica, con el fin de brindar herramientas conceptuales que permitan la interpretación de los procesos que delinean el mundo contemporáneo.

Palabras clave: Lugar. Identidad. Globalización. Geografía Cultural-Humanista. Compression tempo-espacio.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos o termo "lugar" passou a ganhar maior visibilidade nos estudos em Geografia. O que era uma noção marginal até a década de 1970, hoje se destaca como um dos conceitos centrais desta ciência (Holzer, 2003), sendo trabalhado a partir de diferentes perspectivas filosóficas, teóricas e metodológicas.

A despeito de seu amplo uso pelo senso comum, em sua maior parte, enquanto sinônimo de local, como um ponto abstrato em um espaço mais amplo, a noção de lugar é objeto de disputas acerca de sua conceituação na ciência geográfica, de forma que se torna possível dizer que este é um conceito polissêmico, que permite diversas leituras. Em outros termos, existem diferentes e, por vezes, contrastantes, modos de pensar e interpretar a ideia de lugar (Cresswell, 2004).

A partir do horizonte cultural-humanista em Geografia, o termo lugar pode ser entendido com um centro de significados espacialmente estruturado (Relph, 1976; Cresswell, 2004; Tuan, 1975; 2013). Trata-se de uma parcela do espaço geográfico revestida de um valor simbólico para uma pessoa ou grupo (Tuan, 2013), podendo assumir significados políticos, religiosos, emocionais, biológicos, entre outros (Buttimer, 2015). A partir desta perspectiva, longe de ser um mero sinônimo para local, sítio ou ponto em um mapa, o lugar é recortado emocionalmente, carregado de simbolismo e valor para aqueles que, a partir de um sentido de enraizamento, mantém uma relação de pertencimento com o lugar (Mello, 1990).

Neste entendimento, o lugar passa a ser uma importante fonte de autoconhecimento, podendo se destacar como elemento central na construção das identidades subjetivas e culturais (Le Bossé, 2013). Todavia, a partir desta afirmação desdobram-se alguns questionamentos: afinal, qual a relação entre lugar e identidade? É possível falar, de fato, em uma identidade do lugar? Identidades culturais podem ser construídas a partir do sentimento de pertencimento com o lugar? Como pensar essas identidades no contexto de intensificação do processo de "compressão tempo-espaço" (Harvey, 1992), que gera identidades cada vez mais "desterritorializadas", "híbridas", "deslocadas", desafiando um sentido tradicional de lugar como correlato de uma cultura local?

O objetivo deste artigo é discutir as articulações entre as noções de identidade e lugar, por meio de um levantamento teórico a partir do olhar da Geografia Cultural-Humanista. Trata-se, portanto, de um esforço teórico-epistemológico que visa contribuir para o debate acerca do papel do espaço, entendido a partir do ponto de vista dos sentidos de lugar, nos processos de identificação cultural, e as contradições inerentes a estes processos. Para tanto, recorremos a uma análise de caráter bibliográfico de autores centrais da corrente cultural-humanista em Geografia, procurando discutir de maneira crítica o modo como estes trabalharam sobre as noções de lugar e identidade e suas possíveis articulações como parte da experiência humana de mundo. Buscamos, ainda, construir um diálogo com as críticas direcionadas a abordagem cultural-humanista em Geografia, tanto dentro, quanto fora deste movimento, a fim de criar pontes entre a compreensão da relação entre lugar e identidade lançada por este horizonte e a perspectiva dos Estudos Culturais e de autores de caráter marxista que também se dedicaram a explorar esta relação.

O CONCEITO DE LUGAR EM GEOGRAFIA CULTURAL-HUMANISTA

O termo "lugar" nem sempre se destacou enquanto um dos conceitos-chave da Geografia (Holzer, 2003). De fato, durante um longo tempo, sua conceituação permaneceu em segundo plano nesta ciência, frente a um maior interesse nos debates em torno de outros conceitos, tais como região, paisagem e mesmo território (Holzer, 2012). Neste contexto, a palavra "lugar" era utilizada frequentemente como correlato de localização, um ponto específico no espaço, que deveria ser descrito em termos de

características singulares. Um exemplo disto pode ser observado na emblemática afirmação de La Blache que, ao destacar a singularidade das regiões em algumas de suas análises, defende a Geografia como a ciência dos "lugares" e não dos homens (Holzer, 1999).

A redescoberta do conceito de lugar e a emergência de uma real preocupação a respeito de seu debate e definição têm suas raízes no trabalho dos geógrafos humanistas na década de 1970, especialmente no contexto acadêmico anglo-saxônico (Cresswell, 2002; Holzer, 2003). Posicionando-se criticamente as análises mecanicistas e cientificistas de uma Geografia de influência neopositivista, que acreditava em uma suposta neutralidade do conhecimento científico, os geógrafos humanistas defendiam um projeto de revalorização do homem e de sua subjetividade como centro de interesse geográfico (Entrinkin, 1976; Mello, 1990).

A Geografia Humanista procura explicar as relações entre homem e mundo a partir de uma visão que destaca a vivência das pessoas em seus contextos geográficos, entendo o espaço, antes de tudo, como um espaço vivido, apropriado por meio das experiências pessoais e coletivas (Tuan, 1985). Desta maneira, o movimento humanista em Geografia enfatiza o estudo dos significados, dos valores, dos desejos e propósitos humanos, de forma que os conceitos tradicionais de análise geográfica passam a ser entendidos a partir de uma dimensão experiencial, ou seja, da forma como são apreendidos pela experiência das pessoas em seu envolvimento com o mundo (Entrinkin, 1976).

A procura por novos aportes que pudessem sustentar um projeto centrado no entendimento da existência e experiência humana fez com que os geógrafos humanistas se aproximassem das filosofias do significado, dentre elas, o Existencialismo, a Hermenêutica, o Idealismo e, principalmente, a Fenomenologia (Mello, 1990).

Influenciados em larga escala pelos aportes filosóficos da Fenomenologia Existencialista, sobretudo, a partir das ideias de "Mundo Vivido", incorporada das obras do filósofo Edmund Husserl, e "Habitar", no sentido conferido pelo filósofo Martin Heidegger, noções que apontam para uma relação de indissociabilidade entre os sujeitos e o mundo, os geógrafos humanistas procuraram uma nova significação para o conceito de lugar, afastando-o das perspectivas que o entendiam como correlato ou mesmo

sinônimo de “local”, para alçá-lo como elemento essencial da existência e identidade humana situada geograficamente (Marandola Jr, 2014).

Um exemplo emblemático desta atitude pode ser encontrado em Relph (1976). Inspirado no aporte fenomenológico, o autor afirma que “ser humano é viver em um mundo cercado de lugares significativos: ser humano é ter e conhecer seu lugar” (Relph, 1976, p.1). Nesta perspectiva, mais do que simplesmente sinônimo de local ou ponto específico, o lugar é entendido a partir de uma relação dialética com a existência humana, de modo que existir significa ter um lugar, uma base a partir da qual se funda um sentido de *self* (si-mesmo) e o próprio lugar passa a ser definido em relação àqueles que se sentem pertencer ao lugar (Casey, 2001).

Tal concepção existencial de lugar pode ser atribuída à influência do trabalho do geógrafo francês Eric Dardel (Holzer, 2012). Em sua obra chave, “O Homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica”, publicada originalmente em 1952 e praticamente negligenciada pela Geografia até a década de setenta, quando é resgatada pelos autores da vertente humanista, Dardel procura explorar a relação ontológica homem-Terra, considerando o lugar como ponto de partida da experiência geográfica. Para Dardel (2011, p. 41), antes “de toda escolha, existe esse ‘lugar’ que não pudemos escolher, onde ocorre a ‘fundação’ de nossa existência terrestre e de nossa condição humana”. Segundo o mesmo autor, é do lugar, base da existência, que tomamos consciência do mundo ao redor e vamos ao seu encontro (Dardel, 2011). A compreensão de lugar, enquanto ponto de partida e referência de nossa existência e experiência de mundo, expressa no trabalho de Dardel, é continuamente reafirmada pela Geografia Humanista.

Outro autor humanista que se dedicou profundamente ao estudo da relação homem-lugar e da definição deste conceito foi o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan. A partir do que o autor chama de perspectiva experiencial, ou seja, que entende a construção de conceitos como entendidos por meio da experiência e vivência humana, Tuan compreende o lugar enquanto uma parcela do espaço geográfico que tenha significado para uma pessoa ou grupo (Tuan, 2011). Tuan considera que os lugares são centros aos quais as pessoas atribuem valor em sua experiência de ser-estar no mundo (Tuan, 2013). Neste sentido, “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor” (Tuan, 2013, p. 14). O lugar, nesta

leitura, pode ser a casa, o bairro, uma praça, uma rua, ou seja, espaços que tenham valor, significado, que sejam revestidos de simbolismo para uma pessoa ou grupo.

Ainda nesta perspectiva, Tuan (2013) procura enfatizar que os sentidos de lugar são edificados por meio de experiências que denotam um enraizamento, um pertencimento e uma familiaridade entre as pessoas e o lugar. Neste entendimento, o lugar seria fonte de proteção e segurança existencial, um verdadeiro "lar" ou ninho, que, por ser um centro de afeição conhecido intimamente, se torna um refúgio frente ao espaço desconhecido (Tuan, 2013).

Esta mesma conotação é apresentada por Relph, quando este argumenta que "possuir raízes em um lugar é ter um porto seguro a partir do qual podemos olhar para fora sobre o mundo" (Relph, 1976, p. 38). Com efeito, esta perspectiva guiou muitos autores a considerar o lugar como ponto de apoio e referência pessoal, onde é possível encontrar segurança existencial e um "porto seguro", atuando como âncora para construção de um sentido de ser, sendo, em vista disso, uma importante fonte na construção da identidade subjetiva (Mello, 1990; Oliveira, 2012; Tuan, 2011; 2013).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, novos interesses no âmbito da Geografia, e mesmo das ciências humanas no geral, fizeram com que alguns autores se posicionassem criticamente ao conceito humanista de lugar, passando a considerá-lo enquanto marcado por um caráter excessivamente "harmônico", "romantizado" e, até mesmo, "conservador", portanto, incapaz de dar conta de dinâmicas sociais emergentes naquele contexto (Harvey, 1992; Massey, 2000; Cresswell; 2002).

Dentre as críticas que foram tecidas a compreensão humanista de lugar, é possível citar: a excessiva valorização, por meio da influência fenomenológica, de uma dimensão ideal-subjetiva, o que mitigava o papel de uma dimensão concreta-objetiva na criação do lugar (Entrinkin, 1991); a defesa de um sentido único e singular de lugar, deixando de lado o papel das interconexões com trajetórias e processos sociais mais amplos na criação do lugar (Massey, 2000); um entendimento humanista de lugar enquanto essencialmente "estático", "fixo", "fechado" e "excludente", beirando o "paroquialismo" e o "conservadorismo", em vez da adoção de uma postura mais "aberta" e "progressista" de lugar (Harvey, 1992; Massey, 2000); a pouca atenção dedicada por autores humanistas à dimensão política do lugar, como construído por meio de relações desiguais de dominação, controle e resistência (Cresswell, 1996).

Todavia, longe de negar o entendimento cultural-humanista de lugar enquanto centro de significados, tais críticas permitem enriquecer o debate a respeito do conceito de lugar, desde sua consideração por novas bases. Desta maneira, uma das preocupações que emergiram deste embate acerca da compreensão do conceito de lugar é o papel que as experiências e sentidos de lugar desempenham na construção de identidades culturais. Antes de partir para possíveis articulações entre lugar e identidade, convém, no entanto, recuperar brevemente a compreensão do que são identidades culturais e como estas são construídas por meio de processos de identificação, tomando como referência a perspectiva dos Estudos Culturais.

PENSANDO AS IDENTIDADES CULTURAIS

Objeto de debate de diversas ciências sociais, tais como a Sociologia, a Antropologia, os Estudos Culturais e a Geografia, o termo "identidade" se caracteriza como um conceito polissêmico e de difícil definição. Se, por um lado, não podemos responder com precisão o que é a identidade, por outro, identidade é um termo sem o qual certas questões-chave sequer poderiam ser pensadas (Hall, 2014).

Para o geógrafo Mathias Le Bossé, a identidade, apresenta-se em linhas gerais como o termo pelo qual se atribui um sentido e uma substância a pessoas, objetos, coisas, lugares, entre outros, referindo-se, portanto, a questionamentos fundamentais como: "o que é?", "quem sou eu?", "quem somos nós?", "quem são eles?" (Le Bossé, 2013). Neste caminho, o autor reconhece que a identificação, responsável pela delimitação das identidades, remete a dois processos distintos e complementares. Em primeiro lugar, o processo de identificação consistiria em "nomear qualquer coisa e qualquer um e, depois, em caracterizar sua singularidade" (Le Bossé, 2013, p. 223). Em segundo lugar, compreendendo a identidade como algo correlato a similaridade, a identificação fundamenta-se "em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais" (Le Bossé, 2013, p. 223).

De acordo com Haesbaert (2013), a relação de "igualdade" e "semelhança" imposta na ideia de identidade expressa um dos maiores paradoxos do conceito: a impossível busca pelo reconhecimento do igual, do idêntico, em um objeto ou pessoa. Para o autor, tal busca pode ser trocada pela procura da "verdade" ou "autenticidade" de

algo ou alguém, definindo-os segundo características que revelem sua totalidade, seu significado geral. Para Haesbaert (2013, p. 235), "se a identidade de um indivíduo é dificilmente encontrada e, mais dificilmente ainda, revelada, uma identidade mais ampla, envolvendo um grupo de indivíduos ou mesmo uma 'cultura' ou 'civilização' pode ser uma temeridade".

Neste sentido, Haesbaert (2013) argumenta que a identidade é pensada, em primeira instância, como uma construção simbólica, moldada, reivindicada e expressa em um horizonte eminentemente simbólico, tal como apresentada por Benedict Anderson (2008) em sua consideração a respeito das ideias de identidade nacional e nação enquanto "comunidade política imaginada". O autor se utiliza deste conceito para argumentar que as identidades nacionais são construídas não por uma constatação concreta e objetiva de semelhanças e similaridades entre todos os indivíduos que partilham destas, mas, sobretudo, das imagens e imaginações que estes fazem destas identidades. Para Anderson, a ideia de nação "é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles" (Anderson, 2008, p. 32). Isto posto, podemos argumentar que "qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada" (Anderson, 2008, p. 33).

Tendo isto em vista, é possível afirmar que as identidades adquirem um significado coerente por meio dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas, ou seja, elas só podem ser compreendidas dentro dos sistemas de representação que as produzem (Woodward, 2015; Hall, 2015). A identidade trata-se, te tal modo, mais de uma de construção cultural, operada e veiculada por meio de sistemas simbólicos, uma identidade "imaginada", do que, de fato, uma substância ou essência objetiva que definiria um sujeito ou grupo, como se fosse uma "realidade" concreta aparente.

De acordo com Woodward (2015, p. 17), "a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos", de modo que, seria através dos significados produzidos pelas diversas representações do mundo circundante que as pessoas confeririam sentido a sua experiência e aquilo que elas definem como sendo suas identidades. Neste entendimento, não há, portanto, um núcleo essencial do "eu", do "*self*", do "si-mesmo", como algo

naturalmente dado, mas sim, sua criação, sua construção a partir da apropriação de significados socialmente produzidos.

Tendo isto em vista, o teórico cultural Stuart Hall (2015), argumenta que o conceito de identificação, muito embora seja menos trabalhado na teoria social e cultural, pode ser entendido como mais preferível, embora tão ardiloso, que o termo identidade. Isto porque, segundo o autor, o termo identificação pressupõe um processo em construção, aberto, em constante transformação. Isto nos impõe compreender que a identidade não deve ser vista como algo completamente determinado, algo que se supõe "ter" e que, por tabela, poderia se "abandonar" ou "perder", mas sim, é sempre uma identidade socialmente e culturalmente construída, em processo.

A identificação, argumenta Hall (2015), pode ser entendida como um processo de articulação que se expressa a partir do jogo entre pertencimento e diferença. Assim, a construção da identidade remete a um processo que é eminentemente relacional, operando a partir do reconhecimento de semelhanças, mas também pela demarcação de "fronteiras simbólicas", o que demanda níveis de fechamento. De acordo com o autor, o processo de identificação requer aquilo que é deixado de fora, de modo que o exterior também constitui a identidade. Neste contexto, Hall assevera que a identidade é:

> Mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma 'identidade' em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui [...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isto implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado 'positivo' de qualquer termo – e, assim, sua 'identidade' – pode ser construído (Hall, 2015, p. 109-110).

Este entendimento é importante tanto no sentido de considerar a identidade como uma construção relacional, entre um processo de demarcação daquilo que é semelhante e, portanto, pertencente, para aquilo que é diferente, por conseguinte, não pertencente, mas também por possibilitar a consideração de "fronteiras" internas simbolicamente construídas, no sentido de que a noção de uma identidade homogênea, "sem costuras", é uma ilusão. Isto implica dizer que a construção da identidade pode

envolver relações de poder, tanto dentro quanto fora dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas.

Portanto, as identidades são produzidas por meio da marcação da diferença, de modo que esta marcação pode ocorrer "tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença" (Woodward, 2015, p. 40). É importante, no entanto, destacar que esse jogo de "diferença", por meio do qual as identidades são construídas, afirmadas e reivindicadas, pode ter um teor negativo, por meio da exclusão ou marginalização daqueles que são reconhecimentos como os "outros", os "de fora", mas, pode assumir também um caráter positivo, enquanto celebração da diversidade, da heterogeneidade, do hibridismo, sendo vista como enriquecedora (Woodward, 2015).

Ainda neste debate, Hall (2014), discutindo o papel da identidade na pós-modernidade, identifica ao menos três concepções divergentes acerca da definição e entendimento da noção de identidade, quais sejam: a identidade do sujeito do Iluminismo; a identidade do sujeito sociológico; a identidade do sujeito pós-moderno.

Segundo Hall, o sujeito do Iluminismo estava fundamentado numa concepção da pessoa "como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, da consciência e da ação, cujo 'centro' consistia num núcleo interior" (Hall, 2014, p. 10). Nesta perspectiva, a identidade de um sujeito seria, eminentemente, uma identidade subjetiva, individual, sendo entendida como uma essência do sujeito, como se o "eu" dependesse unicamente de uma construção interna.

A noção de sujeito sociológico, por sua vez, aponta que, em um mundo complexo marcado pela interação entre pessoas, nas mais diferentes escalas e formas, o "núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com 'outras pessoas importantes para ele', que mediavam para o sujeito, os valores, os sentidos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava" (Hall, 2014, p. 11). Neste entendimento, a identidade é deslocada de uma "essência subjetiva", para um processo intersubjetivo, socialmente recortado, ou seja, a identidade de um sujeito passa a ser construída em sua interação com o mundo ao redor. Vale lembrar, no entanto, que nesta perspectiva ainda há uma noção de identidade enquanto interioridade, representada pelo "eu real", "mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com

os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que estes mundos oferecem” (Hall, 2014, p. 11). No entendimento sociológico, a identidade preencheria o espaço entre o interior e o exterior, entre o pessoal e o coletivo, o íntimo e o público.

Todavia, Hall aponta que seria justamente este sujeito moderno, com uma identidade única e estável, que estaria entrando em colapso, se tornando, em lugar disto, um sujeito “fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas” (Hall, 2014, p.11), de modo que o “próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (Hall, 2014, p. 11). Este processo caracteriza o que o autor chama de “sujeito pós-moderno”, aquele determinado não por uma, mas por múltiplas identidades, efêmeras, nômades, fluídas, fragmentadas e, sobretudo, contextuais, sendo definidas historicamente e não naturalmente.

Enquanto construção social, a identidade não deve ser entendida como essência imanente ao sujeito, mas como uma produção contextual. Neste sentido, em um mundo marcado cada vez mais pela fluidez e fragmentação, do que por uma relativa estabilidade e homogeneidade, fruto de uma intensificação do processo de compressão tempo-espaço (Harvey, 1992), como resultado não apenas de mudanças tecnológicas nas últimas décadas, mas também nas formas de se compreender e imaginar o espaço, as identidades são, antes de tudo, posições que os sujeitos são obrigados a assumir em contextos sociais e culturais diversos. Elas são, portanto, “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito” (Hall, 2014, p. 112), construídas em meio a sistemas de simbólicos que jogam com a figura do “semelhante” e do “outro”.

APROXIMAÇÕES ENTRE LUGAR E IDENTIDADE

Desde a década de 1970, com o movimento de renovação da Geografia, que a questão da identidade tem despertado o interesse dos geógrafos preocupados com os aspectos subjetivos da espacialidade humana (Rose, 1995). Nesta perspectiva, grande parte dos estudos se dedica a compreensão de “como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações espaciais” (Le Bossé, 2013, p. 222).

Desta forma, tanto a noção de identidade, quanto os processos de identificação, passam a ser compreendidos como elementos necessários para se descortinar uma série de relações que conferem ao espaço geográfico valor simbólico para as pessoas.

Muito embora as identidades sejam afirmadas dentro de sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas, como discutido na sessão anterior, devemos considerar que, por vezes, as identidades são construídas tomando como referências elementos concretos (Haesbaert, 2013), tais como o território, como é o caso específico da maior parte das identidades nacionais, ou um determinado lugar. Convém dizer, portanto, que a identidade de um indivíduo ou grupo pode se encontrar ancorada em uma parcela do espaço geográfico que sirva de suporte para o reconhecimento do sentimento de pertencimento e de partilha (Le Bossé, 2013).

Segundo Hall, ainda que alguns grupos defendam um sentido "natural", "biológico" ou "essencialista" da identidade, como fixa, pronta e dada, portanto, a-histórica, as identidades se situam invariavelmente em um contexto histórico e geográfico socialmente produzido. Para o autor,

> Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas tem aquilo que Edward Said chama de suas "geografias imaginárias": suas "paisagens" características, seu senso de "lugar", de "casa/lar", [...] O "lugar" é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas (Hall, 2015, p. 41).

Na perspectiva cultural-humanista em Geografia, a articulação entre os processos de identificação e as relações espaciais passa a ser interpretada à luz da mediação conceitual dos "sentidos de lugar", como argumenta Le Bossé (2013, p. 225), "Porque participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais". Diante do exposto, podemos dizer que a criação de sentidos de lugar é, em alguma medida, produto e condição da construção de identidades culturais e/ou sociais.

Defendemos, portanto, um duplo processo, de um lado, entendemos o lugar, compreendido como parcela do espaço dotada de valor simbólico e edificada por experiências intersubjetivas, como elemento central na construção de processos de identificação cultural, de outro lado, as identidades que emergem destes processos atuam

como elemento de adensamento e de reforço de uma compreensão de lugar assentada em um sentido de enraizamento e apego.

A geógrafa Rose destaca que a "identidade se refere ao como nós construímos um sentido de nós mesmos, e [...] que o significado conferido a um lugar pode ser forte, pois se torna uma parte central da identidade das pessoas que o experienciam" (Rose, 1995, p. 88). Segundo a autora, definir um "que eu sou" ou "quem nós somos" demanda o reconhecimento do lugar que ocupamos, que vivemos, que habitamos. Em outros termos, o sentido de pertencimento, de enraizamento, de vinculação a um lugar específico pode ser o elemento próprio de adensamento na construção de uma imaginação de "quem somos" de nossa existência, em suma, de identidade cultural (Rose, 1995).

Nesta perspectiva, a construção de identidades pessoais, ou mesmo coletivas/culturais, pode estar intimamente ligada ao lugar, de forma que, em muitos casos, a perda do seu lugar, de seu lar, pode ter como consequência uma crise de identidade, uma dificuldade de reconhecimento de pertencimento a um grupo ou mesmo de autoconhecimento (Buttimer, 2015).

Deste modo, identidade e lugar estão intimamente ligados a relações de poder que se encontram na base de seus processos de edificação. Os sentidos de lugar que emergem dos processos de identificação não são apenas diferentes por se constituírem como parte da experiência de diferentes sujeitos ou grupos sociais, mas por integrar relações sociais desiguais e assimétricas, comprometidas com o jogo político que atua na mediação da construção de um "nós" e um "Outro", das semelhanças e diferenças que estão na base da fundação das identidades.

Este entendimento de lugar como âncora para a construção das identidades já se fazia presente em escritos anteriores a própria emergência do movimento cultural-humanista, particularmente, no trabalho de Dardel (2011). Discutindo as relações entre a existência e a realidade geográfica, Dardel aponta que o princípio da geograficidade, essa relação concreta que liga homem e Terra, entendida por Dardel enquanto um mundo habitado e vivido, expressa que é do lugar que o homem toma consciência de si e do mundo a sua volta, se tornando, em vista disto, base da existência situada geograficamente (Dardel, 2011). Segundo o autor, o lugar é, assim, a "base onde se aconchega nossa subjetividade" (Dardel, 2011, p. 41), ponto principal onde se constrói a identidade subjetiva. Muito embora esta perspectiva valorize a noção de identidade como um

fenômeno eminentemente subjetivo e, até certa medida, considere a identidade como uma essência interna do sujeito, ela nos dá conta de que existe uma relação intrínseca entre lugar e os processos de identificação.

Tuan (1975; 2013), ao considerar os vínculos afetivos e emocionais que são construídos por meio da experiência intersubjetiva das pessoas em seu envolvimento com o mundo vivido, destaca o lugar como um centro de valor e significado, portanto, um foco na construção das identidades pessoais e coletivas. A identidade de uma pessoa ou grupo pode ser, em vista disto, construída tanto em referência a aspectos imanentes a sua subjetividade ou cultura, quanto do acervo de lugares aos quais estes se sentem pertencer, onde se desenvolve um sentido de enraizamento e familiaridade.

Esta associação entre identidade e lugar surge em Tuan (2012; 2013) também quando este considera que os lugares são revestidos de relativa singularidade, de forma que se torne possível falar em identidades do lugar. A construção de uma identidade do lugar, sugere o autor, pode partir de uma valorização de seus traços por seus habitantes e moradores, no sentido de reafirmar seu lugar, tanto em um esquema familiar e cotidiano, quanto no sentido de defesa frente a oposições e possíveis ataques aos seus sentidos de lugar, manifesto em ideias que expressam que "este é o meu lugar e não há nenhum outro lugar como ele". De acordo com Tuan (2012), tais identidades do lugar podem surgir, ainda, enquanto construções "artificiais" por parte de interesses ligados ao capital empresarial, imobiliário, entre outros, no intuito de valorizar economicamente o lugar, tal como ocorre, por exemplo, na celebração de uma cidade enquanto "capital do automóvel", "capital do turismo", "capital cultural", entre outros (Tuan, 2012).

Ainda neste debate, no quarto capítulo do livro "*Place and Placelessness*", intitulado "*On the identities of place*", Relph (1976) reconhece a possibilidade de existência de duas relações distintas entre identidade e lugar, as quais o autor designa como "identidade do lugar" e "identidade com o lugar".

No primeiro caso, o autor defende que os lugares são constituídos de um caráter único (*uniqueness*), tanto em termos concretos, como sua localização ou combinação de objetos geográficos únicos, quanto por seu caráter simbólico construído por meio da experiência pessoal. Nesta perspectiva, o autor reconhece ao menos três elementos básicos constitutivos da identidade de um lugar, seriam eles: a configuração física do lugar, as atividades e os significados (Relph, 1976). Para o Relph (1976),

enquanto os dois primeiros seriam mais tangíveis, entendidos como as formas concretas do lugar (objetos físicos que o compõe, sejam estes naturais ou artificiais) e as atividades ou práticas que nele são exercidas (podendo ser criativas, destrutivas ou passivas, bem como individuais ou coletivas), os significados são mais dificilmente compreendidos.

Para Relph (1976), os significados de um lugar podem estar enraizados em sua configuração física e nas práticas nele realizadas, mas não são imanentes a estes. O que torna os significados realmente complexos é o fato de estes serem o resultado de intenções e experiências humanas, e estas, por seu turno, envolvem variações individuais e culturais, de forma que os significados nunca são estáticos, podendo ser transferidos ou transformados.

Muito embora, do ponto de vista analítico, estes três elementos constitutivos da identidade do lugar sejam tratados de modo isolado, de acordo com Relph (1976, p. 47), "os três componentes fundamentais do lugar são irredutíveis um ao outro, mas inseparavelmente entrelaçados em nossas experiências de lugar". Neste sentido, pode-se afirmar que "aparência física, atividades e significados são as matérias-primas da identidade dos lugares e os elos dialéticos entre eles são as relações estruturais elementares dessa identidade" (Relph, 1976, p.48).

Todavia, Relph (2012) destaca que existe outra dimensão ou aspecto menos tangível que estes três elementos constitutivos da identidade dos lugares, mas que ainda assim serve para abarcar estes, trata-se do "espírito do lugar" (*genius loci*). O autor assim sintetiza a noção de "espírito do lugar" apontando que esta

> refere-se a lugares que têm uma identidade muito forte e todas as partes parecem funcionar perfeitamente em conjunto. Todos os lugares possuem uma fisionomia própria (a fisionomia de lugar), mas o espírito de lugar é associado apenas a lugares excepcionais (Relph, 2012, p. 23).

Neste contexto, o espírito do lugar poderia persistir a despeito de profundas mudanças nos componentes básicos da identidade, como da destruição de sua configuração física original ou da interrupção de práticas tradicionalmente realizadas neste lugar.

Uma segunda associação possível entre lugar e identidade, argumenta Relph (1976), seria representada por um processo de identificação "com o" lugar. Desta maneira, trata-se não apenas de reconhecer as identidades de um lugar, mas também, de

compreender que pessoas e grupos se identificam de diferentes modos com o lugar, como destaca o autor: "não é apenas a identidade de um lugar que é importante, mas também a identidade que uma pessoa ou grupo tem com aquele lugar" (Relph, 1976, p. 45).

Relph (1976) procura classificar as identidades com o lugar a partir de diferentes "níveis" de envolvimento e apreensão. De acordo com esta visão, seria possível caracterizar as pessoas como "*insiders*" ou "*outsiders*", representando diferentes posições e "profundidades" de envolvimento com o lugar. Ser um *insider*, Relph argumenta, "é pertencer ao lugar e se identificar com ele, e quanto mais profundamente dentro você está, mais forte é a identidade com o lugar" (Relph, 1976, p. 49). Os *insiders*, portanto, são aquelas pessoas enraizadas, cuja identidade expressa essa relação de pertencimento a um lugar. Por sua vez, os outsiders são definidos em contraste, como aquelas pessoas que não pertencem ao lugar, são eles: os desenraizados, estrangeiros, forasteiros e/ou migrantes. Ainda neste debate, Relph (1976) destaca que este dualismo *insider-outsider* não é tão claro quanto possa parecer, de forma que, em seu lugar, o autor propõe falar em vários níveis de "*insideness*" (interioridade) e "*outsideness*" (exterioridade), como gradações que partem desde uma experiência de total alienação para com o lugar (*existencial outsideness*) até um profundo enraizamento (*existencial insideness*). Estas formas de classificação nos remetem, antes de tudo, as posições relativas que os sujeitos assumem diante do lugar por meio de suas experiências.

Com base no debate de Relph (1976), podemos afirmar que as identidades construídas com referência ao pertencimento a um lugar (identidades com o lugar), são sempre relacionais, elas dependem da construção da diferença a partir do contraste com o Outro e de um posicionamento frente a este Outro, neste caso o "*outsider*", "forasteiro", "de fora" do lugar.

No entanto, é justamente esta identidade espacialmente centrada, marcada por uma estabilidade, resultante de profundos laços de enraizamento e familiaridade com o lugar, como os geógrafos humanistas clássicos defendem, que estaria ruindo diante das transformações espaço-temporais vivenciadas nas últimas cinco décadas, conforme apontam alguns dos críticos à perspectiva humanista de lugar (Massey, 2000; Cresswell, 2002).

Segundo Gupta e Ferguson (2000), a visão moderna de identidade cultural estava pautada na perspectiva de uma suposta "descontinuidade" espacial, ou seja, de que

as diferenças culturais e, por conseguinte, identitárias, poderiam ser explicadas em termos do lugar que essas culturas ocupavam. Como exemplo, os autores oferecem a ideia dos Estados Nacionais modernos, representados imaginativamente como construídos por "sociedades nacionais", cada qual com sua cultura e identidade própria, e cada uma delas enraizada em seu devido lugar. Como se uma identidade genuinamente inglesa pudesse ser encontrada na Inglaterra; uma identidade chinesa, na China; uma identidade brasileira, no Brasil, e assim por diante.

Uma reflexão similar é exposta por Haesbaert (2013), quando este discute a noção de identidade territorial. Segundo Haesbaert (2013, p. 240), a identidade dominante do mundo moderno é aquela atrelada ao "Estado-nação, no qual a identidade territorial é mutuamente excludente e o mundo se organiza num grande mosaico em que tudo acaba tendo que se encaixar e onde, pelo menos teoricamente, não haveria superposições".

Todavia, alguns autores discutem que a transição do modelo de produção fordista para o modelo pós-fordista, baseado em um regime de acumulação flexível, criou sofisticadas redes de informação e comunicação, bem como meios de transporte mais rápidos, o que promoveu um verdadeiro rearranjo do espaço geográfico e da própria noção de diferença cultural e identidade, a partir de um processo de compressão tempo-espaço (Harvey, 1992; Gupta; Ferguson, 2000; Haesbaert, 2013). Para Harvey (1992), a noção de compressão tempo-espaço designa os processos que levaram a uma reconfiguração das qualidades objetivas do espaço e do tempo, marcada por uma aceleração do ritmo da vida imposta pelas mudanças nos padrões de acumulação capitalista. Tais transformações teriam implicado em uma mudança na forma como as noções de espaço e tempo são produzidas, pensadas e representadas na esfera social (Harvey, 1992). Nas palavras do autor:

> Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (Harvey, 1992, p. 257).

De acordo com Harvey (1992; 1996), dentre os dilemas que emergem das transformações sociais impostas pela intensificação do processo de compressão tempo-espaço como marca do atual estágio de expansão e reprodução do sistema capitalista, a

perspectiva da homogeneização do espaço traz severas consequências para pensar o papel do lugar. Segundo o autor, se o lugar é a base na qual se sustenta uma noção de Ser, o Vir-a-Ser, ou devir próprio da existência humana, envolve uma política espacial que se constrói neste processo de reorganização do espaço, colocando em xeque uma perspectiva "paroquialista", "locacional" e "conservadora" de lugar.

Neste contexto, ao lado das identidades estáveis, contínuas e contíguas que prevaleciam no mundo moderno, emergem "identidades descontínuas, fragmentadas e sobrepostas, nas quais vigora o confronto ou a diálogo, a relativa fluidez e a interseção" (Haesbaert, 2013, p. 240), ou, conforme aponta Hall (2014), identidades "pós-modernas", mais fluídas, híbridas, fragmentadas, multiculturais e desencaixadas espaço-temporalmente. Assim, esta relação entre lugar e identidade, ou melhor, de lugar como fonte de uma identidade pura e autêntica, estaria se tornando mais difusa, especialmente na escala da chamada identidade nacional.

A geógrafa Doreen Massey (2000), apresentando uma crítica profunda à noção de lugar entendido enquanto uma construção baseada em um sentimento de enraizamento e pertencimento excludente, assim como à perspectiva enfaticamente "desterritorializadora" ou "deslugarizadora", que aponta que a globalização teria promovido uma homogeneização do espaço, quando não sua completa "aniquilação", e, como consequência disto, um "fim" dos lugares puros e autênticos, propõe que pensemos numa reconfiguração do lugar no dito "mundo global".

Como alternativa as perspectivas anteriormente descritas, Massey (2000) defende um conceito "progressista" e "aberto" de lugar, o que define como um "sentido global de lugar". Neste cenário, o que confere ao lugar sua especificidade "não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular" (Massey, 2000, p.184). A partir desta visão, a autora argumenta que o lugar não é estático, sendo entendido como sempre em processo, em construção; que não possui fronteiras e demarcações rígidas ou precisas, mas sempre em movimento, em trânsito; e que não é detentor de uma identidade única e estável, mas sim, é marcado por uma pluralidade e pelo conflito interno de identidades.

Gupta e Ferguson (2000) afirmam a existência de um caráter contraditório como marca do processo de globalização, em que, ao lado da expansão de fluxos e redes diversas, surgem movimentos de apego ao lugar:

> A ironia de nossa época, no entanto, é que, ao mesmo tempo em que lugares e localidades se tornam cada vez mais borrados e indeterminados, as ideias de locais cultural e etnicamente distintos tornam-se talvez ainda mais proeminentes. É nesse ponto que fica mais visível a maneira como comunidades imaginadas ligam-se a lugares imaginados, na medida em que povos deslocados se reúnem em torno de terras natais, lugares ou comunidades imaginadas, em um mundo que parece negar cada vez mais essas firmes âncoras territorializadas em sua realidade (Gupta; Ferguson, 2000, p. 36).

Portanto, de modo paradoxal, em meio a um mundo onde as culturas e identidades deixaram de ser claramente identificáveis através do mapa (Gupta; Ferguson, 2000), marcadas por um caráter mais híbrido e plural, surgem posturas de forte vinculação e identificação com o lugar. Isto se explica, ao menos em parte, pelo fato de o atual estágio de globalização, que emerge deste aumento de redes, fluxos e intercâmbios culturais mediados pelas transformações evidenciadas nas últimas cinco décadas, ter gerado novas formas de insegurança política e existencial, que se expressam, entre outras maneiras, através da emergência de crises identitárias (Hall, 2015) e, por conseguinte, acarreta um aprofundamento do apego ecológico e cultural com o lugar (Escobar, 2000).

Neste sentido, é exatamente no contexto de ruptura e fragmentação das noções tradicionais de uma cultura localizada que se encontram reações opostas, que se fundamentam na busca por uma identidade coletiva ou pessoal assentada em uma relação com o lugar, entendido como ponto de apoio e segurança em um mundo cambiante (Harvey, 1992). Desde modo, inversamente a consideração de que a ampliação de fluxos e redes de diversas naturezas em escala global estaria produzindo cada vez mais um processo de homogeneização e apagamento de identidades autênticas assentadas em uma noção de pertencimento com o lugar, através da disseminação de não lugares (Augé, 1994) ou lugares-sem-lugaridade (Relph, 1976; 2012), representados por espaços de rápida circulação, estandardizados, padronizados, em que os sujeitos se relacionam por meio de práticas que não levariam a uma experiência autêntica, defendemos que o que emerge é um reforço dos processos de identificação baseados no lugar.

Neste sentido, a construção de identidades culturais fundamentadas nos vínculos com o lugar, entendido não como um refúgio estático e imutável, mas como resultado de práticas e processos sociais em constante transformação e negociação, responsáveis por moldar as experiências e os significados atribuídos aos lugares, torna-se uma resposta a este movimento de reconfiguração da compreensão de tempo e espaço que se estabelecem a partir deste aprofundamento das rupturas com as noções de lugar que se sustentam a partir da noção de apego e enraizamento.

Não se trata, contudo, de negar a construção de identidades fundamentadas em um enraizamento com o lugar, mas de compreender que a reconfiguração das identidades a partir da intensificação do processo de compressão tempo-espaço nas últimas décadas implica repensar estas noções tradicionais de pertencimento e identificação com o lugar, principalmente, a partir do jogo político que se manifesta através de um rearranjo das relações tecidas com o e no lugar.

Neste contexto, muito embora, para um número expressivo de pessoas, este processo de desenvolvimento de novas formas de comunicação e da ampliação das redes e fluxos de naturezas diversas em escala global, marcas do final do século XX e início do século XXI, tenha produzido uma ruptura com o lugar, criando identidades mais híbridas, fragmentadas, deslocalizadas e desencaixadas, para outros, este processo é confrontado por um forte sentimento de apego e de pertencimento ao lugar como resposta as metamorfoses operadas.

Não obstante, é importante ressaltar que este apego ao lugar e a construção destas identidades espacialmente centradas podem ser veiculadas por discursos diversos, se tornando tanto fonte de atitudes e práticas conservadoras, como aquelas que ligam os sentidos de lugar a um entendimento excludente, quanto forma de resistência para muitos grupos em situação de vulnerabilidade e risco, como é o caso de alguns povos tradicionais na experiência latino-americana (Escobar, 2000; Haesbaert, 2014). Para estes, a defesa de uma identidade mais "fechada" e fortemente ancorada ao lugar assume um caráter progressista, de defesa de seus saberes e de seu universo vivido cotidianamente, e não necessariamente um caráter conservador (Haesbaert, 2014).

Não há, portanto, uma regra clara e única acerca da abertura e do fechamento na construção das identidades fundamentadas no lugar, de modo que elas se expressam em meio as sempre cambiantes políticas de representação, reforçando a perspectiva da

construção de identidades flexíveis e contextuais, em constante devir. Neste sentido, muito embora a intensificação do processo de compressão tempo-espaço que emerge nas últimas cinco décadas tenha imposto novas formas de pensar as identidades culturais, bem como o próprio processo de identificação, o lugar continua exercendo uma forte influência nestes processos, sendo uma importante âncora e fonte de identificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lugar e identidade são dois conceitos centrais nas abordagens da Geografia Cultural-Humanista. Reconhecer seus significados e a forma como estes são construídos por meio da experiência e das práticas humanas se constitui uma tarefa para os geógrafos culturais e humanistas preocupados com os aspectos simbólicos da espacialidade humana.

Procuramos demonstrar, neste artigo, como as noções de lugar e identidade se encontram articuladas, a partir da consideração de ambos os conceitos desde um olhar do horizonte cultural-humanista em Geografia. Neste sentido, enfatizamos a construção dos conceitos como entendidos pela experiência humana, como construtos eminentemente culturais, criados, expressos e reivindicados em meio a sistemas simbólicos de representação.

Para tanto, procuramos percorrer a literatura cultural-humanista, interpretando como são construídos os diferentes discursos acerca da relação entre lugar e identidade neste campo do conhecimento geográfico. De tal modo, em lugar de oferecer evidências ou análises empíricas, optamos por edificar um debate essencialmente teórico, partindo de uma revisão bibliográfica crítica.

Muito embora haja um enorme ecleticismo na abordagem dos conceitos de lugar e identidade, de maneira que seja possível caracterizar ambos como noções polissêmicas, ou seja, abertas a diferentes interpretações, através do olhar cultural-humanista se torna possível falar em dois modos de se articular identidade e lugar, quais sejam: a identidade do lugar, reconhecendo que o lugar é revestido de relativa particularidade que lhe confere um “sentido” ou “identidade” própria, e as identidades com o lugar, entendendo que o lugar pode ser o foco entorno do qual são construídas identidades pessoais ou culturais, ou seja, o lugar como referência e âncora para os processos de identificação (Relph, 1976).

No entanto, transformações vivenciadas nas últimas cinco décadas, resultantes da intensificação de um processo de compressão tempo-espaço (Harvey, 1992), têm feito com que alguns geógrafos apontem críticas e inconsistências quanto à perspectiva cultural-humanista de lugar e identidade, apontando-a como estática e excludente. Todavia, ao contrário das noções que apontam para um fim dos lugares autênticos e para a disseminação de "não lugares" (Augé, 1994) ou "lugares-sem-lugaridade" (Relph, 1976; 2012), reconhecemos que, mesmo por formas e estratégias diferenciadas, o lugar continua sendo uma importante fonte na construção de identidades culturais.

A intensificação do processo de compressão tempo-espaço, marcada por uma flexibilização nas formas de acumulação e produção capitalista, implicou em uma reorganização das formas de pensar o tempo e o espaço, levando a uma reconfiguração das identidades edificadas em referência ao lugar. Neste sentido, a aceleração do ritmo da vida e do tempo e o encurtamento virtual das distâncias, promovidas por mudanças no padrão tecnológico e de comunicação, bem como seus impactos desiguais sobre o espaço, demandam novos desafios no caminho de se pensar as articulações entre identidade e lugar.

Neste contexto, a reestruturação das identidades advindas deste processo, implica repensar as noções tradicionais de pertencimento e enraizamento, indo além de uma perspectiva de lugar como fonte de uma autoidentidade estável e segura. Mais do que uma mera localização concreta, o lugar envolve as construções simbólicas e sociais, sendo carregado por significados e representações culturais que são produzidas nos mais diferentes contextos e a partir de variadas práticas sociais. Deste modo, é importante destacar que o lugar não é simplesmente cenário ou palco no qual as identidades se desenvolvem, são manifestadas e comunicadas, mas sim, compreende um elemento ativo na formação, negociação e disputa política acerca destas identidades e das práticas que estas ensejam.

Portanto, a construção de identidades cada vez mais híbridas e fluídas, resultado da intensificação da compressão tempo-espaço e seus impactos na reorganização espacial, evidencia as complexas relações entre a produção e experiência de lugar e sua articulação com os processos de identificação. Deste modo, defendemos que as identidades não são fixas ou estáticas, mas sim, são construídas e negociadas nesta

interação entre indivíduos e lugares, devendo sempre levar em consideração os contextos culturais, sociais e políticos nos quais estas noções são articuladas e se manifestam.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. . **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGÉ, M. **Não lugares**: por uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BUTTIMER, A. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. **Geograficidade**, Niterói, v. 05, n. 01, p. 4-19. 2015.

CASEY, E. Between Geography and Philosophy: the place-world?. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 91, n. 4, p. 83-93. 2001.

CRESSWELL, T. **Place:** a short introduction. Oxford: Blackwell, 2004. 153 p.

_____. Theorizing place. *In:* CRESSWELL, T.; GINETTE, V. (eds) **Mobilizing Place, Placing Mobility**. Amsterdam: Rodopi, 2002. p. 11-31.

_____. **In Place/Out of Place**: Geography, Ideology and Transgression. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. 201 p.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159 p.

ENTRINKIN, N. **The Betweenness of Place**: Towards a Geography of Modernity. London/Macmillan: Johns Hopkins University Press, 1991. 196 p.

_____. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 66, p. 615-632, 1976.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? *In:* LANDER, E. (ed.) **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLASCO, 2000. p. 68-87.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. *In:* ARANTES, A. A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 30-49.

HAESBAERT, R. **Viver no Limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 319 p.

_____. Identidades Territoriais. *In:* ROSENDAHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia Cultural**: uma antologia volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 233-244.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 58 p.

_____. Quem precisa de identidade? *In:* SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma perspectiva sobre as origens da mudança social. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

_____. From Space to Place and back Again: reflections on The Condition of Postmodernity. *In:* HARVEY, D. **Justice, Nature, and the Geography of Difference**. Cambridge: Blackwell, 1996.

HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. *In:* CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia cultural**: uma antologia I. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p.165-178.

_____. O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**, v. 5, n. 10, p. 113-123. 2003.

_____. O lugar na Geografia Humanista. **Território**. ano IV, n. 7, p. 67-78. 1999.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. *In:* ROSENDAHAL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia Cultural**: uma antologia volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 221-232.

MARANDOLA JR, E. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. São Paulo: Blucher, 2014. 248 p.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. *In:* ARANTES, A. A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MELLO, J. B. F. Geografia humanística: a perspectiva de experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 52, n. 4, p. 91-115. 1990.

OLIVEIRA, L. O Sentido de Lugar. *In:* MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2012. p. 3-16.

RELPH, E. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. *In:* MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

_____. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976. 156 p.

ROSE, G. Place and Identity: a sense of place. *In:* MASSEY, D.; JESS, P. (Eds.) **A Place in The World?** Oxford: The Open University Press, 1995. p. 88-132.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013. 247 p.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 342 p.

_____. Espaço, Tempo, Lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, Niterói, v. 01, n. 01, p. 4-15. 2011.

_____. Geografia Humanística. *In:* CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL. 1985. p. 103-141.

_____. Place: An Experiential Perspective. **Geographical Review**, v. 65, n. 02, p. 151-165, 1975.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

Recebido em dezembro de 2023.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

ANÁLISE DA CAPACIDADE DE USO DA TERRA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO, MATO GROSSO DO SUL

ANALYSIS OF LAND USE CAPACITY IN THE SANTO ANTÔNIO RIVER WATERSHED, MATO GROSSO DO SUL

ANÁLISIS DE LA CAPACIDAD DE USO DE LA TIERRA EN LA CUENCA HIDROGRÁFICA DEL RÍO SANTO ANTÔNIO, MATO GROSSO DO SUL

Cleiton Messias Rodrigues Abrão
Universidade Federal da Grande Dourados
cleiton.geografo@yahoo.com.br

Adelsom Soares Filho
Universidade Federal da Grande Dourados
adelsomfilho@ufgd.edu.br

Destaques

- Entre os solos hidromórficos mapeados na BHSA, há outra classe com textura arenosa elevada: os Plintossolos e Gleissolos. Geralmente, esses são solos mal drenados, com a ocorrência de água nos períodos de chuva do ano;
- A pastagem é predominante na área de estudo, sendo encontrada em todos os lugares da bacia. Em segundo lugar vem a agricultura que se concentra no alto e médio curso, juntamente com os solos expostos, em pousio, ou preparados para o plantio;
- Conforme proposto no ZEE-MS (Mato Grosso do Sul, 2015), a BHSA encontra-se apta para uso agropecuário, contanto que suas características físicas sejam cuidadosamente observadas, sobretudo no que diz respeito aos solos, em especial às classes dos Neossolos Regolíticos, Litólicos e Cambisolos;
- A classe de uso especial compreende apenas os Neossolos Quartzarênicos. Esta classe está presente em uma pequena faixa da planície e do terraço fluvial no baixo curso, e sua maior parte é destinada para o cultivo de pastagem. A textura deste solo foi classificada como muito arenosa, com granulometria composta por até 80% de areia;

RESUMO

Este artigo tem por objetivo avaliar a capacidade de uso da terra na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio (BHSA), visando subsidiar medidas de planejamento para atividades agropecuárias. Para a elaboração do mapa de capacidade de uso da terra, realizou-se a reclassificação e sobreposição ponderada dos dados em formato *raster,* no

software ArcGIS, para os fatores declividade e solo. A aplicação da capacidade de uso da terra possibilitou a identificação de três grupos e oito classes, sendo que três classes possibilitam o uso agrícola intensivo, moderado e com restrição. Já para quatro classes, recomenda-se o uso do solo para a pastagem, reflorestamento ou manutenção da cobertura vegetal, havendo, ainda, uma classe especial para os Neossolos Quartzarênicos, por conta de sua alta fragilidade à erosão. A partir da sobreposição dessas informações em ambientes SIG, os resultados corroboram que a maior parte dessa bacia corresponde à classe IV, que compreende boa aptidão para o cultivo de pastagem. Esta área se encontra apta para o uso agropecuário, no entanto, os resultados demonstraram que as características físicas deverão ser observadas com mais cautela, principalmente no que diz respeito aos solos e ao relevo, pois apresentaram grande fragilidade, caso sejam ocupados de forma inadequada quanto a sua capacidade.

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica. Capacidade de Uso. Uso da Terra. Sistemas de Informações Geográficas.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the land capability in the Santo Antônio River Watershed - BHSA, aiming to subsidize planning measures for agricultural activities. To develop the land use capacity map, was performed reclassification and weighted overlay of data in raster format was carried out in the ArcGIS software, for the slope and soil factors. The application of land capability made it possible to identify three groups and eight classes, where three classes allow intensive, moderate, and restricted agricultural use. For the other four classes, it is recommended to use the soil for pasture, reforestation or maintenance of vegetation cover, and there is also a special group for Quartzarenic Neosols, due to its high fragility to erosion. By overlaying this information in GIS environments, the results corroborate that most of this Watershed corresponds to class IV, which comprises good suitability for pasture. This area is suitable for agricultural use, however, the results demonstrated that the physical characteristics should be observed with more caution, mainly about soils and relief, as they are very fragile if occupied inadequately in terms of its capacity.

Keywords: Watershed. Land Use Capacity. Land Use. Geographic Information System.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo evaluar la capacidad de uso de la tierra en la cuenca hidrográfica del río Santo Antônio-BHSA, con el fin de subsidiar medidas de planificación para actividades agropecuarias. Para la elaboración del mapa de capacidad de uso, se llevó a cabo la reclasificación y superposición ponderada de los datos en formato raster en el software ArcGIS, considerando los factores de pendiente y suelo. La aplicación de la capacidad de uso de la tierra permitió la identificación de tres grupos y ocho clases, de las cuales, tres clases permiten el uso agrícola intensivo, moderado y restringido. Para las otras cuatro clases, se recomienda el uso del suelo para pastizales, reforestación o mantenimiento de la cobertura vegetal, y También hay un grupo especial

para los Neosoles Cuarcarenosos debido a su alta vulnerabilidad a la erosión. La superposición de esta información en entornos SIG confirma que la mayoría de esta cuenca corresponde a la Clase IV, que es adecuada para pastizales. Esta área es adecuada para uso agropecuário, sin embargo, los resultados enfatizan la necesidad de considerar cuidadosamente las características físicas, especialmente en lo que respecta a los suelos y la topografía, ya que presentan una fragilidad significativa si se ocupan sin una planificación adecuada respecto a su capacidad.

Palabras clave: Cuenca Hidrográfica. Capacidad del Uso. Uso De La Tierra. Sistemas de Información Geográfica.

INTRODUÇÃO

As sociedades antrópicas vêm, ao logo dos tempos, intervindo nos ambientes naturais alterando os aspectos da paisagem, especialmente o solo e a cobertura vegetal, que, com a descoberta da agricultura, começaram a sofrer forte pressão antrópica (FAO, 2015). A capacidade agrícola visa indicar, segundo as propriedades físicas e químicas do solo e características do relevo, a melhor maneira de usar determinada área, considerando o tipo de cultura apropriada e técnicas de conservação do solo (Ramalho Filho; Beek, 1995; Silva Neto, 2012). Segundo Cunha *et al*. (2016), os modelos de quantificação de perda de solos podem ser conciliados com o sistema de capacidade de uso das terras e aptidão agrícola, considerando as características do meio físico e as limitações de uso.

Esse sistema de avaliação de aptidão agrícola das terras foi desenvolvido por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para indicar os tipos de uso agrícola mais recomendados para determinadas áreas, levando em conta as suas características físicas naturais (solo, topografia, hidrografia, vegetação) e o nível de manejo ali permitido (Lepsch *et al.,* 1991; Ramalho Filho; Beek, 1995; Ramalho Filho; Pereira, 1999). As atividades agrícolas interferem de maneira significativa nos recursos naturais. Além disso, essa atividade em algumas áreas é praticada de maneira convencional, com ausência de práticas conservacionistas, como curvas de nível, plantio direto e terraceamento, que são imprescindíveis para minimizar as perdas de solos e instauração de processos erosivos mais fortes (Miqueloni; Bueno; Ferraudo, 2012).

Neste contexto, esse modelo aliado as técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, usando os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), são importantes instrumentos para a elaboração de produtos cartográficos com mais rapidez, menores custos e uma confiabilidade aceitável para melhor indicação quanto a capacidade de uso da terra que uma determinada área possui. Segundo Demarchi (2012), as geotecnologias são importantes ferramentas para a elaboração do planejamento ambiental, avaliação do uso e degradação do solo, bem como para predizer as perdas de solo por erosão e indicar o melhor tipo de uso agrícola e simulação de cenários futuros, numa perspectiva otimista (aderindo às recomendações de uso) ou pessimista (não aderindo às recomendações de uso).

Portanto, avaliar e classificar a capacidade de uso das terras é muito contributivo para a gestão das bacias hidrográficas, torna-se uma ferramenta essencial para o desenvolvimento em bases sustentáveis. Segundo Botelho e Silva (2014), na bacia hidrográfica é possível observar, de maneira integrada, as inter-relações entre os recursos naturais e as ações do homem sobre a paisagem e suas implicações nos sistemas hidrológico e ecológico, nas quais os estudos de processos erosivos, manejo e conservação do solo, água e planejamento ambiental são os mais aplicados.

Para Ramalho Filho e Pereira (1999), os resultados obtidos pelo potencial à erosão e aptidão agrícola demonstram ser importantes artifícios cartográficos para a identificação e espacialização da aptidão agrícola mais recomendada para as terras, além de serem instrumentos imprescindíveis para a elaboração do zoneamento ambiental, buscando uma "coerência ecológica" dos recursos naturais disponíveis segundo a sua aptidão, evitando, assim, incongruências.

Neste contexto, este artigo tem por objetivo avaliar a capacidade de uso da terra na Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio (BHSA), situada ao sul da Bacia do Alto Paraguai (BAP), para subsidiar medidas de planejamento e racionalização de seus espaços, além de contribuir para o redirecionamento das atividades agropecuárias.

Estudos realizados em bacias hidrográficas próximas a BHSA (Cunha *et al*., 2022; Medeiros, 2020), indicam que há um avanço da fronteira agrícola vindo de regiões do planalto Maracaju-Campo Grande, em direção aos mananciais que estão localizados em sub bacias da BAP, especialmente nas do rio Miranda, como as dos rios da Prata e Formoso, que possuem grande relevância turística nacional. Por isso, este

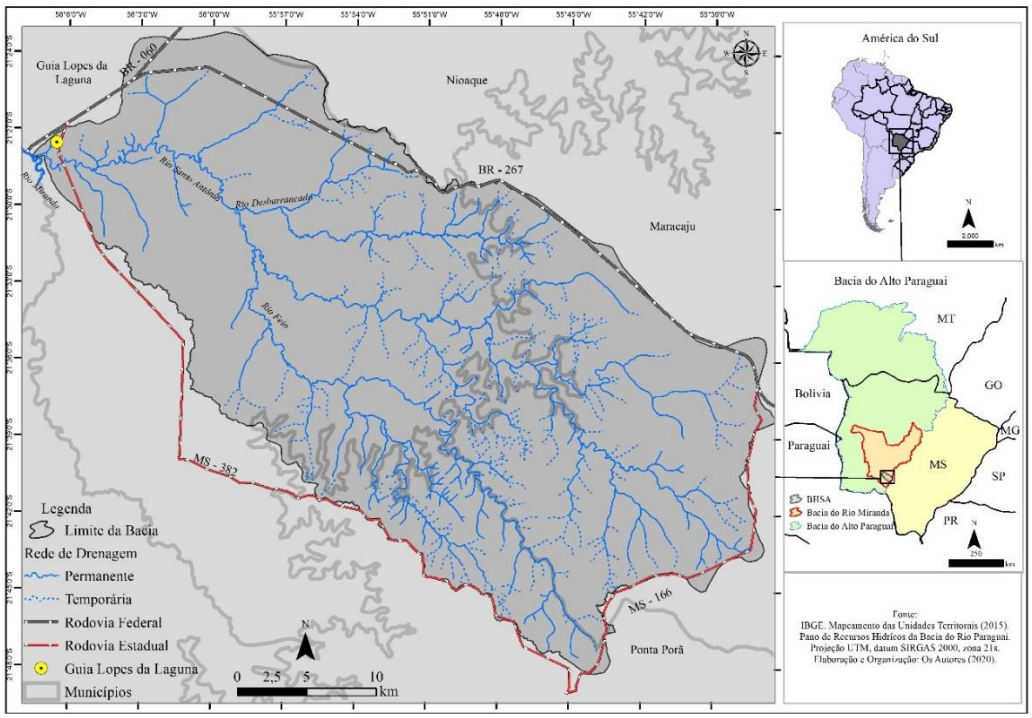
estudo pretende mensurar a capacidade de uso dessa bacia para a implantação de atividades agrícolas em larga escala, indicando melhores práticas de manejos para a minimização da degradação dos recursos naturais.

ÁREA DE ESTUDO

A BHSA está localizada entre as coordenadas 21º28’06”S; 21º35’45”S e 55º59’20”O; 55º44’18”O; e, pertencente à BAP (Figura 1). A BAP é formada pela interação ecossistêmica entre relevo e regime hídrico, sendo que, nas suas áreas de planalto, estão localizadas as nascentes de seus rios principais, como a do rio Miranda, que escoa suas águas com sedimentos em direção a Planície Pantaneira, constituindo um importante elo no ciclo hidrológico para a manutenção do bioma Pantanal (Brasil, 1997).

A BHSA é uma sub-bacia do rio Miranda, com aproximadamente 1.202km², cujo principal canal é o rio Santo Antônio, afluente pela margem direita, que deságua na divisa dos municípios de Guia Lopes da Laguna e Jardim (MS). Pela sua grande extensão, ela abrange quatro municípios, sendo eles: Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã (MS).

Figura 1. Mapa de Localização da BHSA.



Fonte: Mapeamento das Unidades Territoriais (IBGE, 2015).

Apenas Guia Lopes da Laguna tem sua sede municipal inserida parcialmente nessa bacia. Os municípios inseridos na BHSA se destacam na produção agropecuária e boa parte apresenta altos índices de produtividade nas principais *commodities*, como soja (*Glycine max*), milho (*Zea mays*) e cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*). Essa região é tida como a nova fronteira agrícola no estado de Mato Grosso do Sul (SEMADE, 2017; Medeiros, 2020; Cunha *et al*., 2022).

Segundo dados compilados de Araújo *et al*. (1982) e Lacerda Filho *et al*. (2006), existem afloramentos de Formação Aquidauana, Botucatu, Serra Geral e Caiuá. A Formação Aquidauana está presente no baixo curso da bacia, com presença de arenitos médios ou finos, com estratificação, na maioria das vezes, grosseira e menos fina. Já a Formação Botucatu está localizada em áreas do baixo curso até o médio curso do rio Santo Antônio, caracterizada por arenitos de coloração vermelha e, muitas vezes, em formas de conglomerados, que apresentam estratificações cruzadas de médio a grande porte.

A Formação Serra Geral ocupa áreas do médio e alto curso da bacia, que apresenta grande quantidade de afloramentos de rochas basálticas. A Formação Caiuá ocupa uma pequena área ao sul da BHSA, sobrepondo a Formação Serra Geral, sendo composta por arenitos arcoseanos vermelhos e roxos, com granulometria variável, de material muito fino a grosso, com boa seleção (Lacerda Filho *et al*., 2006).

O relevo da BHSA está associado ao arcabouço geológico dessa região. As áreas de planícies estão localizadas em ambientes com declividade inferior a 2%, e com altitude entre 230m e 250m, situadas no baixo curso, próximas ao canal principal, compostas em grande parte de Formação Aquidauana e Botucatu. Sobre as Formações Botucatu e Serra Geral, foram esculpidas formas de relevos aplainados no baixo curso, que apresentam relevo suave ondulado, com declividade entre 3% e 12%, com presença de colinas, sendo o médio curso dissecado, formando um conjunto de morros e morrotes com vertentes íngremes e declividade média variando entre 12% e 20%, com relevo ondulado, e a presença de morros e morrotes com topo arredondado (Abrão *et al*., 2021).

Segundo dados compilados do projeto de levantamento de baixa intensidade de solos para os municípios de Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã (Zaroni *et al*., 2009), foram identificadas sete classes de solos na BHSA, como:

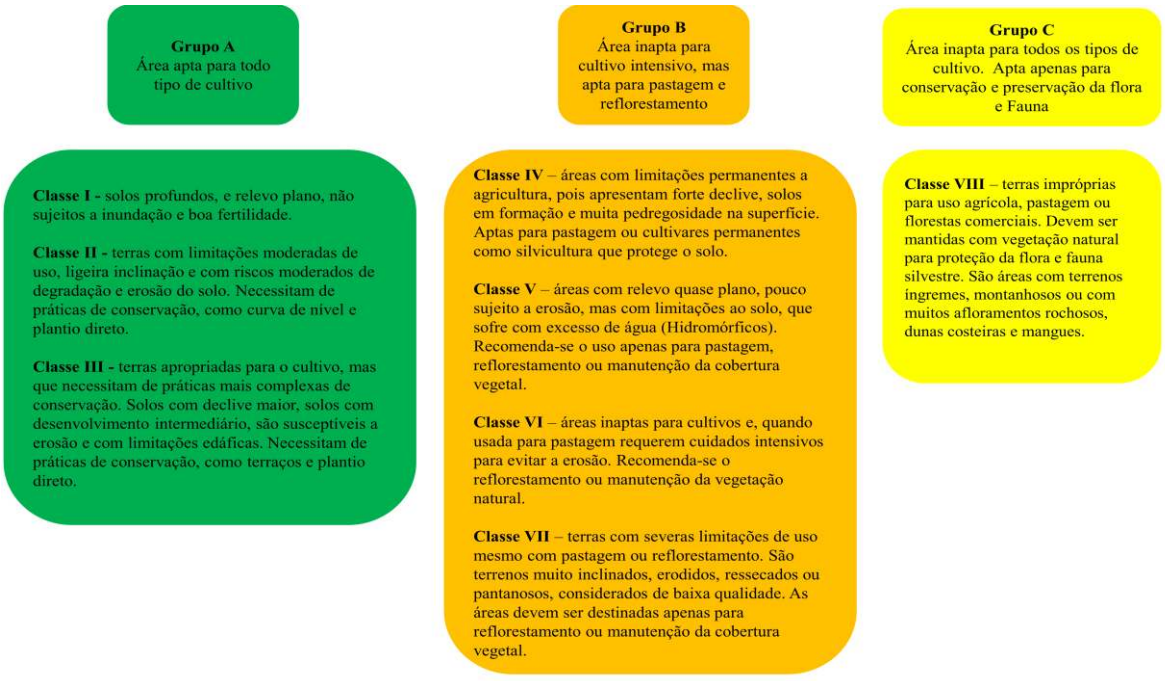
Latossolo Vermelho; Neossolo Regolítico; Neossolo Litólico; Neossolo Quartzarênico; Cambissolo Háplicos; Gleissolo Melânico; e, Plintossolo Háplico.

Na BHSA, há o predomínio de vegetação típica do cerrado, com espécies de troncos retorcidos e rústicos resistentes aos períodos de seca. Já em suas áreas mais elevadas, há matas com vegetação típica da mata atlântica, caracterizadas como enclaves cercados por vegetação do cerrado. Ao longo dos mananciais ocorrem as matas fluviais, compostas por vegetação mais densa, às vezes, formando galerias sobre os pequenos córregos (Silva *et al*., 2011). O clima é tropical (Aw) com duas estações bem definidas, sendo que o maior acúmulo de chuvas ocorre entre os meses de outubro e março, com redução da pluviosidade de abril até setembro.

MATERIAIS E MÉTODOS

A capacidade de uso das terras e aptidão agrícola é uma metodologia desenvolvida pela EMBRAPA (Ramalho Filho; Pereira, 1999), para avaliar a melhor forma de aproveitamento do solo para uso agrícola ou conservação da flora e da fauna; possui três grupos (indicando o nível de intensidade) e oito classes, que caracterizam cada tipo de solo e manejo a ser adotado, conforme descrito na figura 2 abaixo:

Figura 2. Grupos e classes para capacidade de uso da terra.



Fonte: Adaptado de Ramalho Filho e Pereira (1999).

Para a construção da capacidade de uso da terra na BHSA, foram necessárias adaptações metodológicas nas variáreis de declividade e solo (análise textural) para a área de estudo, pois estas apresentam características diferentes em relação à proposta original apresentada por Lepsch *et al*. (1991) e Lepsch (2010), bem como a definição de uma classe específica para os Neossolos Quartzarênicos. Foram utilizados para a mensuração da capacidade de uso, os parâmetros físicos da declividade e solo para os agrupamentos das classes, bem como as recomendações de uso e conservação (Quadro 1). Com isso, foram definidos três grupos e sete classes, sendo que três classes permitem o uso agrícola intensivo, moderado, ou com restrição. Já as outras quatro classes recomendam o uso para pastagem, reflorestamento ou manutenção da cobertura vegetal.

Além desses grupos presentes na metodologia, optou-se, nesta pesquisa, por criar um grupo de classe especial para os Neossolos Quartzarênicos, devido a sua alta suscetibilidade à erosão, e por estarem localizados em um relevo ligeiramente inclinado, onde poderiam ser agrupados em classes, que permitem uso intensivo pela agricultura ou pastagem.

Quadro 1. Critérios adotados na elaboração da capacidade de uso da BHSA.

Grupos	Classe de capacidade de uso	Critérios adotados	Declividade (%)	Solos
A	Classe I	Área apta ao cultivo intensivo	0-3	Latossolo Vermelho Eutrófico
	Classe II	Área apta ao cultivo intensivo, com limitações moderadas quanto à fertilidade do solo e com ligeira inclinação do relevo	3-8	Latossolo Vermelho Distrófico
	Classe III	Áreas que necessitam de práticas mais complexas de conservação, com declividade moderada e limitações físicas e químicas do solo	8-12	Cambissolo Háplicos
B	Classe IV	Áreas com limitações permanentes ao cultivo intensivo, mas aptas para pastagem e silvicultura	12-20	Neossolo Regolítico, Neossolo Litólico

	Classe V	Áreas sujeitas ao encharcamento do solo pela água ou áreas de riscos a inundações, aptas para pastagem ou manutenção da vegetação nativa	0-3	Plintossolo Háplicos e Gleissolo Melânicos
	Classe VI	Áreas aptas à pastagem com restrição, devendo ser cultivada somente com adoção de práticas conservacionistas; aptas à silvicultura	20-45	Neossolo Regolítico, Neossolo Litólico
	Classe VII	Áreas de manutenção da vegetação nativa	>45	Neossolo Regolítico, Neossolo Litólico
*	Classe de uso especial	Neossolo Quartzarênico	0-3	Neossolo Quartzarênico

Fonte: Adaptado de Lepsch (1991). * classe de capacidade de uso adaptada para áreas com Neossolo Quartzarênico.

Os dados referentes à declividade foram elaborados a partir do Modelo Digital de Elevação (MDE), da imagem do Radar *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM) (Farr *et al*., 2007), extraído do banco de imagens do *United States Geological Survey* (USGS, 2018), com resolução espacial de 30m e dados das cartas topográficas que recobrem a área de estudo (Boqueirão SF 21-X-C-V; Jardim SF 21-X-C-II; Maracajú SF 21-X-D-IV e Nioaque SF 21-X-C-III) elaboradas pelo Serviço Geográfico do Exército (SGD, 1973a,b,c; 1979). Os intervalos entre as classes de declividade foram definidos de acordo com os valores propostos pela Embrapa (1997), que representam satisfatoriamente as feições de relevo na área de estudo.

As classes de solos foram extraídas do banco de dados do Geoportal da Embrapa (2007), na escala de 1:100.000. O mapa foi reinterpretado com base nas informações coletadas em campo, imagens do satélite Sentinel 2A, MDE e análise de textura aferida em laboratório através do método da pipeta (Teixeira *et al*., 2017). Com esses dados, houve ajustes nos polígonos originais e o acréscimo de mais uma classe de solos, os Neossolos Quartzarênicos, que originalmente estavam mapeados como Cambissolos Háplicos.

As classes de uso da terra e cobertura vegetal foram obtidas através da classificação supervisionada de imagens do Sentinel 2A (21KWS; 21KXR e 21KXS),

sensor MSI (*multi-spectral instrument*), que apresentou melhor resolução espacial e temporal para área de estudo. Foram utilizadas as bandas 2B, 3G e 4R para realizar a combinação de bandas para gerar imagem em coloração real, com data de 29/04/2018, extraídas do banco de dados da *United States Geological Survey* (USGS, 2018).

O processamento digital das imagens foi realizado no *software* ENVI 5.0 (Exelis, 2013). Primeiramente, as cenas foram mosaicadas e recortadas, de forma a cobrir toda a área da BHSA, depois as classes de usos foram definidas e, por fim, foram coletados os pixels em diferentes regiões das imagens, constituindo o arquivo de amostras dos diferentes usos da terra na BHSA. Para a classificação, utilizou-se o algoritmo *Maximum Likelihood Classification*, que apresentou melhores resultados. Para identificar as fitofisionomias de vegetação, usou-se as informações do projeto GeoMS (Silva *et al*., 2011), cuja base de dados cobre todo o estado de Mato Grosso do Sul, na escala de 1:100.000.

Em seguida, realizou-se a reclassificação e sobreposição ponderada dos dados em formato *raster* no *software* ArcGIS (Esri, 2013), para os fatores declividade e solo, onde as classes de capacidade de uso da terra foram espacializadas, conforme exposto anteriormente no quadro 1. A classe especial dos Neossolos Quartzarênicos foi definida posteriormente, de acordo com a abrangência, visto que, na classificação inicial, esse solo se enquadraria nas classes II e IV de uso.

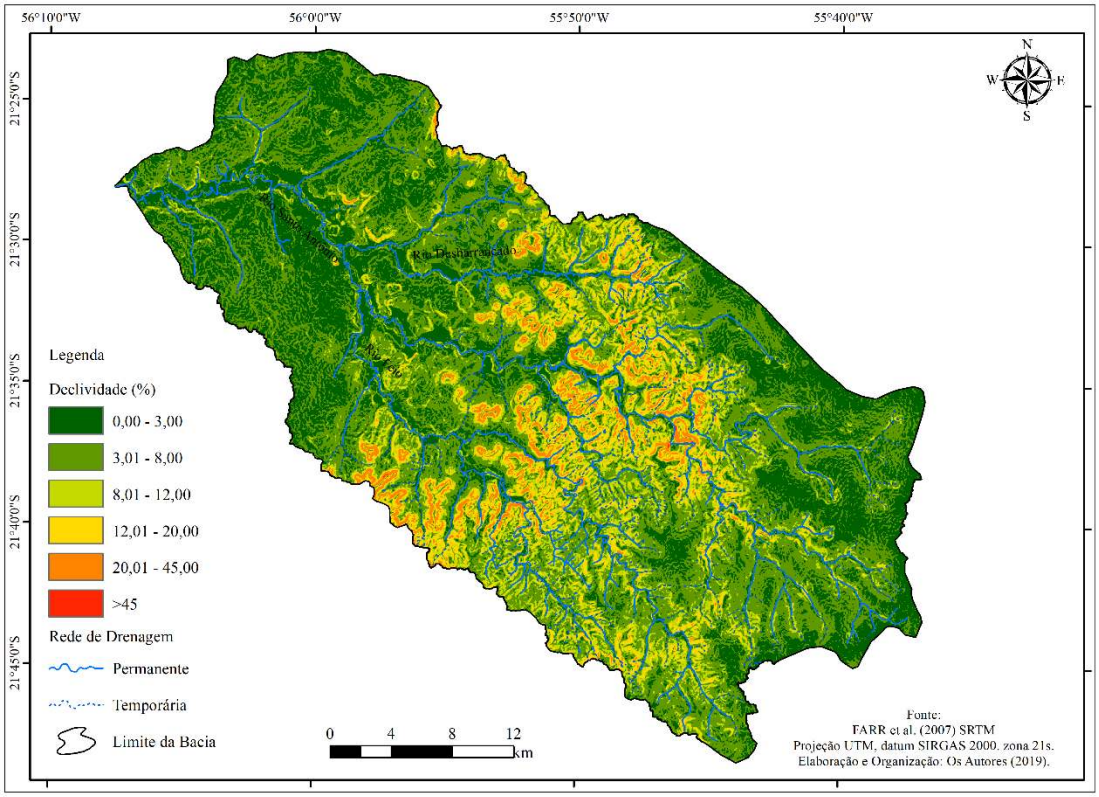
Isso foi definido em trabalho de campo, realizado antes da geração dos produtos cartográficos, para a coleta de dados e registros fotográficos de diferentes pontos espalhados pela bacia, e depois para a validação do modelo de capacidade de uso da terra. Ao observar as áreas com Neossolos Quartzarênicos, percebeu-se que essas áreas deveriam ser classificadas como uso especial, visto que já apresentam estágios avançados de degradação, tornando inviável seu uso para a criação de animais e cultivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BHSA apresenta pontos de elevação superior a 670m de altitude, localizados nos topos de morros que apresentam rampas de declive íngremes, associadas ao relevo acidentado, localizado no médio curso. Já em direção à foz, a altitude varia de 260m a 240m com relevo mais suave ondulado e com rampas mais longas. Nesse

contexto, a classe de declividade entre 0% e 8% predominam nessa bacia, o que pode ser visto na figura 3.

Figura 3. Mapa de declividade da BHSA.



Fonte: FARR et al. (2007).

O relevo é caracterizado por colinas com topo suave, localizadas no baixo e alto curso da bacia, ou em áreas planas próximas aos fundos de vale, compreendendo as planícies de inundações. Já as áreas mais inclinadas (com declividade acima de 8%) estão localizadas no médio curso, posicionadas em vertentes de morros e morrotes, formando um conjunto de relevo mais acidentado. Também foram identificadas áreas mais declivosas nas bordas de terraço no baixo curso.

A faixa de declividade entre 3% e 8% é a classe que predomina na bacia, ocupando mais de 45% da área, seguida da classe com os intervalos de 0% a 3%, abrangendo 31,48%, conforme observado na tabela 1, o que demonstra que essa bacia possui extensas áreas com relevo plano, sendo passível de ocupação, desde que os limites de uso sejam respeitados.

As áreas com declividade acima de 12% apresentam dificuldades para o uso agrícola, devido ao grande risco de erosão dos solos, bem como a inviabilidade econômica com gastos em maquinário e correção de solos, representando menos de 8% da BHSA. Resultados semelhantes foram constatados por Yuan *et al*. (2019), que apontam os fatores topografia, clima, uso e cobertura como os principais fatores naturais para a erosão do solo, com atividades antrópicas potencializando esse fenômeno.

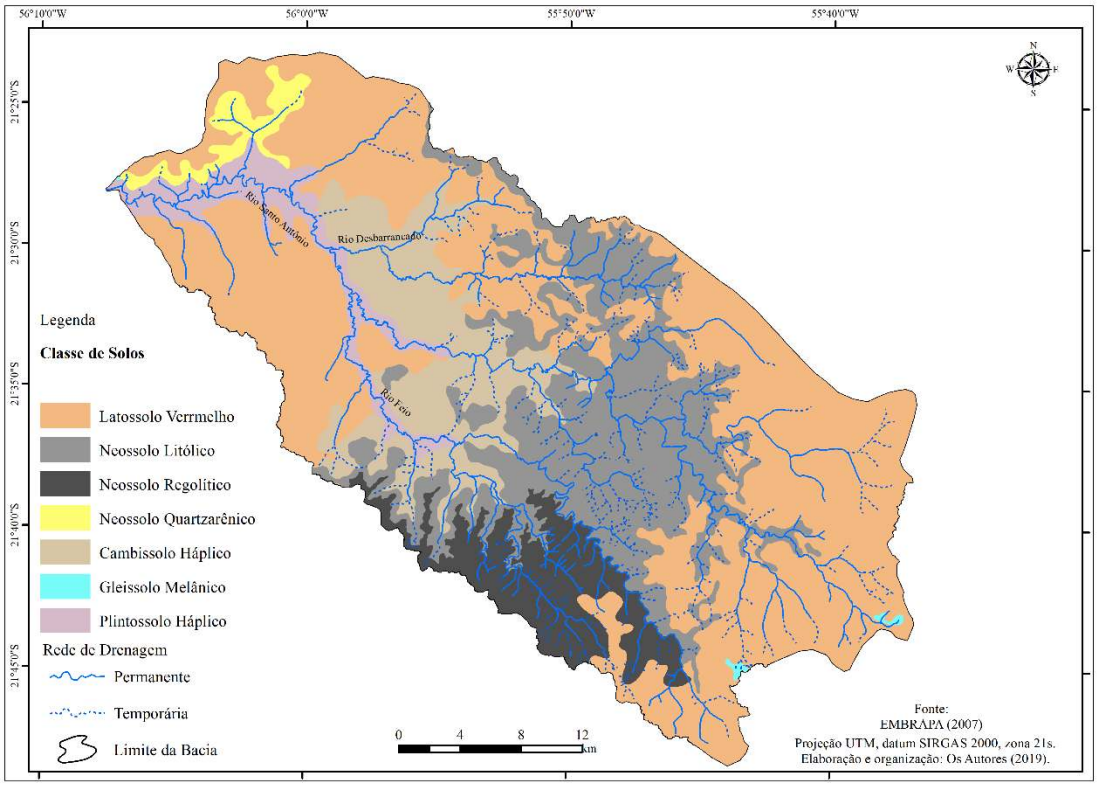
Tabela 1. Quantificação da declividade na BHSA.

Declividade (%)	Km²	Porcentagem (%)
0-3	378,38	31,48
3-8	551,60	45,89
8-12	148,74	12,37
12-20	90,97	7,56
20-45	32,05	2,66
>45	0,16	0,01
Total	1.202	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Sete classes de solos foram identificadas e mapeadas na BHSA (Figura 4). Observou-se que os solos apresentam características associadas ao tipo de relevo onde se localizam, com destaque para a predominância dos Latossolos, tanto no relevo mais plano, situado no alto curso da bacia, bem como em áreas de relevo mais acidentado, onde estão os Neossolos Regolíticos e Litólicos, estes predominam no médio curso da BHSA. Destaca-se, também, a presença de solos hidromórficos em boa parte das planícies de inundação do rio Santo Antônio e de seus afluentes, situados no baixo curso da BHSA.

Figura 4. Mapa de solos da BHSA.



Fonte: EMBRAPA (2007).

Os Latossolos Vermelhos ocupam a maior parte da BHSA, cobrindo aproximadamente 50% da área. Os Neossolos Regolíticos e Litólicos aparecem em seguida, ocupando áreas de 24% e 13%, respectivamente. Os Neossolos Quartzarênicos estão localizados em terraços do rio Santo Antônio, compondo 1,99% da área. Em áreas de transição entre um relevo com topografia mais inclinada e outro plano (terço/médio), se formam os Cambissolos Háplicos, que ocupam 5,18% de área.

Nas áreas de planície de inundação, estão os solos hidromórficos, Plintossolos Háplicos e Gleissolos Melânicos, ocupando 5,15% e 0,14%, respectivamente, conforme descrito na tabela 2.

Tabela 2. Quantificação das classes de solo.

Classe de Solos	Km²	Porcentagem (%)
Latossolos Vermelhos	599,07	49,83
Neossolos Litólitos	292,04	24,29
Neossolos Regolíticos	160,80	13,37
Neossolos Quartzarênicos	24	1,99
Cambissolos Háplicos	62,34	5,18
Plintossolos Háplicos	62,01	5,15
Gleissolos Melânicos	1,74	0,14
Total	1.202	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os resultados de análise textural indicaram que a maior parte dos solos da BHSA apresentam textura predominantemente arenosa (Tabela 3), entre os quais se destacam os Neossolos Quartzarênicos, que, com cerca de 82% da sua textura composta por areia indicam uma alta fragilidade à erosão. Resultados semelhantes foram obtidos por Cunha *et al*. (2016), ao analisarem a classe textural para a aplicação do modelo revisado de perda de solos RUSLE. Diversos pesquisadores que estudam solos recomendam a cautela quanto às atividades antrópicas neste tipo de solo, sendo o mais recomendado a manutenção da vegetação nativa (Lepsch, 2010; Bertoni; Lombardi Neto, 2012; Guerra; Mendonça, 2014).

Entre os solos hidromórficos mapeados na BHSA, há outra classe com textura arenosa elevada: os Plintossolos e Gleissolos. Geralmente, esses são solos mal drenados, com a ocorrência de água nos períodos de chuva do ano. Quando drenados, no caso dos Plintossolos, podem formar torrões de solo compactados, devido à redução do nível de água e a oxidação do mineral ferro, que compõe o solo (Queiroz, 2019). Nesses casos, é possível que ocorra a compactação do solo, dificultando a infiltração da água e causando um aumento do escoamento superficial, dando, então, origem aos processos erosivos mais danosos (Ab'saber, 2009).

A classe dos Latossolos Vermelhos apresentou o maior valor para argila, compondo 68% de sua textura, sendo classificado como argiloso. Esse tipo de solo apresenta boa estabilidade de seus agregados devido aos altos teores de argila e silte, o que evita a perda de material pelo escoamento superficial. Já os Cambissolos Háplicos e os Neossolos Litólicos foram os únicos a apresentar uma textura areno-argilosa, demonstrando um equilíbrio entre os teores, ainda que seja de alta fragilidade.

Resultados similares foram obtidos por Nicolau (2018) ao comparar a vulnerabilidade de um Cambissolo Háplico em relação a um Latossolo Vermelho, que apresentou maior coesão e estabilidade dos agregados. Os Neossolos e os Cambissolos da BHSA são classes de solos que ainda apresentam estágios de desenvolvimento, ou seja, não possuem seus horizontes e agregados completamente formados, estando mais sujeitos à degradação.

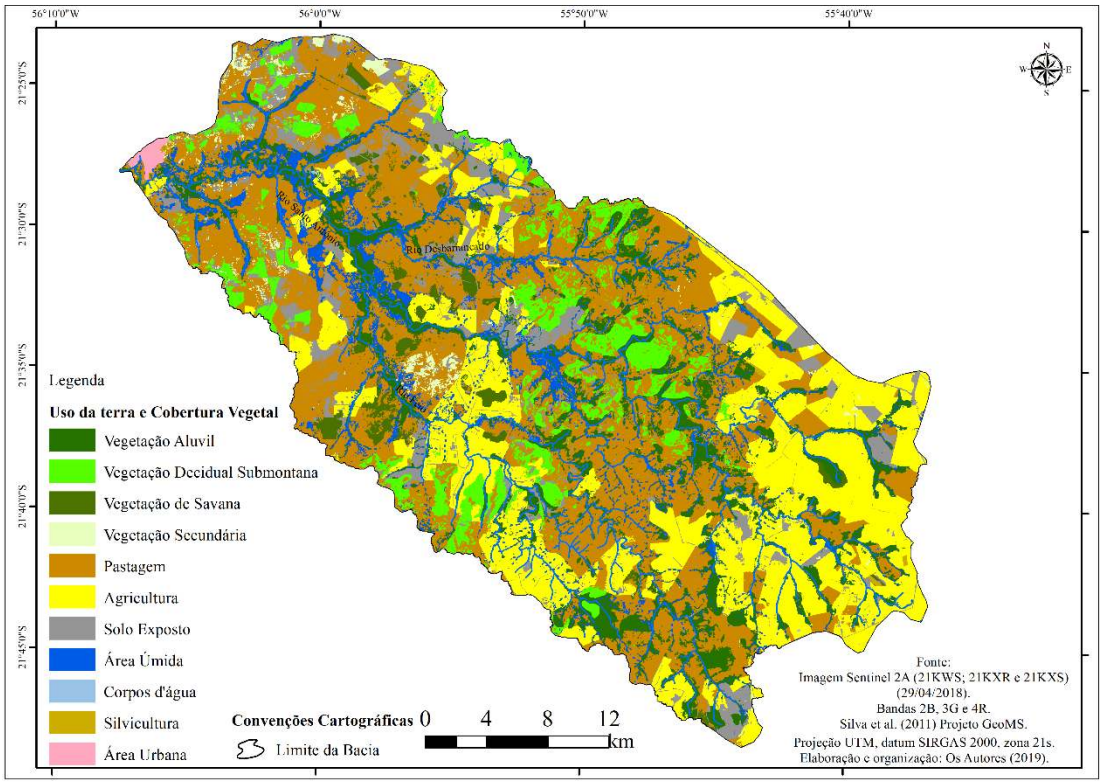
Tabela 3. Textura das classes de solo.

Classe de solo	Areia %	Silte %	Argila %	Textura
Latossolos Vermelhos	13	18	68	Argilosa
Neossolos Litólicos	32	24	43	Areno-Argilosa
Neossolos Regolíticos	61	26	11	Arenosa
Neossolos Quartzarênicos	82	9	7	Arenosa
Cambissolos Háplicos	35	21	41	Areno-Argilosa
Plintossolos Háplicos	64	18	17	Arenosa
Gleissolos Melânicos	75	10	14	Arenosa

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os tipos de uso da terra e cobertura vegetal da BHSA se dividem em 11 classes, sendo 4 para tipos de vegetação e 7 para tipos de uso da terra (Figura 5). Entre as classes de cobertura vegetal, a predominante é a de vegetação aluvial, que ocupa 13% da área. Esse tipo de vegetação abrange boa parte das reservas nas Áreas de Preservação Permanentes (APPs) próximas aos córregos e rios. Em segundo lugar, está a vegetação Decidual Submontana, que ocupa 6,82% da área. Este tipo de vegetação está situada em áreas do médio curso sobre os topos de morros. As áreas de vegetação de savana ocupam 1,94% da bacia, sendo encontradas de maneira fragmentada, e a vegetação secundária abrange 1,09% da bacia, composta por regeneração natural ou áreas de recuperação, que também se encontram dispersas pela bacia.

Figura 5. Mapa de Uso da terra e cobertura vegetal da BHSA.



Fonte: Imagem Sentinel 2A (2018); Silva *et al.* (2011).

Entre os tipos de uso, a pastagem é predominante em 37,70% da área total, sendo encontrada em todos os lugares da bacia (Tabela 4). A agricultura ocupa 24,70% do espaço e se concentra no alto e médio curso, juntamente com os solos expostos, em pousio, ou preparados para o plantio, que ocupam 8,48% da BHSA. As áreas úmidas e os corpos d'água estão localizados próximos aos mananciais, ocupando 8,48% e 0,04% de área, respectivamente. A silvicultura compreende apenas 0,08% da área, reflorestada por Eucalipto (*Eucalyptus)*. A classe de área urbana mapeada ocupa apenas 0,25% da extensão dessa bacia e é composta apenas pelo núcleo urbano de Guia Lopes da Laguna.

Tabela 4. Quantificação das Classes de Uso da Terra e Cobertura Vegetal.

Classe de Uso da Terra e Cobertura Vegetal	Km²	Porcentagem (%)
Vegetação Aluvial	168,13	13
Vegetação Decidual Submontana	82,08	6,82
Vegetação de Savana	23,36	1,94
Vegetação Secundária	13,17	1,09
Pastagem	453,16	37,70
Agricultura	297	24,70
Solo Exposto	102	8,48
Silvicultura	1,07	0,08
Área Úmida	58,5	4,86
Corpos D'água	0,52	0,04
Área Urbana	3,01	0,25
Total	1.202	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

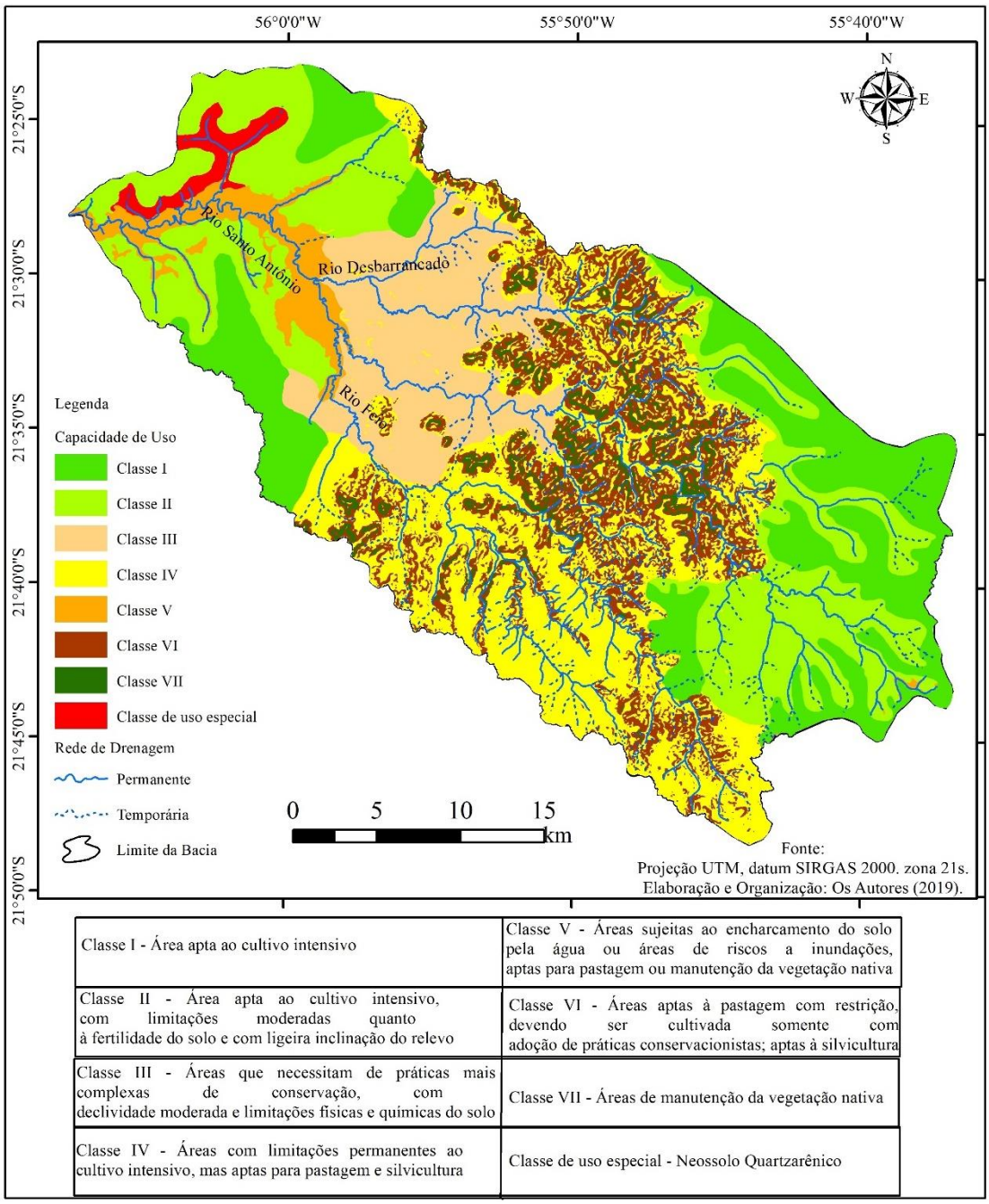
A partir da integração das variáveis de declividade e solos, a BHSA apresenta 8 classes de capacidade de uso da terra, conforme mostra a figura 6. A classe I, que ocupa 17,09% da área (Tabela 5), está localizada nas áreas mais planas da bacia, onde predominam os Latossolos Vermelhos Eutróficos, que permitem uso intensivo do solo, exceto na planície de inundação, que não deve ser ocupada por atividades intensivas nem pela criação de animais.

Tabela 5. Quantificação das classes de capacidade de uso da terra.

Classes de capacidade de uso	**Km²**	**Porcentagem (%)**
Classe I	205,38	17,09
Classe II	266,34	22,16
Classe III	154,52	12,86
Classe IV	308,22	25,64
Classe V	53,48	4,45
Classe VI	168,06	13,98
Classe VII	28,54	2,37
Classe de uso especial	17,46	1,45
Total	1.202	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Figura 6. Mapa de Capacidade de Uso da Terra na BHSA.



Classe I - Área apta ao cultivo intensivo	Classe V - Áreas sujeitas ao encharcamento do solo pela água ou áreas de riscos a inundações, aptas para pastagem ou manutenção da vegetação nativa
Classe II - Área apta ao cultivo intensivo, com limitações moderadas quanto à fertilidade do solo e com ligeira inclinação do relevo	Classe VI - Áreas aptas à pastagem com restrição, devendo ser cultivada somente com adoção de práticas conservacionistas; aptas à silvicultura
Classe III - Áreas que necessitam de práticas mais complexas de conservação, com declividade moderada e limitações físicas e químicas do solo	Classe VII - Áreas de manutenção da vegetação nativa
Classe IV - Áreas com limitações permanentes ao cultivo intensivo, mas aptas para pastagem e silvicultura	Classe de uso especial - Neossolo Quartzarênico

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

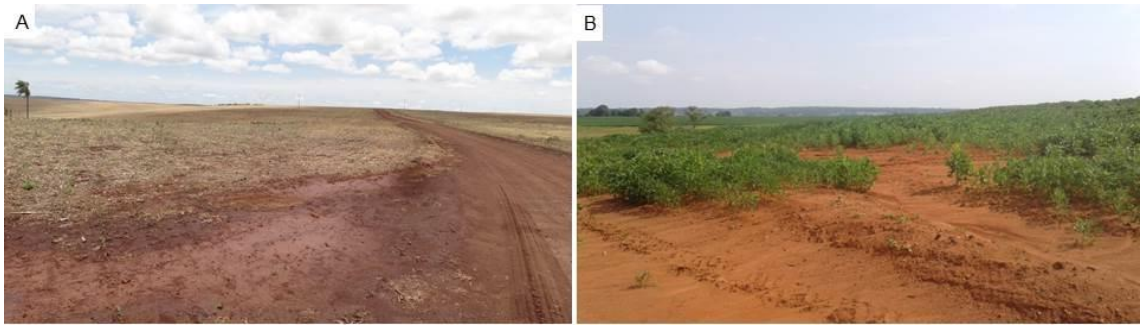
Já a classe II ocupa 22,16% da área, em locais com relevo plano e suave, onde se encontra os Latossolos Vermelhos Distróficos, utilizados, sobretudo, para pastagem intensiva, destinada para a criação de bovinos. No trabalho de campo, foi possível observar que as características físicas relacionadas ao relevo e solo influenciam diretamente o uso da terra na BHSA. A figura 7A mostra uma área localizada no alto

curso usada para a agricultura, cuja declividade baixa e solo fértil e bem desenvolvido favorecem o uso intensivo do espaço.

No entanto, existem áreas que devem ser usadas com cautela, como mostra a figura 7B, cuja área representa a classe II. Nesta classe, devem ser tomadas medidas para prevenção da erosão, pois o seu relevo já apresenta uma ligeira inclinação, o que torna o solo mais suscetível a isso. Ressalta-se, por exemplo, o atual uso das técnicas de plantio direto, que ocorrem nas áreas agrícolas do alto curso da BHSA, pouco presentes no médio e baixo curso desta (Silva; De Maria, 2011).

Em estudo publicado por Abrão e Bacani (2018), entende-se que atividades agrícolas mal planejadas podem deixar o solo empobrecido, devido à perda de nutrientes e partículas pela erosão e compactação, o que, concomitantemente, modifica a estrutura do solo, obrigando os produtores a fazerem uso de ação mecânica e adubos químicos, e aumentando seus gastos para o plantio. Há, também, casos de áreas assim que são abandonadas e não recuperadas, aumentando, ainda mais, os danos aos solos (Jazouli *et al*., 2019).

Figura 7. Classes de capacidade de uso da terra. A) área utilizada para agricultura enquadrada na classe I de capacidade de uso da terra. B) área utilizada para agricultura enquadrada na classe II de capacidade de uso da terra. Nota-se o uso da técnica de plantio direto na figura A, e sua ausência na figura B.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A classe III, localizada no médio curso, ocupa 12,86% da área e seu relevo apresenta maior declividade, necessitando o uso de técnicas mais complexas de conservação do solo. Atualmente, a região vem sendo usada para a agricultura, como cultivo de soja e milho, bem como para a criação de bovinos em grandes quantidades.

Nessa classe, há a presença de relevo ondulado (declividade de 8% a 12%), onde ocorrem os Cambissolos Háplicos na BHSA (Figura 8A). São áreas que

necessitam de atenção ao serem usadas para a agricultura, com o uso de técnicas mais contundentes contra a erosão do solo. No entanto, conforme proposto por Asmamaw e Mohammed (2019), em áreas com essas características, deve-se haver o cuidado de menor utilização dos recursos naturais, sempre com cultivos mais longos, que ofereçam maior proteção ao solo, pois são áreas da BHSA que apresentam média fragilidade de perda de solo; considera-se o mais recomendado intercalar as lavouras com pastagens integradas aos sistemas agroflorestais.

A classe IV ocupa maior área, mais de 25%, demostrando que, de acordo com as características físicas dessa região, há maior aptidão para o uso de pastagens e criação de animais em larga escala. Essa é uma área com relevo forte ondulado (declividade acima de 12%), considerada inapta para uso agrícola intensivo. É possível que, em áreas assim, ocorram solos em desenvolvimento e dotados de alta pedregosidade (Figura 8B).

Resultados semelhantes foram encontrados por Silva Neto (2012) na Bacia Hidrográfica do Rio Salobra, em Bodoquena (MS), onde a recomendação para a área foi de uso apenas para pastagem ou silvicultura. Já os resultados publicados por Jazouli *et al*. (2019) apontam uma série de benefícios ao recuperar ou manter essas áreas com cobertura vegetal nativa nos topos de morros, considerando a prevenção nos processos erosivos, perda de solos, abastecimento dos aquíferos, proteção dos mananciais e manutenção da biodiversidade.

Figura 8. Locais de forte declividade e pouca capacidade para uso agropecuário. A) área de classe III na capacidade de uso, sendo utilizada para agricultura. Nota-se a ausência de curva de nível em relevo ondulado. B) área de classe IV, utilizada para pastagem.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

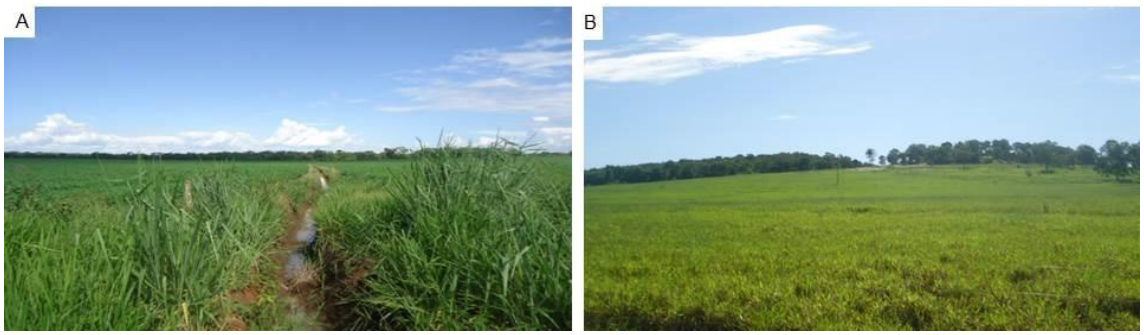
A classe V ocupa 4,45% da área localizada sobre a planície do rio Santo Antônio, onde estão os solos hidromórficos, Plintossolos e Gleissolos, com a presença

de pastagens nativas. Com relevo plano (0 a 3%), a classe V está situada em áreas de planícies dos cursos d'água (Figura 9A). Nestes locais, os solos sofrem com hidromorfismo e, em vista disso, permanecem encharcados de maneira permanente ou temporária, sendo, assim, seu uso para pastagem ou conservação da vegetação nativa o mais indicado.

Em estudo publicado por Abrão e Kuerten (2016), revelou-se que essas áreas estão localizadas em planícies de inundação, compreendendo a APP do rio Santo Antônio, que legalmente não deveriam ser suprimidas. No entanto, em trabalho de campo, verificou-se o uso de algumas destas áreas para agricultura intensiva, com o cultivo de soja. Estes solos, quando usados de maneira intensiva, correm o risco de ressecamento, o que, nos Plintossolos, pode causar a formação de Petroplintitas, acarretando o endurecimento do solo e diminuindo a produtividade das culturas.

A classe VI ocupa 13,98% da BHSA, e está localizada do médio até o alto curso, em relevo dominado por morros e morrotes. Ali predominam áreas com declividade maior que 20%, sendo recomendadas apenas para pastagem com o uso de terraços e curva de nível (Figura 9B). Resultados semelhantes foram encontrados por Silva Neto (2012), que também recomendou a recuperação das pastagens degradadas com vegetação nativa ou silvicultura.

Figura 9. Locais com restrição ao uso agropecuário. A) área da classe V para capacidade de uso da terra, sendo utilizada de maneira inadequada, segundo as recomendações de uso. B) área da classe VI utilizada para pastagem.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A classe VII, presente em 2,37% da área total, situada na área central da bacia, apresenta declividade maior que 20%, é local em que existem alguns remanescentes de vegetação nativa ou pastagem. Para esta classe, recomenda-se apenas a manutenção da cobertura vegetal, localizada nos topos de morro, com declividade

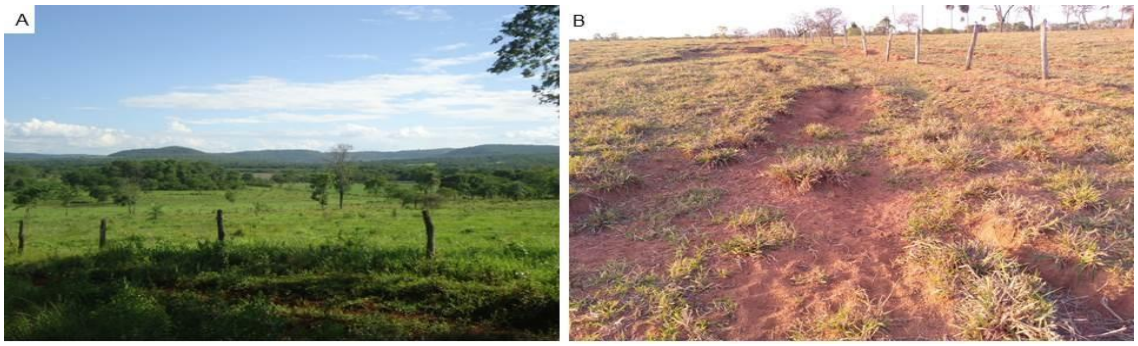
superior a 45%. Estes são locais impróprios para qualquer tipo de uso, sendo, ali, fundamental a manutenção da biodiversidade (Figura 10A). Sugere-se, também, a formação de corredores ecológicos para interligar estas áreas aos demais fragmentos de vegetação, a fim de facilitar a circulação dos animais silvestres (Teka *et al*., 2020).

Conforme proposto no ZEE-MS (Mato Grosso do Sul, 2015), a BHSA encontra-se apta para uso agropecuário, contanto que suas características físicas sejam cuidadosamente observadas, sobretudo no que diz respeito aos solos, em especial às classes dos Neossolos Regolíticos, Litólicos e Cambisolos, que possuem relevo acidentado localizado no médio curso com a presença de morros e colinas, e os Plintossolos e Gleissolos situados nas planícies.

A classe de uso especial compreende apenas os Neossolos Quartzarênicos, presentes em 1,45% da área. Esta classe está presente em uma pequena faixa da planície e do terraço fluvial no baixo curso, e sua maior parte é destinada para o cultivo de pastagem destinada a criação de bovinos em menor escala, em pequenas propriedades rurais. A textura deste solo foi classificada como muito arenosa, com granulometria composta por até 80% de areia.

Segundo Souza e Lobato (2009), estes são solos com baixa aptidão agrícola e de fácil degradação, devido à baixa fertilidade e pouca presença de matéria orgânica, o que quase inviabiliza seu uso econômico. Neste sentido, recomenda-se a manutenção da cobertura vegetal, principalmente daquelas próximas aos mananciais, e o reflorestamento de áreas já degradadas com pastagens, que podem ser utilizadas para a silvicultura (Lal, 2019). Na figura 10B, é possível observar uma área de Neossolo Quartzarênico ocupada pela pastagem já degradada, e com marcas de erosão causadas pelo pisoteio contínuo dos animais.

Figura 10. Locais com capacidade de uso especial. A) área de classe VII na capacidade de uso da terra. B) Pastagem degradada e marcas de erosão em área com Neossolo Quartzarênico.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Neste caso, sugere-se a recuperação da pastagem, com implantação de um sistema agroflorestal. Em trabalho publicado por Karlen *et al*. (2019), observa-se que os solos devem ser manejados com práticas sustentáveis, que garantam a sua manutenção e a preservação dos demais recursos naturais (água e vegetação), para total proteção do meio ambiente, devendo ser seguidas as orientações técnicas de manejo e capacidade que cada solo pode suportar. Para o Neossolo Quartzarênico, recomenda-se a conservação da cobertura vegetal, sem uso intensivo para qualquer tipo de agricultura e pastoreio intensivo, devido a este solo apresentar alta suscetibilidade à erosão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a aplicação do método de capacidade de uso da terra, foi possível identificar e avaliar áreas que apresentam boas condições para o uso agropecuário na área de estudo, sendo aquelas localizadas no alto e baixo curso da bacia, pois, ali estão solos mais estáveis e não suscetíveis à erosão severa, com relevo levemente ondulado. Recomenda-se o seu uso intensivo para agricultura, ainda que seguindo as práticas conservacionistas para proteção dos solos. Nas áreas da classe III em que é permitido o uso agrícola, por exemplo, deve-se evitar a degradação dos solos, utilizando conhecimento técnico para a melhor forma de uso destas áreas.

Outro problema identificado foi a ocupação por atividades agrícolas em planícies de inundação e APP, o que pode acarretar graves danos ambientais. Nestes locais, é indicado a manutenção das pastagens nativas, cultivos menos intensivos e a conservação da vegetação, estas sendo caracterizadas como APP, ou, podem ser

incluídas como áreas de reserva legal. Destaca-se, também, que boa parte da bacia é apta para pastagem, principalmente no médio curso, devido ao seu relevo mais acidentado, porém, deve-se manter a preservação de área com remanescentes florestais.

A metodologia aplicada na área de estudo se mostrou satisfatória ao permitir a integração dos dados físicos mais importantes para a elaboração do planejamento ambiental. Houve apenas a necessidade de adaptações quanto às características dos Neossolos Quartzarênicos, que foram agrupados em classe de uso especial, devido a sua alta fragilidade à erosão, e por estar mapeado em local de relevo plano. Os dados de satélite e radar apresentaram informações de grande relevância para a compreensão dos elementos da paisagem analisados neste trabalho, podem ser replicados em outras áreas para subsidiar outros trabalhos acadêmicos e gestores públicos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de Doutorado ao primeiro autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

REFERÊNCIAS

AB ' SABER, A. N. O suporte geoecológico das florestas beiradeiras (ciliares) *In*: RODRIGUES, R. R.; LEITÃO - FILHO, H. de F. (Orgs.). **Matas ciliares**: conservação e recuperação. 2ª ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Fapesp, 2009, p. 15-26.

ABRÃO, C. M. R.; BACANI, V. M. Diagnóstico de fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, MS: subsídio ao zoneamento ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**, **v**. 38, n. 3, p. 619-645, 2018.

ABRÃO, C. M. R.; BEREZUK, A. G.; SOARES FILHO, A.; ASSIS JÚNIOR, G. A. de. Caracterização Físico-Ambiental da Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio. **Revista Entre Lugar**, vol. 12, n. 24, p. 98-125, 2021.

ABRÃO, C. M. R.; KUERTEN, S. Avaliação da Área de Preservação Permanente do rio Santo Antônio na colônia Santo Antônio em Guia Lopes da Laguna-MS: aplicação do novo código florestal. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 2, p. 265-284, 2016.

ARAÚJO, H. J. de. *et al*. Geologia. *In*: BRASIL: **ministério de minas e energia secretária geral Projeto Radam Brasil**. Folha SF 21 Campo Grande; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982. p. 23-124.

ASMAMAW, L. B.; MOHAMMED, A. A. Identification of soil erosion hotpost áreas for sustainable land manangement in the Gerado catchment, North-eastern Ethiopia. **Remote Sensing aplications**: Society and Environment, v. 13, p. 306-317, 2019.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. São Paulo: Ícone, 5ª ed., 2012. 355p.

BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. da. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. *In*: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 153-192.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) – Pantanal**. Brasília: Diagnóstico do Meio Físico e Biótico, 1997. 1349p.

CUNHA, E. R.; BACANI, V. M.; PANACHUKI, E. Modeling soil erosion using RUSLE and GIS in a watershed occupied by rural settlement in the Brazilian Cerrado. **Natural Hazards**, v. 85, p. 851-868, 2016.

CUNHA., E. R. da. *et al.* Assessment of current and future land use/cover changes in soil erosion in the Rio da Prata basin (Brazil), **Science of The Total Environment**, v. 818, 151811, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.151811.

DEMARCHI, J. C. **Geotecnologias aplicadas à estimativa de perdas de solo por erosão hídrica na sub-bacia do Ribeirão das Perobas, município de Santa Cruz do Rio Prado** - SP. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu, Botucatu, 2012.

EMBRAPA. **MAPOTECA**: levantamento pedológico dos municípios de Mato Grosso do Sul (2007). Disponível em: http://mapoteca.cnps.embrapa.br/. Acesso em: 20/06/2023.

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo**. Centro Nacional de Pesquisa em Solos. 2° Ed. Rio de Janeiro, 1997.

ESRI. Environmental Systems Research Institute. **ArcGIS10.2** Copyright ESRI Inc. 2013.

EXELIS. **ENVI versão 5.1. Exelis Visual Information Solutions**, Boulder, CO 80301 USA, 2013.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Status of the World's Soil Resources**. Rome, 2015.

FARR, T.G. *et al.* The Shuttle Radar Topography Mission. **Review of Geophysics**, n. 45, p. 1-33, 2007. DOI: https://dx.doi.org/10.1029%2F2005RG000183.

GUERRA, A. J. T.; MENDONÇA, J. K. S. Erosão dos solos e a questão ambiental. *In*: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 225-257.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Mapeamento das Unidades Territoriais (2015). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: 12/08/2023.

JAZOULI, A. E.; AHMED, B.; RIDA, K.; RAIS, J.; BAGHDADI, M. E. Remote sensing and GIS techniques for prediction of land use land cover change effects on soil erosion in the high basin of the Oum Er Rbia River (Morocco). **Remote Sensing Applications: society and Environment**, v. 13, p. 361-374, 2019.

KARLEN, D. L.; VENUM, K. S.; SUDDUTH, K. A.; OBRYCKI, J. F.; NUNES, M. R. Soil health assement: past accomplishments, current activities, and future opportunities. **Soil & Tillage Research**, v. 195, 104365, 2019.

LACERDA FILHO, J. V. de. **Geologia e recursos minerais do estado de Mato Grosso do Sul**. Goiânia: CPRM, 2006.

LAL, R. Accelerated Soil erosion as a source of atmospheric CO2. **Soil & Tillage Research**, v. 188, p. 35-40, 2019.

LEPSCH, I. F. *et al.* **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso**. 4ª aproximação. Campinas: SBCS, 1991.

LEPSCH, I. F. **Formação e Conservação dos Solos**. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento ecológico econômico – Mato Grosso do Sul:** segunda aproximação. Governo do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/zoneamento-ecologico-economico-de-ms-zee-ms/>. Acesso em: julho de 2018.

MEDEIROS, R. B. **Zoneamento ambiental para o sistema cárstico da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso.** 2020. 403f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

MIQUELONI, D. P.; BUENO, C. R. P.; FERRAUDO, A. S. Análise espacial dos fatores da equação universal de perda de solo em área de nascentes. **Pesq. Agropec. Bras.** Brasília, v. 47, n. 9, p. 1358-1367, 2012.

NICOLAU, D. de F. Vulnerabilidade da paisagem à perda de solos da bacia hidrográfica do rio do Peixe - GO. **Caminhos de Geografia**. v. 19, n. 66. p. 285-296, 2018.

QUEIROZ, P. S. **Levantamento das classes de solo e aptidão agrícola como norteadores para o uso da terra no projeto de assentamento Bom Sucesso II, Flores de Góias-GO**. 2019. 93f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

RAMALHO FILHO, A.; PEREIRA, L. C. **Aptidão agrícola das terras do Brasil**: potencial de terras e análise dos principais métodos de avaliação. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1999.

RAMALHO-FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Embrapa-CNPS, 1995.

SEMADE. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso do Sul.** Página Inicial. 2017. Disponível em: http://www.semade.ms.gov.br/a-secretaria/. Acesso em: 09/07/2023.

SGD. DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. 1973a. **Folha Vista Alegre SF**. 21-X-C-VI. Escala: 1: 100.000.

SGD. DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. 1973b. **Folha Boqueirão SF**. 21-X-C-V. Escala: 1:100.000.

SGD. DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. 1973c. **Folha Jardim SF**. 21-X-C-II. Escala: 1.100.000.

SGD. DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. 1979. **Folha Nioaque SF**. 21-X-C-III. Escala: 1:100.000.

SILVA NETO, J. C. A. da. Indicação para o uso da terra na bacia hidrográfica do rio Salobra – Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. **Ra'e'ga**, v. 25, p. 279-304, 2012.

SILVA, J. S. V.; POTT, A.; ABDON, M. M. POTT, V. J.; SANTOS, K, R. **Projeto GeoMS**: Cobertura vegetal e uso da terra do Estado de Mato Grosso do Sul. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2011.

SILVA, R. L. e.; DE MARIA, I. C. de. Erosão em sistema plantio direto: influência do comprimento da rampa e da direção de semeadura. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental,** v. 15, n. 6, p.554-561, 2011.

SOUZA, D.M.G.; LOBATO, E. **Areia Quartzosa /Neossolo Quartzarênico**. 2009. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/. Acesso em: 10/07/2023.

TEIXEIRA, P. C.; DONAGEMMA, G, K.; FONTANA, A.; TEIXEIRA, W. G. **Manual de métodos de análise de solo**. 3° ed. rev. Brasília: Embrapa, 2017.

TEKA, K. *et al.* Can integrated watershed management reduce soil erosion and improve livelihoods? A study from northern Ethiopia. **International Soil and Water Conservation Research**. v. 8, p. 266-276, 2020.

United States Geological Survey. Página Inicial (2018). Disponível em: < https://earthexplorer.usgs.gov/> Acessado em: 20/04/2016.

YUAN, X.; HAN, J.; SHAO, Y; LI, Y.; WANG, Y. Geodetection analysis of the driving forces and mechanisms of erosion in the hilly-gully region of northern Shaanxi Province. **Journal of Geographical Sciences,** v. 29, n. 5. p. 779-790, 2019.

ZARONI, M. J. **Zoneamento Agroecológico do município de Guia Lopes da Laguna – MS**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.

Recebido em dezembro de 2023.

Revisão realizada em abril de 2024.

Aceito para publicação em maio de 2024.

MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO DE INUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBÁ, MINAS GERAIS

MAPPING OF FLOODING RISK AREAS IN THE CITY OF UBÁ, MINAS GERAIS

MAPEO DE AREAS DE RIESGO DE INUNDACIONES EN EL MUNICIPIO DE UBÁ, MINAS GERAIS

Larissa Carla Souza Paiva
PPGEO - UFJF
larissa.paiva@arquitetura.ufjf.br

Cássia de Castro Martins Ferreira
Departamento de Geociências - UFJF
cassia.castro@ufjf.br

Yan Carlos Gomes Vianna
Departamento de Geociências - UFJF
yan.vianna@ufjf.br

Destaques

- Segundo Tucci (2003) a inundação é um evento que ocorre como um comportamento natural dos rios, mas pode ser ampliado pela alteração no meio;
- O objetivo do estudo é estabelecer, identificar e mapear as áreas de risco de inundação do município dentro de seu perímetro urbano, utilizando-se de geoprocessamento para definir geograficamente as áreas de possível impacto pelas chuvas fortes e extremas;
- O principal mérito do modelo multicritério é a necessidade de poucos dados, dado sua baixa complexidade, ser aplicado em pequenos e médios municípios a fim de orientar poder público sobre áreas mais críticas;

RESUMO

A urbanização do município de Ubá, em Minas Gerais, foi condicionada pelo relevo dos "mares de morro" e sua a ocupação se iniciou no fundo de vale, na várzea do Ribeirão Ubá. Este, sem suas margens preservadas e sofrendo diversas intervenções, tornou a

cidade vulnerável a eventos extremos de precipitação, que desencadeiam inundações urbanas. O presente estudo objetivou mapear as áreas que estão mais suscetíveis a esses eventos. Com essa finalidade se utilizou um modelo de multicritérios construído com três planos de informação: altitude, declividade e uso e ocupação. Os resultados do mapeamento foram confrontados com dados registrados de inundações pela Defesa Civil e pelos portais de notícia da região. A conclusão é que o modelo, apesar de possuir limitações, é uma ferramenta funcional para identificação de áreas de risco a tais eventos, possibilitando ao poder público intervir em áreas críticas e ordenar futuras ocupações urbanas.

Palavras-chave: Risco de Inundação. AHP. Geoprocessamento. Modelagem.

ABSTRACT

The process of urbanization of the city of Ubá, Minas Gerais, was conditioned by the topography of “undulating terrain”. The occupation of the city began at the valley floor, at the floodplain of the Ubá River. That without the preservation of it’s shores and suffering by many intervention exposed the city to the vulnerability to extreme events of precipitation, that trigger urban flood. The focus of this study is to map the areas that are more susceptible to these events. With this purpose, a multi-criteria model was built, with three information layers: altitude, declivity and land use and occupation. The mapping results were confronted with flood data obtained by the Civil Defense, and by the region news articles. The conclusion is that, although the model has its limitations, it is a functional tool to identify the risk of these kind of events, that enable the government to intervene in critical areas and regulate future urban developments.

Keywords: Risk of Flooding. AHP. Geoprocessing. Modeling.

RESUMEN

La urbanización del municipio de Ubá en Minas Gerais estuvo condicionada por el relieve de los “mares de morros”, su ocupación comenzó en el fondo del valle, en la planicie de inundación de Ribeirão Ubá. Esta sin sus márgenes preservados y sometida a varias intervenciones hizo que la ciudad fuera vulnerable a eventos extremos de precipitación que desencadenan inundaciones urbanas. El presente estudio tuvo como objetivo mapear las áreas que son más susceptibles a estos eventos. Para ello se utilizó un modelo multicriterio construido con tres niveles de información: altitud, pendiente y uso y ocupación. Los resultados del mapeo se compararon con datos registrados por la Defensa Civil y por portales de noticias de la región. La conclusión es que el modelo, a pesar de tener limitaciones, es una herramienta funcional para identificar el riesgo de tales eventos, permitiendo al poder público intervenir en áreas críticas y ordenar futuras ocupaciones urbanas.

Palabras clave: Riesgo de inundación. AHP. Geoprocesamiento. Modelado.

INTRODUÇÃO

A industrialização no meio urbano foi fator potencializador do movimento campo-cidade em diversos locais do mundo. No município de Ubá, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, a urbanização ocorreu de forma tardia, na década de 1960, assim como muitos municípios brasileiros de pequeno e médio porte. Esse movimento ocorreu com o crescimento da indústria voltada à fabricação de móveis, que ocasionou um aumento rápido da população urbana, advinda de outros municípios e também da zona rural. No entanto, o resultante crescimento da malha urbana se deu sem um ordenamento do poder público. (Oliveira Jr, 2011).

Jacobs (1961) já levantava a natureza de aprender com o 'laboratório' de tentativa e erro do planejamento de cidades, onde os erros cometidos por cidades já desenvolvidas deveriam ter servido como forma de aprendizado para cidades em crescimento. Diversas cidades com contexto parecido ao município em questão cresceram com base no comportamento de suas populações, inicialmente acompanhando os leitos de rios e locais mais planos, mas com a pressão populacional e a necessidade de proximidade da infraestrutura existente, ainda que deficitária, avançaram sobre encostas e morros, no entorno de centralidades.

O município de Ubá localiza-se em um relevo de mar de morros, que, segundo Ab'Saber (2007), é um meio complexo a construções humanas. O relevo, unido aos padrões climáticos do município e sua conformação urbana, implicam em certa exposição a impactos ocasionados pelas chuvas, principalmente em suas áreas mais adensadas. O enfoque na área de estudo em questão é direcionado aos problemas relacionados às inundações urbanas, que historicamente afetam este espaço.

Christofoletti (2001) reforça o direcionamento que o relevo dá ao crescimento da cidade, porém, coloca que as transformações nos ecossistemas e geossistemas tornam as áreas urbanizadas grandes influenciadoras nos impactos naturais. Mumford (1961) argumenta que as mudanças no sítio, ocasionadas pelo desmatamento, desvio, canalização e retificação de cursos d'agua, assentamento em planícies de inundação e o próprio ambiente construído, com a impermeabilização e modificação do solo aparente, são os principais responsáveis pela incidência e gravidade de inundações urbanas.

Segundo Tucci (2003) a inundação é um evento que ocorre como um comportamento natural dos rios, mas pode ser ampliado pela alteração no meio. Ela ocorre quando as águas do rio, riachos ou galerias pluviais saem do leito devido a um excesso de volume de água que escoou para o sistema de drenagem causado por uma precipitação intensa que não foi absorvida pelo solo, devido a sua pouca capacidade de infiltração, ou pela impermeabilização causada pela urbanização (Tucci, 2003).

A inundação é um evento que atinge um considerável número de pessoas todos os anos, e pode ser enquadrado como desastre natural ou evento natural extremo, dependendo de sua magnitude (Zanella, 2014). No Brasil, de acordo com Marcelino (2008), ao coletar dados do EM-DAT de 2007, 84% dos registros de desastres naturais entre 1900-2006 são identificados depois dos anos de 1970, o que demonstra que nos últimos anos houve um aumento exponencial dos eventos, e dentre estes, 59% dos registros são de inundação, sendo associados com 'instabilidades atmosféricas severas'.

As inundações apresentam intensidade, duração e frequências diferentes, que são responsáveis por impactar áreas da sociedade de formas distintas. As pessoas e as infraestruturas são afetadas diretamente por inundações intensas, enquanto inundações mais longas normalmente prejudicam de forma mais direta o comércio e as indústrias (Stephens, 2015). Diante disso, é necessário que haja atenção do poder público, devido à dificuldade apresentada pelos municípios em tomar medidas para atenuar as consequências das variações e dos extremos pluviométricos na área urbana

Entretanto, não existe uma linearidade entre as anomalias de precipitação e o risco de inundação, ou seja, o valor máximo de precipitação registrada pode não coincidir com a inundação mais expressiva (Stephens, 2015). É possível realizar predições e estimativas de inundação num determinado espaço, considerando série observada e regionalização de vazões, precipitação e modelo de precipitação – vazão (Tucci, 2003).

Diante deste contexto, é necessário não somente atentar-se aos métodos de previsão meteorológica, mas também compreender a necessidade de buscar métodos de mapeamento de suscetibilidade às inundações, possibilitando identificar localmente os impactos possíveis e buscar formas de prevenir e evitar prejuízos. Nesse sentido, as ferramentas de geoprocessamento podem ser imprescindíveis quanto à análise de risco de inundações, devido a sua capacidade de integração de planos, e a possibilidade de analisar a partir de modelos.

Risco, como Marandola e Hogan (2004) conceituam, representa uma situação futura de incerteza e insegurança, ligada à probabilidade do acontecimento de um evento danoso. Os autores destacam a definição de Aneas de Castro (2000, apud MARANDOLA E HOGAN, 2004) de risco como probabilidade de realização de um perigo, e perigo como um fenômeno potencial e um fenômeno em si. (Marandola; Hogan, 2004, p.103)

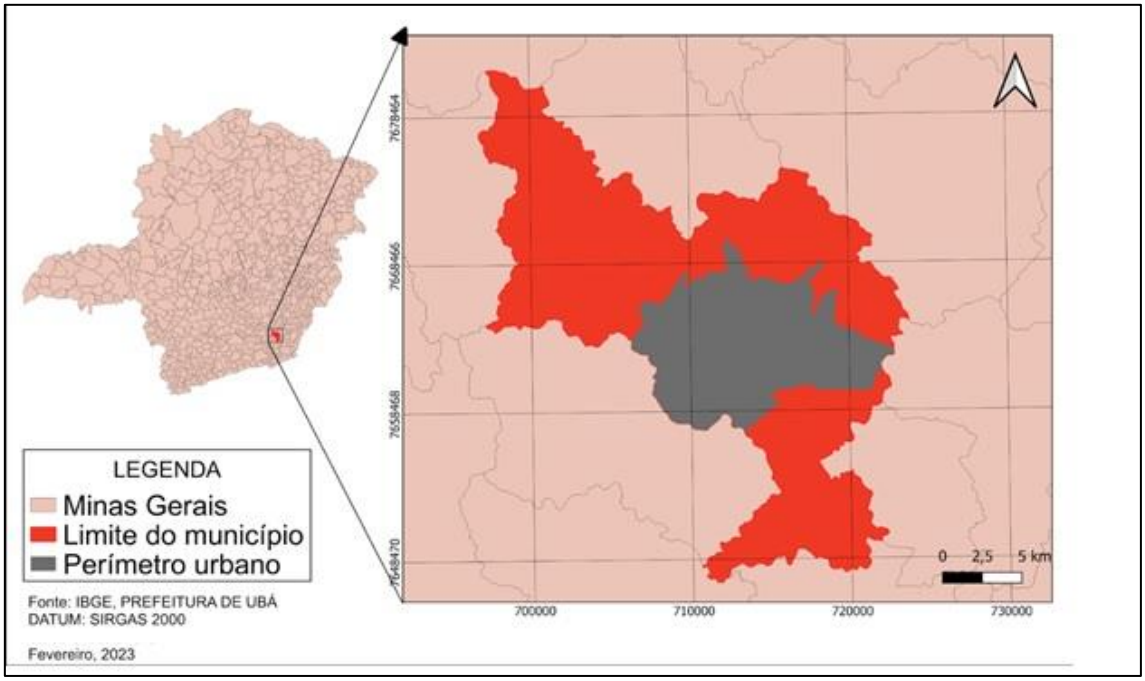
O objetivo do estudo é estabelecer, identificar e mapear as áreas de risco de inundação do município dentro de seu perímetro urbano, utilizando-se de geoprocessamento para definir geograficamente as áreas de possível impacto pelas chuvas fortes e extremas. A modelagem é confrontada com os registros históricos de áreas que sofreram com inundações nos últimos 20 anos, e assim estabelece a validade da metodologia aplicada. Este trabalho busca, ainda, contribuir com o poder público para a gestão do risco de inundação no município, que não possui nenhum mapeamento disponível nos órgãos oficiais.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Ubá está localizado na mesorregião da Zona da Mata Mineira (Mapa 1), e segundo último censo realizado pelo IBGE em 2022, a cidade possui 103.365 habitantes (IBGE, 2021). Sua mancha urbana se estende por aproximadamente 14,6 km², com sua ocupação e seu crescimento seguindo principalmente os tentáculos das vertentes dos cursos d'água. O perímetro urbano, que será nosso recorte de estudo, é definido pelo Plano Diretor municipal, Lei Complementar n.º 211, de 27 de outubro de 2021.

A cidade está inserida no domínio dos "Mares de Morros" conforme Ab'Saber (2007). Tendo como característica a mamelonização das vertentes que inicialmente eram cobertas por mata atlântica com drenagem dendrítica perene. Quanto à especificidade do relevo da localização do município, Fialho (2012) indica que a área urbanizada está inserida na parte mais baixa do "golfão de Ubá", uma reentrância do complexo da Mantiqueira que influencia os ventos locais e resulta em um acúmulo de energia no local, afetando diretamente a ventilação, umidade e temperatura. Mendonça (2008) acrescenta que o município sofreu intensa exploração de suas áreas verdes, restando principalmente mata secundária e com grande parte do território sendo destinada a pastagens.

Mapa 1 – Localização do Município e perímetro urbano de Ubá, MG



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

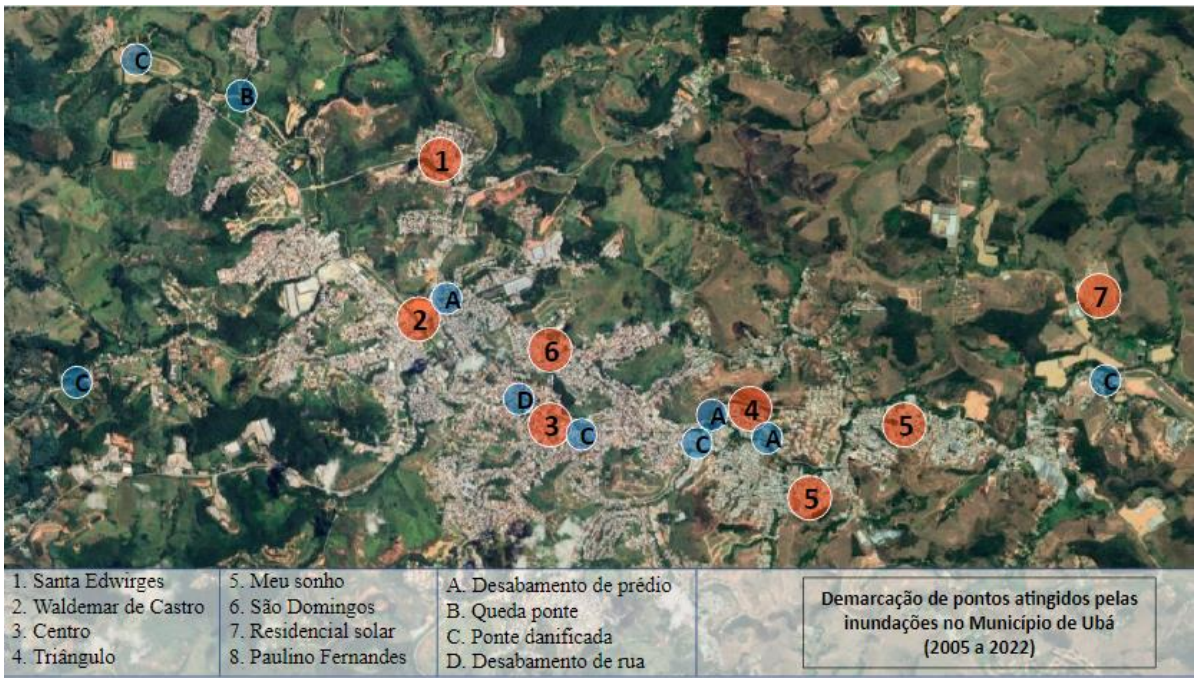
Conforme a classificação climática de Köppen-Geiger mapeada por Reboita (2015), o município de Ubá encontra-se na categoria Aw, caracterizada por clima tropical e inverno seco. De acordo com Cruz *et al.* (2022) a estação chuvosa local ocorre entre novembro e março, enquanto a estação seca se estende de abril a outubro. O total pluviométrico registrado de 2010 a 2021 foi de 1.284 mm na estação Miragaia e 1.297 mm na estação Peixoto Filho. Dezembro foi identificado como o mês mais chuvoso (290,5 mm e 260,9 mm), e julho como o mais seco (19,4 mm e 6,6 e 8,6 mm).

Andrade (1961) reforça a definição das estações na região, e destaca a influência da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e Sistemas Convectivos como maiores influências nas chuvas do verão, que também concentra o maior número de chuvas intensas. E é nesse período que ocorrem no município os maiores transtornos relacionados às chuvas, com impactos recentes de acordo com dados da defesa civil datando de 2004, 2005, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2016, 2018, 2019, 2020 e 2021.

Os principais danos ocasionados no município são: (1) Danos no patrimônio público e privado, com desabamento de pontes, casas e ruas, além de danos internos a residências e comércio com a invasão da água, (2) Pessoas ilhadas e (3) Interrupção no

abastecimento de água. Os bairros mais atingidos pelas inundações nos últimos anos, de acordo com levantamento de notícias em portais de internet da região, são os bairros Santa Edwirgens, Centro, Waldemar de Castro, triangulo, Meu Sonho, São Domingos, Paulino Fernandes e Residencial Solar. Como mostrado na Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Localização dos pontos que sofreram algum dano devido a inundações em eventos noticiados em sites nos últimos 20 anos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

METODOLOGIA

Para a elaboração de um mapa de risco de inundação utilizou-se de uma metodologia multicritério baseada no método de Análise Hierárquica (Analytic Hierarchic Process - AHP), amplamente utilizada na literatura, sendo executada por Magalhães *et al.* (2011), Ferraz *et al.* (2018) e Gomes, Lapa, Zaidan (2023) dentre outros. O método AHP foi executado tendo como critérios a declividade, altitude e uso e ocupação da área de estudo. Cada critério corresponde a um plano de informação geográfica aos quais são atribuídos notas e pesos conforme cada elemento contribui positivamente para o aumento do risco de inundação.

A base de dados referente ao relevo foi extraída da imagem do satélite ALOS PALSAR, disponibilizada no site da *Alaska Satellite Facilit* da Universidade do Alaska. O Modelo Digital de Elevação (MDE) por eles disponibilizado faz uma correção radiométrica de terreno das imagens originais do SRTM, apresentando uma maior qualidade das formas do relevo em comparação aos originais, possuindo uma resolução de 12,5m contra os 90m do SRTM. Através do MDE foram gerados o mapa com as altitudes e o mapa de declividade da área.

O mapa de altitude (Mapa 2a) foi criado recortando e classificando a altimetria da área de estudo, extraída do MDE com o comando *Extract by mask* do ArcGis 10.7, utilizando o *shapefile* da área do perímetro urbano municipal. O mapa de declividade (Mapa 2b) foi gerado no ArcGis a partir do mapa de relevo, utilizando a ferramenta de *Slope* que fica dentro das ferramentas para superfície do *Spatial Analyst.* O mapa de uso e cobertura do solo (Mapa 2c) confeccionado com classificação manual das áreas, tendo como base a imagem de satélite do *basemap* do ArcGIS para se identificar o uso e classificar, com maior detalhamento, o grau de urbanização e organização do município.

Tendo como base os dados do *OpenStreetMaps* (OSM) dentro da plataforma, que é colaborativa, foi identificada pela imagem de satélite, inicialmente, toda mancha remanescente de vegetação arbórea com área significativa do perímetro urbano. Utilizando o software livre QGIS 3.24 com o *plug-in OpenLayers*, foram extraídas as vias e a vegetação vetorizada da área urbana da base de dados.

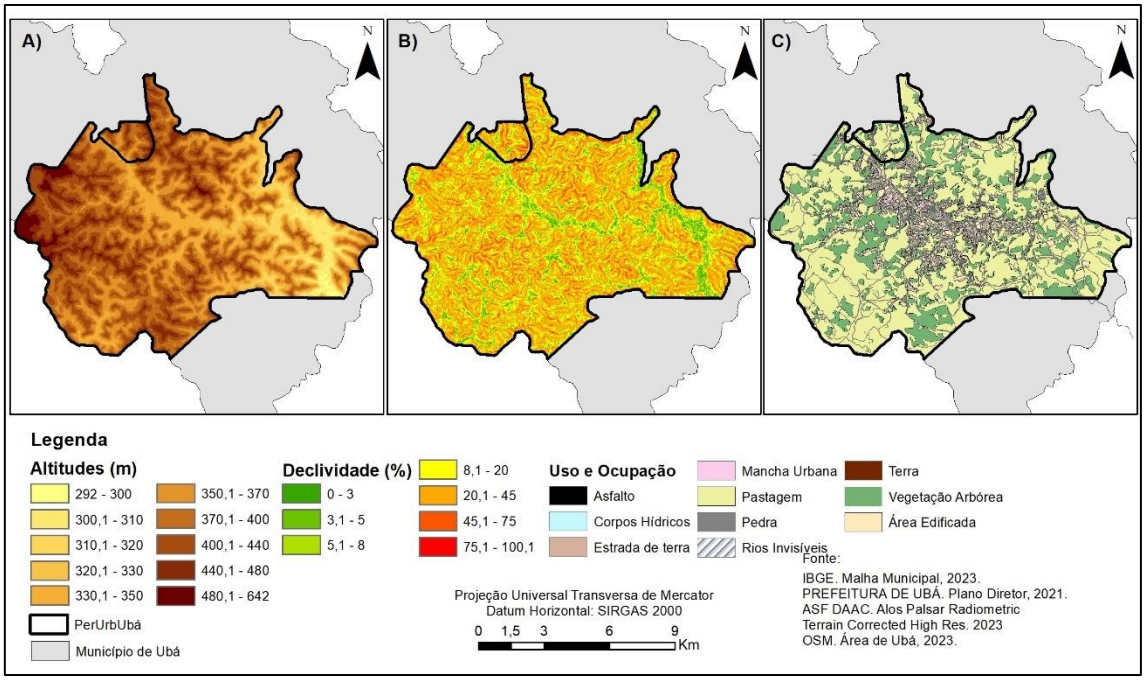
A área edificada foi vetorizada por quadras sobre a imagem OSM no QGIS. As informações sobre os corpos hídricos foram disponibilizadas pela prefeitura de Ubá. Além disso, foram feitas coleta de dados em campo para identificar se os corpos hídricos sofreram intervenções urbanas como canalização ou retificação.

Toda área que não foi identificada nos critérios anteriores, mas contíguas as edificações e ruas asfaltadas, foi generalizada para a classe mancha urbana, representando o solo urbano. E os arredores da mancha urbana foram generalizados para pastagem ou gramínea, que são o uso predominante dos arredores rurais.

RESULTADOS

Os três planos de informação básicos necessários para gerar o mapeamento do risco à inundação estão apresentados no Figura 2. Cada plano de informação é reclassificado conforme seus elementos têm maior contribuição para desencadear eventos de inundação.

Figura 2 – Mapas básicos: Altitude, declividade e uso e ocupação



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O mapa de hipsometria foi classificado em 10 classes, sendo com menor intervalo nas classes próximas as menores altitudes que condizem com o fundo de vale. Atribuiu-se uma nota para cada classe, sendo as menores altitudes as áreas para onde a água das precipitações escorrem, por isso recebem valores mais altos, por serem mais propícias às inundações. A ferramenta utilizada para atribuição dos pesos é a *Reclassify* do *Spatial Analyst*.

Neste modelo, a declividade tem um papel fundamental, por isso foram utilizadas oito (8) classes, um maior número quando comparada a metodologia de referência adotada pela Embrapa, sendo mais detalhada nas menores declividades. As áreas de menores declividades propiciaram menor velocidade de escoamento e acabaram

sendo mais sujeitas a inundações por acumularem fluxos de água, recebendo assim maiores valores de notas em relação ao risco.

O mapa de uso e ocupação teve suas notas atribuídas conforme a capacidade da água infiltrar no solo devido à impermeabilidade e rugosidade da superfície, quanto maior a velocidade de escoamento menor é a infiltração, superfícies impermeáveis e lisas são fatores que contribuem para aumentar o risco de inundação. O Quadro 1 mostra os valores utilizados para classificar cada informação em relação ao seu potencial de favorecer as inundações. Sendo 10 grande potencial de inundação e 1 baixíssimo potencial da área a favorecer inundações

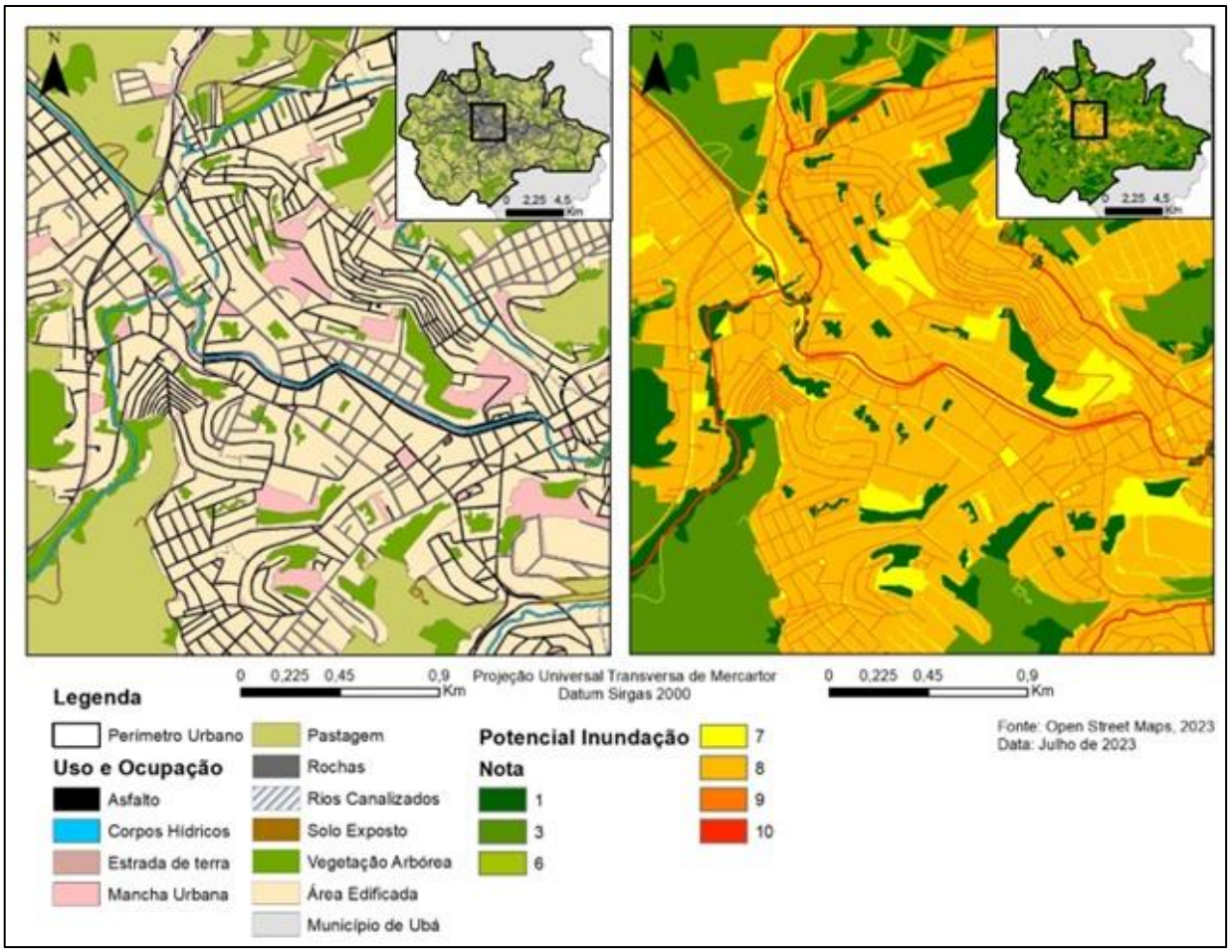
Quadro 1 – Notas da altimetria, declividade e uso e cobertura do solo em relação ao favorecimento de inundações

Altimetria (m)	**Nota**	**Declividade (%)**	**Nota**	**Uso e cobertura do solo**	**Nota**
299,4 - 300	10	0-3	10	Corpos Hídricos ou rios canalizados	10
300 - 310	9	3-5	8	Asfalto ou Rochas	9
310 - 320	8	5-8	7	Área edificada	8
320 - 330	7	8-20	5	Mancha Urbana	7
330 - 350	6	20-45	4	Solo Exposto ou Estradas de Terra	6
350 - 370	5	45-75	3	Pastagem	2
370 - 400	4	>75	1	Vegetação Arbórea	1
400 - 440	3				
440 - 480	2				
480 - 642	1				

Fonte: Adaptado de Ferraz *et al.* (2018).

Já a Figura 3, ilustra o resultado do processo de reclassificação para o Mapa de Uso e Ocupação. Este é apenas uma das três reclassificações necessárias.

Figura 3 – Reclassificação segundo potencial de inundação da variável uso e ocupação



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com a conclusão dos mapas individuais, estes já tendo sido reclassificados com suas variáveis pelo potencial de inundação, o segundo passo foi gerar um mapa síntese que integra os diversos planos de informação. Essa união é feita por meio de uma ponderação ou julgamento pelo método AHP, de acordo com qual plano tem maior peso para o risco de inundação. O AHP consiste resumidamente, segundo Da Conceição *et al.* (2019).

> A hierarquia de importância é criada por uma matriz quadrada n x n de comparação pareada, onde as linhas e colunas correspondem aos critérios, sendo o resultado igual à importância relativa do critério da linha face ao critério da coluna. Os critérios de importância na comparação pareada são definidos por uma escala de julgamento que vai de 1 a 9, onde o valor 1 equivale ao mínimo, e 9 o máximo de importância de um fator sobre o outro. De cada comparação são extraídos seus autovetores que correspondem ao grau de importância relativa de cada tema considerado (Da Conceição *et al*., 2019, p.91).

Optou-se por utilizar a ponderação ou matriz já utilizada por Magalhães *et al.* (2011), Ferraz *et al.* (2018) e Gomes, Lapa, Zaidan (2023) de modo que os resultados obtidos sejam possíveis de serem comparados, ao invés de criar uma nova matriz, uma vez que o método AHP possui um certo grau de subjetividade. Por isso optou-se por essa matriz (Tabela 1) que se apresenta como um consenso ao ser utilizada em vários trabalhos.

Tabela 1 - Pesos utilizados para cada mapa base na elaboração do mapa de Risco de Inundação

	Altitude	**Uso do Solo**	**Declividade**	**Peso**
Altitude	1	0,3333	0,1429	0,0882
Uso do Solo	3	1	0,3333	0,2431
Declividade	7	3	1	0,6687

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Como o método AHP envolve julgar qual critério tem maior impacto sobre o resultado final, o peso 3 para uso do solo em relação a altitude significa que o uso é três vezes mais significante que a altitude para propiciar inundação na área. Como é um método que tem como atributo a consistência, se a declividade é um fator que contribui mais com a inundação que o uso do solo, no caso três vezes mais, e este contribui mais que a altitude, a altitude tem que contribuir muito menos que a declividade para manter a coerência e consistência matemática.

Com base nos pesos atribuídos, vemos que a declividade é o fator de maior impacto para o risco de inundação, seguido pelo uso e ocupação do solo, e com menor peso temos a altitude. A declividade é fator que vai gerar a maior velocidade de escoamento da água, transportando o volume da precipitação de um ponto para outro. Em pontos de menor declividade teremos o acúmulo de fluxos, pois o escoamento da água nesse ponto será lento. Em geral, isso ocorre nos fundos de vale e no grande leito marginal dos rios, onde as cidades costumam se desenvolver aproveitando essa planície.

Para a integração dos planos e geração do mapa de risco a inundações, utilizou-se a ferramenta do ArcGis *Raster Calculator* e como o próprio nome indica, é uma ferramenta que permite somar mapas ou fazer qualquer outra operação matemática com eles, como, nesse caso, uma soma de mapas, ponderando cada mapa pelos pesos da Tabela 1. A equação utilizada no *Raster Calculator é:*

RI = 0,0882*A + 0,2431*U + 0,6687*D (Equação 1)

onde,

RI = Risco de Inundação (Resultado que será gerado com *Raster Calculator*)

A = Mapa de Altitude Reclassificado

U = Mapa de Uso e Ocupação do Solo Reclassificado

D = Mapa de Declividade Reclassificado

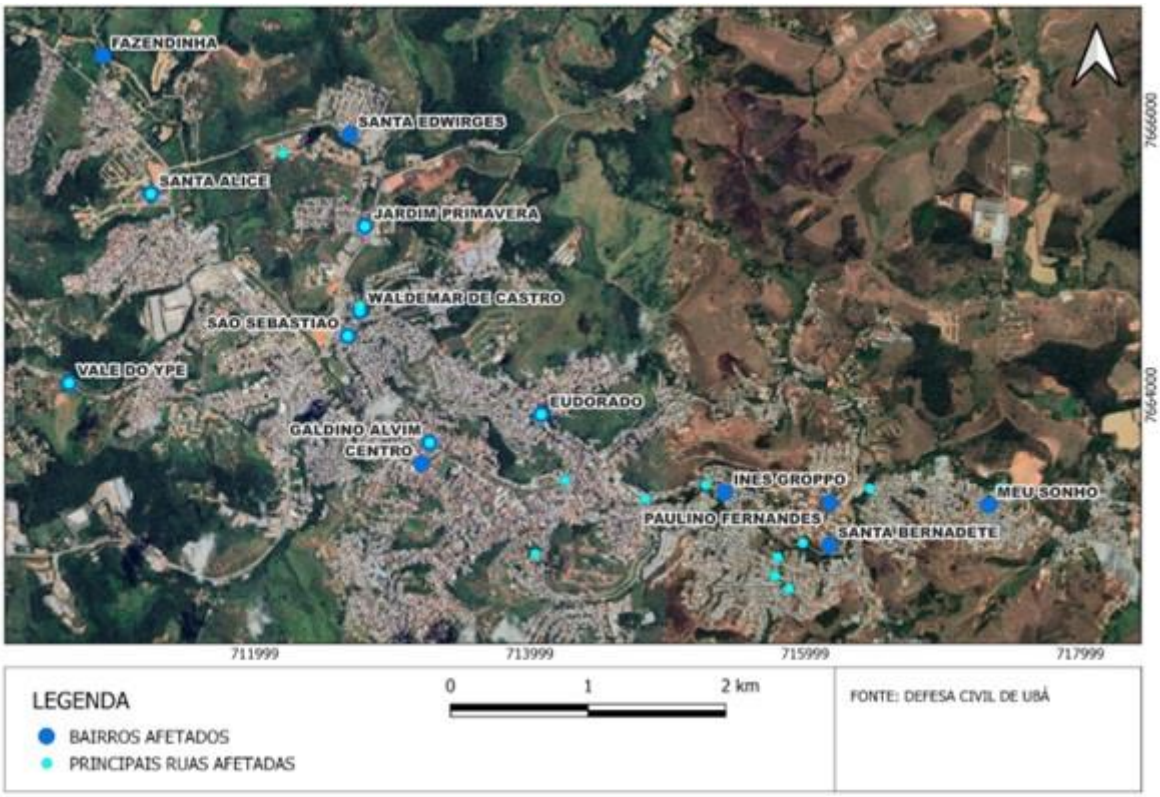
Para realizar uma análise comparativa e com ela permitir uma validação da metodologia de mapeamento realizada, foram pesquisadas as referências de levantamento de áreas de risco da Defesa Civil do município dos últimos anos.

Esse levantamento do órgão refere-se não somente a áreas de possível inundação, mas também de destruição de vias, pontes e outros possíveis impactos pluviais na área urbana. O levantamento de dados da Defesa Civil engloba coletas de 2012, 2017 e 2020. Também foram utilizados dados do Plano de Contingência realizado em 2020, bem como das ocorrências registradas pelo órgão em eventos com decretação de situação de emergência.

Os dados foram separados em bairros mencionados e ruas mencionadas, devido ao fato de alguns bairros não serem especificados as ruas que apresentam maiores níveis de risco e podem ser vistos no Figura 4. Dessa forma, seria possível ter a dimensão da quantidade de ruas em locais específicos que apresentam recorrentes problemas quanto a inundações e alagamentos.

Além dos dados da Defesa Civil também foi realizado um levantamento das notícias de jornais e páginas de notícias, que identificaram os bairros mais afetados pelas inundações ocorridas no município no ano de 2020, principalmente. Nesse único ano o município sofreu com três eventos no período de 24 de janeiro, 04 de março e 07 de abril, que foram consideradas as maiores inundações da história da cidade, e com isso os dados levantam pontos mais amplos quanto à possibilidade de danos.

Figura 4 – Eventos de Inundação: Principais bairros e ruas de Ubá afetadas

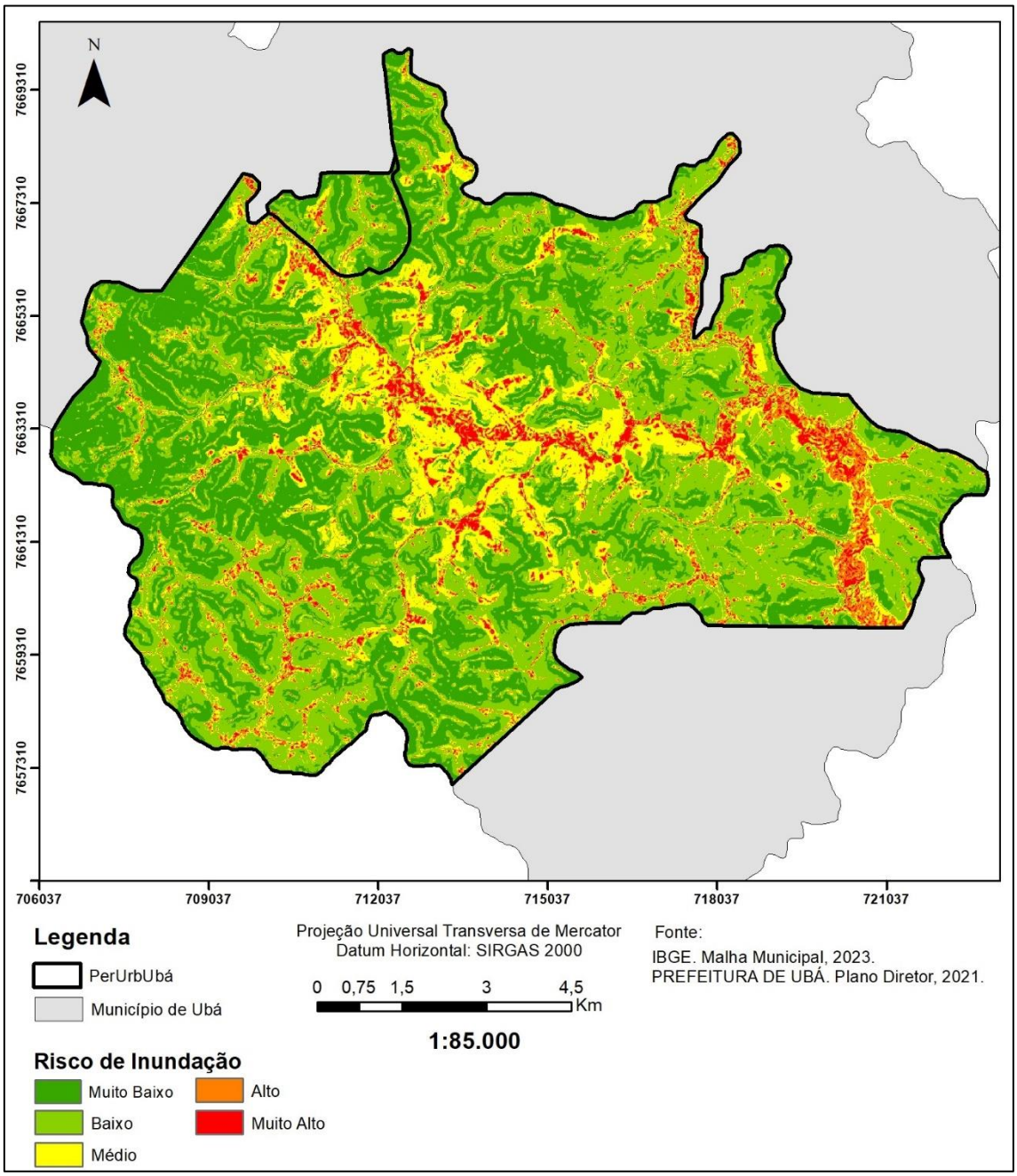


Fonte: Dados da Defesa Civil de Ubá (2020).

Para os dados coletados dentro dessa perspectiva, também foram levantados os bairros mais impactados de acordo com os portais dos pontos críticos, as ruas onde aconteceram maiores danos, locais onde houve quedas de pontes, destruições de vias e do canal do rio, e também onde ocorreram desabamentos de imóveis.

Com a utilização da metodologia descrita, produziu-se o Mapa 2 que ilustra os níveis de risco de inundação dentro do perímetro urbano do município. De acordo com o mapeamento obtido dos 116,2 Km^2 de área do perímetro urbano, 7 Km^2 estão em área de alto ou muito alto risco, 2% da área total é de altíssimo risco. Estas sendo principalmente localizadas próximas aos leitos dos cursos de água com maior vazão, nas áreas de menor declividade, baixa altitude e muito urbanizadas do perímetro. As áreas de alto risco são 4%.

Mapa 2 – Áreas suscetíveis a inundação em Ubá - MG



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ainda existem áreas de médio risco, que também não podem ser descartadas no que se diz respeito ao planejamento de medidas de contenção e de prevenção. Estas áreas representam 18% do perímetro. E as áreas de baixo e baixíssimo risco são de menor importância quando se diz respeito ao risco de inundação, estas representam 76% do perímetro urbano.

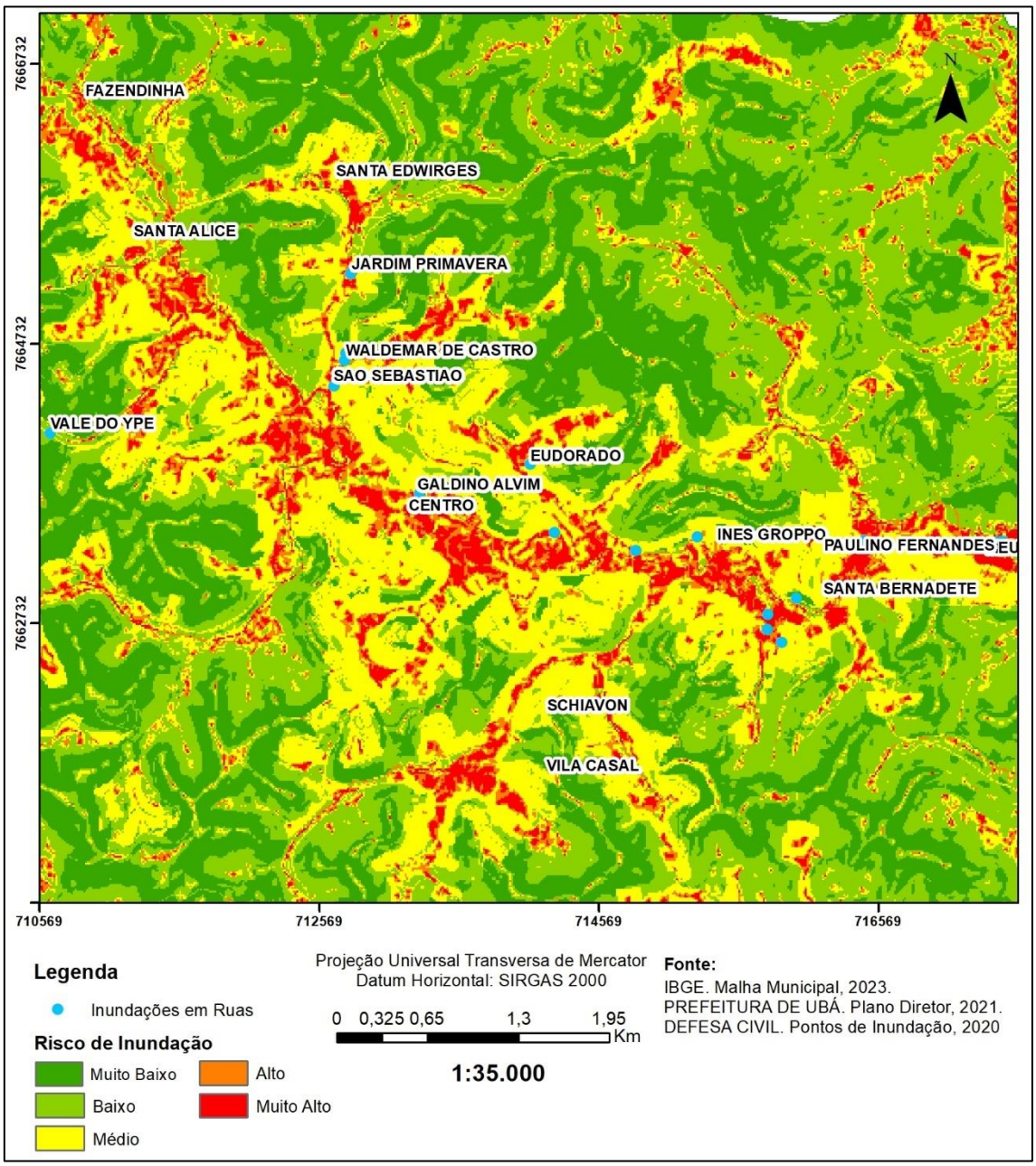
Ainda sobre as áreas de baixo risco de inundação, estas têm grande presença dentro do contexto urbano, devido às características do relevo local, como áreas que podem influenciar em áreas de possível inundação. Estas áreas acarretam maior velocidade de escoamento das águas pluviais e com isso tornam-se fatores de impacto quando se considera as dinâmicas dos fluidos que extrapolam as variáveis utilizadas no presente modelo. Nessas áreas o uso deveria privilegiar uma menor impermeabilização do solo e preservação ou implantação de vegetação arbórea a fim de aumentar a infiltração da água no solo e reduzir o escoamento superficial e, portanto, reduzir as inundações em áreas adjacentes baixas próximas.

As áreas de risco que totalizam 7 $km^{2,}$ quando analisada apenas a mancha urbana dentro do perímetro urbano, que possui cerca de 14,4 km^2, representa quase metade dela, ou seja, metade da área ocupada urbanizada no município está propícia a sofrer risco de inundação. Magalhães *et al.* (2011) diz que o método AHP tende a superestimar o risco de inundação em relação a outros métodos que se baseiam em levantamentos em campo. Contudo, o mesmo é satisfatório, pois ainda que superestimada a área de risco sujeita a inundação, ela é bastante significante no município.

Com os dados históricos referentes aos pontos de inundação registrados por notícias e identificadas pela Defesa Civil, foi possível traçar diversos paralelos com o Mapa 2 de risco a inundação criado. O Mapa 3 mostra sobre as áreas de riscos a inundação geradas os casos registrados de inundações por ruas pela Defesa Civil com indicação dos bairros que em que tais casos são comuns. Os bairros são os citados por notícias sobre casos de inundação por portais de internet, como G1 (2021).

A Defesa Civil registrou 18 ocorrências de inundação, sendo que destas, dois ou 11% foram registradas em áreas de muito alto risco, 22% foram registradas em áreas de alto risco de inundação. Pontos em área de médio risco foram 66%.

Mapa 3 – Ruas com casos registrados de inundação pela Defesa Civil de Ubá - MG



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Entretendo, sobre os registros da Defesa Civil temos dois problemas: (1) é a falta de precisão no registro das ocorrências, apesar de constar a coordenada geográfica, muita das vezes ela é colocada posteriormente no relatório, apenas resguardando o nome da rua. Quando temos uma inundação de maiores proporções em um bairro, no relatório consta apenas “diversas ruas” sem uma delimitação precisa do ponto das vias. Algumas ruas e avenidas são bastante extensas com declividades e altitudes variando durante seu

comprimento. Além disso, há (2) erros de preenchimento das ocorrências confundindo inundação com alagamento ou mesmo movimento de massa.

Em quatro pontos tivemos alagamentos em área com declividade maior que 18% Gomes, Lapa, Zaidan (2023, p. 39) comentam que: “Tal singularidade pode ser explicada por possíveis alterações na modificação das formas do relevo, redes de drenagem ou permeabilidade dos tipos de uso e cobertura”. O uso e ocupação pode tanto potencializar problemas decorrentes do meio físico como amenizar tais com obras de engenharia. A complexidade do ambiente urbano necessita que o Estado e os atores produtores do espaço discutam formas de ocupação afim de minimizar problemas ambientais nesses espaços.

É importante frisar que os fatores utilizados para levantar as áreas de risco consideram o peso da urbanização, entretanto, o método não abarca todos os fatores que influenciam a dinâmica dos rios no período chuvoso, como a configuração urbana, a trajetória dos rios, o potencial de infiltração do solo, o acumulado de chuvas, a drenagem urbana e também a dinâmica dos fluxos. Tais informações seriam necessárias para melhor exatidão de áreas que apresentam maiores chances de sofrerem com estes eventos. A drenagem urbana, por exemplo, é um atenuante a inundação em uma área, mas dependendo de como se configura ela apenas transfere o fluxo e o problema para um ponto mais a jusante do curso de água.

O Geoprocessamento, nesse caso, traz informações importantes para que futuras análises possam ser realizadas, servindo de base para direcionar tais pesquisas, pois todos esses pontos levantados acima seriam de grande valia para refinar os dados e tornar ainda mais precisas a identificação de áreas de maior incidência de azares. O processo integra planos de informações geográficas, podendo gerar modelos e cenários, algo muitas vezes que necessita de mais levantamentos e informações mais robustas.

No entanto, o estudo realizado demonstra que boa parte das áreas identificadas como maior risco de inundação coincide com as áreas de risco indicadas tanto pela Defesa Civil do município, quanto também pelo histórico de eventos levantados pelos dados jornalísticos. O que é indicado pelo forte peso do relevo no modelo reafirma o que é colocado por Ab’Saber (2007, p.64), que coloca a formação onde o município se insere como um empecilho para formação de sítios urbanizáveis e criação de estradas, além de ser um domínio morfoclimático sujeito a fortes processos de erosão.

Outro ponto, levantado por Tucci (2003), é que a ocupação do leito maior do rio pela malha urbana é que torna frequente as inundações e torna boa parte da população que mora nas regiões centrais do município suscetíveis a esses impactos. Além disso, tais informações mapeadas indicam os locais onde a cidade deveria evitar direcionar seu crescimento, assim como indica Tucci (2003), as alterações geradas pelo desenvolvimento urbano podem ainda aumentar a problemática existente, criando mais impermeabilização, aumentando a velocidade com que a água escoa para o leito do rio, além de criar obstruções quanto ao escoamento, criar drenagens inadequadas, e aumentar as áreas de assoreamento.

Além desses fatores, Brookfield (1999) levanta que a vulnerabilidade deve ser considerada nestes casos, também por se relacionar com as características físicas, mas também considerando as características sociais e econômicas da população destas áreas, considerando assim a sensibilidade destes ambientes.

A atuação preventiva no desenvolvimento urbano pode direcionar melhor as áreas de expansão do município, além de possibilitar ações que reduzam os riscos para a população que reside em áreas de alta vulnerabilidade. Esse tipo de mapeamento pode indicar locais que precisam de maior atenção tanto para implantação de novas construções, quanto para orientar áreas que necessitam de intervenção preventiva.

CONCLUSÃO

A modelagem é uma tentativa de reprodução da realidade para fins de estudo de algum aspecto. Todo modelo enfrenta limitações, pois a realidade é um sistema complexo de variáveis e quase infinitas interações entre elas.

Aceitando que existem limitações, o modelo aqui utilizado se mostrou satisfatório em identificar áreas sujeitas às inundações urbanas. Outros modelos hidrológicos, como de acúmulo de fluxo, se mais complexos, deixam de lado também as alterações que o ambiente urbano gera sobre como a água se movimenta em seu interior.

O principal mérito do modelo multicritério é a necessidade de poucos dados, dado sua baixa complexidade, ser aplicado em pequenos e médios municípios a fim de orientar poder público sobre áreas mais críticas.

A identificação é o primeiro passo para a possibilidade de intervenções urbanas pelo poder público com intuito de reduzir o risco da população a eventos de inundação, que ocasionam perdas materiais e humanas. Não somente intervir, mas o mapeamento permite planejar as áreas de expansão urbana, levando em consideração a ocupação com restrição de áreas naturalmente sujeitas a inundações. Permitindo monitoramento e alerta de eventos em tais áreas, elencar áreas de prioridade em obras de prevenção a desastres e de adaptação climática, inclusão de sinalização na área urbana de áreas de riscos, subsidiar a elaboração de planos de contingência e direcionar fiscalização sobre ocupação dessas áreas vulneráveis. Em consonância com o trabalho executado pelo serviço Geológico do Brasil para Riscos Geológicos para diversos municípios do Brasil, mas no qual Ubá não está incluído, o presente trabalho buscou então preencher essa lacuna informacional.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: Potencialidades paisagísticas. 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ANDRADE, M. C. de. Aspectos Geográficos da Região de Ubá. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, Avulso n. 1, 1961.

BROOKFIELD, H. Environmental damage: distinguishing human from geophysical causes. **Environmental hazards: Human and Policy Dimensions**, v.1, n.1, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. Aplicabilidade do conhecimento geomorfológico nos projetos de planejamento. **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos, v. 2, p. 415-440, 2001.

CRUZ, E. V., FIALHO, E. S., DA SILVA, D. A., DIAS, N. G. D. O. S. Análise da variaiblidade pluviométrica no município de Ubá-MG (2003-2021). **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 12, n. 2, p. 184-217, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/download/39388/25424>. Acesso em: 05 fev. 2023.

DA CONCEIÇÃO, Raimundo Almir Costa; SIMÕES, Patrícia Mara Lage. Modelagem De Suscetibilidade A Inundação Utilizando Processo Analítico Hierárquico (AHP) E Lógica Fuzzy. XIX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. **Anais** [...] INPE, 2019. Disponível em: <http://marte2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/marte2/2019/09.16.16.40/doc/97553.pdf>. Acesso em: 14 de jun. 2023.

DEFESA CIVIL DE UBÁ, MINAS GERAIS, BRASIL. **Mapeamento das áreas de risco no município de Ubá**. Ubá, 2020.

DEFESA CIVIL DE UBÁ, MINAS GERAIS, BRASIL. **Plano de contingência 2021-2022**. Ubá, 2020.

FERRAZ, C. M. L., VALADÃO, R. C.; HENRIQUE, R. J.; TRINDADE, B. C. Uso de geotecnologias para mapeamento da suscetibilidade a inundações e escorregamentos em Teófilo Otoni, Minas Gerais: potencialidades e limitações. **Revista Vozes dos Vales**, v. 7, n. 14, p. 1-31, 2018.

FIALHO, E. S.; ALVES, R. de S.; ALVES, A. de S. Interações entre clima e sítio em situação sazonal de inverno: um estudo de caso em cidades da Zona da Mata Mineira. **Revista Geonorte**. Manaus, v. 4, p. 916-931, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/download/2156/2022>. Acesso em: 13 out. 2021.

G1. **'Maior enchente da história de Ubá', diz Prefeitura após forte chuva que atingiu a cidade**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/03/05/maior-enchente-da-historia-de-uba-diz-prefeitura-apos-forte-chuva-que-atingiu-a-cidade.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GOMES, F. C. M.; LAPA, D.P.; ZAIDAN, R. T. Risco a Inundação na Sub-bacia do Rio Paquequer em Teresópolis - RJ. **Revista Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 29-41, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 1950/2010.** Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>. Acesso em: 20 nov. 2021.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**, v. 21, n. 1, p. 13-25, 1961.

MAGALHÃES, I. A. L; THIAGO, C. R. L; AGRIZZI, D. V.; SANTOS, A. R dos. Uso de Geotecnologias Para Mapeamento de Áreas de Risco de Inundação em Guaçuí, ES: Uma Análise Comparativa Entre Dois Métodos. **Cadernos de Geociências**, v. 8, n. 2, 2011.

MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, p. 95-110, 2004.

MARCELINO, E. V. Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos. **Caderno didático**, v. 1, p. 34, 2008.

MENDONÇA, F.M. de. **Formação, desenvolvimento e estruturação de arranjos produtivos locais da indústria tradicional do Estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2008.

MUMFORD, Lewis. **The city in history**: Its origins, its transformations, and its prospects. Houghton Mifflin Harcourt, 1961.

OLIVEIRA JR., A. **Instituição, espaço e desenvolvimento: o caso do Pólo Moveleiro de Ubá, MG**. 2011. Tese (Doutorado). - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2011.

REBOITA, M. S., RODRIGUES, M., SILVA, L. F., ALVES, M. A.l. Aspectos climáticos do estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Climatologia**, ano 11, v. 17, p. 206-226, 2015. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/rbclima/article/download/13853/7148>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RUDNIAK, A.; OLIVEIRA FILHO, P. C.; ANDRADE, A. R. Aplicação de técnicas de análise espacial para mapear áreas suscetíveis à enchentes urbanas. **GeoUERJ**, n. 35, e33292, 2019.

STEPHENS, E. Precipitation and floodiness. **Geophysical Research Letters**, v. 42, n. 23, p. 10,316-10,323, 2015.

TUCCI, Carlos EM; BERTONI, Juan Carlos. **Inundações urbanas na América do Sul**. Ed. dos Autores, 2003.

ZANELLA, M. E. **Inundações em Curitiba:** impactos, risco e vulnerabilidade socioambiental. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 194 p.

Recebido em agosto de 2023.

Revisão realizada em abril de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

FESTA DO VERMELHENSE AUSENTE: ASPECTOS IDENTITÁRIOS DE UMA FESTA POPULAR MINEIRA

ABSENT VERMELHENSE PARTY: IDENTITY ASPECTS OF A POPULAR CELEBRATION IN MINAS GERAIS STATE

FIESTA DEL VERMELHENSE AUSENTE: ASPECTOS IDENTITARIOS DE UNA FIESTA POPULAR EN MINAS GERAIS

Lusvanio Carlos Teixeira
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
lusvanio.t@gmail.com

Wescley Silva Xavier
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
wescley@ufv.br

José Roberto Abreu de Carvalho Junior
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
jose.carvalho@ifes.edu.br

Destaques

- A Festa do Vermelhense Ausente, realizada em Vermelho Novo (MG) desde meados da década de 1950, busca promover o encontro de conterrâneos e valorizar as raízes identitárias do município;
- Festas populares integram estruturas sociais e tradições, criando memórias e nutrindo relações entre pessoas e lugares, marcando a vida com significado e pertencimento;
- O conceito de enraizamento, segundo Simone Weil, reflete a necessidade humana de integrar-se a uma coletividade, mantendo tradições e valores do passado, mas adaptados à realidade presente;
- A Festa de Vermelho Novo se transformou de uma celebração sacro-profana para festival secular, onde vermelhenses ausentes se reconectam com suas origens e transmitem a tradição às futuras gerações;

RESUMO

Este artigo analisou a Festa do Vermelhense Ausente, realizada desde a década de 1950, em termos históricos, culturais e identitários. Foram coletadas informações históricas sobre a festa e realizadas entrevistas com nativos de Vermelho Novo (MG).

Metodologicamente, empregou-se a análise documental e a pesquisa narrativa. Os resultados demonstram que a festa surgiu como uma tradição de expressão religiosa, voltada a reunir cidadãos nativos que se ausentaram do município. Com o tempo, a festa aumentou seu alcance de público e passou por um processo de espetacularização, deixando de ser organizada pela população e sendo apropriada pela administração municipal. Nesse aspecto, a festa se transformou, passando a contar com artistas de renome e alterações na programação.

Palavras-chave: Festas. Identidade Cultural. Tradição. Cultura. Vermelho Novo.

ABSTRACT

This article analyzed the Absent Vermelhense Party, held since the 1950s, in terms of historical, cultural and identity. Historical information about the party was collected and interviews were conducted with natives from Vermelho Novo (MG). Methodologically, document analysis and narrative research were used. The results show that the celebration emerged as a tradition of religious expression, aimed at reuniting native citizens who weren't in the municipality anymore. Over time, the party increased its public reach and went through a process of spectacularization in which the population has stopped organizing it and it has been appropriated by the municipal administration instead. In this regard, the party was transformed, with renowned artists and changes in programming.

Keywords: Celebrations. Cultural Identity. Tradition. Culture. Vermelho Novo.

RESUMEN

Este artículo analizó la Fiesta del Vermelhense Ausente, realizada desde 1950, en términos históricos, culturales e identitarios. Se recogieron informaciones históricas y se realizaron entrevistas con nativos de Vermelho Novo (MG). Metodológicamente se utilizó el análisis documental y la investigación narrativa. Los resultados muestran que la fiesta surgió como una tradición de expresión religiosa, destinada a reunir a los ciudadanos nativos que estaban ausentes del municipio. Con el tiempo, la fiesta aumentó su alcance público y pasó por un proceso de espectacularización, dejando de ser organizada por la población y siendo apropiada por la administración municipal. En este sentido, la fiesta se transformó, con artistas de renombre y cambios en la programación.

Palabras clave: Fiestas. Identidad cultural. Tradición. Cultura. Vermelho Novo.

INTRODUÇÃO

As festas são manifestações significativas e recorrentes no contexto das cidades brasileiras, por meio das quais se celebram dimensões sociais e identitárias de âmbito local, fazendo uso de rituais, celebrações e atrações, em que são criados encontros, imagens e experiências que reafirmam os espaços em termos de pertencimento e identidade coletiva (Bezerra, 2008; Corá *et al.*, 2019). Independentemente do tipo de festa, trata-se de um rito de relevância social para os seres humanos, marcando a vida das pessoas, criando memórias e nutrindo relações, com outras pessoas ou com os lugares (Corá *et al.,* 2019).

Acerca desses aspectos, Weil (2001) apresenta o conceito de enraizamento, como uma das principais necessidades humanas. Conceitualmente, enraizamento seria a necessidade de o indivíduo integrar, naturalmente e ativamente, uma coletividade, numa vivência pautada na conservação de tradições e valores do passado e com visões acerca do futuro. Destaca-se que não se parte de um passado idealizado ou de um futuro utópico, e sim das condições da realidade (Amaral, 2018).

Um fenômeno contrário ao enraizamento é o desenraizamento, que ocorre na medida em que há a necessidade de os indivíduos migrarem e deixarem as coletividades que integram. “O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... Suas múltiplas raízes se partem” (Bosi, 2003, p. 176). A migração tratada em suas múltiplas dimensões, seja da mudança do campo para a cidade, mudança de cidades menores para cidades maiores, de um país para o outro, dentre outros tipos de migração.

As festas podem sofrer mudanças significativas com o processo do desenraizamento, principalmente no que se refere a suas dimensões de cultura popular. Destaca-se que as festas populares podem ser compreendidas como formas de manifestação cultural que integram as estruturas sociais e as interações de uma determinada comunidade (Marques; Brandão, 2015). Ao se organizar ou participar de uma festa popular, um aspecto sempre presente é referente a identidade cultural das manifestações, enraizadas nas tradições do território, que são repassadas ao longo do tempo (Davel; Dantas, 2020). Com a realização de festas populares as tradições são

reafirmadas, bem como são retomadas representações que são características e singulares a uma determinada população ou localidade. Para além disso, as próprias festas podem ser consideradas exemplos de tradições inventadas, na medida em que se constituem como rituais simbólicos, baseados em repetição, que transmitem valores e comportamentos de uma sociedade (Hobsbawn; Ranger, 1997).

Conforme destacam Marques e Brandão (2015), apesar do desenraizamento representar uma forma de distanciamento dos indivíduos da cultura popular que vivenciaram, esse aspecto não necessariamente faz com que as festas populares percam seu sentido. Os autores ilustram que há casos de sujeitos que constantemente retornam a seus locais de origem para participar e ajudar na organização de festas, mesmo após o processo de migração. É esse aspecto que interessa a discussão proposta no presente artigo.

O enfoque desta análise se voltou para as peculiaridades da Festa do Vermelhense Ausente, realizada desde meados da década de 1950, no município de Vermelho Novo, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. Sobre a história de Vermelho Novo, este se emancipou de Raul Soares e se tornou município em 21 de dezembro de 1995. Trata-se de uma cidade de pequeno porte, que conta com uma população estimada de 4.852 habitantes (IBGE, 2021). Dentre os aspectos que caracterizam historicamente e diferenciam Vermelho Novo de outros pequenos municípios brasileiros, destaca-se a festividade anual que ocorre no município.

Por meio da realização da Festa do Vermelhense Ausente, busca-se reunir os vermelhenses (cidadãos nascidos em Vermelho Novo) que moram em outras cidades, na realização de um evento que apresenta uma programação diversa e repleta de peculiaridades. No site da Prefeitura Municipal de Vermelho Novo, há um destaque de que a Festa do Vermelhense Ausente é considerada por muitos como a festa mais antiga voltada a reunião de conterrâneos ausentes, além de ser uma das festas de maior duração, sendo nove dias ao todo, sempre em meados do mês de julho. A festa tem uma programação variada e em todos os anos há a passagem das coroas de Rei e Rainha da Festa Vermelhense para moradores locais.

Embora haja uma ampla literatura sobre festas, há carência de análises acerca das festividades em cidades de menor porte, distantes das metrópoles e que vivenciaram uma urbanização periférica, com economia local pautada principalmente em atividades

agropecuárias (Costa, 2012). Além disso, há pouca literatura sobre festividades voltadas a atrair um público de nativos ausentes dos municípios (Dantas, 2015). Nesse sentido, buscando contribuir com a literatura através da análise de um município de pequeno porte, numa festa tradicional e de longo período de existência, o presente artigo busca analisar a Festa do Vermelhense Ausente em termos históricos, culturais e identitários.

CULTURA E FESTA POPULAR

Inicialmente, considerando-se as festas populares como formas de manifestação cultural (Marques; Brandão, 2015), é interessante reconhecer que a cultura possui uma multiplicidade de possibilidades de compreensão. A cultura se caracteriza como multidisciplinar em termos de interesses analíticos, sendo tratada por diversas áreas do conhecimento, em diversas perspectivas. Além disso, a cultura é transversal, na medida em que perpassa por variados aspectos do cotidiano das pessoas (Canedo, 2008).

Albuquerque Jr. (2007) salienta que apesar de haver muitos conceitos de cultura, muitos deles convergem no que tange a questão da identidade. Segundo esse autor, o pensamento acerca da cultura geralmente a vislumbra como uma forma de produção de identidades, em suas distintas manifestações. Muitas vezes, ao se falar em cultura ou na promoção de cultura, tem-se um olhar voltado ao resgate de aspectos identitários, seja em termos étnicos, regionais, de gênero ou de outras formas. Vich (2017) argumenta que "não podemos continuar entendendo a cultura somente a partir da "aura" das artes, do campo daquilo que é valorizado socialmente. Hoje, devemos entendê-la como laços humanos, estilos de vida, hábitos estabelecidos na cotidianidade mais comum" (Vich, 2017, p. 49).

Ademais, salienta-se que a cultura constituiu historicamente um papel de distinção social, em termos de inclusão e exclusão na relação entre classes dominadas e classes dominantes. Essa distinção ocorre de modo que alguns grupos sociais mantém a legitimidade de produzir e ditar o que deve ser considerado como arte e cultura, e outros grupos sociais estariam fadados a destinar seu tempo para o trabalho convencional (Xavier; Baldez, 2021). Nesse aspecto, existem distinções entre as chamadas cultura popular e cultura erudita, manifesta em termos qualitativos, que podem ser percebidas nas seguintes características:

> a) na complexidade da elaboração (a arte popular é mais simples e menos complexa do que a erudita); b) na relação com o novo e com o tempo (a popular tende a ser tradicionalista e repetitiva, enquanto a erudita tende a ser de vanguarda e voltada para o futuro); c) na relação com o público (na popular, artistas e público tendem a não se distinguir, enquanto na erudita é clara a distinção entre o artista e o público); e d) no modo de compreensão (na arte popular, o artista exprime diretamente o que se passa em seu ambiente e é imediatamente compreendido por todos; na erudita, ele cria novos meios de expressão, de maneira que sua obra não é imediatamente compreensível a não ser para os entendidos, que por isso a interpretam para o restante do público) (Chaui, 2021, p. 15-16).

É nesse ínterim que se pode discutir as festas como formas de manifestação identitária, em suas formas eruditas ou populares. A festa é uma manifestação da cultura de uma localidade, sendo que através de celebrações como músicas, danças e vestimentas, as pessoas apresentam a identidade cultural que possuem (Corá *et al.,* 2019). Segundo Amaral (2000b), as festas aparecem na literatura desde autores seminais, como Émile Durkheim e Sigmund Freud, sendo tratadas como espaços ou momentos recreativos em que certos excessos eram permitidos, que possibilitavam maior interação entre os indivíduos através do fervor coletivo das celebrações.

Além disso, as festas podem representar formas de tradição inventada, conforme as compreensões de Hobsbawn e Ranger (1997). A compreensão da festa por essa perspectiva a trataria como uma celebração que retome valores e reforce uma identidade que se queira estabelecer, baseada em dimensões históricas de um passado que seria continuado de forma artificial mediante a repetição. Para tanto, através dessa celebração, instrumentos simbólicos seriam utilizados, como hinos, bandeiras, entre outros, que fizessem que se afirmasse uma identidade. Hobsbawn e Ranger (1997) salientam que o nacionalismo era algo que fundamentava a criação de tradições num contexto contemporâneo, e elencam três circunstâncias que motivariam a criação de uma tradição: (1) autoafirmação e uma continuidade política ou religiosa numa determinada localidade; (2) geração de coesão social, na qual a tradição é utilizada para fins de união ou identificação de uma determinada comunidade; e (3) rompimento com práticas existentes, para a proposição de novas práticas, demonstrando que a partir daquele momento se faria algo novo e/ou de outra forma (Hobsbawn; Ranger, 1997).

Acerca de características elementares e originárias das festas, Marques e Brandão (2015), partindo da literatura existente sobre o tema, apresentam uma síntese de doze elementos significativos para caracterizá-las: (1) mito ou vetor de origem – é o que justifica a origem e continuidade da festa, o motivo a ser celebrado; (2) sujeitos da festa – grupo de expectadores e organizadores da festa; (3) relações sociais – interrelações que ocorrem entre os indivíduos durante a festa, através de trocas simbólicas e comerciais; (4) singularidades – aspectos que distinguem a festa das demais manifestações existentes; (5) espontaneidade – é o que permite a fruição e dá sentido à realização e dinâmica da festa; (6) estética – aspectos da beleza e estilo utilizado, ligada a singularidade e espontaneidade da festividade; (7) esbanjamento – excessos que ocorrem durante períodos festivos e que são comuns na sua fruição, se materializando em excessos morais, sociais, físicos, entre outros; (8) memória – é ligado ao que originou a festa, em suas vertentes históricas; (9) renúncia – os sujeitos da festa abdicam de uma série de aspectos, através de esforços e recursos, que permitem a realização e a continuidade das festas ao longo do tempo; (10) espaço – localidade onde a festa se realiza; (11) estrutura física e equipamentos – conjunto de infraestruturas que viabilizam a realização da festividade; (12) sentimento de pertença – são os valores e o senso de pertencimento que os indivíduos tem/manifestam ao longo das celebrações festivas, que permitem que se estabeleçam laços, sendo um aspecto elementar para a manutenção da festa.

As festas desempenharam um papel significativo no contexto da cultura brasileira, recebendo muitos sentidos, que as próprias cidades dão as suas celebrações e comemorações. Dentre as funções das festas, destaca-se que essas: afirmam ou negam valores sociais de determinados grupos; representam formas de válvula de escape em termos de lazer e expressão cultural; e são instrumentos políticos, na medida em que mobilizam grandes grupos de pessoas, podendo gerar consciência política e criação de grupos coletivos em âmbito local (Amaral, 2000a). Além desses aspectos, a realização de festas pode ser uma forma de melhorar a imagem dos lugares, aumentando o potencial turístico e gerando emprego e renda (Richards, 2017).

Conhecidas as características dos tipos de festas brasileiras, é interessante discorrer que nos períodos festivos aumentam-se as possibilidades de cooperação entre atores locais ou regionais, de modo a superar possíveis limitações de produção e apresentação dos eventos (Gnjatović; Gnjatović, 2012). Os organizadores, enquanto

sujeitos da festa, se relacionam e se misturam, mesmo que temporariamente, com diversas instituições e organizações, públicas e privadas, que atuem de forma conjunta em prol da realização da festa (Marques; Brandão, 2015).

Nesta seção foram abordados aspectos gerais sobre a complexidade da cultura, em sua muldisciplinaridade e transversalidade, a qual pode ser compreendida como produtora de identidades, tanto étnicas quanto regionais. As festas são uma forma de representação cultural que reforçam as identidades, possuindo potencial para gerar alterações políticas, sociais e econômicas na realidade de um determinado local. Dando sequência, a próxima seção se propõe a discutir o fenômeno da espetacularização que muitas festividades perpassam, bem como apresentar as categorias do enraizamento e do desenraizamento enquanto lentes teóricas.

ESPETACULARIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES E DESENRAIZAMENTO

As festas são passíveis de apropriação dos interesses do capital. Bezerra (2008) ilustra que conforme os eventos ganham notoriedade dentro de uma determinada localidade, gerando visibilidade para esse lugar, é comum a transferência desses eventos para regiões centrais das cidades, o que de certa forma tira o caráter local das tradições festivas e gera elitização das celebrações, que passam a ter um maior enfoque econômico e de atração turística, como instrumento de marketing para as cidades. Num país como o Brasil, em que a maior parte das Políticas Culturais municipais se baseiam na realização de eventos festivos, esse tipo de alteração em termos de troca de espaços de realização das festas ou mesmo das atrações escolhidas para se apresentar, incorre na incorporação de características da indústria cultural.

Bezerra (2008) destaca que as cidades devem reencontrar-se com as festas, pois ao longo do tempo as festas foram perdendo sua essência e seu esplendor. Há diversas tentativas de recriar as festas, por meio de festivais e festividades. É nesse cenário que vem ocorrendo um processo de alteração nas festas brasileiras, de modo que as celebrações e rituais, que inicialmente possuíam tradições e valores que se mantinham de forma quase espontânea por parte da população, passaram a ser apropriados pela Administração Pública e pelas organizações privadas, de modo a transformar festas que possuíam naturezas populares em eventos de grande alcance de público, os megaeventos,

com elevado potencial econômico em termos de geração de renda e atração de turistas para as cidades. Trata-se da espetacularização das festas populares, que aos poucos vão perdendo suas características originais (Bezerra, 2008). Nesse sentido, as manifestações de culturas populares ficaram reféns de uma lógica de mercado e do consumo de massa, perdendo seu caráter lúdico e as características que dão singularidade à cidade e à sua população (Serpa, 2007).

Acerca da capacidade das festas de tornar as localidades mais atrativas, e das mudanças que essas podem realizar no espaço, é interessante partir de concepções de Lefebvre (1991) de que para analisar esses aspectos é importante que se considere mais que questões ligadas ao espaço físico, mas também o espaço simbólico e imaginado da cidade, bem como a experiência vivida pelos indivíduos. É nesse cenário que se insere a discussão acerca da identidade e suas formas de manifestação no que tange a territorialidade. É importante salientar que a identidade pode ser compreendida como uma dimensão cultural em constante movimentação, em espaços públicos e privados, nas interações sociais (Trigueiro, 2004; Paz *et al*., 2021), pois conforme Hall (2006, p. 71) "todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos".

As festas populares são um dos tipos de manifestação que reforçam aspectos identitários e de territorialidade (Baez; Sampaio, 2020), principalmente referentes a identidade cultural (Davel; Dantas, 2020). Esses festejos retomam práticas, representações e significados do passado, que ao serem considerados no presente são apropriados e incorporam novas acepções simbólicas, auxiliando na construção das identidades (Trigueiro, 2004). Além de reforçar aspectos identitários, as festas também representam celebrações de integração das pessoas em relação a uma coletividade, celebrando raízes e tradições.

Acerca disso, é interessante discutir aspectos de concepções teóricas sobre o enraizamento. De acordo com Weil (2001), assim como os seres humanos possuem necessidades fisiológicas, também possuem necessidades que podem ser consideradas espirituais, de caráter intangível, tais quais a liberdade, a ordem, dentre outras. Para a autora, a principal necessidade de caráter espiritual seria o enraizamento, que se constitui na necessidade humana de integrar uma sociedade, a qual represente uma estrutura superior ao indivíduo, numa coletividade que compartilhe pensamentos e uma história comum, de uma territorialidade e de um senso de pertencimento. Um aspecto oposto a

ideia de enraizamento seria o desenraizamento, que é um processo de desconstrução do enraizamento por meio da perda dos laços que ligam os indivíduos a coletividade, a territorialidade e as instituições superiores a eles.

O desenraizamento pode ocorrer de variadas formas, seja por meio da sobreposição cultural de um país sobre o outro, como no período das conquistas bélicas nas grandes guerras mundiais (Weil, 2001), ou por meio da migração, a partir do momento que os indivíduos, por algum motivo, abandonem uma determinada localidade e consequentemente as raízes criadas em tal local, para irem para outras localidades e perpassarem por novos processos de enraizamento (Bosi, 2003).

Bosi (2003) salienta que o desenraizamento pode ser um fator que faça as festas perderem seu significado, pela perda de vínculos e valores de atores sociais. Segundo a autora, nas transições dos indivíduos de um lugar para outro, muitos aspectos culturais são perdidos, sobretudo quando o processo de migração ocorre de residentes do campo que vão para a cidade. Entretanto, Marques e Brandão (2015) apresentam um contraponto, discorrendo que o desenraizamento, de forma isolada, não teria capacidade de fundamentar que as festas percam seus significados e distanciem os indivíduos da cultura popular. Os autores enfatizam que:

> em alguns casos, por exemplo, os sujeitos retornam regularmente a seus lugares de origem a fim de que realizem suas festas, mesmo após terem migrado. É certo que migração não significa desenraizamento. Contudo, é possível observar que em muitas comunidades o retorno dos "filhos da terra" se dá, sobretudo, em função da festa e que mesmo enraizados em outros espaços, estes indivíduos mantêm vínculos afetivos nos seus lugares de origem, ou seja, no lugar da festa (Marques; Brandão, 2015, p. 22).

Nesse aspecto, destaca-se que em muitos municípios brasileiros – como Cachoeiro do Itapemirim (ES), Ladainha (MG), Capelinha (MG), Afonso Cláudio (ES), Carnaúba dos Dantas (RN), entre outros – são realizadas festas voltadas a atrair nativos ausentes dos municípios, de modo a celebrar aspectos identitários daqueles que não mais residem em municípios de origem. Apesar de haver muitos municípios que tem esse tipo de festa, quase não existem trabalhos que analisaram as peculiaridades das festas voltadas aos ausentes (Dantas, 2015). O presente artigo contribui para a literatura sobre Festas ao analisar uma festividade tradicional, referente a um município de pequeno porte.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo buscou analisar a Festa do Vermelhense Ausente em termos históricos, culturais e identitários. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, que se baseou na caracterização da festa em termos de histórico, características, peculiaridades da programação, partindo principalmente da percepção de alguns nativos, ausentes e residentes, de Vermelho Novo, acerca dos aspectos identitários da festividade. Como fontes de dados, foram considerados documentos históricos relacionados à festa, bem como foram realizadas entrevistas com atores que tinham relação com a festa, sendo nativos da cidade que acompanhem a festa há algum tempo.

Alguns documentos históricos considerados eram de acervo pessoal de residentes de Vermelho Novo ou encontram-se disponíveis na internet em portais de notícias da região e em informações da página da prefeitura do município no *Facebook*, que relatavam características da festa em termos de programação nos diferentes anos. Já as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro não estruturado, com questões que variaram de acordo com o perfil dos entrevistados, partindo sempre de alguns temas. O objetivo da utilização desse tipo de entrevista é fornecer um modo especial de conversação que permita que os entrevistados construam as respostas de forma livre (Mattos, 2005).

Tratou-se de uma conversa com os entrevistados, que ocorreu presencial e virtualmente, de modo que ao longo das conversas fossem discutidas temáticas que tinham relação com categorias previamente elencadas no referencial teórico, permitindo que se aprofundasse em determinados aspectos de acordo com a relação dos entrevistados com a festa. As entrevistas foram realizadas no período de 3 a 8 de janeiro de 2022, sendo que em algumas delas foram gravados registros de áudio e transcritas posteriormente para serem utilizados como corpus de análise. Outras entrevistas não foram gravadas, por opção dos entrevistados, mas foram realizadas anotações acerca de elementos esclarecidos pelos participantes da pesquisa. Ao todo, nessa pesquisa foram entrevistadas 6 pessoas, todos nativos de Vermelho Novo, sendo 3 residentes e 3 não residentes no município. As entrevistas tiveram duração de até 40 minutos, não se estendendo muito além de algumas temáticas estabelecidas inicialmente.

Uma parte dos entrevistados (precisamente três dos participantes da pesquisa) foi rei ou rainha da Festa do Vermelhense Ausente, possuindo experiência para discorrer sobre especificidades desta festividade. Os outros entrevistados eram nativos que frequentaram a festa por muitas edições, sendo que uma das entrevistadas atuou ativamente na organização da primeira edição da Festa do Vermelhense Ausente, na década de 1950.

Uma das entrevistadas possuía uma apostila com uma série de documentos históricos acerca da memória de Vermelho Novo, organizada pelo padre José do Carmo Lima, sendo um material nunca publicado. Nessa apostila existiam fotos e textos de moradores antigos do município, constituindo uma matéria que foi essencial para a análise proposta neste artigo. Inclusive, a partir do acesso a esse material, a pesquisa se voltou a compreender o aspecto histórico do surgimento da tradição que fundamenta a existência da festividade em questão. Esperava-se, com essa pesquisa, resgatar imagens do passado do município para que sejam acessadas pela esfera pública de interação dos indivíduos enquanto seres políticos (Hobsbawn; Ranger, 1997).

Nesse sentido, em termos analíticos, essa pesquisa utilizou dois instrumentos metodológicos. O primeiro deles foi a análise documental, mediante o tratamento de informações que ainda não haviam sido exploradas cientificamente. Ao se utilizar esse tipo de método, organiza-se as informações coletadas e realiza-se sínteses dos documentos encontrados, cujo conteúdo pode ser explorado em conjunto com outras metodologias (Sá-Silva *et al*., 2009). O segundo instrumento analítico utilizado foi a Pesquisa Narrativa, que atua por meio da coleta e análise de narrativas e histórias sobre uma determinada temática ou fenômeno, compreendendo experiências de modo a criar e sintetizar uma narrativa explicativa sobre algo, sendo que a coleta das informações acontece de distintas formas (Paiva, 2008).

Esse tipo de metodologia tem muitas aplicações no campo da Administração (Rese *et al*., 2010), vislumbrando as narrativas como fontes de transmissão de conhecimento, sendo a ferramenta utilizada em pesquisas que se caracterizam por narrar uma determinada história ou que se voltam para recolher e organizar histórias de organizações (Czarniawska, 1997). Nessa lógica, a aplicação dessa metodologia no presente artigo se deu numa organização de narrativas acerca da Festa do Vermelhense Ausente e das alterações que essa festividade foi vivenciando ao longo do tempo, as quais

foram coletadas por meio das entrevistas e do material histórico referente à festa. Para isso, o conteúdo das informações coletadas, sejam entrevistas, notícias ou documentos históricos, foram organizadas de acordo com as temáticas abordadas nas conversas (Cabral *et al*., 2013).

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FESTA DO VERMELHENSE AUSENTE

De acordo com uma apostila com arquivos históricos, encontrados e disponibilizados por uma entrevistada, apostila essa organizada pelo padre José do Carmo Lima, um padre nascido em Vermelho Novo em 1925, há duas versões acerca da escolha do nome Vermelho Novo para a localidade. A primeira delas refere-se a galhos vermelhos que caíam de árvores no ribeirão que corta a cidade, de modo a colorir as águas de vermelho. A segunda versão se refere à proximidade do distrito de Vermelho Velho, que se encontra a aproximadamente 15 quilômetros de Vermelho Novo. “Se existia o velho, o novo vem depois” (Manso, “s.d.”, “n.p.”).

Em sua história, o povo vermelhense era conhecido na região como um povo festeiro, havendo diversos tipos de festas, como: Cavalarias e Folias de Reis. Além disso, contava com festas religiosas, tais quais a festa do mês de Maria, festa do Divino, festa de São Sebastião e as fogueiras de São João. Entretanto, a partir de um certo momento, uma determinada festividade passou a ser a marca dessa localidade. Antes de falar sobre essa festividade, é necessário apresentar um ator histórico relevante, o Padre Manoel Moreira de Abreu. O Padre Manoel nasceu em 23 de agosto de 1904 em terras vermelhenses. Passou sua infância e adolescência em Vermelho Novo, onde concluiu o primário. Em 1922, quando estava com 18 anos, ingressou no Seminário Diocesano de Santo Antônio de Juiz de Fora, em que estudou até 1929. Após ser ordenado, Padre Manoel morou em Manhuaçu, Inhapim e Imbé de Minas. A partir de 1938, para que pudesse acompanhar seu pai na velhice, Padre Manoel foi designado para a Paróquia de Vermelho Novo, sendo recebido com festa pela população (Manso, “s.d.”, “n.p.”).

Logo que chegou à cidade, o padre buscou apaziguar rixas políticas e reduzir a desunião da população de Vermelho Novo. Não se trata aqui de um enfoque biográfico sobre o Padre Manoel, mas sim de suas realizações em Vermelho Novo. O Padre reformou o cemitério municipal, que havia sido construído em 1910, construiu o Instituto

Nossa Senhora das Graças (Casa das Irmãs), organizou mutirões para a construção de estradas que ligavam a localidade a Dom Corrêa e a Vermelho Velho, e criou a Festa do Vermelhense Ausente, em meados da década de 1950 (Manso, "s.d.", "n.p."). Em um texto sobre a vida de Padre Manoel, relata-se que com a Festa do Vermelhense Ausente, buscava-se reunir uma vez por ano, os filhos ausentes daquela terra, sendo esse um objetivo rapidamente atingido, de modo a tornar a festa conhecida na região. Na apostila consultada nesta pesquisa, estão presentes textos de Angelo Paoliello, um poeta e entusiasta da história de Vermelho Novo, onde ele narra aspectos sobre a atmosfera das primeiras festas:

> um acontecimento invulgar, de alto valor significativo, pelo sentimento de fraternidade e caloroso bairrismo demonstrado pelos saudosistas filhos de Vermelho Novo, verificou-se no período de primeiro a nove deste mês de agosto de 1956, naquela pacata vila, situada entre verdes e altaneiras montanhas da Zona da Mata, em Minas Gerais.
> Pela primeira vez em sua história, foi comemorada a "SEMANA DO VERMELHENSE AUSENTE", dedicada àqueles que vivem fora da terra que lhes serviu de berço e que outros rumos o destino lhes determinou.
> De longínquas paragens, dos mais distantes recantos do País, estiveram naquela localidade inúmeros vermelhenses que há muitos anos foram levados para luta da vida nesse imenso Brasil.
> Nessa concentração, irmanados com o mesmo objetivo, comungando com um só pensamento, de rever o Torrão Natal, seus parentes e amigos, realizou-se um feliz congraçamento, num clima sadio e gostoso relacionamento entre todos os vermelhenses, visitantes e moradores do distrito, sem distinção de nível social ou facção política. Visitantes e a população local formaram uma única família, festejando com muita alegria aquele inédito acontecimento que será perpetuado com a benção de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Vermelho Novo, onde a religião católica é a sua tradição inabalável; é a força que revigora a fraternidade do vermelhense (Manso, "s.d.", "n.p.").

Segundo uma das entrevistadas, que acompanhou a festa desde seu início, a população ausente tinha um papel significativo para que a festa se concretizasse, pois vinham participar e traziam produtos que eram doados e viabilizavam a realização da festa, desde alimentos, cobertores e outros. Acerca disso, Paoliello continua o texto exaltando os conterrâneos que auxiliaram na viabilização da festa:

> Representantes das mais diversas carreiras profissionais e posições econômicas contribuíram de maneira efetiva para a execução de uma boa programação festiva que viesse servir de marco comemorativo de um evento de significado na história de uma tradicional comunidade,

> como é a vermelhense. Felizmente isso foi feito com muito sucesso, como eu esperava, por conhecer profundamente o espírito fraternal de meus prezados conterrâneos (Manso, “s.d.”, “n.p.”).

Outro aspecto que merece destaque, é referente a um trecho em que Paoliello relata algumas formas de divulgação da festa, em 1956, como segue no seguinte trecho:

> Como havia remetido uma carta ao Dr. Paulo Roberto, então, Diretor do programa radiofônico: “À LIRA DE XOPOTÓ”, da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, relatando todos os detalhes das festividades realizadas no início daquele mês e lhe enviando, também, uma partitura do dobrado “Professor Silveira”, composição do maestro Sebastião Aniceto Barbosa (Tão), foi transmitido logo no seu primeiro programa, integralmente tudo que lhe enviei, inclusive foi executado pela sua bandinha o citado dobrado, sendo até elogiado pela sua boa qualidade. Com muita deficiência, consegui gravar esse programa num disco (LP), cuja gravação ficou regular e que estou remetendo-o para a comissão constituída em Vermelho Novo, para ser guardado como lembrança da primeira festa do “VERMELHENSE AUSENTE”. Podemos considerar esse disco como relíquia, por registrar um acontecimento tão importante para a nossa terra. Acontecimento esse que, no momento, só se realiza numa cidade no Brasil, que é Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, de onde eu trouxe essa magnífica ideia (Manso, “s.d.”, “n.p.”).

O dobrado, referido no trecho supracitado, trata-se de um gênero musical que era derivado de marchas militares. Sebastião Aniceto Barbosa é também o compositor do hino da cidade de Vermelho Novo. O programa citado, Lira de Xopotó, foi criado pelo radialista Paulo Roberto, da Rádio Nacional, em 1954 e deu origem a uma banda de mesmo nome. Esse programa, que teve considerável sucesso em sua época, era voltado a dar visibilidade e promoção a bandas de música de cidades do interior (Miranda, 2023).

Destaca-se que para as buscas da presente pesquisa, um dos entrevistados (Entrevistado 3) mencionou que a inspiração da Festa do Vermelhense Ausente era a festividade de Cachoeiro de Itapemirim, mencionando que achava que alguém de Vermelho Novo tinha relação com essa outra cidade. Por esse trecho, percebe-se que o próprio Angelo Paoliello sugeriu a ideia de criação da festa, representando também um ator histórico relevante nesse contexto.

Nas buscas da presente pesquisa foram encontrados textos de Angelo Paoliello referentes aos anos de 1956 e 1957. Em 1956, Paoliello estimou que houve a presença de aproximadamente 150 vermelhenses visitantes na festa. Já em texto assinado

em 28 de julho de 1957, Paoliello estimou que houve a presença de mais de 300 vermelhenses ausentes na edição da festa de 1957. Isso indica que a festa teve um aumento rápido em termos de alcance de público, o que indica que possivelmente houve aderência de moradores locais e da região participando da festa, bem como a presença de mais nativos ausentes que passaram a retornar para visitar a cidade nesse período de festividade. Na Figura 1, é apresentada uma fotografia referente à edição da festa, de 1957.

Figura 1 – Registro da Semana do Vermelhense Ausente em sua edição de julho de 1957.



Fonte: Acervo disponibilizado publicamente no Facebook.

Em 1956, a festa foi realizada no mês de agosto, e depois passou a ser realizada no mês de julho. “O mês de julho foi convencionado, que é um período de férias. Antigamente era um mês de férias, julho né, então a convenção foi essa” (Entrevistado 4, 2022). Desde então, a festa passou a ser realizada sempre no mês de julho, para facilitar a vinda de visitantes. “E por que nove dias de festa?! Normalmente quando a igreja faz uma festa sempre tem quermesse né, são novenas [...]. Então acredito que possa haver alguma relação né” (Entrevistado 3, 2022).

Acerca da edição da festa de 1957, o texto de Angelo Paoliello destaca os seguintes aspectos:

> Depois de uma semana de muita alegria e contentamento, o vermelhense visitante se despede agradecendo, de coração, a carinhosa hospitalidade oferecida pelos moradores de Vermelho Novo. Realmente foram dias de grande confraternização entre os filhos desse solo divinal que Deus colocou num cantinho das majestosas Minas Gerais.
> Pedimos ao nosso bom pai que nos proteja e que nos ofereça a oportunidade de estarmos novamente entre os nossos conterrâneos moradores dessa pacífica e gostosa vila, com muita energia e entusiasmo para comemorarmos a terceira festa do "Vermelhense Ausente", no próximo ano, a fim de darmos prosseguimento a esse maravilhoso acontecimento, para que se perpetue na história de Vermelho Novo.
> Desejamos que essa festa seja mais uma realização de tradição que venha comprovar a vigorosa fibra fraternal que existe no seio da generosa gente que nasceu sob as graças de Nossa Senhora da Conceição, nossa imaculada padroeira.
> Salve, salve Vermelho Novo! (Manso, "s.d.", "n.p.").

Como se percebe, desde seu início, pensou-se a Festa do Vermelhense Ausente como um evento a ser mantido tradicionalmente, havendo obras musicais e poéticas a exaltando, e possuindo ligação com dimensões religiosas. É por essas circunstâncias que poderia se tratar de uma forma de tradição inventada, com interesses de que fosse mantida e repetida ao longo dos anos, tendo como objetivo a possibilidade de encontro de vermelhenses que por algum motivo se ausentaram daquela terra (Hobsbawn; Ranger, 1997). Havia também motivações políticas, no sentido de criação de uma identidade local e um senso de comunidade que possibilitasse a transformação do pequeno distrito em um município. Em conversas informais, com uma antiga moradora de Vermelho Novo, foi relatado a importância de alguns padres para a realização dessas festas na cidade. Inicialmente o Padre Manoel e depois o Padre Silas, que deu continuidade as festividades e lutou ativamente pela emancipação do município. Outro entrevistado destaca os seguintes aspectos sobre a festa:

> Ela foi criada primordialmente com um fundo religioso. Criada pelo Padre Manoel, que era o pároco de então, e ele tinha sim a ideia de reunir as pessoas, de festejar, mas sempre com a missa diária, com reuniões, com palestras, enfim, com motivação religiosa sim, que se perdeu ao longo dos anos devido a evolução natural né, da população, da influência de terceiros. As coisas foram mudando principalmente

> depois da emancipação política, que era um sonho inclusive do Padre Manoel lá atrás, que já havia tentado emancipar e não conseguiu, em 1942 (Entrevistado 3, 2022).

Há alguns marcos em termos de alterações na organização do evento. Uma das entrevistadas elenca aspectos importantes acerca do papel religioso presente na festa e de acontecimentos que representaram mudanças no evento.

> Antes a festa era no salão paroquial, o padre se envolvia diretamente por que tinha muito vínculo religioso e era um baile bacana que tinha lá. Aí depois, quando o padre Manoel faleceu, em 77, a diocese assumiu e proibiu que a festa fosse lá (no salão paroquial). Aí começou a fazer na rua (Entrevistada 1, 2022).

Um outro marco em termos de alteração da organização é a, já relatada, emancipação política do município:

> Depois da emancipação política que aconteceu em 1995, existe uma influência muito forte da prefeitura, que abraçou a festa. Quando a prefeitura entra, o que acontece, naturalmente as pessoas que organizavam a festa acabaram se afastando, por que a prefeitura assumiu a frente da festa. Aí começou a colocar shows né, [...] algumas duplas muito conhecidas foram contratadas, cantores de renome (Entrevistado 3, 2022).

Com a emancipação do município e a prefeitura assumindo a organização do evento, a festa foi aumentando a sua proporção em termos de alcance de público, o que gerou alterações na programação e nas formas de festejar. Conforme destaca uma das entrevistadas:

> A nossa festa era uma coisa mais aconchegante né, não tinha essa dimensão de hoje, de palcos enormes, de grandes shows, grandes bandas aqui... A gente organizava o show, o som inicialmente na carroceria de um caminhão que a gente pegava emprestado e ali os locutores era a gente mesmo, que fazia a festa (Entrevistada 1, 2022).

Acerca disso, salienta-se que se trata do fenômeno descrito por Bezerra (2008), mediante o qual as festas das cidades brasileiras perpassaram por espetacularizações, de modo que se alterou as formas de festejar. Manifestações festivas foram apropriadas pelas prefeituras e empresas, se tornando eventos de grande porte, que

se orientam por valores instrumentais de geração de renda, se materializando em grandes espetáculos urbanos (Bezerra, 2008). A seguinte fala reforça alguns aspectos sobre isso, ao tratar sobre alterações na programação da festa:

> a gente tinha as brincadeiras com crianças, a gente fazia gincana de casal, gincana de equipe, cavalgada, tinha desfile da miss simpatia, da rainha das bonecas [...]. A noite sempre tinha um som, mas os artistas eram daqui de Vermelho Novo mesmo, mais músicas de raiz, só mesmo vermelhense ausente e daqui. Depois a festa foi tomando outra dimensão né, quando Vermelho Novo emancipou, [...] a prefeitura já assumiu a festa Vermelhense com outra proposta né, com arrecadação bem melhor, um apoio financeiro, aí começaram a contratar shows, palcos, numa outra proposta, mas assim, aos poucos foi tomando aquela coisa mais aconchegante que a gente tinha. Hoje a festa vem muita gente, principalmente no último sábado, que as vezes vem alguma banda de nome, mais marcante, e a cidade lota. Muitas barraquinhas que vem de fora, coisas que naquele tempo não tinha tanto, era bem mais aconchegante do que hoje (Entrevistada 1, 2022).

Uma questão teórica que pode ser resgatada acerca dessas falas é referente aos tipos de manifestação cultural que eram apresentadas na festa. Conforme as características elencadas por Chaui (2021), percebe-se que num primeiro momento, as apresentações artístico-culturais que ocorriam na festa tinham um caráter popular, na medida em que os próprios moradores organizavam, com artistas da região, nativos residentes ou ausentes de Vermelho Novo. Com o tempo, um tipo de manifestação cultural mais elitizada passou a vigorar nas programações da festa, na medida em que cantores de renome passaram a ser contratados e a festa foi aumentando seu alcance de público, não se restringindo a atrair apenas a população nativa de Vermelho Novo. Há assim uma distinção entre os artistas e os munícipes, apesar de sempre haver na programação alguns artistas regionais.

Acerca da longevidade da festa e de aspectos recentes, destaca-se que a festividade não ocorreu de forma presencial em 2020 e 2021, devido à pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), havendo uma festividade remota transmitida no YouTube. Em 2022 a festa voltou a ser realizada presencialmente, numa forma diferente dos anos anteriores, com três dias de festa. Um dos entrevistados destaca que

> houve anos que a festa não aconteceu. Por exemplo, exatamente agora, em 2020 e 2021, a festa acabou não acontecendo em virtude da pandemia do coronavírus. Mas antes, há décadas atrás, houve anos em que a festa não aconteceu [...], ou aconteceu de forma mais precária,

> mais tímida e acabou não contando muito. Agora, acredito que [...] por haver interesse dos comerciantes de que a festa acontecesse, por que era uma época em que eles acabavam tendo um público grande na cidade né; as próprias famílias têm muita vontade de participar, por que as vezes o sujeito tá de férias, por exemplo em julho, e vem pra cá com a família. [...] Então tem diversas formas né, de participar da festa Vermelhense (Entrevistado 3, 2022).

Percebe-se que além de um evento significativo em termos de manutenção de tradições e da identidade dos vermelhenses, a festa é também um relevante promotor econômico para o município. Conforme destaca Souza (2010), a festa possui potencial para transformar a cidade em um local de consumo. Trata-se da transformação da festividade em uma forma de mercadoria, na qual as tradições e a história dos lugares passam por uma configuração de industrialização, que gera vantagens para o município em termos de comparação com outras localidades, num cenário de mercado globalizado (Serpa, 2007).

DISCUSSÃO ACERCA DOS ASPECTOS IDENTITÁRIOS CELEBRADOS NA FESTA

O presente texto se orienta por uma perspectiva conceitual de identidade que a entende como algo construído e continuamente negociado em contextos sociais e culturais específicos (Hall, 2006). Em termos identitários, em seu início a Festa do Vermelhense Ausente poderia ser caracterizada como uma festa sacro-profana, na medida em que se baseava em aspectos religiosos, mas que envolvia festejos profanos na elaboração da festa. Entretanto, com o passar dos anos, a festa passou a apresentar características que a aproximavam mais de um Festival, pelo seu distanciamento da dimensão religiosa e pelas atrações presentes em sua programação (Amaral, 2008). Conforme destaca um dos entrevistados acerca do aspecto religioso da festa:

> [...] Foi se perdendo realmente esse aspecto com o passar dos anos. Essa secularização da festa acabou acontecendo mesmo. Não sei se a gente pode dizer que seja bom nem mau, é uma tendência natural da mudança dos eventos (Entrevistado 3, 2022).

Conforme indica a presente construção narrativa, desde seu início, a Festa do Vermelhense Ausente era voltada a celebrar a população nativa que se ausentou do pequeno município, indo residir em diversos outros locais. Nos 9 dias festivos, muitas pessoas voltam para Vermelho Novo, para celebrar elementos da cultura vermelhense, encontrar conterrâneos e parentes, retomando aspectos nostálgicos de suas identidades. Acerca da programação da festa, trechos relatados por Paoliello, em 1956, merecem destaque:

> Três objetos considerados troféus foram entregues aos seguintes vermelhenses visitantes: a coroa com a Senhora Iracema de Carvalho Coelho (Nenega), a bandeira com o Sr. José Pinto Neto (Zé Régina) e a chave com Dimas Pinto. Todos assumiram o compromisso de trazê-los de volta na próxima festa, em 1957, cuja data, para iniciar, ficou fixada para o primeiro Domingo da segunda quinzena de Julho. Essa data ficou estabelecida, como definitiva, para o aproveitamento das férias escolares (Manso, "s.d.", "n.p.").

Alguns traços tradicionais são mantidos desde as primeiras edições da festa, como a escolha de reis e rainhas. Pelos textos históricos de Paoliello, pode-se interpretar que uma das funções dos reis e rainhas seria atrair mais vermelhenses ausentes para a festa. Na presente pesquisa, alguns entrevistados eram/foram reis e rainhas da festa, e era perceptível a valorização que davam a essa função. "Quando eu peguei o reinado foi uma coisa muito marcante. Por gostar muito da festa e ter recebido o convite, acho que eu nunca vou esquecer" (Entrevistada 2, 2022). Ao longo da pesquisa, eventualmente as conversas se voltavam a esclarecer um pouco mais sobre as questões do reinado.

> Eu tive o prazer de ser rainha por duas festas Vermelhense. [...] A gente organizava, colocava no programa o que a gente queria, na semana toda [...]. Era escolhido assim, de um ia passando para o outro: então eu era rainha e já escolhia a rainha para a próxima festa. [...] A gente tem a capa, a coroa, a faixa, então era uma presença nobre na festa Vermelhense e continua sendo. Hoje não cabe tanto ao rei e a rainha por que a prefeitura assumiu essa organização toda (Entrevistada 1, 2022).

Acerca desse papel simbólico que o Rei e a Rainha passaram a ter após a emancipação da cidade, em determinados trechos da entrevista com a Rainha recente do evento, percebe-se que há um forte interesse em resgatar elementos que foram se

perdendo e gerar alterações na dinâmica da festa, no sentido de consultar a população para perceber os elementos que eles gostariam de recuperar.

A festa possui uma aura diferente para aqueles que são dessa terra, conforme destaca uma entrevistada não residente em Vermelho Novo:

> Já morei fora, fui pra fora do Brasil e fui em muito festival. O que eu sinto quando tô aqui na festa eu não vejo em lugar nenhum. Acho que é mais essa conexão mesmo, assim, de rever pessoas, de encontrar amigos. Você sente assim: tô numa festa, mas é como se fosse uma festa de família [...]. Pra mim, eu me sinto o tempo inteiro reconectando (Entrevistada 2, 2022).

Esse excerto pode ser relacionado com os aspectos tratados por Weil (2001), acerca do enraizamento. Ao retornar para participar da festa, os vermelhenses ausentes vivenciam momentos de reencontro, que não se restringem a parentes e amigos, mas também a suas raízes (Marques; Brandão, 2015). A festa permite que raízes perdidas sejam retomadas, bem como permite a construção de novas raízes (Weil, 2001), conforme destaca outra entrevistada:

> O interessante é que, por exemplo, os meninos que foram embora [...], filhos de outros da minha época, eles não perderam o vínculo. Geralmente as crianças e os jovens (que se mudam) vão crescendo e já nem voltam na cidade, na terra natal, as vezes vão perdendo o vínculo né. Aqui não, eles mantêm, e vai passando um grupo e já vai chegando outro (Entrevistada 1, 2022).

Esses aspectos são elucidativos acerca de como essa festividade vem se mantendo, de forma assídua, por esse longo período de existência. Na medida em que os vermelhenses ausentes retornam para participar da festa, passam essa tradição para seus filhos e demais membros da família, que a mantém. A festa se constitui como um espaço de encontro, que cria diversos tipos de conexão entre as pessoas:

> O que faz manter viva a festa são as memórias né, as pessoas participaram, muitos se conheceram, namoraram, casaram. Gente que morava em outros estados e veio, conheceu pessoas daqui e se casaram com pessoas daqui ou já morando fora daqui [...]. Enfim, eu acho que a grande força da festa Vermelhense são as pessoas (Entrevistado 3, 2021).

Alguns aspectos identitários que são celebrados na festa, ficam mais nítidos na diversidade da programação do evento. Nos nove dias de festa ocorrem shows musicais em todas as noites e há atrações que variam, a depender do ano, compreendendo distintas dimensões de lazer: campeonato de futebol (com times amadores da região), cavalgada, gincana, motocross ou reunião de motociclistas para passeio em trilha, encontro de som, apresentações escolares, gincanas e atividades com as crianças, encontro e show de dança da terceira idade, corrida de moto tartaruga (competição lenta de moto em que quem ganha é quem chega por último), dentre outras atrações. Além disso, é um período importante para o comércio local, pelo aumento do consumo pela vinda de visitantes, e nos períodos anteriores a pandemia do Coronavírus (COVID-19) era comum a vinda de comerciantes de diversas localidades que montavam barracas no espaço onde ocorre a festa e na praça da cidade.

O caráter fraternal, a receptividade e a hospitalidade são elencadas como algumas das principais forças da Festa Vermelhense, sendo que os aspectos identitários são reforçados e se manifestam pelos distintos tipos de encontros que a festa possibilita. “Pra gente que é daqui, dia que tem show famoso que enche muito nem é tão bom, por que a gente quase que não encontra. O mais gostoso é esse negócio de você ficar o tempo inteiro encontrando gente que cê não vê a muito tempo” (Entrevistada 2, 2022). E assim, apesar das diversas alterações que a festa perpassou ao longo do tempo, continua sendo uma manifestação aguardada pela população e celebrada como marca da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a Festa do Vermelhense Ausente em termos históricos, culturais e identitários. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa estritamente qualitativa, em que se coletou informações e narrativas de atores ligados a festa, nativos residentes ou ausentes de Vermelho Novo. Além disso, foram analisados documentos históricos e notícias sobre a festa. Através das narrativas, relatou-se aspectos históricos acerca do surgimento da festa, atores relevantes, bem como as alterações que ocorreram com esta festividade ao longo do tempo.

Assim como outras festas brasileiras, a Festa do Vermelhense Ausente perpassou por um processo de espetacularização, voltando sua programação para atrair

um público maior para o município durante o período festivo. Nesse sentido, a festa foi abandonando o seu caráter religioso e de organização popular, trazendo artistas de renome e contando com grande número de visitantes, que não se restringe ao grupo de nativos vermelhenses ausentes.

A festa apresenta singularidades que a distinguem de outras festividades, como o fato de serem nove dias consecutivos de festa e algumas especificidades que aparecem na sua programação. Além disso, são muitos anos de existência e provavelmente se trata da festividade mais antiga voltada a atrair nativos ausentes para celebrações no município. Com isso, a festa se destaca por ser uma tradição que permite que laços e raízes sejam resgatados, bem como novos enraizamentos e conexões sejam criados. Se tratando de um município de pequeno porte, a população local valoriza e fica sempre aguardando pela festividade, sendo esse um período marcante para o público que tem ligação com esta terra.

As contribuições desse artigo se referem ao levantamento histórico da festa pela perspectiva dos próprios vermelhenses, permitindo que outros interessados possam conhecer mais sobre a festa, bem como sobre as alterações que ocorreram com os modos de festejar. Além disso, considerando as informações apresentadas, os resultados dessa pesquisa podem servir como base para que ações voltadas ao resgate de tradições e da memória de Vermelho Novo possam ser realizadas, considerando que os registros históricos sobre o município não estão organizados em um lócus e podem ir se diluindo com o tempo.

Acerca das limitações desse estudo, destaca-se que se pautou em organizar a narrativa histórica de um modo a descrever, a partir de algumas percepções, a forma como era a festa e as alterações que foram ocorrendo, mas sem considerar uma amplitude de perspectivas de atores, concentrando-se mais em moradores ou ausentes que possuíam alguma relação com a festa. Para estudos futuros, sugere-se que mais atores sejam consultados, em dimensões públicas e privadas que atuem na organização e viabilização dessa festividade. Além disso, sugere-se estudos que analisem outras festas voltadas a atrair o público ausente, de modo a ilustrar as peculiaridades deste tipo de festa em outros municípios ou estados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Ed.). **Teorias & políticas da cultura:** visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-24.

AMARAL, António. Enraizamento e desenraizamento em Simone Weil: o trabalho como mediação incarnada entre Deus e Mundo. *In:* AMARAL, António (Ed.). **CULTUM. Excursos de Hermenêutica, Política e Religião**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2018. p. 161-168.

AMARAL, Rita. As festas da cidade - revivendo e inventando identidades culturais. O exemplo do povo-de-santo. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 40, n. 172, p. 131-160, 2000a.

AMARAL, Rita. As mediações culturais da festa "à brasileira". **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 40, n. 1/2, p. 107-129, 2000b.

AMARAL, Rita. Festas, Festivais, festividades: algumas notas para a discussão de métodos e técnicas de pesquisa sobre festejar no Brasil. *In*: COLÓQUIO FESTAS E SOCIABILIDADE, 2., Natal. **Anais** [...], Natal: UFRN, 2008.

BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda; SAMPAIO, Dilaine Soares. Territórios "sagrados" da pesca artesanal em João Pessoa: identidades e sacralização de espaços públicos na Festa de São Pedro Pescador. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, v. 19, n. 3, p. 219-234, set./dez. 2020.

BEZERRA, Amáli Cristina Alves. Festa e Cidade: entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e Cultura**, v. 0, n. 23, p. 7-18, jan./jun. 2008.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CABRAL, Sandro; KRANE, Dale; DANTAS, Fagner. A dança dos blocos, empresários, políticos e técnicos: condicionantes da dinâmica de colaboração Interorganizacional do carnaval de Salvador. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 145-163, mar. 2013.

CANEDO, Daniele Pereira. **Cultura, Democracia e Participação Social**: um estudo II da Conferência Estadual de Cultura da Bahia. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural***:* o direito à cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian; SOARES, Raquel Ventura; FILARDI, Anabel. Redes Organizacionais e Identidade na Construção de uma Cultura da Festa Empreendedora: O Caso da Pilantragi. **Pensamento & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 68-93, jan./mar. 2019.

COSTA, Carmem Lúcia. Festa e Cidade: Contribuições para o entendimento das espacialidades contemporâneas. **Espaço em Revista**, v. 14, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 2012.

CZARNIAWSKA, Barbara. **A narrative approach to organization studies**. Londres: Sage, 1997.

DANTAS, Maria de Fátima Medeiros. **Romaria, Festa e Turismo**: Relações entre nativos e romeiros na festa de Nossa Senhora das Vitórias em Carnaúba dos Dantas (Rio Grande do Norte). 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DAVEL, Eduardo; DANTAS, Marcelo. Festas Populares na Bahia: Gestão e Dinâmica Identitária. **PragMATIZES**, v. 9, n. 17, p. 203, abr./set. 2020.

GNJATOVIĆ, Milena; GNJATOVIĆ, Ana. Festivals as carriers of Culture in Servia - Problems and Limitations. **Megatrend Review**, v. 9, n. 1, p. 161-172, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Vermelho Novo**. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/vermelho-novo.html. Acesso em: 03 jan. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

MANSO, Faride dos Reis Oliveira. **Vermelho Novo, doce terra onde eu nasci.** Documento não Publicado, sem data. Acervo Particular de Faride dos Reis Oliveira Manso.

MARQUES, Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. **Ateliê Geográfico**, v. 9, n. 3, p. 7-26, dez. 2015.

MATTOS, Pedro Lincoln Carneiro Leão de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 823-848, jul./ago. 2005.

MIRANDA, Paulo. **Se lembra da Lira de Xopotó...?** Recanto das Letras, publicado em 17 de novembro de 2023. Disponível em: < https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-musica/7934198>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 2, p. 261-266, 2008.

PAZ, Elisete de Souza Ramão; GEVEHR, Daniel Luciano; JUNG, Carlos Fernando. Identidade e representações sociais na construção da imagem da cidade: uma análise conceitual. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 29, p. 1-31, 2021.

RESE, Natália; MONTENEGRO, Ludmilla Meyer; BULGAVOV, Sergio; BULGACOV, Yára Lúcia Mazziotti. A análise de narrativas como metodologia possível para os estudos organizacionais sob a perspectiva da estratégia como prática: "uma estória baseada em fatos reais". *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANPAD, 2010.

RICHARDS, Greg. From place branding to placemaking: the role of events. **International Journal of Event and Festival Management**, v. 8, n. 1, p. 8-23, 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SERPA, Angelo. Cultura De Massa Versus Cultura Popular Na Cidade Do Espetáculo E Da "Retradicionalização". **Espaço e Cultura**, v. 0, n. 22, p. 79-96, jan./dez. 2007.

SOUZA, Marcos Felipe Sudre. **A Festa e a Cidade:** Experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

TRIGUEIRO, Osvaldo. A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmidiáticos. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 11., 2004, Goiânia. **Anais** [...] Goiânia: Kelps, 2004.

VICH, Victor. O que é um Gestor Cultural? *In*: CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello (Eds.). **Políticas Culturais:** conjunturas e territorialidades. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 49-54.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

XAVIER, Wescley Silva; BALDEZ, Maria Aparecida Neves Azevedo. Lei Municipal de Incentivo à Cultura: Quais os Efeitos Inclusivos e Democráticos na Produção Cultural Local? **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 97, p. 294–316, 2021.

Recebido em outubro de 2023.

Revisão realizada em março de 2024.

Aceito para publicação em maio de 2024.

EROSÃO COSTEIRA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ACERCA DO PROCESSO EROSIVO EM FALÉSIAS

COASTAL EROSION: A BIBLIOMETRIC STUDY ABOUT THE EROSIVE PROCESS IN SEACLIFFS

EROSIÓN COSTERA: UN ESTUDIO BIBLIOMÉTRICO SOBRE EL PROCESO EROSIVO EN ACANTILADOS

Luana Ramos de Oliveira
Graduanda em Geografia/Universidade Federal da Paraíba
luanarosaramos129@gmail.com

Saulo Roberto de Oliveira Vital
Professor Adjunto/Universidade Federal da Paraíba
srovital@gmail.com

Christianne Maria da Silva Moura
Professora Associada/Universidade Federal da Paraíba
cmm_reis@yahoo.com.br

Destaques

- A zona costeira marca o ponto de interação entre terra, mar e atmosfera que sofre alterações em função dos processos marinhos e continentais que o caracterizam como um sistema dinâmico;
- As falésias são feições com declividades acentuadas e diferentes alturas situadas na linha de contato entre terra e mar e são esculpidas por processos erosivos de alta energia;
- O avanço da urbanização sobre a zona costeira tem intensificado os processos erosivos, gerando impactos e constituindo áreas de risco;
- Os dados bibliométricos analisados reforçam a necessidade de estudos sobre o ambiente costeiro, tendo em vista as alterações provocadas pelas mudanças climáticas, aumento do nível do mar e ação antrópica;

RESUMO

O espaço costeiro consiste em um ambiente altamente dinâmico que se encontra em constantes mudanças, em função tanto de fatores naturais como agentes antrópicos. Sabendo disso, a erosão constitui um processo natural de evolução que compõe a dinâmica geomorfológica da zona costeira, moldando feições como as falésias. Contudo, tal fenômeno tem sido intensificado em função da ocupação e avanço da urbanização no litoral e, em consequência disso, tem gerado grandes impactos sobre o (ecos)sistema costeiro, a população e as atividades desenvolvidas nessas áreas. Tendo isso em vista, o intuito dessa pesquisa foi analisar, através do levantamento bibliométrico, o crescimento das discussões, na comunidade científica e acadêmica internacional, acerca dos processos erosivos em áreas de falésias. Isso permitiu evidenciar a curva crescente de trabalhos publicados desde 1993 a 2023, o que reverbera a importância de estudos sobre esses processos que, diante dessas alterações, repercutem sobre a dinâmica do espaço costeiro e a população, desencadeando transtornos e constituindo áreas de risco.

Palavras-chave: Bibliometria. Dinâmica Erosiva. Ambiente Costeiro. Ocupação. Impactos.

ABSTRACT

The coastal space consists of a highly dynamic environment that is in constant changes, due to both natural factors and anthropogenic agents. Furthermore, erosion constitutes a natural process of evolution that makes up the dynamics geomorphology of the coastal area, shaping features such as cliffs. However, this phenomenon has been intensified due to the occupation and advancement of urbanization on the coast and, in as a result, it has generated major impacts on the coastal (eco)system, the population and the activities developed in these areas. With this in mind, the aim of this research is analyze, through bibliometric survey, the growth of discussions, in international scientific and academic community, about erosion processes in areas of seacliffs. As result, it is possible to highlight the growing curve of works published since 1993 to 2023, which reverberates the importance of studies on these processes which have repercussions on the dynamics of the coastal space and in the population, triggering disturbances and constituting hazard areas.

Keywords: Bibliometrics. Erosive Dynamics. Coastal Environment. Occupation. Impacts.

RESUMEN

El entorno costero consiste en un entorno altamente dinámico que se encuentra en constantes cambios, en función de tantos factores naturales como agentes antrópicos. Sabiendo eso, la erosión constituye un proceso natural de evolución que compone la

dinámica geomorfológica de la zona costera, moldando accidentes geográficos como los acantilados. Sin embargo, tal fenómeno ha sido intensificado en función de la ocupación y el avanzo de la urbanización en el litoral y, en consecuencia a eso, ha generado grandes impactos sobre el (eco)sistema costero, la población y las actividades desarrolladas en esas áreas. Levando eso en consideración, el objetivo de esta investigación fue analizar, por medio de una revisión bibliométrica, el crecimiento de los debates, en la comunidad científica y académica internacional, acerca de los procesos erosivos en zonas de acantilados. Esto permitió evidenciar el aumento de trabajos publicados desde 1993 a 2023, reverbera la importancia de estudios sobre esos procesos que, delante de esas alteraciones repercuten sobre la dinámica del entorno costero y la población, desencadenando trastornos y constituyendo zonas de riesgo.

Palabras clave: Bibliometría. Dinámica Erosiva. Entorno Costero. Ocupación. Impactos.

INTRODUÇÃO

A zona costeira é o ambiente que marca o ponto de interação entre terra, mar e atmosfera e sofre constantes alterações em função dos processos marinhos e continentais que o caracterizam como um sistema demasiadamente dinâmico. Além disso, estas zonas caracterizam-se pela presença de feições geomorfológicas particulares, como as dunas e as falésias, sendo esta última o foco desta pesquisa.

Assim, de acordo com Christofoletti (1980), as falésias são ressaltos não cobertos por vegetação com declividades acentuadas e diferentes alturas situadas na linha de contato entre a terra e o mar. Além disso, o IBGE (2009) ainda define estas feições como formas costeiras abruptas esculpidas por processos erosivos de alta energia.

Diante disso, conforme foi mencionado anteriormente, o ambiente costeiro possui uma dinâmica peculiar e relevos particulares, como o caso das falésias. No que diz respeito a tal dinâmica, um dos processos atuantes é a erosão costeira. Esta, por sua vez, de acordo com Rangel-Buitrago, Neal e de Jonge (2020), consiste na remoção do material que causa um recuo da linha costeira. Portanto, a erosão é um processo natural responsável pela evolução geomorfológica do ambiente costeiro e das falésias. Contudo, em função do avanço da urbanização para estas áreas, tal processo tem sido intensificado e gerado impactos. Sob essa premissa, os autores de Jonge (2009) *apud* Rangel-Buitrago, Neal e Jonge (2020) pontuam que a erosão costeira é resultante de um conjunto de

processos naturais e influências antrópicas que atuam de maneiras distintas ou combinadas.

Neste viés, conforme os autores Rangel-Buitrago, Neal e de Jonge (2020), na atualidade, esse problema atinge elevadas magnitudes em função da crescente urbanização ao longo das zonas costeiras. E este provoca transtornos e cenários de risco.

Perante o exposto, o objetivo desta pesquisa é, a partir do levantamento bibliométrico, analisar a produtividade de autores, instituições e periódicos, ou seja, os que mais publicam trabalhos acerca da erosão em áreas de falésia, bem como a construção de redes de citações e análise das palavras-chave mais utilizadas.

No que se refere à bibliometria, segundo Vasconcelos (2014), ela consiste em um método de levantamento de dados acerca da produtividade dos atores do campo científico e tecnológico que, através das análises de fontes bibliográficas e de patentes, identifica relações, pontos críticos, tendências e padrões de organização, além de outras informações importantes para a "gestão da informação e processos de disseminação dos produtos científicos" (Vasconcelos, 2014).

Sabendo disso, os estudos bibliométricos, conforme Pádua (2004) *apud* Ferreira e Silva (2019), "são importantes porque permitem conduzir o pesquisador ao contato com os trabalhos já produzidos acerca de determinado tema", no caso deste estudo, a erosão em áreas de falésias. No tocante a esta temática, este método permite a construção de um arcabouço bibliográfico com os diferentes estudos sobre processos erosivos em falésias, os quais apresentam os fatores envolvidos na intensificação deste fenômeno, como as mudanças climáticas e interferência antrópica, além das diferentes ferramentas utilizadas nesses estudos e nos diferentes contextos em que foram realizados.

Além disso, as técnicas empregadas na bibliometria também permitem analisar o conteúdo das produções científicas, abarcando os seus títulos, palavras-chave, resumos, textos, autores, instituições, métodos, autorias, coautorias e referências bibliográficas (Ferreira; Silva, 2019). Sabendo disso, percebe-se que consiste em um método que abre possibilidades para o desenvolvimento de novos estudos. Isso ocorre porque esses trabalhos adotam diferentes procedimentos metodológicos que podem ser aplicados em outras áreas de estudo, considerando também as suas características e particulares.

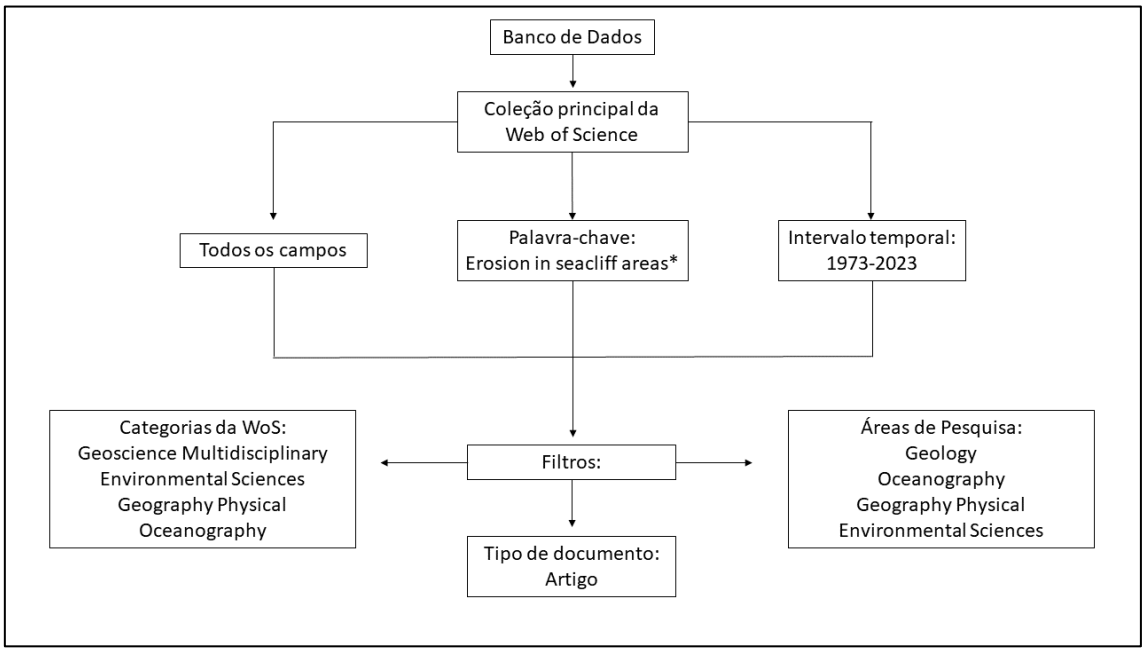
Diante deste contexto de modificações das áreas de falésia em função das mudanças climáticas e das ações antrópicas, a discussão acerca deste tema é fundamental, visto que tais processos têm gerado impactos significativos sobre a população, o ecossistema costeiro além de constituir áreas de risco.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento bibliométrico realizado nesta pesquisa consistiu na análise estatística da temática acerca dos processos erosivos em áreas de falésias. Para isso, foi utilizada a base de dados referenciais multidisciplinar *Web of Science* (WoS). Esta, de acordo com Lee, Syn e Kim (2024), é um dos principais bancos de publicações científicas e acadêmicas, que abarca mais de 21 mil periódicos acadêmicos revisados por pares, a qual permite a pesquisa de trabalhos de diversas disciplinas. A pesquisa realizada através da WoS foi feita a partir da definição da palavra-chave "*erosion in seacliff area*", que em tradução literal significa "erosão em áreas de falésias", e forneceu um conjunto de resultados quantitativos sobre esse tema. A escolha destes termos se justifica no fato de que a erosão é um processo natural que faz parte da evolução das falésias. Entretanto, isso torna-se um problema devido às alterações antrópicas na dinâmica costeira. Ademais, este levantamento foi realizado no dia 28 de novembro de 2023, sendo definido o intervalo temporal de 50 anos (1973-2023), contudo, na WoS foram encontrados trabalhos apenas de 1991 a 2023.

Com isso, a plataforma apresentou 163 trabalhos de diferentes naturezas e áreas do conhecimento que estudam os processos erosivos em falésias. A partir disso, com o intuito de filtrar os resultados encontrados, para que atendam aos objetivos propostos neste trabalho, foram aplicados os seguintes critérios de busca (refinamentos): Banco de dados, coleção principal da *Web of Science*, Palavra-chave, intervalo temporal, categorias da WoS, tipo de documento e áreas de pesquisa, conforme estão apresentados no fluxograma da figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de refinamentos aplicados na WoS



Elaboração: Autora (2024).
(*) Este carácter foi utilizado para que o algoritmo da base de dados realizasse a busca considerando todos os termos inseridos.

Após a aplicação destes filtros, foram encontrados 126 trabalhos, sendo eles realizados em diversos países, como Estados Unidos, Itália, Inglaterra, entre outros. Outrossim, a WoS gerou o relatório de citações com o gráfico que apresenta a quantidade de publicações e citações acerca do tema, apresentando o quanto está em evidência, ou seja, sendo discutido e estudado internacionalmente.

Além disso, o mapeamento das citações por periódicos, autores, países e instituições, além do mapa de densidade das palavras-chave por ocorrência foi realizado através do VOSviewer, *software* que permite o mapeamento bibliométrico de dados baseados em rede (Van Eck; Waltman, 2022). Ele é desenvolvido em linguagem Java e utiliza o método VOS *(Visualization of Similarities)* para definir os nós e as ligações da rede, construindo mapas cujos objetos mais próximos possuem maior similaridade em relação àqueles que possuem baixa ou nenhuma similaridade (Moreira; Guimarães; Tsunoda, 2020; Van Eck; Waltman, 2022). Estes objetos, por sua vez, são agrupados nos denominados clusters – grupos de itens com características comuns. O *software* pode ser baixado através do site https://www.vosviewer.com/.

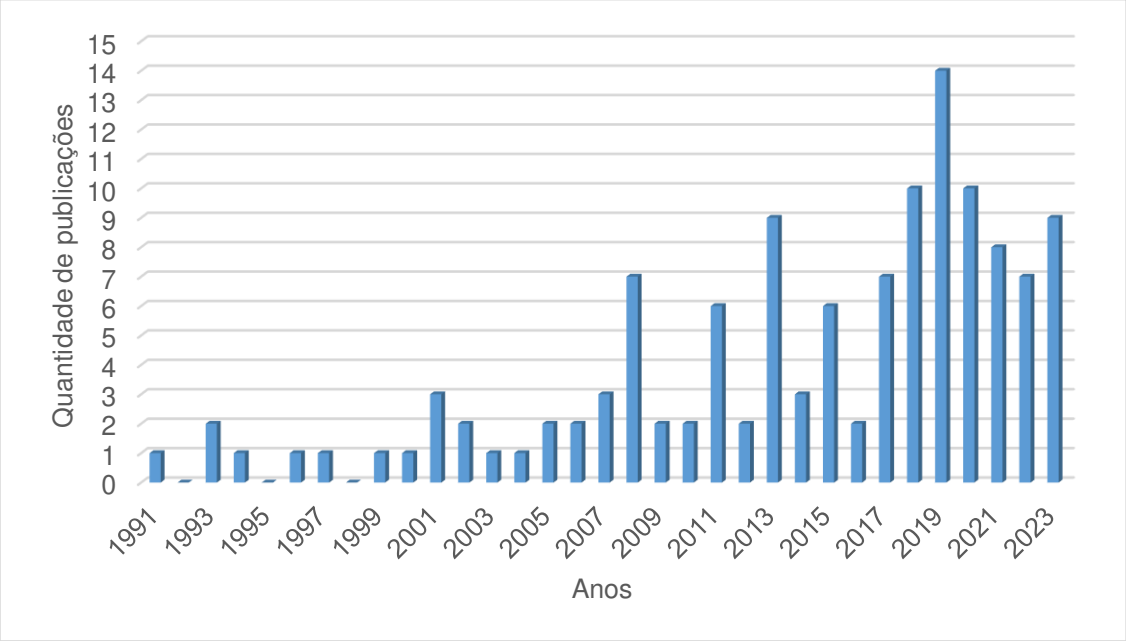
Ao utilizar o VOSviewer, as redes construídas ficaram muito densas. Em função disso, para que fosse transmitida de forma eficiente a informação proposta, optou-

se por aumentar a ocorrência das citações para que as instituições, autores, países e periódicos mais produtivos compusessem a rede, e, com isso, evidenciar as ligações entre os trabalhos publicados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do levantamento bibliométrico realizado sobre os processos erosivos em áreas de falésias e após a aplicação dos refinamentos descritos anteriormente, obteve-se o total de 126 artigos (Anexo I), publicados desde o ano de 1991 até 2023, conforme apresenta a figura 2.

Figura 2 – Quantidade de publicações por ano



Fonte: *Web of Science.* **Elaboração:** Autora (2024).

Analisando o gráfico, observa-se que, a partir de 2001, a tendência das discussões acerca dos processos erosivos em áreas de falésias tem crescido, apresentando em 2019, 14 artigos publicados, sendo o maior quantitativo do período analisado. Após este ano, houve um decréscimo no número de publicações entre 2020 e 2022, o qual voltou a ganhar visibilidade nas discussões científicas em 2023, indicando a pertinência e retomada dos estudos acerca da temática aqui discutida.

O artigo mais antigo encontrado, (Gornitz, 1991), aborda os impactos da subida do nível do mar em função das mudanças climáticas globais sobre as populações. De acordo com este autor, essa mudança acentuaria os processos erosivos em praias e falésias, a penetração de água salgada sobre os aquíferos e estuários costeiros e o aumento da extensão da zona costeira permanentemente úmida, além de afetar os principais deltas de rios e ilhas de coral. Já em relação aos trabalhos mais recentes, destaca-se o de Abd-Elhamid *et al.* (2023) e o de Ortega, Díaz e Cueto (2023). O primeiro apresenta uma análise acerca das tendências e previsões das mudanças de linha costeira no Delta do Nilo, utilizando a ferramenta DSAS (*Digital Shoreline Analysis System*). Já o segundo aborda a avaliação das taxas de recuo das costas das praias arenosas no arquipélago da Ilha do Rosário, o qual sofreu um aumento no período de 2010 a 2021, em função da influência das variáveis climáticas. Observando tais ideias, percebe-se que o fator comum entre os autores é a intensificação de processos erosivos devido às mudanças no clima. Além disso, outros trabalhos como Addo (2011); Silva *et al.* (2014); Ferrer-Valero, Hernández-Calvento, Hernández-Cordero (2017); Murshed *et al.* (2022); entre outros, pontuam que as interferências antrópicas também contribuem para a intensificação da erosão.

Diante da importância dos estudos sobre a ação erosiva sobre falésias, observou-se no levantamento que tal discussão é realizada por diversas áreas do conhecimento, conforme apresenta a tabela 1.

Tabela 1 – Áreas do conhecimento das publicações

Áreas de Pesquisa	Quantidade	%
Geologia	93	34,57%
Geografia Física	36	13,38%
Ciências Ambientais	34	12,64%
Oceanografia	28	10,41%
Outras	78	29,00%
Total	269	100%

Fonte dos dados: *Web of Science.* **Elaboração:** Autora (2024).

Ao analisar a tabela, das 126 publicações encontradas, vê-se que a Geologia, a Geografia Física e as Ciências Ambientais, ramos das Geociências, constituem as áreas

em que houve mais publicações, além de que também foram publicados trabalhos em outras vertentes da ciência. É válido pontuar que a tabela inclui as repetições de trabalhos, ou seja, estudos que foram realizados em mais de uma área de pesquisa. Este fato evidencia a multidisciplinaridade da abordagem do tema proposto, permitindo conceber que estudos sobre os processos erosivos em áreas de falésias não são de domínio de uma única ciência, visto que cada uma, com os seus métodos e técnicas empregadas na pesquisa, podem contribuir de maneiras distintas para a compreensão destes processos.

Além disso, as 126 publicações encontradas foram originadas em 44 países, os quais os mais expressivos quanto à quantidade estão representados na Tabela 2.

Tabela 2 – Relação de Países/Regiões e quantidade de publicações

Países	**Contagem de publicações**	**% de 126**	**Contagem de citações**	**% de 2.867**
Estados Unidos	27	13,78%	545	19,01%
Itália	21	10,71%	357	12,45%
Inglaterra	19	9,69%	408	14,23%
Espanha	11	5,61%	257	8,96%
Alemanha	10	5,10%	231	8,06%
Portugal	10	5,10%	144	5,02%
França	9	4,59%	214	7,46%
Canadá	8	4,08%	138	4,81%
Outros	81	41,33%	573	19,99%
Total	196	100,00%	2867	100,00%

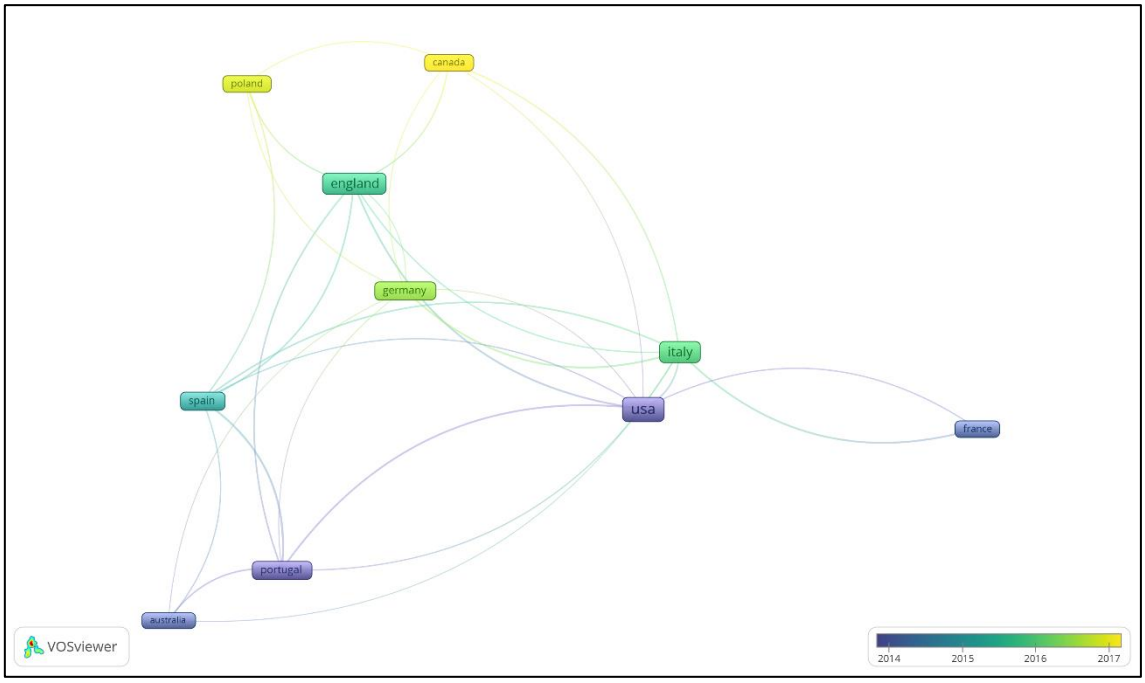
Fonte dos dados: Web of Science. **Elaboração:** Autora (2023).

De acordo com a tabela, vê-se que os Estados Unidos é o país que mais tem tratado acerca deste tema, possuindo o maior número de publicações que corresponde a 13,78% do total. Por outro lado, o Canadá detém a menor quantidade de publicações dentre os mais expressivos, correspondendo a 4,08% do total. É importante destacar que os países apresentados na tabela 2 foram escolhidos com base na quantidade de publicações sobre a erosão em falésias. Dessa forma, foram selecionados os 8 países mais produtivos. Em razão disso, a Austrália, apesar de ser uma referência nos estudos sobre

Geomorfologia Costeira, não está representada visto que sobre o tema pesquisado têm apenas 6 trabalhos indexados na WoS. Além disso, salienta-se que o total de registros apresentados na tabela representa também as repetições, ou seja, um trabalho pode ter sido originado em mais de um país.

Outrossim, a rede de citações, construída no *software* VOSviewer, apresentou somente 11 trabalhos com ideias relacionadas, indicando que os documentos apresentam poucas citações entre si e, dessa forma, pouca conexão entre os estudos em função do baixo número de publicações. Tal fato indica que os pesquisadores dos países têm estudado abordagens distintas no que diz respeito à erosão em áreas de falésias. Sabendo disso, a rede de citações por países, apresentada na figura 3, apresenta os Estados Unidos e a Itália como os elementos centrais constituindo as principais ligações entre os demais países.

Figura 3 – Rede de citações por países



Elaboração: Autora (2024).

Ademais, na base de dados WoS, foram encontrados 56 periódicos que publicaram estudos dos processos erosivos em falésias. Dessa forma, os mais produtivos e os seus respectivos fatores de impacto JCR (*Journal Citation Reports*), disponibilizados na base *Web of Science*, estão apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Periódicos mais produtivos sobre o tema

Periódicos	Qtd. De Registros	% de 126	JCR
Marine Geology	12	9,52%	2,9
Journal Of Coastal Research	10	7,94%	1,11
Geomorphology	8	6,35%	3,9
Ocean Coastal Management	6	4,76%	4,6
Journal Of Coastal Conservation	5	3,97%	2,1
Natural Hazards and Earth System Sciences	5	3,97%	4,6
Outros	80	63,49%	–
Total:	126	100%	

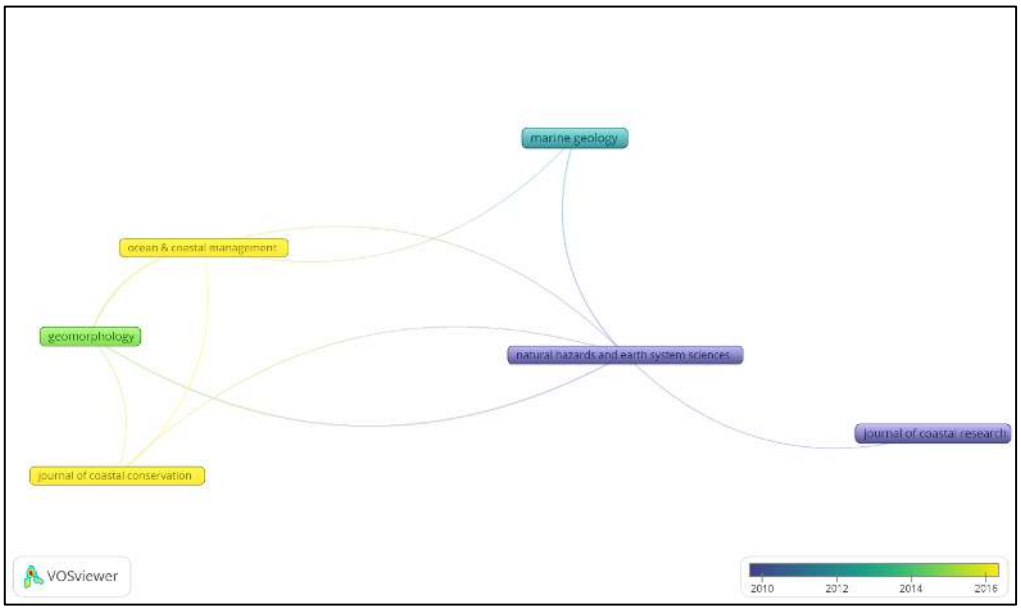
Fonte dos dados: Web of Science. **Elaboração:** Autora (2024).

Desses, os periódicos Marine Geology, Journal Of Coastal Research, Geomorphology e Ocean Coastal Management se destacaram com 12, 10, 8 e 6 publicações, respectivamente, representando juntas 28,57% dos 126 trabalhos obtidos, além do Journal Of Coastal Conservation e Natural Hazards And Earth System Sciences, ambas com 5 trabalhos publicados. Outrossim, os demais periódicos que representam 63,49% do total, publicaram de 2 a 4 artigos sobre o tema levantado.

Além disso, sabendo que o fator de impacto corresponde a um método de avaliação de periódicos científicos, tomando como base a quantidade de citações, observa-se na tabela que, os periódicos com os maiores fatores de impacto são a Ocean Coastal Management e a Natural Hazards and Earth System Sciences, ambos com o fator JCR 4,6. Apesar disso, os dois não tiveram muitas publicações. Por outro lado, as revistas com maiores quantidades de registros apresentam o fator de impacto baixo. Sendo assim, tal fato evidencia que os trabalhos não têm sido publicados em periódicos mais relevantes ou que estes não demonstram interesse na temática.

Ademais, a rede de citações por periódicos, apresentada na figura 4, indica que dos 126 periódicos identificados, apenas 6 apresentaram conexões entre si, demonstrando que há poucas citações entre os trabalhos publicados.

Figura 4 – Rede de citações por periódicos



Elaboração: Autora (2024).

No que se refere às instituições, foram identificadas 292 afiliações. Destas, 271 estão relacionadas a apenas 1 publicação. Quanto às demais, verifica-se que a maioria dos trabalhos publicados estão ligados a instituições dos Estados Unidos. Cientes disso, a tabela 4 apresenta as 10 instituições mais produtivas no que diz respeito às publicações acerca da erosão em áreas de falésia.

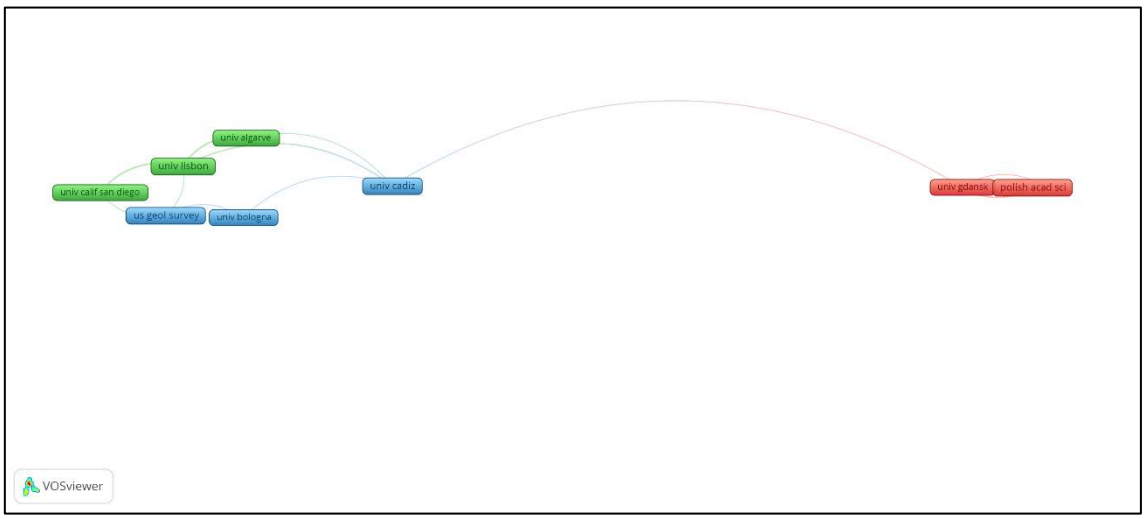
Tabela 4 – Principais instituições em quantidade de publicações

Instituições	**Contagem de publicações**	**Países**
Centre National de La Recherche Scientifique	5	França
Consiglio Nazionale delle Ricerche	5	Itália
United States Department of the Interior	5	Estados Unidos
United States Geological Survey	5	Estados Unidos
Universidad de Cadiz	5	Espanha
Polish Academy of Sciences	4	Polônia
Universidade de Lisboa	4	Portugal
University of Bologna	4	Itália
University of California System	4	Estados Unidos
Fahrenheit Universities	3	Polônia

Fonte dos dados: *Web of Science.* **Elaboração:** Autora (2024).

Ao analisar a tabela 4, observa-se que foram encontradas poucas publicações entre as instituições, o qual indica que não foram desenvolvidos muitos estudos sobre a temática levantada. Além disso, a rede de citações apresentada na figura 5 expõe as conexões entre as instituições onde tais pesquisas foram desenvolvidas.

Figura 5 – Rede de citações por instituições



Elaboração: Autora (2024).

Observando a figura 5, vê-se que há poucas conexões entre as instituições. Isso evidencia que os estudos têm sido desenvolvidos individualmente. Percebe-se, também, que a maioria destas publicações, as quais possuem relações entre si quanto à sua afiliação, estão conectadas à Universidad de Cadiz, indicando que esta têm sido a principal instituição que interliga as demais.

Em relação aos autores, foram identificados 519 autores que desenvolveram estudos sobre erosão em áreas de falésias. Destes, os mais produtivos, ou seja, os que têm maior quantidade de publicações estão representados na tabela 5.

Tabela 5 – Principais autores em quantidade de publicações

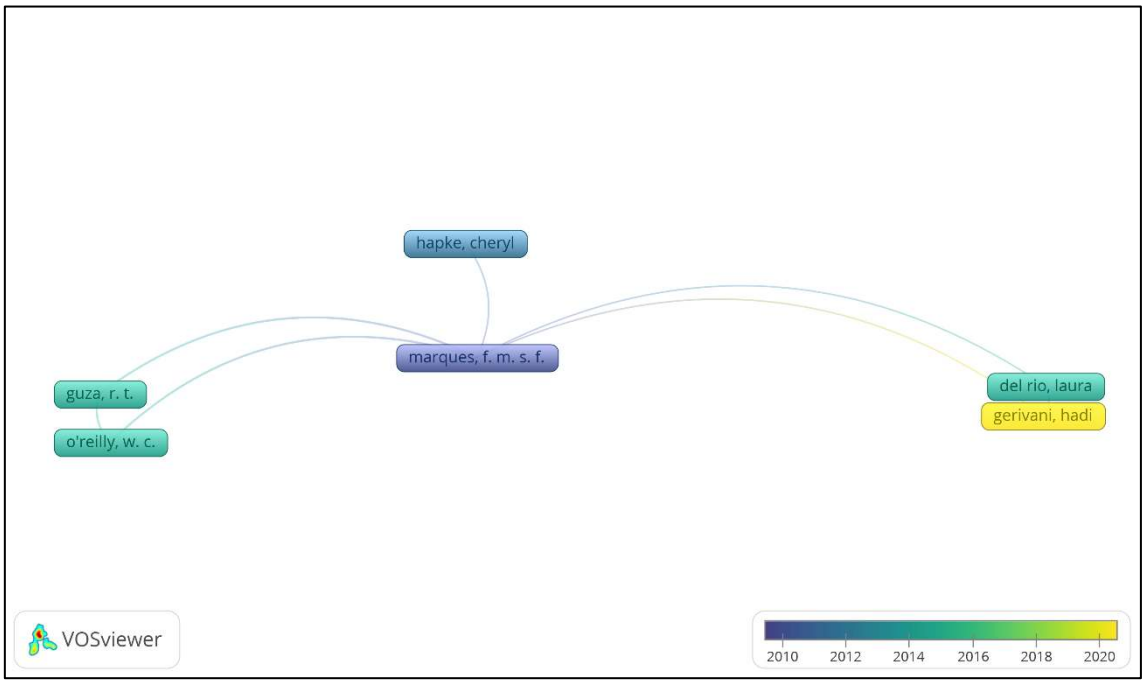
Autor	Qtd. De Registros	Índice H	Instituição	País
Marques, Fernando	3	9	Universidade de Lisboa	Portugal
Zecchin, Massimo	2	28	Istituto Nazionale di Oceanografia e di Geofisica Sperimentale	Itália
Hall, Adrian M.	2	24	Stockholm University	Suécia
Gracia, Francisco J.	2	22	Universidad de Cadiz	Espanha
Del Rio, Laura	2	17	Universidad de Cadiz	Espanha
Steel, Ronald	2	2	The University of Texas at Austin	Estados Unidos
Piacentini, Tommaso	2	18	Istituto Nazionale Geofisica e Vulcanologia	Itália
Gerivani, Hadi	2	5	Iranian National Institute for Oceanography & Atmospheric Science	Irã
Addo, Kwasi Appeaning	2	19	University of Ghana	Gana
Lollino, Piernicola	2	17	Istituto di Ricerca per la Protezione Idrogeologica	Itália

Elaboração: Autora (2024).

Ao analisar a tabela 5, observa-se que há poucas publicações por autor. Assim, percebe-se que Fernando Marques destaca-se com 3 publicações. Os demais autores possuem de 1 a 2 trabalhos publicados sobre a temática. Tal fato evidencia que, apesar destes autores serem influentes no meio científico, com o índice H elevado, eles não desenvolveram uma sequência de estudos sobre o tema aqui discutido, resultando em uma baixa quantidade de publicações.

Partindo disso, a rede de citações por autor, representada na figura 6, apresenta as conexões entre as publicações feitas pelos autores mais produtivos.

Figura 6 – Rede de citações por autor

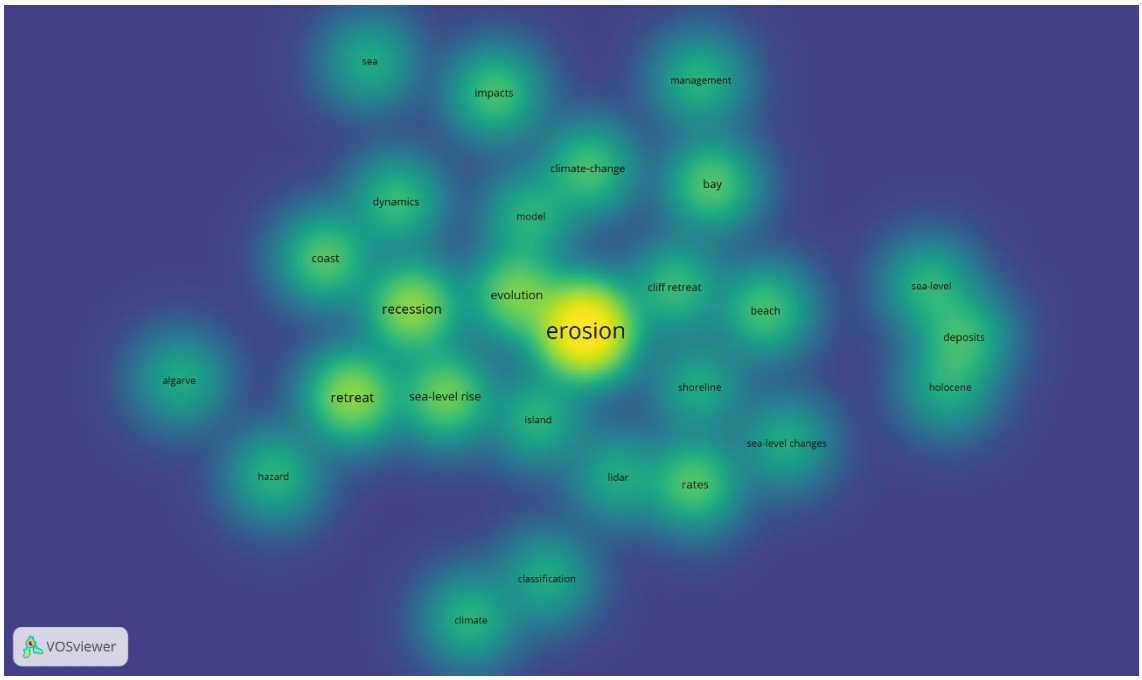


Elaboração: Autora (2024).

Percebe-se, nesta rede, que há conexão entre os trabalhos de 6 dos 10 autores que mais publicaram, evidenciando que estes possuem relação entre si. Além disso, observa-se, também, que o autor com maior quantidade de publicações, Fernando Marques (Marques, F. M. S. F.) é o ponto central, ou seja, o principal elo entre os trabalhos dos demais autores.

Por fim, ao se refletir acerca dos processos erosivos em áreas de falésias, é fundamental conhecer as palavras-chave mais relevantes nestes estudos. Estes termos encontram-se mapeados na figura 7.

Figura 7– Mapa de palavras-chave por ocorrência



Elaboração: Autora (2024).

Observando a figura, é perceptível a ocorrência de termos, os quais estão diretamente relacionados à erosão em áreas com falésias, visto que figuram os processos que compõem a dinâmica destas feições. Sendo assim, dos termos apresentados na figura 7, foram selecionados os seguintes: (1) *erosion*, que consiste na erosão, a qual é o principal processo responsável pela evolução geomorfológica das falésias; (2) *evolution*, consiste na evolução, ou seja, mudanças que estas feições sofrem em função da atuação dos agentes geomorfológicos; (3) *recession*, corresponde à recessão, ou seja, o recuo da escarpa decorrente da ação erosiva que transporta os materiais das falésias para áreas adjacentes; (4) *sea*, pode ser traduzido como mar, o qual sua relação se dá no fato que ele é um agente fundamental para a evolução do espaço costeiro que, por sua vez, é o ambiente onde as falésias denominadas vivas são erodidas em função da abrasão marinha; e (5) *impacts*, que consistem nos efeitos dos processos erosivos sobre o litoral e sobre as atividades humanas desenvolvidas na área.

CONCLUSÃO

A erosão é um fenômeno natural que faz parte da dinâmica de evolução dos modelados costeiros como as falésias. Mas, conforme foi visto, este processo tem sido intensificado pelo avanço da urbanização e das intervenções antrópicas sobre essas áreas, o que gera grandes impactos e cria cenários de risco à população e ao sistema costeiro. Sabendo disso, essa pesquisa buscou analisar, por meio da bibliometria, as estatísticas que indicam as tendências dos estudos sobre a erosão em áreas de falésias, além do mapeamento dos autores, periódicos, países e instituições que publicaram sobre essa temática.

O levantamento bibliométrico permitiu analisar os autores, instituições, países e periódicos mais produtivos que tratam da erosão em áreas de falésia, indicando a tendência de crescimento de tais discussões na comunidade acadêmica e científica internacional. Com isso, concluiu-se que, a partir de 1991 até 2019, essa temática foi bastante discutida e que, apesar de ter sofrido um decréscimo de trabalhos publicados e citados entre os anos de 2020 e 2022, em 2023 tornou a crescer, evidenciando que os estudos e discussões que abordam esses processos tem retornado aos debates. Este fato justifica, diante do atual contexto de mudanças climáticas e avanço da urbanização sobre a zona costeira, a importância desses trabalhos para o estudo e compreensão dos processos erosivos bem como as formas como ocorrem e geram impactos nos diferentes contextos em que se manifestam.

Os dados apresentados e analisados reforçam a necessidade de estudos acerca do ambiente costeiro, tendo em vista as mudanças climáticas, aumento do nível do mar e alterações causadas pela ação antrópica, a fim de compreender a sua dinâmica, como ela é alterada em função desses fatores anteriormente citados e, sobretudo, como oferecer subsídios técnicos para desenvolvimento de mecanismos para redução dos riscos e efeitos da erosão nas zonas litorâneas.

REFERÊNCIAS

ABD-ELHAMID, Hany F.; ZELEŇÁKOVÁ, Martina; BARAŃCZUK, Jacek; GERGELOVA, Marcela Bindzarova; MAHDY, Mohamed. Historical Trend Analysis and Forecasting of Shoreline Change at the Nile Delta Using RS Data and GIS with the DSAS Tool. **Remote Sensing**, v. 15, n. 7, 2023. https://doi.org/10.3390/rs15071737.

ADDO, Kwasi Appeaning. Changing morphology of Ghana's Accra coast. **Journal of Coastal Conservation**, v. 15, p. 433-443, 2011.

CHRISTOFOLETTI. Antonio. **Geomorfologia**. 2ª ed, São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

FERREIRA, João Batista; SILVA, Luciana de Araújo Mendes. O uso da bibliometria e sociometria como diferencial em pesquisas de revisão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p. 448–464, 2019.

FERRER-VALERO, Nicolás; HERNÁNDEZ-CALVENTO, Luis; HERNÁNDEZ-CORDERO, Antonio I. Human impacts quantification on the coastal landforms of Gran Canaria Island (Canary Islands). **Geomorphology**, v. 286, p. 58-67, 2017.

GORNITZ, Vivien. Global coastal hazards from future sea level rise. **Global and Planetary Change**. v. 3, ed. 4, p. 379-398, 1991.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico de Geomorfologia**. 2ª ed. n. 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=281612&view=detalhes. Acesso em: 29 dez. 2023.

DE JONGE, Victor N. From a defensive to an integrated approach. In: REINHARD, S.; FOLMER, H. (Eds.). **Water Policy in the Netherlands: Integrated Management in a Densely Populated Delta**. Washington: Earthscan, 2009. p. 17-46.

LEE, Jae Yun; SYN, Sue Yeon; KIM, Soojung. Global research trends in research data management: A bibliometrics approach. **Journal of Librarianship and Information Science**, 0(0), 2024.

MOREIRA, Paulo Sergio da Conceição; GUIMARÃES, André José Ribeiro; TSUNODA, Denise Fukumi. Qual ferramenta bibliométrica escolher? Um estudo comparativo entre softwares. **P2P & Inovação,** Rio de Janeiro. v. 6, n. 2, Ed. Especial, p. 140-158, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v6n2.p140-158.

MURSHED, Sanzida; GRIFFIN, Amy L.; ISLAM, Md Ashraful; WANG, Xiao Hua; PAULL, David. Assessing multi-climate-hazard threat in the coastal region of Bangladesh by combining influential environmental and anthropogenic factors. **Progress in Disaster Science**, v. 16, 100261, 2022.

ORTEGA, Alisson Y.; DÍAZ, Luis J. Otero; CUETO, Jairo E. Assessment and management of coastal erosion in the marine protected area of the Rosario Island archipelago (Colombian Caribbean). **Ocean & Coastal Management**, v. 239, 106605, 2023.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2004.

RANGEL-BUITRAGO, Nelson; NEAL, William J; DE JONGE, Victor N. Risk assessment as tool for coastal erosion management. **Ocean & Coastal Management**, v. 186, 105099, 2020.

SILVA, Rodolfo; MARTÍNEZ, M. Luisa; HESP, Patrick; CATALAN, Patricio; OSORIO, Andres F.; MARTELL, Raul; FOSSATI, Monica; MIOT DA SILVA, Graziela; MARIÑO-TAPIA, Ismael; PEREIRA, Pedro; CIENFUEGOS, Rodrigo; KLEIN, Antonio; GOVAERE, Georges. Present and future challenges of coastal erosion in Latin America. **Journal of Coastal Research**, v. 71, p. 1-16, 2014.

VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. **VOSviewer Manual**. Universiteit Leiden; CWTS Meaningful metrics, 2022.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Estudos Bibliométricos: Procedimentos Metodológicos e Contribuições. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 15, n. 2, p. 211-220, 2014.

ANEXO I

Autor(es) – ano	Título
Massaro, L.; Forte, G.; De Falcoi, M.; Santo, A. (2023)	Geomorphological Evolution of Volcanic Cliffs in Coastal Areas: The Case of Maronti Bay (Ischia Island)
Fullin, N.; Duo, E.; Fabbri, S.; Francioni, M.; Ghirotti, M.; Ciavola, P. (2023)	Quantitative Characterization of Coastal Cliff Retreat and Landslide Processes at Portonovo-Trave Cliffs (Conero, Ancona, Italy) Using Multi-Source Remote Sensing Data
Ortega, A. Y.; Díaz, L. J. O.; Cueto, J. E. (2023)	Assessment and management of coastal erosion in the marine protected area of the Rosario Island archipelago (Colombian Caribbean)
Abd-Elhamid, H. F.; Zelenakova, M.; Baranczuk, J.; Gergelova, M. B.; Mahdy, M. (2023)	Historical Trend Analysis and Forecasting of Shoreline Change at the Nile Delta Using RS Data and GIS with the DSAS Tool
Kaminski, M. Zientara, P.; Krawczyk, M. (2023)	Application of airborne laser scanning and electrical resistivity tomography in the study of an active landslide and geology of the cliff, Jastrzebia Gora, Poland
Luetzenburg, G.; Townsend, D.; Svennevig, K.; Bendixen, M.; Bjork, A. A.; Eidam, E. F.; Kroon, A. (2023)	Sedimentary Coastal Cliff Erosion in Greenland
Melis, R. T.; Demurtas, V.; Mussi, M.; Orrù, P. E.; Sulis, A.; Altamura, F.; Erbì, R.; Orrù, M.; Deiana, G. (2023)	The paleolandscape evolution of the southwestern coast of Sardinia (Italy) and its impact on Mesolithic settlements
Fauchard, C.; Guilbert, V.; Antoine, R. Ledun, C.; Beaucamp, B.; Maquaire, O.; Costa, S.; Medjkane, M.; Roulland, T. (2023)	Diachronic UAV study of coastal badlands supported by geophysical imaging in the context of accelerated erosion processes
Chubarenko, B.; Domnin, D.; Simon, F. G.; Scholz, P.; Leitsin, V.; Tovpinets, A.; Karmanov, K.; Esiukova, E. (2023)	Change over Time in the Mechanical Properties of Geosynthetics Used in Coastal Protection in the South-Eastern Baltic
Murshed, S.; Griffin, A. L.; Islam, M. A.; Wang, X. H.; Paull, D. (2022)	Assessing multi-climate-hazard threat in the coastal region of Bangladesh by combining influential environmental and anthropogenic factors
Vacchi, M.; Gatti, G.; Kulling, B.; Morhange, C.; Marriner, N. (2022)	Climatic control on the formation of marine-notches in microtidal settings: New data from the northwestern Mediterranean Sea
Beldowska, M.; Beldowski, J.; Kwasigroch, U.; Szubska, M.; Jedruch, A. (2022)	Coastal cliff erosion as a source of toxic, essential and nonessential metals in the marine environment
Flor-Blanco, G.; Bruschi, V.; Adrados, L.; Dominguez-Cuesta, M. J.; Gracia-Prieto, F. J.; Llana-Funez, S.; Flor, G. (2022)	Geomorphological evolution of the calcareous coastal cliffs in North Iberia (Asturias and Cantabria regions)
Lubis, A. M.; Samdara, R.; Agraini, L.; Ahmed, Z. Reeve, D. E. (2022)	Imaging Subsurface Structures at Fast Eroding Coastal Areas in Northern Bengkulu Using 2D Seismic MASW Method
Mahamoud, A.; Gzam, M.; Mohamed, N. A.; Soulé, H. H.; Montacer, M. (2022)	A preliminary assessment of coastal vulnerability for Ngazidja Island, Comoros Archipelago, Western Indian Ocean
Minor, K. P.; Steel, R. J.; Olariu, C. (2022)	Tectonic and eustatic control of Mesaverde Group Wyoming-Utah-Colorado region, USA
Foyle, A. M.; Schuckman, K. L. (2021)	Reduced sediment export to the Pennsylvania Lake Erie littoral zone during an era of average lake levels
Berry, H. B.; Whalen, D.; Lim, M. (2021)	Long-term ice-rich permafrost coast sensitivity to air temperatures and storm influence: lessons from Pullen Island, Northwest Territories, Canada
Stancheva, M. Stanchev, H. Young, R.; Parlichev, G. (2021)	Coastal erosion driven Land-Sea Interactions in Maritime Spatial Planning - a case of Bulgaria
Zecchin, M.; Catuneanu, O.; Caffau, M. (2022)	High-resolution sequence stratigraphy of clastic shelves VIII: Full-cycle subaerial unconformities

Averes, T.; Hofstede, J. L. A.; Hinrichsen, A.; Reimers, H. C.; Winter, C. (2021)	Cliff Retreat Contribution to the Littoral Sediment Budget along the Baltic Sea Coastline of Schleswig-Holstein, Germany
Momber, G.; Mason, B.; Gillespie, J.; Heamagi, C.; Satchell, J.; Ferreira, R.; Noble-Shelly, J. (2021)	New evidence from Bouldnor Cliff for technological innovation in the Mesolithic, population dispersal and use of drowned landscapes
Jeong, A.; Seong, Y. B.; Choi, K. H.; Lee, C. H. (2021)	A numerical model study for simulation of rocky coast evolution and erosion using cosmogenic nuclides: A case study along the Dunduri and Dokdo shore platform in Korea
Twomey, A. J.; Saunders, M. I.; Callaghan, D. P.; Bouma, T. J.; Han, Q. Y.; O'Brien, K. R. (2021)	Lateral sediment erosion with and without the non-dense root-mat forming seagrass Enhalus acoroides
Bergillos, R. J.; Rodriguez-Delgado, C.; Cremades, J.; Medina-Rodríguez, L.; Iglesias, G. (2020)	Multi-criteria characterization and mapping of coastal cliff environments: A case study in NW Spain
Lim, M.; Whalen, D. Mann, P. J.; Fraser, P.; Berry, H. B.; Irish, C.; Cockney, K.; Woodward, J. (2020)	Effective Monitoring of Permafrost Coast Erosion: Wide-scale Storm Impacts on Outer Islands in the Mackenzie Delta Area
Krueger, R.; Zoet, L. K.; Rawling, J. E. (2020)	Coastal Bluff Evolution in Response to a Rapid Rise in Surface Water Level
Bartsch, A.; Ley, S.; Nitze, I.; Pointner, G.; Vieira, G. (2020)	Feasibility Study for the Application of Synthetic Aperture Radar for Coastal Erosion Rate Quantification Across the Arctic
Gerivani, H.; Savari, S. (2020)	Using plants distribution pattern to determine potentially unstable zone on the top of sea cliffs in Gurdim (Gulf of Oman, Iran)
Del Río, L.; Posanki, D.; Gracia, F. J.; Pérez-Romero, A. M. (2020)	A comparative approach of monitoring techniques to assess erosion processes on soft cliffs
Rangel-Buitrago, N.; Neal, W. J.; de Jonge, V. N. (2020)	Risk assessment as tool for coastal erosion management
Vousdoukas, M. I.; Ranasinghe, R.; Mentaschi, L.; Plomaritis, T. A.; Athanasiou, P.; Luijendijk, A.; Feyen, L. (2020)	Sandy coastlines under threat of erosion
Gerivani, H.; Stephenson, W.; Afarin, M. (2020)	Sea cliff instability hazard assessment for coastal management in Chabahar, Iran
Barbosa, N.; Taquez, D.; Santos, O.; Neto, O. D.; Scudelari, A. (2020)	The Effect of Basal Erosion on Sea Cliff Stability
Guida, D.; Valente, A. (2019)	Terrestrial and Marine Landforms along the Cilento Coastland (Southern Italy): A Framework for Landslide Hazard Assessment and Environmental Conservation
Morshedian, A.; MacEachern, J. A.; Dashtgard, S. E.; Bann, K. L.; Pemberton, S. G. (2019)	Systems tracts and their bounding surfaces in the low-accommodation Upper Mannville group, Saskatchewan, Canada
Wziatek, D. Z.; Terefenko, P.; Kurylczyk, A. (2019)	Multi-Temporal Cliff Erosion Analysis Using Airborne Laser Scanning Surveys
Peterson, C.D.; Kingen, K.E.P.; Erlandson, J.M.; Kaijankoski, P.; Meyer, J.; Ryan, C. (2019)	Widespread Evidence of Terminated Marine Transgressive Sand Supply and Failing Longshore Sand Transport to Eroding Coastal Eolian Sand Ramps during the Latest Holocene Time in Oregon and California (Pacific Coast, USA)
Rumson, A. G.; Hallett, S. H.; Brewer, T. R. (2019)	The application of data innovations to geomorphological impact analyses in coastal areas: An East Anglia, UK, case study
Kantamaneni, K. (2019)	Evaluation of social vulnerability to natural hazards: a case of Barton on Sea, England
Dhanalakshmi, S.; Kankara, R. S.; Selvan, S.C. (2019)	Impact assessment of sea level rise over coastal landforms: a case study of Cuddalore coast, south-east coast of India

Calista, M.; Mascioli, F.; Menna, V.; Miccadei, E.; Piacentini, T. (2019)	Recent Geomorphological Evolution and 3D Numerical Modelling of Soft Clastic Rock Cliffs in the Mid-Western Adriatic Sea (Abruzzo, Italy)
Warrick, J. A.; Ritchie, A. C.; Schmidt, K. M.; Reid, M.E.; Logan, J. (2019)	Characterizing the catastrophic 2017 Mud Creek landslide, California, using repeat structure-from-motion (SfM) photogrammetry
Queiroz, S. M. R.; Marques, F. M. S. F. (2019)	Sea cliff instability susceptibility considering nearby human occupation and predictive capacity assessment
Tylkowski, J.; Hojan, M. (2019)	Time Decomposition and Short-Term Forecasting of Hydrometeorological Conditions in the South Baltic Coastal Zone of Poland
Isaev, V. S.; Koshurnikov, A. V.; Pogorelov, A.; Amangurov, R. M.; Podchasov, O.; Sergeev, D. O.; Buldovich, S. N.; Aleksyutina, D. M.; Grishakina, E. A.; Kioka, A. (2019)	Cliff retreat of permafrost coast in south-west Baydaratskaya Bay, Kara Sea, during 2005-2016
Kaliraj, S.; Chandrasekar, N.; Ramachandran, K. K. (2019)	Coastal habitat vulnerability of Southern India: a multiple parametric approach of GIS based HVI (*habitat vulnerability index*) model
Miccadei, E.; Mascioli, F.; Ricci, F.; Piacentini, T. (2019)	Geomorphology of soft clastic rock coasts in the mid-western Adriatic Sea (Abruzzo, Italy)
Lopez-Saez, J.; Corona, C.; Morel, P.; Rovéra, G.; Dewez, T. J. B.; Stoffel, M.; Berger, F. (2018)	Quantification of cliff retreat in coastal Quaternary sediments using anatomical changes in exposed tree roots
Young, A. P.; Flick, R. E.; Gallien, T. W.; Giddings, S. N.; Guza, R. T.; Harvey, M.; Lenain, L.; Ludka, B. C.; Melville, W. K.; O'Reilly, W. C. (2018)	Southern California Coastal Response to the 2015-2016 El Nino
Angulo, R. J.; de Souza, M. C.; Barboza, E. G; Rosa, M. L. C. D.; Fernandes, L. A.; Guedes, C. C. F.; de Oliveira, L. H. S.; Manzolli, R. P.; Disaró, S. T.; Ferreira, A. G.; Martin, C. M. (2018)	Quaternary sealevel changes and coastal evolution of the Island of Trindade, Brazil
Medjkane, M.; Maquaire, O.; Costa, S.; Roulland, T.; Letortu, P.; Fauchard, C.; Antoine, R.; Davidson, R. (2018)	High-resolution monitoring of complex coastal morphology changes: cross-efficiency of SfM and TLS-based survey (Vaches-Noires cliffs, Normandy, France)
Sowards, K. F.; Nelson, S. T.; McBride, J. H.; Bickmore, B. R.; Heizler, M. T.; Tingey, D. D.; Rey, K. A.; Yaede, J. R.	A conceptual model for the rapid weathering of tropical ocean islands: A synthesis of geochemistry and geophysics, Kohala Peninsula, Hawaii, USA
Adriaens, R.; Zeelmaekers, E.; Fettweis, M.; Vanlierde, E.; Vanlede, J.; Stassen, P.; Elsen, J.; Srodon, J.; Vandenberghe, N. (2018)	Quantitative clay mineralogy as provenance indicator for recent muds in the southern North Sea
Walker, J.; Lees, B.; Olley, J.; Thompson, C. (2018)	Dating the Cooloola coastal dunes of South-Eastern Queensland, Australia
Thankappan, N.; Varangalil, N.; Varghese, T. K.; Philipose, K. N. (2018)	Coastal morphology and beach stability along Thiruvananthapuram, south-west coast of India
Furlani, S.; Piacentini, D.; Troiani, F.; Biolchi, S.; Roccheggiani, M.; Tamburini, A.; Tirincanti, E.; Vaccher, V.; Antonioli, F.; Devoto, S.; Nesci, O.; Menichetti, M. (2019)	Tidal notches (TN) along the western adriatic coast as markers of coastal stability during late holocene
Romagnoli, C.; Casalbore, D.; Ricchi, A.; Lucchi, F.; Quartau, R.; Bosman, A.; Tranne, C. A.; Chiocci, F. L. (2018)	Morpho-bathymetric and seismo-stratigraphic analysis of the insular shelf of Salina (Aeolian archipelago) to unveil its Late-Quaternary geological evolution
Mancini, F.; Castagnetti, C.; Rossi, P.; Dubbini, M.; Fazio, N. L.; Perrotti, M.; Lollino, P. (2018)	An Integrated Procedure to Assess the Stability of Coastal Rocky Cliffs: From UAV Close-Range Photogrammetry to Geomechanical Finite Element Modeling
Nombela, M. A.; Diz, P.; Couto, E. N.; Martínez, G. (2017)	Textural Characteristics might Influence Donax trunculus Shellfishing Banks Exploitability
Ferrer-Valero, N.; Hernández-Calvento, L.; Hernández-Cordero, A. I. (2017)	Human impacts quantification on the coastal landforms of Gran Canaria Island (Canary Islands)

Oliveira, S.; Moura, D.; Horta, J.; Nascimento, A.; Gomes, A.; Veiga-Pires, C. (2017)	The morphosedimentary behaviour of a headland-beach system: Quantifying sediment transport using fluorescent tracers
Shtienberg, G.; Dix, J. K.; Roskin, J.; Waldmann, N.; Bookman, R.; Malik, O. M; Porat, N.; Taha, N.; Sivan, D. (2017)	New perspectives on coastal landscape reconstruction during the Late Quaternary: A test case from central Israel
Mueller, N. J.; Meindl, C. F. (2017)	Vulnerability of Caribbean Island Cemeteries to Sea Level Rise and Storm Surge
Niculescu, D.; Vlasceanu, E.; Petrila, M.; Mateescu, R.; Omer, I.; Dimache, A.; Iancu, I. (2017)	Unmanned aeral vehicle (UAV) technology in monitoring of coastal cliffs
Durán, R.; Guillén, J.; Ruiz, A.; Jiménez, J. A.; Sagristà, E. (2016)	Morphological changes, beach inundation and overwash caused by an extreme storm on a low-lying embayed beach bounded by a dune system (NW Mediterranean)
Tanski, G.; Couture, N.; Lantuit, H.; Eulenburg, A.; Fritz, M. (2016)	Eroding permafrost coasts release low amounts of dissolved organic carbon (DOC) from ground ice into the nearshore zone of the Arctic Ocean
Rees, S.; Curson, J.; Evans, D. (2015)	Conservation of coastal soft cliffs in England 2002-2013
Van Landeghem, K. J. J.; Niemann, H.; Steinle, L. I.; O'Reilly, S. S.; Huws, D. G.; Croker, P. F. (2015)	Geological settings and seafloor morphodynamic evolution linked to methane seepage
Spencer, T.; Brooks, S. M.; Evans, B. R.; Tempest, J. A.; Möller, I. (2015)	Southern North Sea storm surge event of 5 December 2013: Water levels, waves and coastal impacts
Carobene, L. (2015)	Marine Notches and Sea-Cave Bioerosional Grooves in Microtidal Areas: Examples from the Tyrrhenian and Ligurian Coasts-Italy
D'Angeli, I. M.; Sanna, L.; Calzoni, C.; De Waele, J. (2015)	Uplifted flank margin caves in telogenetic limestones in the Gulf of Orosei (Central-East Sardinia-Italy) and their palaeogeographic significance
Castedo, R.; de la Vega-Panizo, R.; Fernández-Hernández, M.; Paredes, C. (2015)	Measurement of historical cliff-top changes and estimation of future trends using GIS data between Bridlington and Hornsea - Holderness Coast (UK)
Barnard, P. L.; van Ormondt, M.; Erikson, L. H.; Eshleman, J.; Hapke, C.; Ruggiero, P.; Adams, P. N.; Foxgrover, A. C. (2014)	Development of the Coastal Storm Modeling System (CoSMoS) for predicting the impact of storms on high-energy, active-margin coasts
Silva, R.; Martínez, M. L.; Hesp, P. A. ; Catalan, P. A.; Osorio, A.F.; Martell, R.; Fossati, M.; da Silva, G. M.; Mariño-Tapia, I.; Pereira, P.; Cienguegos, R.; Klein, A.; Govaere, G. (2014)	Present and Future Challenges of Coastal Erosion in Latin America
Addo, K. A. (2014)	Managing Shoreline Change Under Increasing Sea-Level Rise in Ghana
Hoffmeister, D.; Tilly, N.; Curdt, C.; Ntageretzis, K.; Bareth, G.; Vött, A. (2013)	Monitoring annual changes of the coastal sedimentary budget in western Greece by terrestrial laser scanning
Stanchev, H.; Young, R.; Stancheva, M. (2013)	Integrating GIS and high resolution orthophoto images for the development of a geomorphic shoreline classification and risk assessment-a case study of cliff/bluff erosion along the Bulgarian coast
Thebaudeau, B.; Trenhaile, A. S.; Edwards, R. J. (2013)	Modelling the development of rocky shoreline profiles along the northern coast of Ireland
Della Seta, M.; Martino, S.; Mugnozza, G. S. (2013)	Quaternary sea-level change and slope instability in coastal areas: Insights from the Vasto Landslide (Adriatic coast, central Italy)
Baugh, J.; Feates, N.; Littlewood, M.; Spearman, J. (2013)	The fine sediment regime of the Thames Estuary - A clearer understanding
Moses, C. A. (2013)	Tropical rock coasts: Cliff, notch and platform erosion dynamics
Abbott, T. (2013)	Shifting shorelines and political winds - The complexities of implementing the simple idea of

	shoreline setbacks for oceanfront developments in Maui, Hawaii
Le Cozannet, G.; Garcin, M.; Bulteau, T.; Mirgon, C.; Yates, M. L.; Mendez, M.; Baills, A.; Idier, D.; Oliveros, C. (2013)	An AHP-derived method for mapping the physical vulnerability of coastal areas at regional scales
Marques, F. M. S. F.; Matildes, R.; Redweik, P. (2013)	Sea cliff instability susceptibility at regional scale: a statistically based assessment in the southern Algarve, Portugal
Evelpidou, N.; Kampolis, I.; Pirazzoli, P. A.; Vassilopoulos, A. (2012)	Global sea-level rise and the disappearance of tidal notches
Muawanah, U.; Pomeroy, R. S.; Marlessy, C. (2012)	Revisiting Fish Wars: Conflict and Collaboration over Fisheries in Indonesia
Addo, K. A. (2011)	Changing morphology of Ghana's Accra coast
Moulin, B.; Schenk, E. R.; Hupp, C. R. (2011)	Distribution and characterization of in-channel large wood in relation to geomorphic patterns on a low-gradient river
Hall, A. M. (2011)	Storm wave currents, boulder movement and shore platform development: A case study from East Lothian, Scotland
Dasgupta, R. (2011)	Whither shore platforms?
Zecchin, M.; Ceramicola, S.; Gordini, E.; Deponte, M.; Critelli, S. (2011)	Cliff overstep model and variability in the geometry of transgressive erosional surfaces in high-gradient shelves: The case of the Ionian Calabrian margin (southern Italy)
Young, A. P.; Guza, R. T.; O'Reilly, W. C.; Flick, R. E.; Gutierrez, R. (2011)	Short-term retreat statistics of a slowly eroding coastal cliff
Hapke, C.; Plant, N. (2010)	Predicting coastal cliff erosion using a Bayesian probabilistic model
Bizzarri, R. (2010)	Early Pleistocene rocky coasts (Orvieto area, Western Umbria, Central Italy): facies analysis and sedimentation models
Del Río, L.; Gracia, F. J. (2009)	Erosion risk assessment of active coastal cliffs in temperate environments
Nunes, M.; Ferreira, O.; Schaefer, M.; Clifton, J.; Baily, B.; Moura, D.; Loureiro, C. (2009)	Hazard assessment in rock cliffs at Central Algarve (Portugal): A tool for coastal management
Moses, C. A.; Williams, R. B. G. (2008)	Artificial beach recharge: the South East England experience
de la Vega-Leinert, A. C.; Nicholls, R. J. (2008)	Potential implications of sea-level rise for Great Britain
Pruszak, Z.; Zawadzka, E. (2008)	Potential implications of sea-level rise for Poland
Hall, A. M.; Hansom, J. D.; Jarvis, J. (2008)	Patterns and rates of erosion produced by high energy wave processes on hard rock headlands: The Grind of the Navir, Shetland, Scotland
Van der Wal, D.; Wielemaker-Van den Dool, A.; Herman, P. M. J. (2008)	Spatial patterns, rates and mechanisms of saltmarsh cycles (Westerschelde, The Netherlands)
Lollino, P.; Pagliarulo, R. (2008)	The interplay of erosion, instability processes and cultural heritage at San Nicola Island (Tremiti Archipelago, Southern Italy)
Marques, F. M. S. F. (2008)	Magnitude-frequency of sea cliff instabilities
Oliveira, A.; Santos, A. I.; Rodrigues, A.; Vitorino, J. (2007)	Sedimentary particle distribution and dynamics on the Nazare, canyon system and adjacent shelf (Portugal)
Brunel, C.; Sabatier, F. (2007)	Pocket Beach Vulnerability to Sea-level Rise
Jongens, R.; Gibb, J.; Alloway, B. V. (2007)	A new hazard zonation methodology applied to residentially developed sea-cliffs with very low erosion rates, East Coast Bays, Auckland, New Zealand
Pye, K.; Blott, S. J. (2006)	Coastal processes and morphological change in the Dunwich-Sizewell area, Suffolk, UK

van Proosdij, D.; Ollerhead, J.; Davidson-Arnott, R. G. D. (2006)	Seasonal and annual variations in the volumetric sediment balance of a macro-tidal salt marsh
de Lange, W. P.; Moon, V. G. (2005)	Estimating long-term cliff recession rates from shore platform widths
Gomes, A.; Gaspar, J. L.; Goulart, C.; Queiroz, G. (2005)	Evaluation of landslide susceptibility of Sete Cidades Volcano (S. Miguel Island, Azores)
Paskoff, R. P. (2004)	Potential implications of sea-level rise for France
Glover, C.; Robertson, A. H. F. (2003)	Origin of tufa (cool-water carbonate) and related terraces in the Antalya area, SW Turkey
Hampton, M. A. (2002)	Gravitational failure of Sea Cliffs in weakly lithified sediment
Emeis, K.; Christiansen, C.; Edelvang, K.; Jähmlich, S.; Kozuch, J.; Laima, M.; Leipe, T.; Löffler, A.; Lund-Hansen, L. C.; Miltner, A.; Pazdro, K.; Pempkowiak, J.; Pollehne, F.; Shimmield, T.; Voss, M.; Witt, G. (2002)	Material transport from the near shore to the basinal environment in the southern Baltic Sea -: II:: Synthesis of data on origin and properties of material
Suparan, P.; Dam, R. A. C.; van der Kaars, S.; Wong, T. E. (2001)	Late Quaternary tropical lowland environments on Halmahera, Indonesia
Jung, H. S.; Ko, Y. T.; Chi, S. B.; Moon, J. W. (2001)	Characteristics of seafloor morphology and ferromanganese nodule occurrence in the Korea Deep-Sea Environmental Study (KODES) area, NE equatorial Pacific
Worsley, D.; Agdestein, T.; Gielberg, J. G.; Kirkemo, K.; Mork, A.; Nilsson, I.; Olaussen, S.; Steel, R. J.; Stemmerik, L. (2001)	The geological evolution of Bjornoya, Arctic Norway: implications for the Barents Shelf
Budetta, P.; Galietta, G.; Santo A. (2000)	A methodology for the study of the relation between coastal cliff erosion and the mechanical strength of soils and rock masses
Land, L. A.; Paull, C. K.; Spiess, F. N. (1999)	Abyssal erosion and scarp retreat: Deep Tow observations of the Blake Escarpment and Blake Spur
Coltorti, M. (1997)	Human impact in the Holocene fluvial and coastal evolution of the Marche region, Central Italy
Illenberger, W. K. (1996)	The geomorphologic evolution of the Wilderness dune cordons, South Africa
Bosence, D. W. J.; Pomar, L.; Waltham, D. A.; Lankester, T. H. G. (1994)	Computer modeling a miocene carbonate platform, Mallorca, Spain
Komar, P. D.; Shih, S. M. (1993)	Cliff erosion along the Oregon coast - a tectonic-sea level imprint plus local controls by beach processes
Orrisovalvo, M.; Sylvester, A. G. (1993)	The relationship between geology and landforms along a coastal Mountain Front, Northern Calabria, Italy
Gornitz, V. (1991)	Global coastal hazards from future sea-level rise

Recebido em abril de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

ANÁLISE DOS LOCAIS COM REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS DE ALAGAMENTOS NO JARDIM PANTANAL, DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL

ANALYSIS OF LOCATIONS WITH RECORDS OF FLOODING OCCURRENCES IN JARDIM PANTANAL, DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL

ANÁLISIS DE UBICACIONES CON REGISTROS DE INUNDACIONES EN JARDIM PANTANAL, DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL

Antonio Idêrlian Pereira de Sousa
Doutorando em Geografia/Professor do Magistério Superior-Substituto/Universidade Federal da Grande Dourados
antonioiderlian@outlook.com

Adeir Archanjo da Mota
Professor Adjunto / Universidade Federal da Grande Dourados
adeirmota@ufgd.edu.br

Yani Scatolin Mendes
Auxiliar de Biblioteca/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
yanimendes@gmail.com

Destaques

- No cenário da produção do espaço urbano, em que o mercado imobiliário exerce sua forte influência, a busca pelo lucro muitas vezes sobrepõe-se a outros interesses.
- A problemática dos alagamentos emerge como um reflexo intrínseco dos desafios ambientais urbanos, sendo moldada pela própria configuração das cidades.
- Na perspectiva ambiental, a análise não se restringe à dimensão natural, ela se estende às interações sociais, abrangendo elementos políticos, econômicos e culturais.

RESUMO

No complexo processo de construção e consolidação das cidades, o lucro muitas vezes sobrepõe-se às necessidades habitacionais, resultando em loteamentos inadequadamente projetados. Este artigo tem como objetivo compreender as ocorrências de alagamento no loteamento Jardim Pantanal, visando fornecer subsídios para a formulação de estratégias que possam mitigar esses impactos na localidade. Para isso, por meio do trabalho de campo, levantaram-se relatos da comunidade e dados dos pontos de captação pluvial. Além disso, foi feito o processamento dos dados utilizando o *software* QGIS. A pesquisa constatou que há deficiências no sistema de drenagem, sendo observado que 97,6% das bocas de lobo se encontravam obstruídas e/ou parcialmente limpas na data dos levantamentos. Medidas preventivas, como a gestão eficaz da limpeza urbana e readequação dos sistemas de drenagem, são cruciais para melhorar a qualidade de vida dos residentes em áreas propensas a alagamentos. Este trabalho pode contribuir inicialmente para esclarecer alguns aspectos relevantes sobre os alagamentos e as condições gerais do sistema de drenagem do loteamento, especialmente no que diz respeito à limpeza urbana.

Palavras-chave: Análise espacial. Alagamentos. Suscetibilidade. Loteamento Jardim Pantanal. QGIS.

ABSTRACT

In the complex process of urban construction and consolidation, profit often outweighs housing needs, resulting in poorly designed subdivisions. The aim of this article is to understand the occurrence of flooding in the Jardim Pantanal subdivision, in order to help formulate strategies to mitigate its effects in the locality. To achieve this, fieldwork was carried out to collect reports from the community and data from rainwater collection points. QGIS software was also used to process the data. The research revealed that there are deficiencies in the drainage system and it was observed that 97.6% of the storm drains were blocked and/or partially cleaned at the time of the surveys. Preventive measures, such as effective management of urban cleaning and re-alignment of drainage systems, are crucial to improving the quality of life for residents in flood-prone areas. This work can first help to clarify some relevant aspects of flooding and the general conditions of the subdivision's drainage system, especially with regard to urban cleaning.

Keywords: Spatial analysis. Flooding. Susceptibility. Jardim Pantanal Subdivision. QGIS.

RESUMEN

En el complejo proceso de construcción y consolidación de ciudades, el beneficio muchas veces superpone las necesidades de vivienda, lo que resulta en subdivisiones diseñadas inadecuadamente. Este artículo tiene como objetivo comprender la ocurrencia de inundaciones en el fraccionamiento Jardim Pantanal, con el objetivo de proporcionar

subsidios para la formulación de estrategias que puedan mitigar estos impactos en la localidad. Para ello, a través del trabajo de campo se recogieron informes de la comunidad y datos de los puntos de captación de agua de lluvia. Además, el procesamiento de datos se realizó mediante el software QGIS. La investigación constato que existen deficiencias en el sistema de drenaje, siendo observado que el 97.6% de los drenajes pluviales se encontraban bloqueados y/o parcialmente limpios a la fecha de los levantamientos. Las medidas preventivas, como una gestión eficaz de la limpeza urbana y el reajuste de los sistemas de drenaje, son cruciales para mejorar la calidad de vida de los residentes en zonas propensas a inundaciones. Este trabajo puede contribuir inicialmente a esclarecer algunos aspectos relevantes de las inundaciones y del estado general del sistema de drenaje del fraccionamiento, especialmente en lo que se refiere a la limpieza urbana.

Palabras clave: Análisis espacial. Inundación. Susceptibilidad. Subdivisión Jardim Pantanal. QGIS.

INTRODUÇÃO

No embaralhado processo de construção e consolidação das cidades, é importante considerar os limites e regulamentações que delineiam os empreendimentos urbanos. No cenário da produção do espaço urbano, em que o mercado imobiliário exerce sua forte influência, a busca pelo lucro muitas vezes sobrepõe-se a outros interesses. Essa busca incessante por ganhos financeiros pode resultar no superdimensionamento de loteamentos privados, na incorporação de elementos expropriados ou artificiais para maximizar os rendimentos, ou até mesmo na construção de loteamentos sociais com custos reduzidos.

No complexo contexto da construção e consolidação das cidades, é crucial considerar os limites e regulamentações que delineiam os empreendimentos urbanos. No cenário da produção do espaço urbano, em que o mercado imobiliário exerce considerável influência, a busca pelo lucro frequentemente prevalece sobre outros interesses. Essa incessante busca por ganhos financeiros pode resultar no superdimensionamento de loteamentos privados, na inclusão de elementos expropriados ou artificiais para maximizar os retornos financeiros, ou até mesmo na implementação de loteamentos sociais com custos reduzidos (Vieira, 2005).

Dentro desse contexto, o enfoque recai nos interesses econômicos, por vezes negligenciando as necessidades fundamentais de habitação (Vieira, 2005).

A problemática dos alagamentos emerge como um reflexo intrínseco dos desafios ambientais urbanos, sendo moldada pela própria configuração das cidades. As transformações no uso da terra e a impermeabilização do solo tornam-se elementos cruciais que impactam diretamente o escoamento superficial (Jorge e Guerra, 2020). A redução na capacidade de infiltração, atribuída aos assentamentos urbanos, transforma as cidades em catalisadores de alterações nos processos hidrológicos. Adicionalmente, a deficiente implantação de infraestruturas urbanas e a ineficácia das políticas municipais no fornecimento regular de serviços essenciais, como a limpeza das ruas e a desobstrução das bocas de lobo, agravam substancialmente os desafios relacionados aos alagamentos (Jorge e Guerra, 2020).

No contexto brasileiro, os desafios relacionados aos alagamentos estão intrinsecamente ligados ao crescimento urbano desordenado e à ausência de um planejamento adequado. O acelerado processo de ocupação das cidades, impulsionado pela transição do meio rural para o urbano, seja por necessidade de moradia ou por interesses comerciais, resultou na supressão, desconfiguração e ressignificação do ambiente natural. Esse rearranjo alterou significativamente os processos naturais, intensificando a magnitude dos eventos climáticos e impactando diretamente a população urbana (Sposito, 2003).

> O Brasil passou por profundas transformações econômicas, sociais e ambientais nas últimas décadas, que resultaram em grande pressão sobre os recursos naturais, tanto pelo aumento da demanda, quanto pelas novas modalidades de uso. No processo de desenvolvimento, o crescimento populacional e a urbanização sem planejamento trouxeram implicações significativas ao ambiente urbano. Eventos da mais variada ordem resultam da falta de planejamento (Tamporoski *et al.,* 2012, p. 218).

Cidades emblemáticas como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são frequentemente assoladas por enchentes e alagamentos anuais, evidenciando as consequências desse desequilíbrio entre o crescimento urbano e a capacidade de absorção ambiental. Tucci (2008, p.97), ao discorrer sobre o contexto do crescimento urbano e seus impactos sobre as águas, destaca: “O meio formado pelo ambiente natural e pela população (socioeconômico urbano) é um ser vivo e dinâmico que gera um conjunto de efeitos interligados, que sem controle pode levar a cidade ao caos.”

A expansão desordenada das cidades é uma realidade que transcende os grandes centros urbanos, manifestando-se de maneira marcante em municípios de médio e pequeno porte. Alagamentos, enchentes e enxurradas são fenômenos recorrentes, compartilhados por localidades que experimentam os impactos adversos do crescimento urbano acelerado, desprovido de um planejamento adequado. Um exemplo que ilustra essa problemática é a cidade de Dourados, localizada ao centro-sul do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja rápida expansão urbana, conforme Tamporoski *et al*. (2012, p. 219), teve origem no "apoio de iniciativas governamentais e privadas de loteamento rural na forma de colônias, com foco na produção em escala e na comercialização em um centro político-administrativo e comercial".

Os referidos autores ainda destacam que, em paralelo ao aumento da produção agrícola mecanizada, o meio rural e urbano passou por modificações significativas. Uma inversão demográfica forçada resultou no esvaziamento do campo, conduzindo a um substancial aumento da ocupação do solo urbano. Essa transformação, embora impulsionada por fatores econômicos e estratégias de desenvolvimento, gerou desafios complexos que a cidade de Dourados enfrenta até os dias atuais.

A perspectiva adotada neste trabalho se fundamenta na abordagem ambiental, cujo objetivo é compreender e avaliar os impactos das relações da sociedade para com o ambiente natural. Os processos naturais e sociais não podem ser analisados de forma isolada, pois estão intrinsecamente interconectados (Suertegary, 2021).

Na perspectiva ambiental, a análise não se restringe à dimensão natural, ela se estende às interações sociais, abrangendo elementos políticos, econômicos e culturais. Esta abordagem enriquece a compreensão do ambiente ao considerar como a sociedade utiliza, se apropria e atribui valor a ele (Suertegary e De Paula, 2019, p. 85).

Cunha e Guerra (2000) ressaltam que quando se aborda a degradação ambiental apenas como um conjunto de elementos físicos, corre-se o risco de negligenciar uma análise mais abrangente, integrada e holística do problema. Essa perspectiva reconhece que a degradação ambiental não é simplesmente um fenômeno geofísico, é, de fato, um processo social que repercute diretamente na qualidade de vida das comunidades afetadas.

Os processos naturais, como o extravasamento dos cursos d'água em períodos sazonais, o escoamento superficial da montante à jusante e o represamento de água em

áreas de depressão, são parte do funcionamento dos sistemas naturais. Eles ocorrem independentemente da influência direta da sociedade humana. No entanto, a intervenção da sociedade nesses processos pode ter um impacto profundo, transformando sua dinâmica e, muitas vezes, intensificando os efeitos naturais (Cunha e Guerra, 2000).

Nas ciências humanas, como a geografia, a pesquisa é motivada pela necessidade de compreender os contextos sociais que se desenvolvem no espaço geográfico. Essa compreensão nos permite analisar as interações entre pessoas, comunidades e o ambiente em que vivem.

O município de Dourados, tem sua história marcada por eventos significativos, ele tem vivido transformações desde a constituição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, que alterou o uso da terra na região. O crescimento territorial acelerado iniciou-se com a "marcha para o Oeste" em 1943, impulsionando a agricultura intensiva na área municipal. Esse cenário atraiu populações, empresas agrícolas e profissionais especializados, contribuindo para a formação da "Grande Dourados" e sua cidade principal (Calixto, 2008, p. 28; Castro, 2009; Menezes, 2011a; Menezes, 2011b; Dourados, 2015).

A trajetória do loteamento Jardim Pantanal é marcada por desafios, evidenciados em notícias desde 2008. Estas reportagens abordam questões cruciais, como o asfaltamento e os alagamentos, dando voz às preocupações dos moradores. Ao explorarmos registros jornalísticos referentes ao loteamento, deparamo-nos com algumas reportagens que oferecem ideias sobre a situação dos alagamentos e a questão do asfalto.

Em um dos casos, a reportagem destaca que os moradores, segundo informações do tesoureiro da associação de moradores a época, os moradores estavam sendo obrigados a adquirir “terra” para colocar em frente as casas de modo a impedir o adentrar da água das chuvas.

> No Jardim Pantanal a situação não é diferente. Eles reclamam dos atoleiros, buracos, inundações e acúmulo de água parada [...] O tesoureiro da Associação de Moradores do Jardim Pantanal, Enilton Santana, 39 anos, denunciou que parte dos recursos do Orçamento Participativo, seriam destinados a Rua das Orquídeas, aquela em que, segundo ele, é a mais crítica. “Os moradores estão sendo obrigados a comprar terra para colocar em frente as casas. Isto vem impedindo que a água das chuvas invada as residências, a exemplo do que aconteceu no ano passado com meus vizinhos”, relata (Dourados Agora, 2008).

Outro relato, apresentado em uma reportagem de 2009, traz relatos significativos sobre os alagamentos e seus impactos nos moradores do loteamento.

> Moradores no Jardim Pantanal reivindicam melhorias na Rua Monte Alegre. De acordo com o morador Dário Held, o tráfego no local está comprometido. Para desviar das "crateras", muitos veículos acabam atingindo ciclistas e pedestres. "Na chuva ficamos praticamente ilhados. Os alagamentos impedem que as famílias saiam de casa para o trabalho e demais atividades de rotina. Nós vamos fechar as ruas em protesto, caso nada seja feito pelo poder público", anuncia (Dourados Agora, 2009).

Outra reportagem, de 2013, enfatiza a qualidade questionável do asfalto entregue e menciona que o loteamento só foi totalmente asfaltado em 2010 (Duarte, 2013).

Essas notícias nos fornecem um contexto para abordar os alagamentos, e a seguir serão apresentadas três outras notícias relacionadas ao tema.

A primeira reportagem é datada de 26 de outubro de 2016:

> Do Jardim Pantanal, o Luciano Cavalleiro enviou imagens da Rua Ayrton Senna completamente alagada. Além de dificultar o tráfego pela via, a água invade casas e aumenta os riscos de quem fica exposto a essa situação. "16 anos e ninguém vem resolver nosso problema", desabafa o morador, ao reforçar o apelo às autoridades do poder público por ações que resolvam o problema (Bento, 2016).

Por fim, a terceira reportagem é datada de 07 de abril de 2022 e traz a fala de um vereador da cidade de Dourados sobre as demandas relacionadas à situação do loteamento Jardim Pantanal, especialmente na rua Girassol. O vereador destaca que na Rua Girassol, entre as ruas Monte Alegre e João Vicente Ferreira, tem-se formado uma grande bacia, e quando há um grande volume de chuva, as casas ficam completamente alagadas (Assessoria da Câmara, 2022).

Para abordar o contexto dos alagamentos, o conceito de espaço geográfico é central para nossa pesquisa, uma vez que molda as relações cotidianas de forma significativa. Nesse ambiente dinâmico, as interações são influenciadas pela constante mutabilidade e por diversos elementos presentes. Conforme destacado por Santos (1996), o espaço geográfico é um palco em que as relações humanas se desenrolam, sendo suscetíveis a transformações temporais e influências contextuais.

Ao explorarmos o fenômeno dos alagamentos, percebemos que a recorrência desses eventos instiga os moradores a se adaptarem e a encontrar estratégias de sobrevivência em seu cotidiano. Essas adaptações refletem a singularidade de cada

indivíduo dentro do espaço compartilhado. Como salientado por Lopes (2023), mesmo em um ambiente coletivo, a harmonia é construída de maneira não uniforme.

Neste artigo, foi abordada a problemática dos alagamentos no Jardim Pantanal, considerando os relatos da comunidade. Adicionalmente, apresentamos resultados de um levantamento detalhado, incluindo a análise dos pontos de captação pluvial (bocas de lobo) e das intervenções realizadas pelos moradores. Os dados aqui apresentados são um recorte da dissertação de mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Geografia, no ano de 2023. O objetivo do nosso estudo foi compreender as ocorrências de alagamento no Jardim Pantanal, visando fornecer subsídios para a formulação de estratégias que possam mitigar esses impactos na localidade.

Para alcançar esse propósito, utilizamos dados da Defesa Civil municipal e realizamos trabalho de campo para obter informações adicionais. Esses dados, muitos dos quais não estavam disponíveis em órgãos como a Secretaria de Serviços Urbanos, possibilitaram análises mais detalhadas, contribuindo para uma compreensão aprimorada da área afetada pelos alagamentos. Além disso, abrimos caminho para futuros estudos, particularmente no campo da engenharia, ou mesmo uma avaliação da efetividade da política pública de limpeza urbana, visando desenvolver soluções mais eficazes para o problema.

METODOLOGIA

A pesquisa aborda de maneira abrangente as condições da infraestrutura de drenagem pluvial no Jardim Pantanal, destacando a importância da análise das bocas de lobo como fase crucial. Para tal, a compreensão da espacialidade dessa infraestrutura foi viabilizada por dados obtidos durante trabalhos de campo na área de estudo, empregando geotecnologias. A metodologia apresentada é uma síntese da abordagem metodológica empregada na dissertação a nível de mestrado, representa a segunda parte aplicada da pesquisa.

A coleta de dados concentrou-se em três variáveis distintas. Primeiramente, avaliou-se a manutenção e conservação das bocas de lobo, cruciais no sistema de drenagem superficial. Utilizou-se um formulário digital acessível em campo por

smartphones, por meio da plataforma *Kobo Toolbox* e do aplicativo *Kobo Collect*. Esse formulário possibilitou a coleta de informações sobre as condições de limpeza, presença de tampa, tipo de tampa e obstruções, e registrou-se as coordenadas geográficas das bocas de lobo para georreferenciamento.

Durante as atividades de campo, a observação direta das condições das bocas de lobo foi complementada por fotografias, registrando detalhes importantes para análise posterior. Além disso, a coleta de dados sobre intervenções antrópicas nos logradouros, como barreiras físicas nas residências, foi realizada para entender as adaptações dos moradores em resposta aos alagamentos.

O segundo conjunto de dados consistiu em registros fotográficos de residências com histórico de alagamento. Por fim, a terceira variável relacionou-se à direção do fluxo da água em dias de chuva, obtida por meio de observações em campo e mapeamento dos trajetos, posteriormente, da água, utilizando o *software* QGIS®. No *software*, foi criada uma camada vetorial do tipo linha para representar a direção do fluxo observado em campo. Posteriormente, foram adicionadas as camadas dos loteamentos, logradouros e uma imagem de aerolevantamento, fornecida pelo Departamento de Geoprocessamento da Prefeitura de Dourados, datada do ano de 2018, com resolução espacial de 1 metro. O processo de vetorização da direção do fluxo foi iniciado, levando em consideração o DATUM SIRGAS 2000 e o fuso UTM 21S.

Adicionalmente, para compreender as condições de manutenção das bocas de lobo, implementou-se um formulário digital acessível em campo por meio de smartphones, utilizando a plataforma *Kobo Toolbox* e o aplicativo *Kobo Collect*. Esse formulário possibilitou a coleta de informações sobre as condições de limpeza, presença de tampa, tipo de tampa e obstruções, enquanto as coordenadas geográficas foram registradas para georreferenciamento. Investigamos a situação da limpeza das bocas de lobo para compreender a relação entre as localizações dos alagamentos e a manutenção da rede de drenagem.

Para a coleta e análise das notícias, adotamos uma abordagem que incluiu a análise de reportagens disponíveis na internet, com o objetivo de compreender a evolução temporal dos desafios enfrentados no Loteamento Jardim Pantanal. O foco principal recaiu sobre as questões de alagamentos e a implementação do asfalto, elementos cruciais para contextualizar a situação atual da infraestrutura e drenagem pluvial do loteamento.

A escolha estratégica das palavras-chave, notadamente "alagamentos no Jardim Pantanal" e "asfalto no Jardim Pantanal", foi orientada pela intenção de capturar informações relevantes sobre eventos históricos e mudanças significativas na infraestrutura local. Essas palavras-chave foram selecionadas considerando o período de interesse, a partir de 2004, alinhando-se ao aerolevantamento realizado nesse ano, o que proporcionou uma visão abrangente e histórica do loteamento. O aerolevantamento em questão é o primeiro, dentro dos fornecidos pela Prefeitura de Dourados, que apresentava o loteamento com moradias construídas. A Prefeitura realizou aerolevantamentos em 1994, 2004, 2010, 2013 e 2018, e os dados foram obtidos por solicitação direta no âmbito do desenvolvimento da dissertação de mestrado em Geografia.

O processo de seleção das reportagens e matérias foi conduzido de forma estratégica. Inicialmente, consideramos os resultados de busca no Google, priorizando títulos que indicassem relevância temporal para a pesquisa. A seleção final ocorreu após a leitura de trechos dos textos, garantindo que o conteúdo abordasse aspectos pertinentes à evolução dos problemas de alagamentos e à chegada do asfalto no Jardim Pantanal.

Para obter os dados relativos às ocorrências, solicitamos e recebemos da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do município de Dourados os registros das ocorrências atendidas entre janeiro de 2015 e abril de 2019. Os procedimentos de processamento e tratamento desses dados foram descritos anteriormente, conforme Sousa (2020). Para a dissertação, e consequentemente para este trabalho, atualizamos os dados até abril de 2023, que corresponde à data da qualificação do mestrado em Geografia.

A abordagem junto aos moradores ocorreu em dois momentos distintos. No estágio na Defesa Civil em 2019 (Sousa, 2020), mapeamos áreas de risco e ouvimos relatos dos moradores sobre alagamentos anteriores, os quais foram documentados para uso posterior. Durante o trabalho de campo em abril de 2023, percorremos novamente o loteamento, observando as bocas de lobo. Moradores abordaram nossa equipe, compartilhando suas experiências com os alagamentos. Estabelecemos diálogos espontâneos com alguns moradores em residências com registros de ocorrências e aqueles disponíveis no passeio público, identificando novas áreas afetadas. Esses relatos foram essenciais para compreender a realidade local e foram incorporados à pesquisa.

Optamos por elaborar perfis topográficos para as seguintes ruas: Rua Colibri, Rua Girassol, Rua Ayrton Senna e Rua dos Ipês (no sentido sul-norte). Durante o trabalho de campo, identificamos mais dois pontos isolados em ruas com a mesma orientação, o que nos levou a elaborar um perfil adicional para abranger também o trecho da Rua Nely Todeschini com ocorrências. Para as ruas horizontais (sentido oeste-leste), elaboramos perfis para a Rua João Vicente Ferreira, Rua Monte Alegre e Rua Joaquim Alves Taveira. Utilizamos o *plugin Profile Tools*, no QGIS, para a elaboração dos perfis, adicionando os segmentos de reta correspondentes às áreas desejadas e carregando o Modelo Digital de Elevação - MDE. Reconhecemos que o exagero vertical utilizado foi maior do que o recomendado pelo Manual de Cartografia do IBGE, optando por um exagero de 19 vezes para proporcionar maior visibilidade das características topográficas nos perfis.

Quanto aos dados de precipitação apresentados na figura 6, optou-se por uma abordagem comparativa e direta, expondo os dados da estação meteorológica e do pluviômetro oficiais de Dourados. Tanto na dissertação quanto neste artigo, não se teve a intenção de realizar um estudo aprofundado das questões pluviométricas.

Por fim, essa abordagem combinada de dados qualitativos, georreferenciamento, interação com a comunidade e análise técnica proporcionou uma visão ampla e detalhada da dinâmica dos alagamentos no Jardim Pantanal, enriquecendo a pesquisa com uma perspectiva prática e localizada. O trabalho de campo foi conduzido entre março e maio de 2023.

RESULTADOS

No contexto dos alagamentos no Jardim Pantanal, os resultados obtidos, conforme a metodologia previamente apresentada, serão agora explorados. Apresentaremos e discutiremos os produtos cartográficos gerados durante o levantamento "*in loco*" por meio do trabalho de campo, além de incorporar dados fornecidos pela Defesa Civil de Dourados.

A figura 1 ilustra a distribuição espacial das ocorrências de alagamentos registradas, obtidas a partir dos dados da Defesa Civil de janeiro de 2015 a março de 2019 (Sousa, 2020), complementados pelos dados atualizados desta pesquisa até abril de 2023. Além disso, apresenta a espacialidade dos locais com alagamentos não registrados, mas

informados pelos moradores no loteamento Jardim Pantanal. Essa análise identificou quatro logradouros principais com ocorrências, sendo que três deles possuem histórico de alagamentos.

A análise dos dados revelou um total de 13 ocorrências registradas no loteamento ao longo de nove anos. Desse total, uma ocorreu em 2015, sete em 2018 e quatro em 2022. As residências com maior número de ocorrências estão concentradas na rua Airton Senna e na rua Girassol.

Figura 1 - Distribuição espacial dos locais com ocorrências de alagamento registrados e informados pelos moradores no loteamento Jardim Pantanal, janeiro de 2015 a abril de 2023.



Fonte: Os autores, 2023.

Se considerássemos apenas os dados da Defesa Civil, teríamos uma visão limitada dos alagamentos no loteamento. Contudo, a figura 1 integra informações da Defesa Civil com locais de ocorrências informados pelos moradores durante os trabalhos de campo.

A análise da figura revela que os alagamentos nas ruas do loteamento ultrapassam as ocorrências oficialmente registradas pela Defesa Civil. Embora 13 casos tenham sido documentados, há mais 18 relatos não atendidos ou registrados oficialmente, indicando uma amplitude maior do problema do que sugerem os dados oficiais.

Além das ruas com histórico oficial, há relatos de alagamentos na rua Nely Todesquini, indicando que o problema se estende para além das áreas mapeadas pelas autoridades. Levar em consideração esses relatos não documentados é crucial, fornecendo informações valiosas sobre as áreas afetadas e ampliando a compreensão dos alagamentos no loteamento.

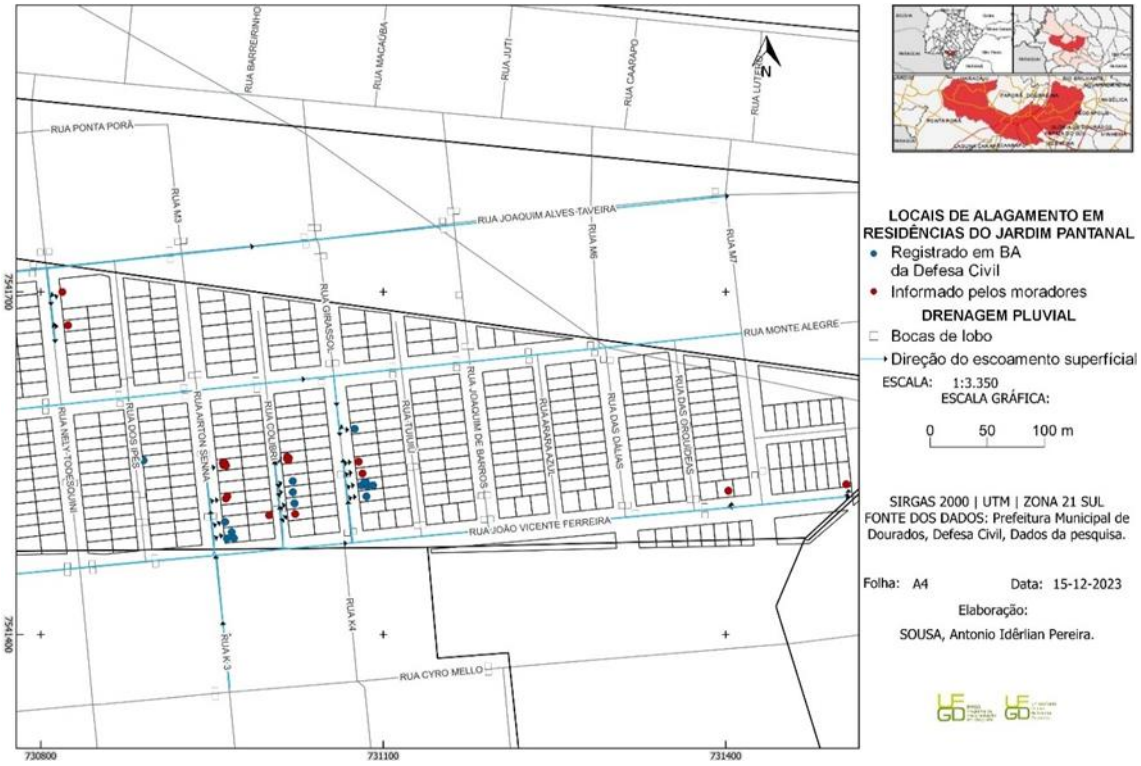
Durante a pesquisa de campo, compreendemos o deslocamento da água nos dias de alagamento ao conversarmos com moradores. Eles descreveram as ruas transformando-se em rios em dias chuvosos, apontando de onde a água vinha e como atingia as residências. A presença de material sedimentar sugere transporte pela água em fluxo. Durante as inspeções das bocas de lobo, especialmente aquelas obstruídas ou parcialmente obstruídas, notamos a presença de areia, cascalho e resíduos sólidos com características de transporte. Esse movimento e deposição são semelhantes aos processos do ciclo sedimentar associados ao transporte pluvial.

O primeiro fluxo, conforme ilustrado na Figura 2, ocorre nas ruas Monte Alegre, João Vicente Ferreira e Joaquim Alves Taveira, seguindo predominantemente no sentido oeste-leste, de montante à jusante. Isso se deve ao desnível gradual que favorece o escoamento com energia cinética. Moradores relataram esse tipo de escoamento em ruas específicas.

Outro morador mencionou um fluxo de água na rua Airton Senna, do sul para o norte. Parte da água é capturada pelo sistema de captação, enquanto outra continua escoando, e uma terceira penetra longitudinalmente em áreas com depressões, ruas historicamente afetadas.

Observamos, em campo, que as ruas no sentido norte-sul possuem desnível em relação às ruas leste-oeste. Nas ruas onde as ocorrências são mais frequentes ao norte, sugere-se que o fluxo de água tem uma direção predominante para essa área, como nas ruas dos Ipês e Girassol, localizadas mais ao norte em relação às outras ocorrências. A direção dos fluxos de escoamento pode ser observada na figura 2.

Figura 2 - Direção do fluxo do escoamento superficial no Loteamento Jardim Pantanal.

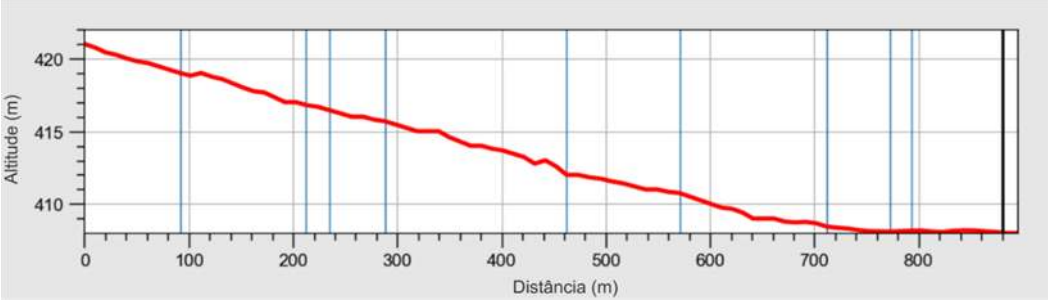


Fonte: Os autores, 2023.

Ao examinarmos visualmente as inclinações das vertentes, durante o trabalho de campo, no loteamento Jardim Pantanal, identificamos várias direções pelas quais a água se desloca. Especificamente na rua Airton Senna, confirmamos, com base em reportagens anteriores e trabalhos de campo, um fluxo de água do sul para o norte afetando essa área.

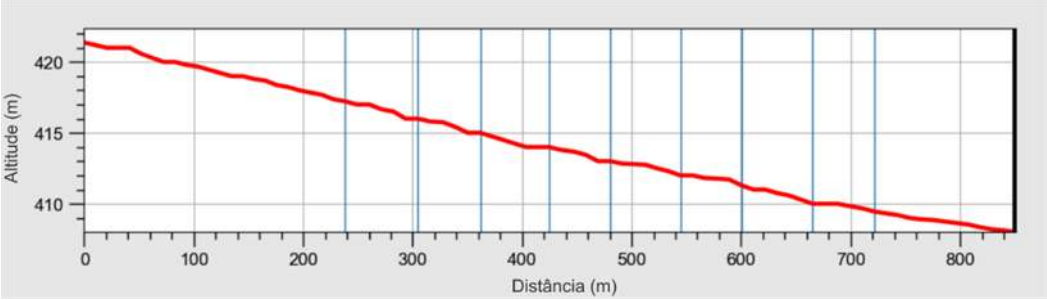
A clareza dessas informações é acentuada ao analisarmos os perfis topográficos das vias horizontais do loteamento. Nessas vias, o escoamento segue naturalmente do oeste para o leste, impulsionado pela inclinação topográfica que aumenta a força cinética na direção da baixa vertente da sub-bacia (figuras 3, 4 e 5).

Figura 3 - Perfil topográfico da Rua João Vicente Ferreira.



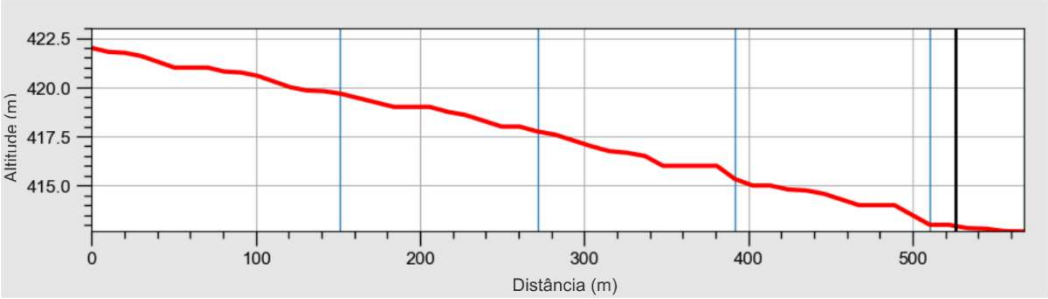
Fonte: Os autores, 2023.

Figura 4 - Perfil topográfico da Rua Monte Alegre.



Fonte: Os autores, 2023.

Figura 5 - Perfil topográfico da Rua Joaquim Alves Taveira.

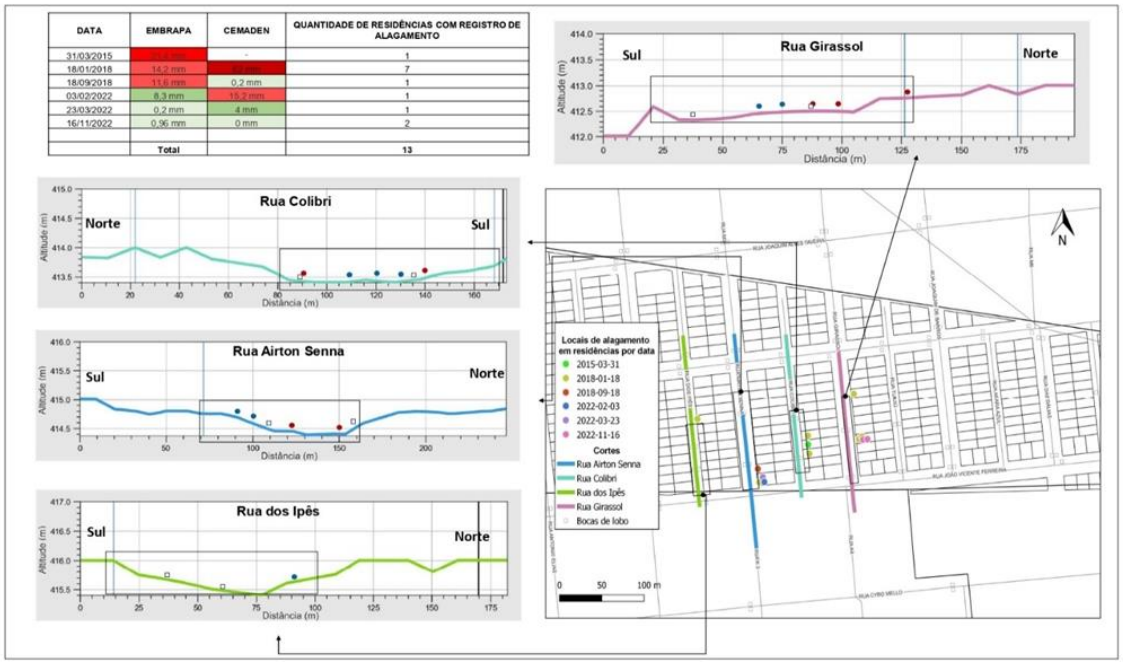


Fonte: Os autores, 2023.

Ao analisar as vias verticais, especialmente aquelas com ocorrências em residências, foi possível observar que todas as vias com ocorrências apresentam uma pequena depressão em termos de variação altimétrica, com diferenças de altitude inferiores a 1 metro entre as partes mais altas e baixas. Essas depressões coincidem exatamente com as áreas onde estão localizadas as residências afetadas.

Na figura 6, os perfis topográficos são apresentados junto com as ocorrências de alagamento, classificadas por data de registro, e um quadro contendo dados de precipitações para cada período das ocorrências.

Figura 6 - Perfis topográficos e espacialização das ocorrências por data de registro.



Fonte: Os autores, 2023.

É importante destacar que todos os eventos se deram durante os períodos sazonais de primavera ou verão. Residências próximas às áreas registradas também relataram impactos por alagamentos, embora sem especificar a data.

Antes dos trabalhos de campo, consultamos informalmente a Secretaria de Serviços Urbanos de Dourados - SEMSUR para verificar cronogramas de limpeza ou rotas de desobstrução de bocas de lobo que incluíssem o loteamento. A resposta foi negativa, indicando que o loteamento não estava incluído em ordens de serviço em execução.

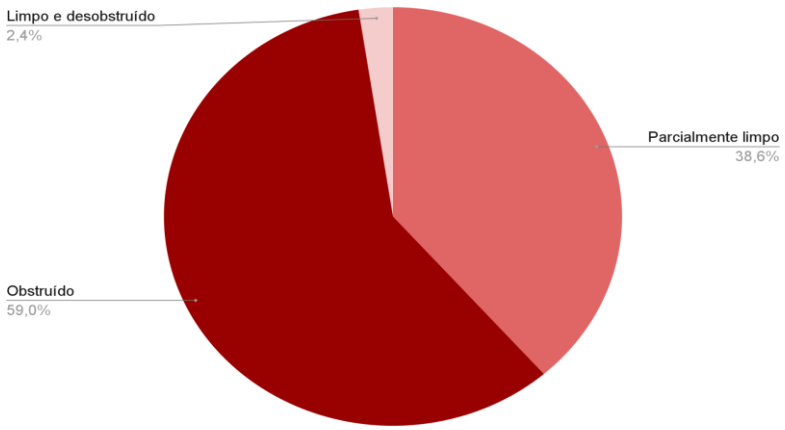
Sem serviços planejados para a limpeza do sistema de captação pluvial no loteamento, investigamos a situação da limpeza das bocas de lobo para compreender a relação entre as localizações dos alagamentos e a manutenção da rede de drenagem.

O loteamento possuí 92 bocas de lobo, conhecidas como bueiros ou sumidouros. Durante o trabalho de campo, visitamos 91 dessas bocas de lobo (a última

boca de lobo não foi passível de ser visitada por questões logísticas da estadia em campo). Os dados coletados dividem-se em duas variáveis: a primeira, quantitativa, apresenta informações sobre o tipo de cobertura e a segunda descreve as condições de limpeza e manutenção das bocas de lobo.

Das 91 bocas de lobo visitadas, 86 possuíam cobertura de grade de ferro. Três delas apresentaram obstrução total, enquanto duas não tinham tampa. Em relação à limpeza, observamos 32 bocas de lobo parcialmente limpas, 16 totalmente obstruídas por folhas, 20 obstruídas por folhas e resíduos sólidos, 13 obstruídas por areia ou material sedimentado, e duas limpas e desobstruídas, agrupadas como obstruídas para facilitar a análise (gráfico 1).

Gráfico 1 - Dados das condições de manutenção das bocas de lobo no loteamento Jardim Pantanal.



Fonte: Os autores, 2023. Visita “in loco” em 01-05-2023.

A análise dos dados revelou que os alagamentos no loteamento são resultantes de problemas no sistema de drenagem pluvial. Apesar da quantidade considerável de bocas de lobo (92), a distribuição espacial é irregular. A figura 1 destaca uma concentração maior nas ruas horizontais, como a Rua João Vicente Ferreira, enquanto as ruas verticais possuem menos bocas de lobo, algumas com apenas um ponto de captação.

Observando as figuras 1, 2 e 5, notamos que a área com registros conhecidos e ocorrências não registradas está relacionada tanto com a distribuição das bocas de lobo nas ruas verticais quanto com as depressões presentes nas vias. O sistema de drenagem funciona em rede e requer condições ideais para operar eficientemente. A pesquisa

revelou que 59% das bocas de lobo estavam obstruídas, enquanto 38,6% estavam parcialmente desobstruídas. Se o sistema não estiver funcionando de maneira ideal, as partes remanescentes podem não desempenhar suas funções adequadamente.

Por trás de cada ocorrência, registrada ou não pela Defesa Civil, estão pessoas que vivenciaram e vivem o cotidiano dos alagamentos. Essas são histórias reais de moradores do Jardim Pantanal, compartilhadas informalmente durante o estágio na Defesa Civil de Dourados e, principalmente, durante os trabalhos de campo. A seguir, apresentamos exemplos das intervenções realizadas pelos moradores em suas residências e nas ruas para continuarem vivendo em suas casas e minimizarem as perdas diante dos frequentes alagamentos.

Rua Airton Senna

Ao analisar os dados da Defesa Civil, identificamos três ocorrências associadas a essa residência específica. Durante nossa visita em 2023, notamos que as modificações realizadas pela moradora se destacam em comparação com outras residências (figura 7). A construção de uma barreira física entre a rua e o portão de entrada pode parecer incompreensível para quem desconhece a história dessa residência. No entanto, mesmo com essa medida, a penetração de água na casa ainda persiste.

Figura 7 - Vistas da frente de uma moradia no loteamento Jardim Pantanal, rua Airton Senna.



Fonte: Os autores, 2023.

Rua Colibri

No decorrer do estágio realizado na Defesa Civil em 2019, uma residência chamou atenção, destacando-se por suas dificuldades e desafios enfrentados pela família que nela reside (figura 8). Segundo os registros da Defesa Civil, essa casa enfrentou cinco ocorrências de alagamento, levando a família a tomar medidas significativas para evitar prejuízos financeiros, incluindo a contração de um empréstimo de R$ 10.000,00 para elevar o contrapiso da residência.

Figura 8 - Vistas da frente de uma casa no loteamento Jardim Pantanal, rua Colibri.



Fonte: Os autores, 2023.

Outra residência na mesma rua despertou interesse devido às preocupações dos moradores com os alagamentos (figura 9). Nesse caso, foram observadas rampas e bloqueios implementados na área externa da casa. Durante uma breve conversa com o morador, ele compartilhou sua experiência pessoal de ser afetado por alagamentos anteriores, mesmo que não tenham sido registrados pela Defesa Civil. O morador descreveu como o fluxo da água afeta o interior da residência e detalhou as medidas adotadas para lidar com essa situação.

Dentro da residência, a água não tem rotas predefinidas para escoamento, levando o morador a tomar medidas extremas, como a quebra do muro, para facilitar a drenagem. Com o tempo, um sistema interno de esgotamento ou drenagem foi implementado, localizado na parte externa da casa. Diante da quantidade e intensidade da água, o morador precisa abrir as "comportas" desse sistema para facilitar a drenagem. Essas medidas foram adotadas como uma estratégia para minimizar os danos causados pelos alagamentos.

Figura 9 - Vistas da frente de uma moradia no loteamento Jardim Pantanal, rua Colibri.



Fonte: Os autores, 2023.

Rua Girassol

Durante o trabalho de campo realizado em 2023, uma residência na Rua Girassol atraiu nossa atenção devido à sua localização ao norte de uma área com histórico de alagamentos. Notamos uma intervenção na residência visando à resistência contra os alagamentos. Essa descoberta revelou que outras residências circunvizinhas também sofrem com os alagamentos, um aspecto anteriormente desconhecido. A percepção dessa intervenção ocorreu em 15 de fevereiro de 2023, durante o trabalho de campo, quando

observamos as medidas adotadas para mitigar os danos causados pelas inundações (figura 10).

Em 27 abril de 2023, ao retornarmos ao loteamento, observamos a conclusão de uma obra significativa em uma residência, o que nos levou a buscar informações com a moradora. Ela compartilhou relatos surpreendentes sobre os frequentes alagamentos naquela rua, que invadiam sua casa devido ao acúmulo de água não drenada. Ao testemunhar a intervenção do vizinho para mitigar os alagamentos, ela decidiu realizar uma obra semelhante, apesar dos recursos limitados de seu trabalho como empregada doméstica. Na frente de sua casa, encontramos uma boca de lobo obstruída, ressaltando os desafios de infraestrutura. Além disso, a moradora mencionou o recente caso de dengue contraído por seu esposo. Essas experiências destacam as dificuldades enfrentadas pelos moradores de baixa renda para lidar com os impactos dos alagamentos e evidenciam a urgência de intervenções eficazes na infraestrutura local.

Figura 10 - Vistas da frente de uma moradia no loteamento Jardim Pantanal, rua Girassol.



Fonte: Os autores, 2023.

Rua dos Ipês

Uma residência que apresentava características distintas das demais (figura 11). Embora contasse apenas com uma ocorrência registrada, essa residência se destacava

pelo tipo de estrutura aplicada ao portão de entrada. Ao contrário das outras residências vizinhas, esta casa possuía uma grade no portão, indicando uma tentativa de impedir a entrada da água. Além disso, notamos que a residência estava situada em um nível mais baixo em relação à rua.

Figura 11 - Vistas da frente de uma moradia no loteamento Jardim Pantanal, rua dos Ipês.



Fonte: Os autores, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise geoespacial e a consideração da drenagem superficial são fundamentais para serem incorporadas aos estudos sobre alagamentos. Essa sinergia de elementos desempenhou um papel crucial na elucidação da dinâmica social subjacente às áreas propensas a alagamentos no Jardim Pantanal.

Embora a pesquisa não tenha abordado detalhes de engenharia, foi observado que todas as ruas com ocorrências de alagamentos possuem pelo menos quatro bocas de lobo, e a grande maioria delas não recebe manutenção periódica. Isso indica uma gestão pública ineficaz na manutenção das bocas de lobo em funcionamento, o que, por sua vez,

impacta na eficiência do sistema. Essa falta de capacidade para absorver o fluxo de água nessas áreas resulta em um aumento da força do fluxo antes de atingir as ruas afetadas.

A preservação do sistema de drenagem, com limpeza e desobstrução periódicas das bocas de lobo, é crucial para garantir o funcionamento eficiente do sistema. A negligência na manutenção regular compromete a função primordial dessas estruturas, contribuindo para a recorrência dos alagamentos.

Residir em áreas propensas a alagamentos impõe adaptações significativas na vida dos moradores, resultando em perdas materiais, restrições nos investimentos em melhorias e desafios financeiros para garantir conforto em suas moradias. Trabalhadores se veem obrigados a poupar recursos para fazer frente aos impactos recorrentes dos alagamentos.

A presença de pessoas e moradias em localidades inadequadas, decorrente da falta de infraestrutura ou de um planejamento urbano deficiente, emerge como uma preocupação crucial para as autoridades públicas. O arcabouço jurídico, incluindo a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, destaca a importância de assegurar a dignidade humana, promovendo ações preventivas e a realocação de famílias que habitam áreas consideradas de risco.

Nesse contexto, medidas preventivas adotadas pelas autoridades competentes, como a gestão eficaz da limpeza urbana, manutenção regular das bocas de lobo e readequação dos sistemas de drenagem, fundamentadas em estudos detalhados sobre a dinâmica do escoamento superficial, são essenciais. A implementação adequada destas ações não apenas visa minimizar os efeitos prejudiciais dos alagamentos, mas também busca aprimorar a qualidade de vida dos residentes afetados.

Esse trabalho pode contribuir inicialmente para esclarecer alguns aspectos relevantes sobre os alagamentos da área e as condições gerais do sistema de drenagem do loteamento. Portanto, o trabalho traz contribuições para repensar a eficácia das políticas públicas de serviços urbanos, bem como da Defesa Civil, podendo servir como ferramenta de apoio para embasar a tomada de decisões futuras dos gestores públicos na região.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DA CÂMARA. **Marcelo Mourão atende moradores sobre alagamento no Jardim Pantanal**. Câmara Municipal de Dourados, Dourados, 07 abr. 2022. Disponível em:<https://www.camaradourados.ms.gov.br/noticia/marcelo-mourao-atende-moradores-sobre-alagamento-no-jardim-pantanal>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BENTO, André. **Chuva provoca alagamentos, bloqueia túnel e arranca placas de carros em Dourados (assista)**. 94 fm Dourados, Dourados, 26 out. 2016. Disponível em: <https://www.94fmdourados.com.br/noticias/dourados/chuva-provoca-alagamentos-bloqueia-tnel-e-arranca-placas-de-carros-em-dourados-assista. Acesso em: 9 jun. 2023.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Os desdobramentos socioespaciais do processo de expansão territorial urbana. *In*: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (org.). **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 21-44.

CASTRO, Maria Amábili Alves de. **Tramas e dramas no urbano: o projeto renascer em Dourados-MS e o processo de reprodução socioespacial**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. Degradação Ambiental. *In:* GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA (org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 337-379.

DOURADOS AGORA. Atoleiros e buracos prejudicam o trânsito. **Dourados Agora**, Dourados, 27 fev. 2008. Disponível em: < https://www.douradosagora.com.br/2008/02/27/atoleiros-e-buracos-prejudicam-o-transito/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

DOURADOS AGORA. Atoleiros e buracos prejudicam o trânsito. **Dourados Agora**, Dourados, 31 jul. 2009. Disponível em: < https://www.douradosagora.com.br/2009/07/31/moradores-querem-asfalto-no-jardim-pantanal/ />. Acesso em: 08 abr. 2024.

DOURADOS. Síntese Histórica. **Prefeitura Municipal de Dourados**: Dourados, [2015?]. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/sintese-historica/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

DUARTE, Alexandre. **Após denúncia na 94FM prefeitura começa a reparar buracos no Jardim Pantanal**. 94 fm Dourados, Dourados, 03 jul. 2013. Disponível em: <https://www.94fmdourados.com.br/noticias/dourados/apos-denuncia-na-94fm-prefeitura-comeca-a-reparar-buracos-no-jardim-pantanal>. Acesso em: 9 jun. 2023.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira; GUERRA, Antônio José Teixeira. A bacia hidrográfica: compreendendo o rio para entender a dinâmica das enchentes e inundações. *In:* CARDOSO, Cristiane; SILVA, Michele Souza; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geografia e os riscos socioambientais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 25-35

LOPES, Jahan Natanael Domingos. Espaço existencial: rumo à totalidade socioespacial. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 13, n. 1, p. 92-109, 2023.

MENEZES, Ana Paula. Colônia Agrícola Nacional de Dourados – história, memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 1-16, jan./jun. 2011a. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1165>. Acesso em: 19 jan. 2020.

MENEZES, Ana Paula. Marcha para o Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1950-1970). *In*: Simpósio Nacional de História, 26., 2011b, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2011b.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SOUSA, Antonio Idêrlian Pereira. **Cartografia das ações da defesa civil decorrentes de eventos climáticos em Dourados - MS**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 358-363

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; DE PAULA, Cristiano Quaresma. Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis. **AMBIENTES**: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 1, n. 1, p. 79-79, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22686>. Acesso em: 26 out. 2023.

TAMPOROSKI, B. R. F.; ALVES, M. A. M.; SILVA, L. F. da; PEREIRA, J. G. O planejamento urbano e as enchentes em Dourados: a distância entre a realidade e a legalidade. **Cadernos Metrópole**, v. 14, n. 27, p. 217–232, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14788>. Acesso em: 13 fev. 2024.

TUCCI, Carlos E. M. Águas urbanas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 97–112, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10295>. Acesso em: 6 abr. 2024.

VIEIRA, Alexandre Bergamin**. O lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana**. 2005. 149 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

Recebido em fevereiro de 2024.

Revisão realizada em abril de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

NOTA DE PESQUISA

V. 15, n.29, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

MISSÃO TÉCNICA BRASIL-CHINA 2024

BRAZIL-CHINA TECHNICAL MISSION 2024

MISIÓN TÉCNICA BRASIL-CHINA 2024

Lisandra Pereira Lamoso
Universidade Federal da Grande Dourados
lisandralamoso@ufgd.edu.br

"China e Brasil são bons amigos com ideias semelhantes, bons parceiros que compartilham altos e baixos e bons irmãos que avançam de mãos dadas. Este ano marca o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais. Ao longo desses 50 anos os dois lados realizaram intercâmbios e cooperações" (Xi Jinping, Presidente da China, por ocasião da visita da delegação brasileira em junho de 2024,Beijing)

Destaques

- A organização da Missão Técnica Brasil-China 2024 teve como objetivo estabelecer parcerias de pesquisa e intercâmbios acadêmicos com pesquisadores chineses.
- Participaram da Missão 10 pesquisadores de 8 instituições de ensino superior brasileiras, que realizaram atividades em instituições de ensino e pesquisa chinesas, fábricas e feiras, em Shanghai, Shenzhen, Hong Kong e Pequim durante o mês de março de 2024.
- Algumas questões, como a "falta de liberdade no uso de redes sociais", a "vigilância do Partido Comunista Chinês" e o "excesso de poluição" foram contextualizadas no trabalho de campo.
- Os princípios da cooperação Sul-Sul, da aproximação mediada por interesses complementares e a busca da prosperidade comum estiveram presentes em todas as reuniões de trabalho e as iniciativas para intercâmbio futuro foram iniciadas.

RESUMO

A Missão inaugurou a primeira visita de geógrafos brasileiros à China na celebração dos 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China. Um grupo de dez pesquisadores de oito diferentes instituições de ensino superior, com o objetivo de realizar parcerias acadêmicas, intercâmbios entre discentes e docentes e trabalho de campo com visitas pré-agendadas e realização de entrevistas. Aspectos como mobilidade urbana, produção

industrial, empreendedorismo, produção agrícola foram objeto de investigação e discutidas no Seminário de Geoeconomia e em reuniões dos grupos de pesquisa. As atividades desenvolveram-se durante todo o mês de março de 2024 e resultaram no encaminhamento de documentação para formalização de relações institucionais.

Palavras-chave: Cooperação. Intercâmbio. Mobilidade Urbana. Planejamento. Produção industrial.

ABSTRACT

The Mission inaugurated the first visit by Brazilian geographers to China in celebration of 50º birthday of Brazil-China diplomatic relations. A group of ten researchers from eight different higher education institutions, with the aim of establishing academic partnerships, exchanges between students and teachers and fieldwork with pre-scheduled visits and interviews. Aspects such as urban mobility, industrial production, entrepreneurship and agricultural production were investigated and discussed at the Geoeconomics Seminar and at meetings of the research groups. The activities took place throughout March 2024 and resulted in the submission of documentation to formalize institutional relations.

Keywords: Cooperation; Exchange. Urban mobility. Planning. Industrial production.

RESUMEN

La Misión inauguró la primera visita de geógrafos brasileños a China con motivo del 50º aniversario de las relaciones diplomáticas Brasil-China. Un grupo de diez investigadores de ocho instituciones de enseñanza superior diferentes, con el objetivo de establecer asociaciones académicas, intercambios entre estudiantes y profesores y trabajo de campo con visitas y entrevistas previamente programadas. Aspectos como la movilidad urbana, la producción industrial, el espíritu empresarial y la producción agrícola fueron investigados y debatidos en el Seminario de Geoeconomía y en las reuniones de los grupos de investigación. Las actividades se desarrollaron a lo largo de marzo de 2024 y dieron como resultado la presentación de documentación para formalizar las relaciones institucionales.

Palabras clave: Cooperación. Intercambio. Movilidad urbana. Planificación. Producción industrial.

A CONSTRUÇÃO DA MISSÃO TÉCNICA BRASIL-CHINA 2024

No ano de 2024, China e Brasil comemoram 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Em 1974 foram abertas as Embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília oficializando relações que nunca foram abaladas e chegam a meio

século consolidadas pela expressão das trocas comerciais e pela intenção de que sejam intensificadas para além das questões econômicas.

Com o objetivo de construir redes de pesquisa e identificar possibilidades de transferência de aprendizagem com pesquisadores chineses, um grupo de dez pesquisadores brasileiros organizou uma Missão Técnica no mês de março de 2024, sendo a primeira visita de geógrafos à China, no ano dos 50 anos de comemoração das relações diplomáticas entre ambos os países. A Missão começou a ser organizada, oficialmente, na data de 15 de junho de 2023, com proposta sugerida pela Profa. Lisandra Lamoso (Universidade Federal da Grande Dourados) ao Prof. Carlos José Espíndola (Universidade Federal de Santa Catarina) e convite aos pesquisadores Professores Doutores Fernando Sampaio (Unioeste, Francisco Beltrão), Eduardo von Dentz (Universidade Federal do Ceará), Rafael Bernardo Silveira (Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Rio do Sul), Fábio Betioli Contel (Universidade de São Paulo), Pierre Alves Costa (Unicentro, Guarapuava), Cintia Godoi (Unialfa), os pós-graduandos Bruno Saggiorato e Otávio Cascaes Montanha (ambos da Universidade Federal de Santa Catarina).

Figura 1 – Membros da Missão Técnica Brasil – China 2024, em Shanghai.



Da esquerda para direita: Rafael Bernardo Silveira, Bruno Saggiorato, Lisandra Pereira Lamoso, Carlos José Espíndola, Cintia Godoi, Otávio Cascaes Montanha, Pierre Alves Costa, Fernando dos Santos Sampaio, Eduardo von Dentz e Fábio Betioli Contel.

Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

Os preparativos consistiram de reuniões de trabalho, muitas com a participação de convidados externos e dezenas de trocas de mensagens. Contamos com a colaboração de Elias Jabbour, Zhou Zhiwei, Isis Paris Maia, Diego Pautasso, Melissa Caroline Cambuhy[1], com experiências que foram extremamente úteis para a construção da agenda e para a organização de questões práticas que foram fundamentais para a realização de uma missão internacional de trinta dias.

As reuniões pelo Google Meet viabilizaram organização de aspectos práticos como aquisição de passagens, reservas de hotéis, orçamento, instalação de aplicativos de pagamento como AliPay e WeChat. O planejamento de viagem também incluiu um cuidado com medicamentos que poderiam ser eventualmente utilizados pois o acesso a eles não se dá pela simples compra nas farmácias. Organizamos informações sobre planos de saúde, seguro viagem, telefones para contatos com parentes no Brasil, serviços de VPN, plugues e adaptadores de tomada, tudo para minimizar riscos de imprevistos. Era necessário levar pouca bagagem, para facilitar o deslocamento interno que cumpriria visitas em quatro cidades, sabendo que utilizaríamos metrôs, carros de aplicativo, trens, serviços da aviação regional. A burocracia exigiu uma energia extra, pois a maioria é servidor público e tem que tramitar o processo de afastamento do país em várias instâncias e órgãos colegiados, mediante projeto, justificativa e plano de trabalho.

Cuidados tomados com as questões práticas, a parte acadêmica foi, sem sombra de dúvida, o ponto alto da Missão, dado o profissionalismo, a organização e receptividade que tivemos em todas as instituições visitadas. Os pesquisadores organizam pautas das discussões, protocolos de recepção, tradutores, espaços adequados às reuniões

[1] Elias Jabbour – Assessor da Presidência do Novo Banco de Desenvolvimento, popularmente conhecido como Banco dos BRICS, residente em Shanghai, Docente no curso de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais na mesma instituição. Zhow Zhiwei, Diretor Executivo do Instituto de Estudos Latino-americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Centro de Estudos Brasileiros, em Pequim. Isis Paris Mais e doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenadora acadêmica no Grupo de Estudos GEChina – USIALAC (UnB). Diego Pautasso é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS), do Centro de Estudos da América Latina e Caribe da Universidade de Ciência e Tecnologia do Sudoeste (Sichuan/China). Melissa Cambuhy é doutoranda em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ), coordenadora de projetos de cooperação Brasil-China, no Instituto Lula, residindo em Pequim, à época da Missão.

em grupo, com uso de recursos multimídia. As condições materiais são, visivelmente, superiores àquelas disponíveis nas universidades públicas brasileiras.

REUNIÕES DE TRABALHO E VISITAS TÉCNICAS

A primeira reunião foi agendada na **Escola de Negócios de Shanghai**, com a realização do Seminário sobre Desenvolvimento Geoeconômico entre a China e Brasil. Tivemos quatro conferências, com os oradores Yu Wei (sobre "Iniciativas e experiências de desenvolvimento empresarial integrado no Delta do Rio Yangtzé"), Lv Hogfen ("Medidas do nível de economia digital na China e no Brasil e pesquisas sobre estratégias de desenvolvimento"), Zhang Weiqi ("A situação atual e as perspectivas das relações econômicas e comerciais entre a China e o Brasil") e Li Xiande ("Pesquisa sobre a rede de investimentos externos de empresas listadas em Xanghai"). Após as conferências, houve perguntas e debates, com a sistematização do Sr. Zhang Shaohua, vice-presidente da Escola de Negócios e pesquisador.

Figura 2 – Seminário Geoeconômico na Escola de Negócios de Shanghai

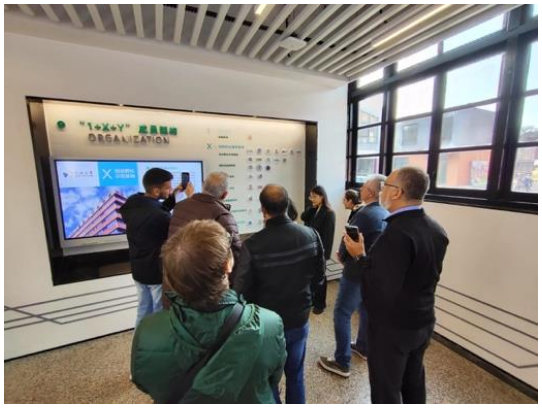


Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

As primeiras visitas técnicas, em Shanghai, foram organizadas pelo Departamento de Intercâmbio e pelo Colégio de Educação Internacional da Escola. Foram visitas guiadas nas instalações da Coreo Post, uma estrutura verticalizada desde a criação de suínos até a comercialização de produtos alimentícios pré-preparados para consumo, e em uma das incubadoras de empreendedorismo que recebe suporte dos pesquisadores.[2]

[2] Os resultados dos trabalhos de campo serão publicados oportunamente pelos pesquisadores da Missão.

Figura 3 – Visita à incubadora de negócios em Shanghai





Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

A segunda visita ocorreu no **Instituto de Desenvolvimento Rural, da Academia Chinesa de Ciências Sociais**, com oito pesquisadores. O Instituto foi criado em 1978 e conta com 11 laboratórios de pesquisa, 1 departamento de edição de periódicos e 2 departamentos funcionais que contam com o *think thank* de Integração do Desenvolvimento Rural Urbano, 4 centros de pesquisa e gerencia 4 sociedades de nível nacional. Entre as disciplinas oferecidas, constam "Economia do Desenvolvimento Rural", "Modernização Agrícola" e "Pesquisa sobre Pobreza e Bem-estar".

Figura 4 – Foto oficial dos pesquisadores após reunião no Instituto de Desenvolvimento Rural – Academia Chinesa de Ciências Sociais



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

O Instituto tem uma estrutura de suporte à pesquisa e ao mesmo tempo uma relação de extensão rural. Sua principal missão é "aderir à orientação do marxismo, aplicar de forma abrangente métodos teóricos, como economia, gestão e sociologia, explorar as leis do desenvolvimento econômico e social rural na China, oferecendo opiniões e sugestões consultivas para a formulação de políticas de desenvolvimento rural pelo Partido e pelo Estado". Diferente do Seminário Geoeconômico, realizamos perguntas e respostas de ambas as partes, sobre características da política, da estrutura fundiária e produção agrícola, diferenças entre o campo brasileiro e o campo chinês e como a Academia lida com as orientações do Partido Comunista Chinês. Como os estabelecimentos rurais tem, em média, 0,6 hectares, há uma preocupação em pesquisar estratégias de agrupamento que possam resultar em ganhos de escala.

Shenzhen possui 13.312 milhões de habitantes (2022). Há pouco mais de trinta anos era uma reservada localidade pescadores. Centro mundial de produção de componentes eletrônicos, semicondutores, peças e suprimentos para cadeia de informática e telefonia, além de centro financeiro que rivaliza com Hong Kong, talvez até mesmo na estratégia de enfraquecê-la no desejo separatista. Um *skyline* que concentra vasta rede de fornecedores de empresas relevantes, como Xiaomi, Huwauei, BYD, Apple, Hewlett Packard, entre outras. Assim como Shanghai, a cidade possui dezenas de shoppings centers de vários andares, tanto para cima da superfície das ruas quanto para o subsolo. Há um movimento de restaurantes, comida de rua, estabelecimentos voltados ao comércio popular e comércio de luxo. O peso da participação do mercado interno é visível no movimento nos transportes públicos e nos centros comerciais. A automatização de serviços urbanos como limpeza de ruas e estabelecimentos comerciais é comum, com robôs programados, bem como também para entrega dos pedidos de comida em vários hotéis. Shenzhen possui avenidas de pistas quádruplas, trânsito fluido pela boa qualidade do transporte urbano, com rede de metrô de 210 km e 5 linhas, controlada pela empresa pública Shenzhen Metro Group Co. Ltd. que é responsável pela pesquisa, elaboração do projeto, construção e operação das linhas.

Também visitamos as instalações da **Shenzhen TPH Technology Co. Ltd**, que produz bombas de extração de leite por sucção, para uso materno. A empresa iniciou as operações em 2015, vende 2.2 milhões de unidades por ano para setenta países, sendo

seu principal cliente o varejista Wall Mart. São 120 funcionários, várias mulheres em cargos administrativos e de gerência.

Figura 5 – Reunião com CEO da Shenzhen TPH Technology Co. Ltd e instalações administrativas



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

A Missão também reservou agenda para conhecer, em **Guanzhou** (14.490 milhões de habitantes) a exposição de móveis, em função do tema de doutorado de Bruno Saggiorato. Viagem feita em trem de alta velocidade. Popularmente conhecida como Canton Fair, trata-se de uma feira divulgada internacionalmente. Em instalações permanentes, que formam diversos gigantescos pavilhões planejados para expositores e visitantes, visitamos diversos fabricantes e fornecedores de diversos tipos de mobiliário. Muita presença de fabricantes asiáticos que tem se colocado como competitivos frente aos tradicionais mercados do mobiliário e do design de luxo. Há uma integração eficiente entre indústria e serviços, para negócios e como estratégia de atração de turistas.

Figura 6 – Pavilhão da 53º China International Furniture (Guangzhou)



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

Em **Hong Kong,** uma estada rápida não permite muitas análises, mas é explícito que as condições econômicas sofrem com a "concorrência" do continente, principalmente dadas pela atração de Shenzhen. Muitos veículos movidos a gasolina, ao contrário da predominância de frota de elétricos chineses. Um lazer popular pouco presente em bares e restaurantes e mais restrito ao aproveitamento, por vezes, desconfortável, dos espaços públicos. Para além dos arranha-céus, um interior urbano de ruas estreitas, ladeiras íngremes, com infraestrutura de equipamentos urbanos de menor adorno. Os procedimentos migratórios são duplicados, rigorosos e vigiados em ambos os lados, como se tratassem de dois países diferentes.

Em **Pequim**, a sensação é de uma China mais profunda e menos cosmopolita que Shanghai, com 22.189 milhões de habitantes. O trânsito é um pouco mais pesado, embora também conte com uma rede de metrô que transporta 10 milhões de pessoas por dia, com 20 linhas. Assim como nas demais, há presença de extensos parques urbanos, museus, dezenas de shoppings centers e um dinâmico comércio de rua que reflete o peso do mercado interno. Como nas demais cidades, não foram encontrados moradores de rua, lixo urbano ou a sensação de insegurança com roubos e assaltos. A reunião de trabalho ocorreu no **Centro de Estudos Brasileiros**, como nas demais, também mediado por uma tradutora, com a presença de pesquisadores interessados nas características brasileiras, na economia agrícola e nas políticas de redução da desigualdade e comércio exterior.

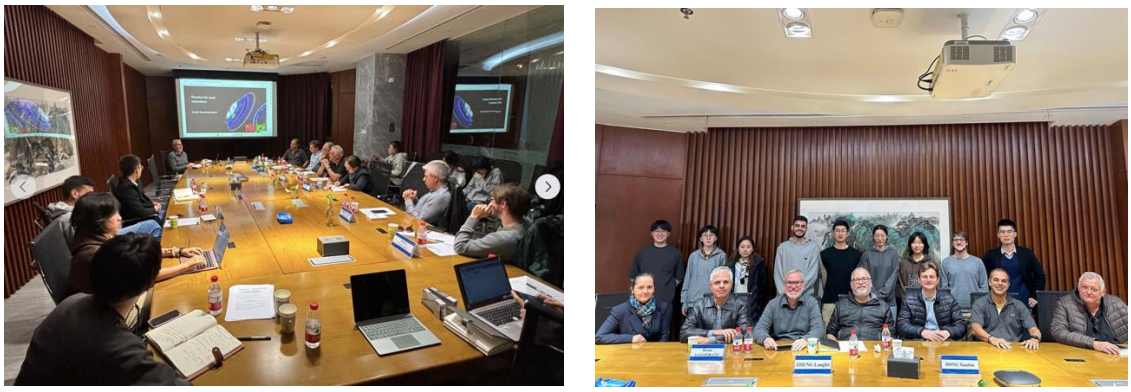
Figura 7 – Reunião e foto oficial dos pesquisadores no Centro de Estudos Brasileiros, da Academia Chinesa de Ciências Sociais.



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

Visitamos também a **Beijin Normal University**, onde funciona a Faculdade de Ciências Geográficas, cuja estrutura curricular apresenta um predomínio do que seriam disciplinas de Geociências, no Brasil. Como parte da agenda, o Prof. Fábio Contel ministrou conferência sobre *"The financialization of the Brazilian territory: main players and the role of Fintechs"*

Figura 8 – Atividade na Normal Beijin University



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

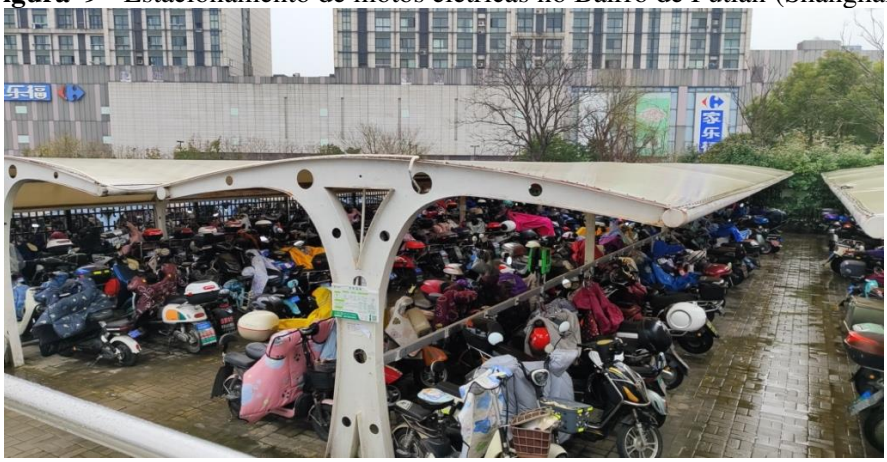
Os acordos para intercâmbio entre as instituições acadêmicas visitadas passaram a ser formalizadas a cargo das instituições participantes, com envio de ofícios de agradecimento pela recepção calorosa que nos foi oferecida e prosseguimento dos protocolos administrativos. Estamos todos trabalhando para fortalecer os laços e que mais docentes e discentes de ambos os países realizem outras visitas técnicas.

AS IMPRESSÕES GERAIS

Não há como não se impressionar com a densidade técnica acumulada nas cidades visitadas, principalmente quanto à mobilidade urbana e o dinamismo no consumo. O tamanho dos aeroportos, estações de trem e de metrô, todas dotadas de aparelhos de raio X, reduzindo riscos de atentados terroristas e ameaças à tranquilidade dos usuários. Apesar do volume de passageiros, há uma fluidez nos embarques e desembarques. O serviço de fiscalização no Aeroporto de Shanghai está todo automatizado.

É uma sociedade que está abolindo rapidamente o uso das cédulas de papel para pagamento. Em seu lugar estão os aplicativos como AliPay e WeChat, que vinculam o saldo em conta corrente (para residentes) ou o cartão de crédito. Tudo é pago de forma segura, rápida, sem o transtorno do troco e com a vantagem de ser registrado para conferência ou planejamento. Inclusive as passagens de metrô e trem são possibilitadas pelos aplicativos. Os serviços de transporte aéreo regional e deslocamento por trens de alta velocidade ofereceram preços razoavelmente baratos para o percurso, com qualidade e conforto, além da estratificação de passagens, que podem ser mais caras para maiores mordomias quanto tarifas mais módicas, que priorizam apenas o tempo de deslocamento.

Figura 9 - Estacionamento de motos elétricas no Bairro de Futian (Shanghai)



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

As motocicletas elétricas fazem parte da rotina para pequenos deslocamentos urbanos, entre residência e estação de metrôs, por exemplo, além de algum transporte de pequenas cargas. Há milhões e circulam, inclusive pelas calçadas no meio dos pedestres, sem qualquer risco, dada a rotina de baixa velocidade e atenção que já fazem parte da cultura chinesa.

O serviço de carro por aplicativo é muito semelhante ao modelo aplicado pelas empresas ocidentais, com a diferença de que os carros que utilizamos eram novos ou em ótimas condições de manutenção, além de elétricos, contribuindo na política de redução de emissão de poluentes. A dificuldade, quando há, diz respeito ao predomínio do mandarim como língua de comunicação, mesmo em hotéis que recebem turistas, restaurantes, *fast foods*, guichês de compra de tickets de passagem. Tudo resolvido com

o uso de aplicativos de tradução e muita disposição, o que é uma marca do povo chinês. Cordialidade, gentileza, prontidão em oferecer soluções, principalmente quando dizem respeito às atividades no comércio.

No comércio popular, aquele que predomina em diversas estações de metrô, nas ruas, nos sub-centros dos bairros, o preço é negociado à exaustão. É uma prática cultural, por vezes, cansativa, para os menos dispostos a todo diálogo que precisa acontecer para definição do preço final da mercadoria, salvo exceções dos preços já fixados pelas lojas de departamento, lojas dos shoppings. Espaços públicos de lazer chamam a atenção pela limpeza, gratuidade ou preços acessíveis, qualidade dos equipamentos e a presença de crianças, muitas crianças, tanto em áreas ao ar livre quanto em locais históricos e museus. Nos locais mais conhecidos de visitação, como a Cidade Proibida e o Templo do Céu, vimos crianças, adolescentes e adultos com vestes típicas, penteado e maquiagem que remontava ao período do lugar visitado. Nos pareceu um culto à tradição e um reconhecimento da história do país. Esse consumo e apropriação do conteúdo histórico é algo muito presente, mesmo pela geração mais nova. Ciência e História são valorizadas. Há um movimento intenso em vários museus, como o Museu da Ciências, Museu do Partido Comunista, o Centro de Exposições de Planejamento Urbano de Shanghai, por pessoas de diferentes idades.

A comida é um capítulo à parte, tem seus fãs e tem aqueles que sentem pelo excesso de pimenta e pela ausência de sal ou de açúcar. É menos rica em proteína de carne vermelha, maior o consumo de aves e suínos. Muitos legumes, condimentos, predominância do chá ou água morna para acompanhamento nos restaurantes mais tradicionais. Os mercados visitados têm seções grandes e variadas de comida fresca, variedade de ervas, frutos do mar, produtos de panificação. Turistas como nós também são atraídos pelo que chamamos de parte exótica, formada por insetos, miúdos, cabeças e patas temperadas. Mesmo entre os mais novos, esses alimentos não foram abandonados e dividem clientes com os estabelecimentos de *fast food* ocidentais. Mas também é fato que a melhoria do poder aquisitivo incluiu no cardápio o acesso à carne bovina, que ainda é menos comum e mais cara, o que torna o Brasil um fornecedor em potencial. Frutas são muito uniformes, sempre doces, facilmente encontradas em mercearias e bancas de rua. Há um aumento da produção de frutas em estufas automatizadas e um programa que utiliza aplicativos na logística que disponibiliza essa produção nos centros urbanos.

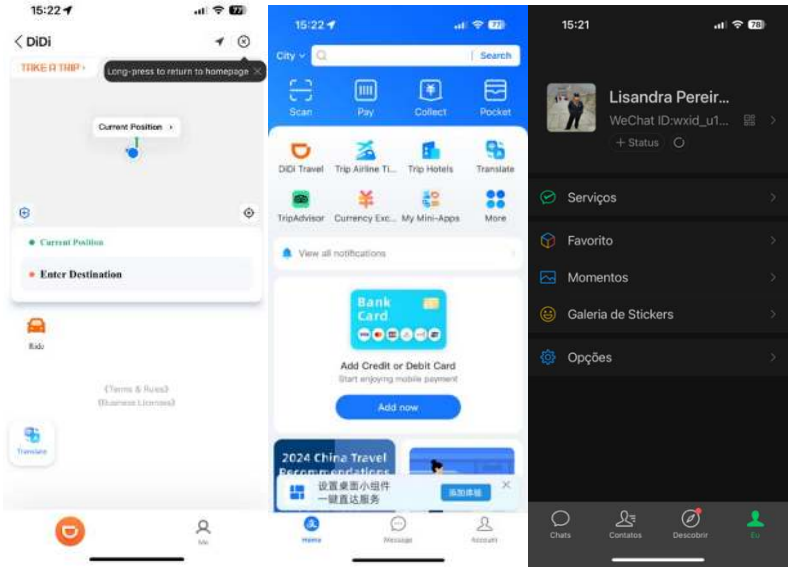
Figura 10 – Vista da bancada de cogumelos e destaque para morango - Supermercado Wu Mart, em Shenzhen.



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

Sobre a vigilância estatal e o controle das redes, percebemos que é uma política de soberania nacional que nos pareceu causar nenhum incômodo entre os chineses. Eles tem seus próprios aplicativos de comunicação, bastante semelhantes aos ocidentais. O Whats App é substituído pelo We Chat, o Facebook, pelo Baidoo. Acessamos todas as redes no wi fi dos hotéis, e fora deles, algumas vezes, com uso de um VPN comercial que não foi bloqueado.

Figura 11 - Tela dos aplicativo Didi (veículos), AliPay (pagamentos e compras de passagens) e We Chat (comunicação).



Fonte: Missão Técnica Brasil – China 2024

A circulação vigiada provoca o efeito de segurança pública bastante confortável, pois pode-se circular sem maiores preocupações com roubos e assaltos. Bairros são

monitorados, espaços de visitação turística, o que permite que se deixem pertences nas vias públicas, como vimos vários nas motocicletas estacionadas. O intensivo uso de aparelhos de raio X em todas as estações também previne tragédias de atentados, como os ocorridos em vários países europeus.

Figura 12 – Poste com câmeras de vigilância no calçadão do The Bund – movimentado ponto turístico de Shanghai – 8 de março de 2024.



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

No mesmo dia da foto 12, o dia em Shanghai estava claro, sem sinais do domo de poluição que aparece algumas vezes, por conta da inversão térmica. A poluição é muito parecida, senão menor, que a metrópole de São Paulo/Brasil. Percebemos que a política de incentivo à frota de veículos elétricos contribui para redução das emissões e o objetivo é que até 2030 toda frota que circula em Shanghai seja elétrica. O proprietário de carros elétricos é isento do pagamento de uma taxa de matrícula e a aquisição dos mesmos é subsidiada, podendo um carro da marca BYD, modelo mais popular, custar menos de 10 mil dólares. Além disso, outros três fatores são importantes: a participação das *scooters* junto com bicicletas de aluguel por aplicativo, a presença dos parques urbanos e a política de ajardinamento das estruturas de concreto, canteiros nas avenidas, jardins nos espaços públicos.

Figura 13 – Intervenções urbanas para embelezamento e redução da poluição – vegetação nas obras de engenharia, jardins e parques urbanos.



Fonte: Missão Técnica Brasil-China 2024

As expectativas quanto à Missão foram em muito superadas, pela receptividade calorosa de todos com os quais tivemos reuniões de trabalho, bem como das dezenas de pessoas com as quais nos deparamos no cotidiano da viagem. Os chineses têm construído relações fiéis aos princípios socialistas, preocupados com a dignidade humana, com respeito ao bem público, com conhecimento e orgulho de sua história milenar e cientes dos desafios e resistências que o novo encontra em um mundo no qual o crescente discurso da extrema direita se opõe, veementemente, à perspectiva de "prosperidade comum e futuro compartilhado", lema chinês.

Recebido em abril de 2024.

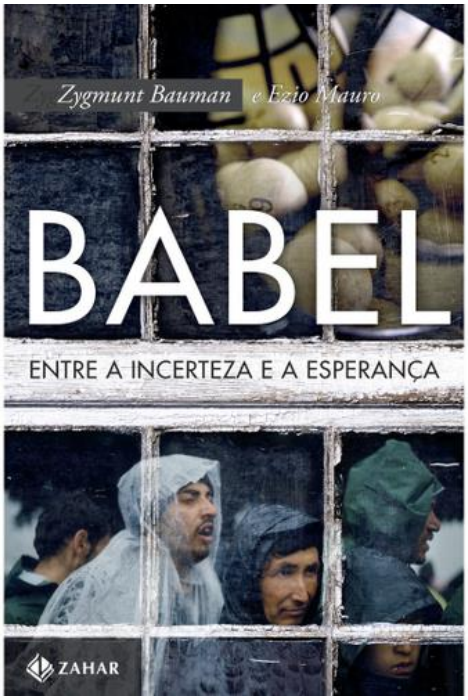
Aceito para publicação em junho de 2024.

RESENHA

V. 15, n.29, 2024 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

BABEL: entre a incerteza e a esperança. BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 150p.

Mazinho Valdemar Viana
Universidade Federal da Grande Dourados
mazinhovaldemar@hotmail.com



Na obra denominada Babel: entre a incerteza e a esperança, Zygmunt Bauman e Ezio Mauro realizam uma contextualização sobre as questões contemporâneas dando ênfase e destaque para o diálogo como ferramenta essencial para enfrentarmos alguns desafios na atualidade. Dentre esses desafios, destacamos a grande competitividade, o individualismo e as incerteza e solidões.

No capítulo inicial, denominado "Num espaço desmaterializado", os autores apresentam um diagnóstico e evidenciam os perigos que a democracia sofre, perante o seu enfraquecimento. O diálogo é iniciado a partir da crise que enfrentamos, onde essa afeta, os principais mecanismo para melhorar e desenvolver a democracia nos países, com o objetivo de nos proteger, apresentando, desta maneira, a autossuficiência da democracia, onde os governos democráticos mantêm-se instáveis, já que tudo se encontra fora do controle. Na página 13, os autores evidenciam que "a democracia está sob ataque"

e analisam se essa democracia ainda seria capaz de pensar sobre si mesma, e de recuperar o poder de governar, de fato.

A fim de realizar tais procedimentos analíticos sobre o enfraquecimento da democracia e uma possível possibilidade dela se reinventar, os autores recorrem à relação de "Liberdade versus Segurança". Os autores enfatizam que nós vivemos em uma relação oscilante, desde a busca por mais liberdade, à angústia por mais segurança. Um exemplo da nossa decepção seria a relação que temos com as eleições contemporâneas, onde grande parte dos eleitores votam por uma questão de hábitos adquiridos e não por uma esperança de melhorias e mudanças. Na pior das hipóteses, vai-se às urnas para a escolha de males menores, acentuando-se cada vez mais a distância entre "os que votam e os que são postos no poder pelo seu voto"(p. 15). Segundo os autores, essa apatia política, não seria novidade, mas, a situação seria contemplada com um novo elemento, ou seja, a falta de confiança nos partidos políticos e nos próprios governantes. Se, de antemão, a "passividade era baseada na confiança de que governos e parlamentos podiam realizar a tarefa"(p.23), atualmente prevalecem o sentimento de frustração e de traição por promessas democráticas não cumpridas. Nesse capítulo, a solução estaria na nossa própria capacidade de "pensar e agir acima das fronteiras dos Estados Territoriais"(p.24).

No segundo capítulo, denominado "Num Espaço Social em Transformação", os autores dão ênfase a uma sociedade de consumidores e o aumento das desigualdades. Os autores reconhecem que sempre ocorreram desigualdades na nossa sociedade, em especial na ocidental, no entanto, havia uma tolerância em função de haver uma grande oferta de oportunidades, levando os menos favorecidos a confiarem no futuro, acreditando que suas gerações posteriores obtivessem a ascensão na vida. Com base nos autores, desenvolvemos uma nova forma de nos relacionar com a exclusão e as desigualdades, intensificando a individualidade e o uso da expressão "cada um por si".

Toda essa visão pessimista, apresentada no capítulo é contraposta no próprio capítulo por uma visão otimista em "Imortalidade da Esperança"(p.53). Quando se fala do termo esperança, os autores destacam a noção de "natureza prática" de Antônio

Gramci, e enfatizam que essa compreensão é um certo realismo para que levemos essas transformações a sério.

Não devemos sentir-nos incapazes ou desobrigados ao perceber o quanto a tarefa que se impõe parece ser difícil, pelo contrário, precisamos enxergar e ver as dificuldades da tarefa como começo e não como fim. Outro elemento abordado pelos autores é a responsabilidade. Para eles, é grande o número de pessoas desobrigadas de tais responsabilidades. Essas pessoas ocupam um lugar específico na vida social: a plateia, que observa os acontecimentos sem esperar ser acusada de participação, se sentindo livre para expressar suas emoções, seja atraente ou não, culpabilizando os responsáveis pelo espetáculo. A ausência de um grande agente coletivo capaz de mobilizar-se em prol de um objetivo em comum, foi substituído por "massas de solitários interconectados, por agentes solitários constantemente em contato"(p.78).

No terceiro capítulo da obra os autores tratam da conexão entre os indivíduos, ou seja, os solitários e o estabelecimento a partir da construção de redes. Os membros seriam frágeis, podendo ser redefinidos a qualquer momento, de acordo com interesses maiores. Nesse sentido, as redes se apresentariam como uma extensão de cada indivíduo. "Uma rede não é um espaço para desafiar as ideias recebidas e as preferências de seu criador. Ela é antes uma réplica ampliada ou um espelho de aumento daquele ou daquela que a teceu, povoadas exclusivamente por pessoas da mesma opinião[...]" (p.85). Qualquer membro da rede que sustente uma opinião contrária facilmente será excluído, deixando de fazer parte da mesma. Os autores constatam que o relacionamento por meio das redes, produz uma nova forma de nos relacionarmos com a informação e o conhecimento. Dessa maneira, estamos presenciando "o fim da hierarquia, da verticalidade da informação em nome da horizontalidade da comunicação" (p. 103).

A busca incessante por mercados acaba tornando a informação e o conhecimento em grandes fontes de lucro, em vez, de serem amplamente divulgados e compartilhados, a exemplo os três grandes editoriais: Elsevier, Springer, Wiley-Blackell que mantém o monopólio das principais publicações, reduzindo as informações obtidas na internet,

levando as pesquisas a baixa inferioridade e muitas vezes não confiáveis. “Há fortes razões para suspeitar que, quando se trata de capacidades humanas baseadas em conhecimento, a internet como um todo esteja mais engajada em cavar fossas do que construir pontes” (p. 108).

O diálogo construído entre Bauman e Mauro fornece a construção de uma Babel atual, na qual as relações estabelecidas na rede impossibilitam o diálogo, nos distanciando da Babel contemporânea que habitamos. Dessa maneira, Bauman e Mauro concluem a obra destacando a necessidade de recuperar “um diálogo que tenha chances de apoiar uma coabitação mutuamente benéfica, ao mesmo tempo em que ajuda a escapar das armadilhas da proximidade das diferenças” (p. 128). Esse diálogo teria três características básicas, baseadas no pensamento social de Richard Sennett. O diálogo precisaria constituir-se informal e sem regras e procedimentos; aberto, aprendendo e admitindo erros; e cooperativo, onde vencedores e perdedores sairiam enriquecidos dessa experiência. A obra pode contribuir em novas formas de os seres humanos se relacionarem, principalmente quando os autores estabelecem a ideia da rede, propondo um “diálogo sério, com disposição favorável, buscando compreensão mútua e o benefício recíproco”.

Uma boa leitura.

Referências

BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 150p.

Recebido em abril de 2023.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.

ENTRE-LUGAR

v. 15, n. 29

Universidade Federal da Grande Dourados

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 15, n.29 - 2024.

ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 15 | número 29 | 2024



"Os problemas ambientais com que nos defrontamos não são novos, mas só recentemente sua complexidade começou a ser entendida. "

Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, ONU, 1987.

BIBLIOTECA
Coordenadoria de Bibliotecas
Portal de Periódicos

ISSN 2177-7829